

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 65, DE 2023

(Do Poder Executivo)

MSC 753/2022

OF 774/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.098, de 14 de março de 2018, que outorga permissão à Fundação Bom Conselho - FBC para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Portarias que outorgam permissão, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativo, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 48, de 21 de fevereiro de 2014 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, no município de Telêmaco Borba - PR;
2. Portaria nº 118, de 21 de fevereiro de 2014 - Município de Avaré, no município de Avaré - SP;
3. Portaria nº 6.127, de 10 de novembro de 2015 - Município de Catanduva, no município de Catanduva - SP;
4. Portaria nº 743, de 11 de maio de 2016 - Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa, no município de Jaboticabal - SP;
5. Portaria nº 1.357, de 11 de maio de 2016 - Fundação Unisc de Comunicações - FUNDAÇÃO TELEUNISC, no município de Venâncio Aires - RS;
6. Portaria nº 6.125, de 11 de maio de 2016 - Fundação Exclusiva Educativa, no município de Campo Mourão - PR;
7. Portaria nº 6.210, de 11 de maio de 2016 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraná, no município de Londrina - PR;
8. Portaria nº 2.876, de 28 de setembro de 2017 - Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, no município de Jales - SP;
9. Portaria nº 3.516, de 15 de agosto de 2019 - Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa, no município de Garça - SP;

10. Portaria nº 3.879, de 28 de setembro de 2017 - Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, no município de Ituverava - SP;
11. Portaria nº 1.098, de 14 de março de 2018 - Fundação Bom Conselho - FBC no município de Bom Conselho - PE;
12. Portaria nº 1.166, de 14 de março de 2018 - Fundação João Matias de Oliveira, no município de Barras - PI;
13. Portaria nº 4.416, de 28 de setembro de 2018 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, no município de Videira - SC;
14. Portaria nº 4.433, de 28 de setembro de 2018 - Fundação Aio de Educação e Assistência Social - FAES, no município de Timbaúba - PE;
15. Portaria nº 5.158, de 31 de outubro de 2018 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, no município de Porto Velho - RO;
16. Portaria nº 5.525, de 31 de outubro de 2018 - Fundação Cultural Tocantinense, no município de Bezerros - PE;
17. Portaria nº 269, de 10 de fevereiro de 2020 - Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, no município de Petrolina - PE;
18. Portaria nº 4.300, de 13 de dezembro de 2021 - Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa, no município de Guaratuba - PR;
19. Portaria nº 4.491, de 14 de janeiro de 2022 - Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa, no município de Peruíbe - SP; e
20. Portaria nº 5.760, de 25 de maio de 2022 - Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa, no município de Vera Cruz - SP.

Brasília, 29 de dezembro de 2022.

Brasília, 15 de Outubro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho ao Senhor o processo administrativo nº 53000.043064/2012-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na NOTA TÉCNICA Nº 656/2017/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 00920/2017/CONJUR-MC/CGU/AGU.
3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 1098/2018/SEI-MCTIC, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 22/03/2018 | Edição: 56 | Seção: 1 | Página: 10

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.098/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043064/2012-11, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Bom Conselho - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Apresentação: 27/01/2023 16:30:00.000 - MESA

MSC n.753/2022





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 22178/2021/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.043064/2012-11.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/10/2021, às 16:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8255631** e o código CRC **398C696D**.

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53000.043064/2012-11
Interessado:	FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC
CNPJ:	07.131.366/0001-49
Serviço:	Rádiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME
FISTEL:	50416321542
UF:	Pernambuco
Localidade:	Bom Conselho
Setor:	COLEC_OUT
Tipo:	424 - Permissão Frequência Modulada Educativa
Documentos restritos:	-



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Rádiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 03/04/2018, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2817641** e o código CRC **0D319432**.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

SEI nº 2817641



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.043064/2012-11**
Interessado: **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**
Assunto: **OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 115 (Cento e quinze) folhas, contanto com o presente Termo de Abertura.

Em 18/09/2012


JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Chefe de Serviço
SDPUB/GTDI/SCE-MC



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

Rua Amâncio Antonio do Nascimento 13 – Centro – B. Conselho - PE

CEP 55330-000 - Fone: (87) 8815.6446

CNPJ 07.131.36 /0001-49

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 043064/2012-11

SEAPA/SCE

11/09/2012-08:20



101 FME
206

Ao Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Proposta para a obtenção de outorga para a execução dos serviços de radiodifusão educativa em observância à Portaria nº 420, de 14/09/2012, publicada no Diário Oficial da União de 19/09/2012, que estabelece regras e critérios para os processos seletivos relativos ao referido serviçoem:

(X) Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos.

() Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos.

A **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, personalidade jurídica de direito privado, com sede na Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, **CNPJ nº 07.131.366/0001-49**, por seu representante legal abaixo assinado, vem apresentar a essa secretaria proposta para a obtenção de outorga para a execução do serviço de radiodifusão acima descrito, juntando, em anexo, a documentação necessária para a instrução do respectivo processo.

Localidade: Bom Conselho/PE.

Canal: 291E

Aviso de Habilitação nº: 4, de 12 de julho de 2012.

Data de publicação do Aviso de Habilitação: 13 de julho de 2012.

Quantitativo de alunos matriculados na instituição de ensino à qual a fundação de direito privado é vinculada: 9.697

Quantitativo de alunos matriculados no caso de instituições de ensino: NÃO SE APLICA

Tempo proposto para funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço: 19 HORAS

Sede ou filial na localidade de execução da outorga: (X) Sim () Não

Pede Deferimento.

Bom Conselho/PE, 28 de Agosto de 2012.


GILSON LUIS DE MACEDO
CPF: 862.704.194-68

SDPUB

ESTATUTO SOCIAL E SUAS ALTERAÇÕES

Ministério das Comunicações
Fls. 04
Rubrica
SCE
2002

ESTATUTO

FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (07) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral1imoveis@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h52) Em test. da verdade
Nárriman Amarel-Tabela Substituta
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

"VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO"



Constituída em: 23/09/2004





ESTATUTO DA FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO – SEDE – FORO – PRAZO – ANO SOCIAL

Art. 1º - A FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, nos termos deste Estatuto e da Legislação pertinente, instituída por Escritura Pública de Constituição de FUNDAÇÃO, estando seu Estatuto, devidamente registrado, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Parágrafo Único – A expressão FUNDAÇÃO BOM CONSELHO e a sigla FBC, se equivalem como denominação da entidade.

I – Sede e Administração na Praça Amâncio Antonio do Nascimento, nº 13 – Sala 2 – Centro, Bom Conselho/PE;

II – Foro jurídico na Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, podendo constituir escritórios de representação em outras localidades da Federação, com atuação em qualquer parte do território nacional ou internacional;

III – Prazo de duração da FBC é indeterminado;

IV – Ano social coincidindo com o ano civil, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 2º - A FBC reger-se-á:

I – pelo presente Estatuto;

II – pelo seu regimento interno;

III – e pela Legislação aplicável.

Art. 3º - A FBC terá seus rendimentos aplicados integralmente na consecução das finalidades estabelecidas no presente Estatuto.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º Como entidade destinada a promover ações Assistenciais, Educativas e Culturais, através da radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como por meio de outras tecnologias aplicadas à Assistência Social, à Educação e à Cultural, atendendo às necessidades dos municípios de instalação das emissoras, e outras regiões atendidas pelo alcance da rádio e televisão Educativa, no campo da educação formal e não formal, são objetivos da FBC:

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borha, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (87) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11moveis@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé, em 27-08-2012 09h52 Em teste da verdade
Nárriman Amaral Tavares Substituta
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

"VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO"



Osman B. da Silva
OAB-PE 11.234

I – executar os serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos e culturais, na forma da Lei. Através da **Rádio Educativa** e da **TV Educativa**;

II – promover a divulgação de eventos do interesse das entidades culturais e educacionais públicas e privadas, universidades, faculdades, escolas e instituições de ensino da cidade e da região;

III – prestar serviços de utilidade pública;

IV – promover a educação, o desporto, a ciência, a cultura e a arte, a serviço da Comunidade;

V – estimular a prática desportiva através da promoção de campeonatos, torneios e jogos, e da criação de escolinhas de futebol e de outros esportes;

VI – exercer ação de integração comunitária, desenvolvendo atividades ética-sociais, valorizando as idéias da pátria, da cultura e da humanidade;

VII – permitir, a qualquer tempo, o estabelecimento de ensino superior do município e de municípios limitados pelo alcance da emissora, sua participação na programação mediante convênios e ou acordo a ser firmado entre as partes;

VIII – distribuir e transmitir os programas educativos por estação de rádio e televisão, operadas diretamente e gerar esses programas para transmissão por terceiro;

IX – estimular a produção de programas educativos de rádio e televisão, e tecnologia afins de terceiros;

X – contribuir para a formação e o aperfeiçoamento de profissionais, especialistas, técnicos, professores e pesquisadores, inclusive proporcionando estágios práticos para alunos de universidades, faculdades e demais instituições de ensino através de convênios;

XI – estimular a produção cultural dos artistas da região, oferecendo apoio logístico, financeiro, material e institucional para a gravação de CDs, publicações de livros, realização de festivais de músicas e de arte em geral, como também de filmes e vídeos e confecções de peças de artesanato;

XII – promover encontros, eventos, cursos profissionalizantes e seminários de interesse dos meios de comunicação e das comunidades atendidas pelo alcance das emissoras;

XIII – apoiar a criação e manter estabelecimento de ensino de todos os graus e níveis, inclusive os preconizados no artigo 3º da Lei nº 9.394/96, regularizado pelo Decreto nº 2.208/97, para atender as necessidades sociais do Município e da Região.

Art. 5º - A FBC, não tem caráter religioso ou político partidário, devendo ater-se às suas finalidades estatutárias.

SEÇÃO I

DAS ATIVIDADES DA FBC

Art. 6º - Poderá a FBC, para consecução de suas Atividades:

I – a FBC, por intermédio da sua Diretoria e prévia autorização do Conselho Curador, poderá celebrar convênios, acordos, contratos com outras entidades assistenciais, autarquias, estabelecimentos de crédito que objetivem a consecução dos seus objetivos,

Cantório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (87) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11noveis@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h52) Em test. da verdade.
NARRIMAN AMARAL - que se Substituta
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

"VÁLIDO SOMENTE COM SELBRE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO"



bem como, outros instrumentos jurídicos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II – criar, manter ou administrar unidades de apoio e produção gráfica, recursos audiovisuais, assistenciais, profissionalizantes e demais atividades correlatas;

III – realizar programas educacionais e assistenciais comunitários;

IV – instalar, com permissão dos órgãos competentes e na forma da legislação vigente, a emissora de cunho educativo denominada **Rádio Educativa**;

V – conceder bolsas, prêmios ou ajuda de custo para estímulo e aperfeiçoamento de pessoas nos campos da saúde, educação, esporte, economia, artes, etc.

Art. 7º - Para integrar as unidades de radiodifusão, ensino, pesquisa e extensão, fica criada a **Rádio Educativa**.

Art. 8º - A **Rádio Educativa**, terá regimento próprio na forma da legislação específica, que definirá sua estrutura organizacional e o funcionamento.

SEÇÃO II

Art. 9º - São finalidades suplementares da **FBC** a criação de organismos de natureza educativo-cultural, assistencial e profissional, como sejam:

- a) o ESPAÇO BOM CONSELHO
- b) o CENTRO ASSISTENCIAL BOM CONSELHO
- c) a BIBLIOTECA E VIDEOTECA CENTRAL BOM CONSELHO
- d) o CENTRO ESPORTIVO BOM CONSELHO
- e) o CENTRO EDUCACIONAL E PROFISSIONALIZANTE BOM CONSELHO

Parágrafo único – As instituições criadas nos termos do Caput deste Artigo, terão regimento próprio que definirá sua organização e o seu funcionamento.

Art. 10º - A **FBC** promoverá, em toda a sua área de abrangência: conferências, palestras, simpósios, seminários, fóruns, debates, painéis e todas as atividades que possam servir à população da região, mediante a palavra falada, escrita e televisionada.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS

SEÇÃO I

DO PATRIMÔNIO

Art. 11º - O patrimônio da **FBC** é constituído:

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (87) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11moveis@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h32) Em test. da verdade
Nárriman Soares Amaral - Tabel. Substituta
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

VALÍDIO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO



- I – pela dotação inicial feita pelos instituidores, da ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), integralizada em moeda corrente vigente no país neste ato;
- II – dos bens e direitos adquiridos, ou que venham a adquirir;
- III – das doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- IV – dos bens móveis e imóveis que a **FBC** adquira a qualquer título;
- V – das subvenções, contribuições espontâneas ou por ajuda a qualquer título de entidades e organismos de natureza pública ou privada, nacionais ou estrangeiras;
- VI – das receitas oriundas dos apoios culturais à programação da **Rádio Educativa**.

Art. 12º - O patrimônio da **FBC** poderá ser aumentado mediante doações conversíveis em subscrição da União, Estados e Municípios.

Parágrafo Primeiro – Destinará a **FBC** o valor mínimo de 3% (três por cento) dos recursos por ela administrados para a constituição de fundo financeiro, cuja renda contribuirá para a garantia de sua manutenção e expansão de suas atividades.

Parágrafo Segundo – Na hipótese da **FBC** deixar de existir, seu patrimônio será doado a uma entidade com objetivos e finalidades afins na região.

Art. 13º - Não constituirá patrimônio da **FBC** os bens móveis e imóveis que lhe sejam cedidos temporariamente ou mediante comodato.

Art. 14º - Os bens e direitos da **FBC** somente poderão ser utilizados para realizar os objetivos estatutários, sendo permitida, porém, a alienação, cessão ou a substituição de qualquer bem ou direito para a consecução dos mesmos objetivos.

Parágrafo Único – Caberá ao Conselho Curador referido na Seção VI, do Capítulo IV, aprovar a alienação de bens e imóveis incorporados ao patrimônio da Fundação, aceitar doações com encargos e, ainda, aprovar permuta vantajosa à **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, em deliberação da maioria absoluta dos seus membros: de tudo ouvindo, antes, o membro do Ministério Público curador de Fundações, sob pena de nulidade do(s) ato(s).

SEÇÃO II

DOS RECURSOS

Art. 15º - Constituem recursos da **FBC**:

- I – subvenções e auxílios estabelecidos pelos poderes públicos;
- II – os auxílios e subvenções recebidos de entidades públicas ou privadas, nacionais, ou internacionais, em moeda nacionais;
- III – rendas decorrentes da exploração dos seus bens ou da prestação de serviços;
- IV – as receitas correntes de convênios, contratos e outros acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- V – os resultados do aluguel de imóveis, máquinas, instalações, patentes e equipamentos;

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (87) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral1imoveis@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO
Autentica a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h52) Ex. test. da verdade
Nárriman Amaral - Tabelião Substituto
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

"VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO"



- VI – as receitas financeiras, industriais e eventuais;
VII – quaisquer outros recursos que lhe forem destinados;
VII – as doações.

Art. 16º - Os bens e direitos da **FBC** serão, exclusivamente, utilizados para a consecução de seus fins.

Parágrafo Único – A aplicação de recursos financeiros no patrimônio da instituição deverá obedecer a planos que tenham em vista:

- I – garantia de investimento;
II – a manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados;
III – a consecução dos objetivos da **FBC**, previstos neste Estatuto.



CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 17º - São órgãos da Administração:

- I – **Diretoria Executiva;**
II – Conselho Curador;
III – Conselho Fiscal;
IV – Conselho de Programação e Produção.

Parágrafo único – É vedado à investidura pela mesma pessoa em cargos de órgãos distintos da **FBC**.

Art. 18º - A investidura em cargos dos Conselhos Curador ou Fiscal e Diretoria Executiva da **FBC** e o exercício das funções a ele inerentes serão gratuitos.

Art. 19º - Respeitando o disposto neste Estatuto, a **FBC** terá sua estrutura organizacional e o funcionamento fixados em Regimento Interno, que estabelecer as atividades e atribuições administrativas e técnicas, de modo a atender plenamente às finalidades da instituição.

Art. 20º - Fica vedada aos membros da **FBC**, na gestão administrativa, a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, bem em relação aos seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau, ou pelas pessoas jurídicas das quais os mencionados anteriormente sejam controladores ou detenham mais de 10% (dez por cento) das participações societárias.

Cartório Amaral
2º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (87) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11moveis@hotmail.com



AUTENTICAÇÃO
Autentica a presente cópia reprográfica, conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h52) B. test. da verdade
Nárriman Amaral - Substituta
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO



Osman
UAB-PE 11.284

SEÇÃO II

DO CONSELHO CURADOR



Art. 21º - O Conselho Curador é o órgão máximo de deliberação da **FBC** e será composta por 03 (três) membros efetivos, com mandato de 04 (quatro) anos, e reunir-se-á ordinariamente no quinto dia útil dos meses de janeiro e julho de cada ano.

Art. 22º - O Presidente do Conselho Curador será eleito por seus pares, na reunião que der posse aos conselheiros.

Parágrafo Único – Em caso de vacância no Conselho Curador seja ela temporária ou não, assumirá, a função, o membro mais antigo na Fundação.

Art. 23º - No mínimo 30 (trinta) dias antes de expirar os mandatos dos membros do Conselho Curador serão eleitos os novos membros.

Art. 24 – O Conselho Curador reúne-se ordinariamente uma vez por semestre, e extraordinariamente quando convocado por dois terços dos membros da Diretoria ou por solicitação de qualquer de seus membros, por intermédio do Presidente, mediante aviso epistolar, com aprovação de recebimento pessoal, com no mínimo 02 (dois) dias de antecedência da data de sua realização, sendo obrigatória a indicação da pauta de matérias para discussão.

Art. 25º - A convocação do Conselho Curador para reuniões ordinárias, será feita com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, da data de sua realização, mediante publicação em jornal de circulação diária, ou por edital afixado na portaria do Edifício-Sede da Instituição, ou ainda, por correspondência enviada diretamente aos associados.

Art. 26º - Compete privativamente ao Conselho Curador:

- I – apreciar o orçamento geral da **FBC**, apresentado pela Diretoria;
- II – aprovar, ou não, até 30 de novembro, o orçamento elaborado pela Diretoria, bem como as demais programações propostas para o ano seguinte;
- III – examinar e aprovar, com auxílio do Conselho Fiscal, a prestação de contas e o relatório das atividades sociais do exercício findo, apresentado pela Diretoria até 30 (trinta) de março do exercício posterior;
- IV – eleger e dar posse à Diretoria Executiva da **FBC**;
- V – eleger e dar posse aos membros do próprio Conselho e do Conselho Fiscal;
- VI – tomar providências, caso ocorram irregularidades na Diretoria Executiva e nos Conselhos, afastando ou destituindo, se necessário, o membro que ocorrer em falta grave;
- VII – o membro que for afastado da Diretoria, automaticamente estará desligado da **FBC**.

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 53330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (07) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral1movels@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé, em 27-08-2012 (09h52 Em Teste) da verdade. NARRIMAN SOARES AMARAL - Substituto

Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

"VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO"



SEÇÃO III



DA DIRETORIA EXECUTIVA



alça

Art. 27º - A FBC será administrada por uma Diretoria Executiva constituída de um Diretor-Presidente, um Diretor Técnico e um Diretor-Administrativo e Financeiro, eleitos pelo Conselho Curador, com mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser renovado por mais um mandato.

Parágrafo único – Os membros dos Conselhos Curador e Fiscal não poderão ser eleitos para a Diretoria Executiva.

Art. 28º - São atribuições da Diretoria Executiva:

- I – superintender e supervisionar os trabalhos gerais e bens da FBC;
- II – cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as demais decisões tomadas pelo Conselho Curador, ou emanadas de entidades superiores;
- III – exercer as demais funções pertinentes a esta categoria.

Art. 29º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, presente a maioria absoluta dos seus membros e, extraordinariamente, sempre que necessário por proposta de dois terços de seus membros.

Art. 30º - As reuniões terão caráter reservado, porém, nelas serão admitidas pessoas oficialmente convidadas.

SEÇÃO IV

DA COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIA E FUNCIONAMENTO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 31º - A Diretoria Executiva da FBC compõe-se dos seguintes membros:

- I – Diretor-Presidente;
- II – Diretor-Técnico;
- III – Diretor-Administrativo e Financeiro.

Art. 32º - Compete ao Diretor-Presidente:

- I – presidir todos os atos da Diretoria Executiva;
- II – superintender, orientar, coordenar, através dos órgãos estruturais da FBC, seu funcionamento;
- III – zelar pela execução da política administrativa e econômico-financeira da FBC;
- IV – admitir, contratar, dispensar e promover o pessoal administrativo, técnico e de apoio da FBC;
- V – apresentar anualmente ao Conselho Curador, o relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela FBC;

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (071) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11moveis@hotmail.com



AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé, em 27-08-2012 (09h52) e testei da verdade.
Marriman Amaral-Tabella Substituta
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

"VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO"



VI – submeter ao Conselho Curador, anualmente, para discussão e aprovação, a prestação de contas e o balanço das atividades econômico-financeiro da Diretoria com o parecer do Conselho Fiscal;

VII – submeter à aprovação do Conselho Curador, as propostas referentes à criação de unidades de apoio;

VIII – praticar todos os atos permitidos em Lei que digam respeito ao engrandecimento material, moral ou intelectual da FBC;

IX – nomear os membros da Diretoria da **Rádio Educativa** e do seu respectivo Conselho de Programação, e das Diretorias das demais Entidades mantidas pela FBC;

X – abrir contas bancárias, conjuntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro, e autorizar pagamentos;

XI – representar a FBC, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

Art. 33º - Compete ao Diretor Técnico:

I – orientar e coordenar a aplicação dos recursos na execução dos projetos e programas da FBC;

II – elaborar planos e estudos visando ao desenvolvimento das atividades da FBC;

Art. 34º – Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro:

I – superintender e supervisionar as atividades econômicas e financeiras da FBC;

II – elaborar normas e instruções referentes aos serviços de responsabilidade da área econômico-financeira;

III – acompanhar, sempre que solicitado, o Presidente nas reuniões e contatos com organismos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, quando se tratar de assuntos pertinentes à economia e finanças da FBC;

IV – assinar, com o Presidente, cheques, recibos, contratos e convênios financeiros, de acordo com a permissão da Diretoria Executiva e/ou do Conselho Curador;

V – efetuar despesas e pagamentos em comum acordo com o Presidente.

Art. 35º - Os Diretores, no âmbito de suas Diretorias, indicarão ao Diretor-Presidente seus substitutos para atuarem em suas ausências ou impedimentos, para que este os designe.

Art. 36º - É terminantemente defeso a todos e a cada um dos membros da Diretoria e ineficaz em relação a FBC o uso da denominação desta em negócios estranhos aos objetivos fundacionais, inclusive em fiança, avais ou quaisquer outras garantias de favor.

Art. 37º - Nos atos que acarretem responsabilidade para a FBC, esta deve ser representada pelo Diretor-Presidente, pelos dois Diretores, ou, ainda por bastantes procuradores, observadas as disposições deste Estatuto e a legislação vigente.

SEÇÃO V

DO CONSELHO FISCAL

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (071) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11moveis@hotmail.com



AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h55) Em test. da verdade
Nárriman Amaral-Tábuia Substituto
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO



Art. 38º - O Conselho Fiscal, órgão que se incumbe da organização e da fiscalização da **FBC** é constituído por três membros, não integrantes do quadro de instituidores, escolhidos pelo Conselho Curador, para mandato de quatro anos, dentre pessoas de ilibada reputação moral e profissional.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Fiscal podem ser reeleitos para mais um mandato.

Art. 39º - Ao Conselho Fiscal compete:

- I** - examinar o Balanço Contábil e a Prestação de Contas da Diretoria Executiva, emitindo parecer a respeito;
- II** - opinar sobre os atos de caráter econômicos e financeiros da **FBC**, e emitir parecer conclusivo.

SEÇÃO VI

DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO

Art. 40º - O Conselho de Programação e Produção, é o órgão deliberativo de programação e produção das emissoras mantidas pela **FBC** e é composta de 03 (três) membros, sendo 01 (um) Presidente e 02 (dois) membros.

Art. 41º - Os representantes do Conselho de Programação e Produção são nomeados pelo Conselho Curador, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Art. 42º - Ao Conselho de Programação e Produção compete:

- I** - propor a programação da rádio e da televisão, observando-se as diretrizes afetas e área, formuladas pelo Ministério da Educação e da Cultura;
- II** - coordenar, organizar, criar e veicular os programas de rádio e televisão educativos, observando-se os objetivos gerais da **FBC** e a legislação vigente;
- III** - submeter ao Diretor-Presidente, propostas de convênios e contratos objetivando o intercâmbio das programações;
- IV** - apreciar, anualmente, relatório das atividades desenvolvidas no exercício anterior;
- V** - interagir com o "Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa", visando a melhor integração e concretização dos objetivos da **FBC**, ouvindo o Ministério Público.

Art. 43º - O Conselho de Programação reservará o mínimo de 60% (sessenta por cento) do tempo das emissoras de Rádio e Televisão Educativa para usos exclusivos da **FBC**, 20% (vinte por cento) para uso facultativo do Ministério da Educação e, 20% (vinte por cento) para a veiculação facultativa de programas de outras instituições de ensino, participantes ou não da **FBC**, obedecidas sempre seus objetivos e política adotada pelo Ministério da Educação.

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (07) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral@bol.com.br

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé, em 27-08-2012 (09h52) Em teste da verdade
Nárriman Soares Amaral - Tabelião Substituto
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO



Parágrafo Único – Será mantido a disposição do Ministério da Educação a programação para fins de veiculação em emissoras educativas de outros municípios, estados, territórios e da União.

Art. 44º - O Conselho de Programação se reunirá, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente da **FBC**, ou pelo Conselho Curador.

Art. 45º - O Conselho de Programação funcionará somente com a presença mínima de mais da metade de seus membros, e delibera sempre por maioria absoluta de votos presentes.

Art. 46º - O Membro que faltar, sem motivo justificado, a mais de quatro reuniões consecutivas perderá o mandato, devendo porém, o Conselho Curador indicar um novo membro, para terminar o mandato.

Art. 47º - O Diretor-Presidente, poderá vetar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, resolução do Conselho de Programação e Produção, devendo submeter o seu veto ao Conselho Curador, que será convocado extraordinariamente dentro de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único – O veto do Diretor-Presidente suspende a resolução do Conselho de Programação e Produção. Mantido o veto pelo Conselho Curador, a resolução ficará sem efeito.

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Art. 48º - O exercício financeiro coincide com o ano civil e o Balanço Fiscal será realizado a 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, nos termos da legislação específica em vigor.

Art. 49º - No final de cada exercício, antes mesmo da apresentação da prestação de contas, será levantada a demonstração da receita e da despesa da **FBC**.

Parágrafo Primeiro – Para cumprimento do dispositivo do presente artigo a **FBC** manterá os livros indispensáveis à escrituração contábil de suas receitas revestidas das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão.

Parágrafo Segundo – O superávit porventura apurado, será aplicado na consecução das finalidades da **FBC**, previstas no art. 4º do presente Estatuto.

Art. 50º - Até o dia 30 (trinta) de setembro de cada ano, a Diretoria Executiva apresentará a proposta orçamentária para o ano seguinte, que compreenderá:

- I – estimativa de receita, discriminada por fonte de recurso;
- II – fixação de despesa com discriminação analítica.

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-90
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (87) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral1timoveis@hotmail.com



AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé, em 27-08-2012 (09h52) em testes da verdade. NARRIMAN AMARAL - Tabelião Substituto
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

"VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO"



Art. 51º - A prestação de contas será feita ao Conselho Curador até o último dia do mês de março de cada ano, com base no Balanço Geral, encerrando em 31 de dezembro do ano anterior.

Parágrafo Primeiro – A prestação anual de contas da Fundação conterá, entre outros os seguintes elementos:

- I – balanço patrimonial;
- II – demonstração de contas de resultados, déficit ou superávit do exercício;
- III – quadro comparativo da receita orçada e realizada;
- IV – parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo – Depois de apreciado pelo Conselho Curador, a prestação de contas será no máximo de 30 (trinta) dias, encaminhada ao Ministério Público.

Art. 52º - A Diretoria Executiva dará publicidade, por qualquer meio eficaz do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Fundação, inclusive as certidões de débitos junto ao INNS e ao FGTS, colocando à disposição de qualquer cidadão para exame.

Art. 53º - A prestação de contas dos recursos objeto do Termo de Parceria será realizado junto aos órgãos competentes, de acordo com o previsto no artigo 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI

DA EXTINÇÃO DA FBC

Art. 54º - Tornando-se ilícita, impossível ou inútil à finalidade a que visa à Fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo Juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

CAPÍTULO VII

DO REGIME DE PESSOAL

Art. 55º - Os serviços da FBC são realizados por:

- I – pessoal integrante do quadro próprio;
- II – pessoas destinadas à execução de tarefas eventuais e atividades de caráter técnico especializado, contratado por prazo determinado, ou cedido por instituições públicas, de acordo com a Legislação vigente.

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (07) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11movis@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, de que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h52 En test) da verdade
Nárriman Amaral-Tabella Substituta
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Sellos de Autenticidade
FISCALIZAÇÃO

BJT090664



Art. 56º - O quadro próprio de servidores da **FBC** se subordina, em termos de quantidade, enquadramento funcional, atribuições e remuneração, ao Plano de Cargos e Salários aprovado pelo competente.

Art. 57 - O regime jurídico do pessoal da **FBC** é o da Constituição das Leis do Trabalho

Art. 58 - A remuneração do pessoal deve ser compatível com as condições do mercado e a situação econômica-financeira da **FBC**.

Art. 59º - O ingresso no quadro de pessoal da **FBC** depende de prévia habilitação.

Parágrafo Único - Todos os contratos de trabalho firmados pela **FBC** conterão cláusulas dispondo que, de acordo com as necessidades do serviço, o empregado poderá ser transferido para qualquer local de atuação da entidade ou para onde a mesma tenha escritórios ou representação, observadas as normas legais pertinentes.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60º - A **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, tem como objetivo ulterior, a criação da **TV Educar**.

Parágrafo Único - A **TV Educar**, criada nos termos do Caput deste artigo, terá regimento próprio, na forma da Lei, que definirá sua estrutura organizacional e seu funcionamento.

Art. 61º - A **FBC** procederá anualmente, uma avaliação do desempenho das finalidades prevista neste Estatuto, e promoverá os ajustes necessários ao seu bom funcionamento.

Art. 62º - A **FBC** poderá firmar convênios, contratos, comodatos ou outros atos, previstos em Lei, com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, desde que o documento contratual esteja revestido das formalidades legais.

Art. 63º - A **FBC**, por si, ou por seus representantes legais, manterá intercâmbio com organismos públicos ou privados de natureza educacional, cultural, científica e tecnológica, nacionais ou internacionais, desde que revestidos das formalidades legais.

Art. 64º - Este Estatuto só poderá ser reformado se houver necessidade ou conveniência manifesta de sua reforma:

- I - que seja deliberada por 2/3 (dois terço) dos competentes para gerir e representar a Fundação;
- II - que não contrarie ou desvirtue o fim desta;
- III - que seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o Juiz supri-la, a requerimento do interessado.

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP: 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (87) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11movels@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h52) Em teste da verdade
Nárriman Amaral - Tabelião Substituto
Valor: R\$ 2,78 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



Art. 65º - O presente Estatuto consubstancia e consolida o projeto institucional da **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**.

Art. 66º - Ao órgão competente do Ministério Público é assegurado assistir às reuniões dos órgão dirigentes da **FBC**, com direito de discutir as matérias em pauta, nas condições que tal direito se reconhecer aos integrantes da administração da **FBC**.

Parágrafo Único - A **FBC** dará ciência ao órgão competente do Ministério Público das suas sessões ordinárias e extraordinárias, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 67º - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Curador, respeitada a Legislação específica.

Art. 68º - Qualquer alteração dependerá de prévia autorização do Poder Concedente.

Art. 69º - Os administradores da emissora de rádio e da televisão serão brasileiros, nos termos constitucionais e as suas investiduras nos cargos somente poderá ocorrer depois de haverem sido aprovados pelo órgão competente do Ministério das Comunicações.

Art. 70º - Este Estatuto entra em vigor, após sua aprovação pelo órgão do Ministério Público e após seu registro no Cartório de Pessoas Jurídicas, desta cidade de Bom Conselho, do Estado de Pernambuco.

Art. 71º - Os membros da **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Fundação.

APROVADO NA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS E INDICAÇÃO DOS MEMBROS PARA OS ÓRGÃOS COMPETENTES E DOS INSTITUIDORES, EM 23 DE SETEMBRO DE 2004.

IDENTIFICAÇÃO DOS SÓCIOS FUNDADORES:

- 01) - GILSON LUIS DE MACEDO, casado, brasileiro, Radialista, Identidade nº 4470951 SSP/PE., CIC nº 862.704.194-68, residente e domiciliado na Rua Amâncio Antonio do Nascimento, nº 13 - Centro, Bom Conselho/PE.
- 02) - JESUITO BERNARDO DE ARAÚJO, casado, brasileiro, Engenheiro Agrônomo, Identidade nº 202.253 SSP/PB., CIC nº 046.234.444-49, residente e domiciliado na Av. Dr. Jardim, nº 76 - Centro, Garanhuns/PE.
- 03) - ANGÊLA MARIA MACÁRIO DOS SANTOS, casada, brasileira, Professora, Identidade nº 2442993 SSP/PE., CIC nº 496.198.294-68, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 85 - Centro, Bom Conselho/PE.



Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (87) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11moveis@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h52) Em testada da verdade
Nárriman Amaral Tabelão Substituto
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



- 04) – FÁBIO LIMA DOS SANTOS, casado, brasileiro, Professor, Identidade nº 4470693 SSP/PE., CIC nº 862.695.964-68, residente e domiciliado na Rua Vidal de Negreiros, nº 91 – Centro, Bom Conselho/PE.
- 05) – NIVALDO ISÍDIO FÉLIX, casado, brasileiro, Professor, Identidade nº 1.067529 SSP/PE., CIC nº 124.636.554-53, residente e domiciliado na Rua 06 de Abril, nº 201 – Centro, Bom Conselho/PE.
- 06) – JAIME LUÍS DE MACEDO, casado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 1.549.389 SSP/PE., CIC nº 458.613.584-00, residente e domiciliado na Trav. Terezinha Luna, nº 65 – Centro, Bom Conselho/PE.
- 07) – MANOEL JUVENAL VIANA, casado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 1.100.532 SSP/PE., CIC nº 075.519.164-15, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Marques, nº 65 – Centro, Bom Conselho/PE.
- 08) – ANTONIO LAURENTINO DOS SANTOS, casado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 29465582 SSP/PE., CIC nº 023.075.318-50, residente e domiciliado na Trav. Terezinha Luna, nº 12 – Centro, Bom Conselho/PE.
- 09) – HIGO JÚLIO GOMES, solteiro, brasileiro, Universitário, Identidade nº 6424465 SDS/PE., CIC nº 052.372.754-27, residente e domiciliado na Rua Joaquim Tenório Vaz, nº 50 – Boa Vista, Garanhuns/PE.
- 10) – ELIANE MARIA CALADO DE RAÚJO, casada, brasileira, Professora, Identidade nº 2.206.888 SSP/PE., CIC nº 354.697.224-49, residente e domiciliado na Av. Dr. Jardim, nº 76 – Centro, Garanhuns/PE.
- 11) – JOSÉ ERNANDES PEGADO CORTEZ, casado, brasileiro, Autônomo, Identidade nº 5.324.217 SSP/PE., CIC nº 024.009.804-89, residente e domiciliado na Rua da Saudade, nº 60 – Indiano, Garanhuns/PE.
- 12) – UBIRAJARA INÁCIO DOS SANTOS, viúvo, brasileiro, Autônomo, Identidade nº 653.535 SSP/PE., CIC nº 015.218.294-20, residente e domiciliado na Rua Cel. José de Almeida, nº 246 – Boa Vista, Garanhuns/PE.
- 13) – JOSÉ MARIA DE SOUSA XAVIER, solteiro, brasileiro, Auxiliar de Escritório, Identidade nº 2.356.785 SSP/PE., CIC nº 549.905.644-72, residente e domiciliado no Sítio Saquinho, S/N – Zona Rural, Garanhuns/PE..
- 14) – ANDRÉA DOS SANTOS CALADO, casada, brasileira, Administradora de Empresa, Identidade nº 3.249372 SSP/PE., CIC nº 679.967.604-20, residente e domiciliada no Sítio Serra Verde, S/N – Zona Rural, Brejão/PE.
- 15) – JOÃO FERREIRA ARAÇÁ, desquitado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 8.326.908 SSP/PE., CIC nº 698.293.818-20, residente e domiciliado na Vila Santa Rita, S/N, Brejão/PE.

18

Comunicar
18
H
SCE



16 - SOCORRO VIANA DE ARAÚJO, casada, brasileira, Professora, Identidade nº 3.300.281 SSP/PE., CIC nº 471.549.004-82, residente e domiciliada na Rua Vereador José Câmara Guimarães, nº 79, Aptº 5 - 2º andar - Aloísio Pinto, Garanhuns/PE.

MEMBROS DA DIRETORIA:

Diretor-Presidente: Jesuito Bernardo de Araújo
Diretor-Técnico: Gilson Luis de Macedo
Diretor-Administrativo e Financeiro: Ângela Maria Macário dos Santos

CONSELHO CURADOR:

José Gomes de Lima (Presidente)
José Ricardo Lopes Ferreira
Carlos Roberto da Silva

CONSELHO FISCAL:

José Ernandes Pegado Cortez (Presidente)
Fábio Lima dos Santos
Nivaldo Isídio Félix

CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO:

Drª Catherine Labouré Guimarães Silva (Presidente)
Manoel Juvenal Viana
Antonio Laurentino dos Santos

Bom Conselho, 23 de setembro de 2004.

Jesuito Bernardo de Araújo
Instituidor

Gilson Luis de Macedo
Instituidor

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (87) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11movels@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h55) Em teste da verdade
Nárriman Amaral-Tabelião Substituto
Valor: R\$ 2,30 TAXA: R\$ 0,40 Total: R\$ 2,70

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO



Rh.
Com vistas.



2000

O Ministério Público Estadual
por sua Promotora de justiça desta ci-
dade de Bom Conselho, verificando a
documentação que me foi apresentada
não detectou nenhuma irregu-
laridade com relação ao Estatuto
da Fundação Bom Conselho.

Bom Conselho, 25/11/2004

Mauro



Maria Aparecida Alcântara Siebra
Promotora de Justiça

Bom Conselho - PE - Fone/Fax (07) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11novos@hotmail.com

1º Ofício
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé, da verdade Bom Conselho, 27-09-2012 (09h52) Se testar, da verdade Maria Amarel - Substituta
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,49 Total: R\$ 2,87
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO



DO NOTÁRIAS - 2º Ofício
RECONHECIMENTO a(s) Firma(s)
Autenticidade de firma
Data fe: 07 DEZ. 2004

Fernando Vieira do Barros - Tabelião
Araújo Bezerra Vieira de Barros - Substituta
Emol.: 1,76 TSNF: 0,35 Total: 2,11
Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização



Registro de Pessoa Jurídica	
Apresentado para registro hoje às	09:30
horas, livro nº	A-3
R 184	fls. 246/256
Em Conselho, 13 de	DEZ 2004
NARRIMAN SOARES AMARAL OFICIAL SUBSTITUTA	

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, REALIZADA EM 23/09/2004.

Ministério das Comunicações
Fls. 21
SCE

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2004 (dois mil e quatro), às 9:00 (nove) horas, na sala do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Conselho, reuniram-se com o propósito de constituírem uma Fundação, sociedade de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, nos termos da legislação vigente, as pessoas Abaixo relacionadas, consideradas associados fundadores: **01** – GILSON LUIS DE MACEDO, casado, brasileiro, Radialista, Identidade nº 4470951 SSP/PE., CIC nº 862.704.194-68, residente e domiciliado na Rua Amâncio Antonio do Nascimento, nº 13 – Centro, Bom Conselho/PE. **02** – JESUITO BERNARDO DE ARAÚJO, casado, brasileiro, Engenheiro Agrônomo, Identidade nº 202.253 SSP/PB., CIC nº 046.234.444-49, residente e domiciliado na Av. Dr. Jardim, nº 76 – Centro, Garanhuns/PE. **03** – ANGÉLA MARIA MACÁRIO DOS SANTOS, casada, brasileira, Professora, Identidade nº 2442993 SSP/PE., CIC nº 496.198.294-68, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 85 – Centro, Bom Conselho/PE. **04** – FÁBIO LIMA DOS SANTOS, casado, brasileiro, Professor, Identidade nº 4470693 SSP/PE., CIC nº 862.695.964-68, residente e domiciliado na Rua Vidal de Negreiros, nº 91 – Centro, Bom Conselho/PE. **05** – NIVALDO ISÍDIO FÉLIX, casado, brasileiro, Professor, Identidade nº 1.067529 SSP/PE., CIC nº 124.636.554-53, residente e domiciliado na Rua 06 de Abril, nº 201 – Centro, Bom Conselho/PE. **06** – JAIME LUÍS DE MACEDO, casado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 1.549.389 SSP/PE., CIC nº 458.613.584-00, residente e domiciliado na Trav. Terezinha Luna, nº 65 – Centro, Bom Conselho/PE. **07** – MANOEL JUVENAL VIANA, casado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 1.100.532 SSP/PE., CIC nº 075.519.164-15, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Marques, nº 65 – Centro, Bom Conselho/PE. **08** – ANTONIO LAURENTINO DOS SANTOS, casado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 29465582 SSP/PE., CIC nº 023.075.318-50, residente e domiciliado na Trav. Terezinha Luna, nº 12 – Centro, Bom Conselho/PE. **09** – HIGO JÚLIO GOMES, solteiro, brasileiro, Universitário, Identidade nº 6424465 SDS/PE., CIC nº 052.372.754-27, residente e domiciliado na Rua Joaquim Tenório Vaz, nº 50 – Boa Vista, Garanhuns/PE. **10** – ELIANE MARIA CALADO DE RAÚJO, casada, brasileira, Professora, Identidade nº 2.206.888 SSP/PE., CIC nº 354.697.224-49, residente e domiciliado na Av. Dr. Jardim, nº 76 – Centro, Garanhuns/PE. **11** – JOSÉ ERNANDES PEGADO CORTEZ, casado, brasileiro, Autônomo, Identidade nº 5.324.217 SSP/PE., CIC nº 024.009.804-89, residente e domiciliado na Rua da Saudade, nº 60 – Indiano, Garanhuns/PE. **12** – UBIRAJARA INÁCIO DOS SANTOS, viúvo, brasileiro, Autônomo, Identidade nº 653.535 SSP/PE., CIC nº 015.218.294-20, residente e domiciliado na Rua Cel. José de Almeida, nº 246 – Boa Vista, Garanhuns/PE. **13** – JOSÉ MARIA DE SOUSA XAVIER, solteiro, brasileiro, Auxiliar de Escritório, Identidade nº 2.356.785 SSP/PE., CIC nº 549.905.644-72, residente e domiciliado no Sítio Saquinho, S/N – Zona Rural, Garanhuns/PE. **14** – ANDRÉA DOS SANTOS CALADO, casada, brasileira, Administradora de Empresa, Identidade nº 3.249372 SSP/PE., CIC nº 679.967.604-20, residente e domiciliada no Sítio Serra Verde, S/N – Zona Rural, Brejão/PE. **15** – JOÃO FERREIRA ARAÇÁ, desquitado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 8.326.908 SSP/PE., CIC nº 698.293.818-20, residente e domiciliado na Vila Santa Rita, S/N, Brejão/PE. **16** – SOCORRO VIANA DE ARAÚJO, casada, brasileira, Professora, Identidade nº 3.300.281 SSP/PE., CIC nº 471.549.004-82, residente e domiciliada na Rua Vereador José Câmara Guimarães, nº 79, Aptº 5 – 2º andar - Aloísio Pinto, Garanhuns/PE. A Assembléia indicou para presidir os trabalhos o Sr. Jesuito Bernardo de Araújo, secretário José

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (07) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11mpeis@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h52) Em test. da verdade
Nárriman Amaral - Tabela Substituta
Valor: R\$ 2,30 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86



Osman B. de Holanda
OAB-PE 11.284

Ernandes Pegado Cortez para lavrar a presente ata, assumindo a direção dos trabalhos, o senhor presidente desta Assembléia solicitou que fosse lido, explicado e debatido o projeto de estatuto da sociedade anteriormente elaborado o que foi artigo por artigo, após ter sido explicado os objetivos de constituição da FUNDAÇÃO e feita a leitura do Estatuto Social a mesma, colocou a proposta em votação, assim sendo verificou-se que o estatuto foi aprovado pelo voto dos associados fundadores cujos nomes estão devidamente designados nesta ata. O Presidente dos trabalhos explicou que como determina a legislação havia necessidade de se indicar dois nomes para serem Instituidores da Fundação para representá-la junto ao Ministério Público, digo Promotoria de Justiça Curador de Fundações de Bom Conselho/PE. e ao Cartório do Registro de Bom Conselho, ainda, tendo o poder de fazer a indicação da primeira Diretoria, bem como do primeiro Conselho Curador, do Conselho Fiscal e do Conselho de Programação e Produção, para o quadriênio 2004/2008, encerrando o mandato em 23/09/2008, também tendo o poder de indicar o responsável pela elaboração dos Estatutos Sociais da Fundação, tendo ao final sido escolhido por unanimidade os Srs. Gilson Luis de Macedo e Jesuito Bernardo de Araújo. Assumindo a função de Instituidores, estes procederam a indicação para à **DIRETORIA EXECUTIVA**: **Diretor-Presidente**: Jesuito Bernardo de Araújo; **Diretor-Técnico**: Gilson Luis de Macedo; **Diretora Administrativa e Financeira**: Ângela Maria Macário dos Santos, para o **CONSELHO CURADOR**: **Efetivos**: Pe. José Gomes de Lima (**Presidente**); José Ricardo Lopes Ferreira; e Dr. Carlos Roberto da Silva, para o **CONSELHO-FISCAL**: **Presidente**: José Ernandes Pegado Cortez; **Membros**: Fábio Lima dos Santos; e Nivaldo Isídio Félix, para o **CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO**: **Presidente**: Dra. Catherine Labourê Guimarães Silva; **Membros**: Manoel Juvenal Viana; e Antonio Laurentino dos Santos. Por final, os Instituidores indicaram o Sr. Osman B. de Holanda Cavalcanti – Advogado, registrado na OAB-PE sob o nº 11.284, que terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentação da minuta do Estatuto à Promotoria de Justiça de Fundações. Ao final, os Instituidores colocou aos presentes suas indicações para apreciação, discussão e votação, tendo sido aprovados por unanimidade. Todos já devidamente qualificados, nesta, prosseguindo os Instituidores empossou todos os membros nos seus respectivos cargos, tendo o presidente recém empossado assumindo a direção dos trabalhos, agradeceu a colaboração dos presentes e declarou definitivamente constituída nesta data para o futuro a FUNDAÇÃO BOM CONSELHO – FBC, com sede em Bom Conselho, Estado de Pernambuco que tem por objetivo promover ações Assistenciais, educativas e Culturais, através da radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como por meio de outras tecnologias aplicadas à Assistência Social, à Educação e à Cultural, atendendo às necessidades dos municípios de instalação das emissoras e outras regiões atendidas pelo alcance da rádio e televisão Educativa, no campo da educação formal e não formal. Como nada mais houvesse a ser tratado o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos e eu José Ernandes Pegado Cortez que servi de secretário lavrei a presente ata que lida e achada conforme contém as assinaturas de todos os associados fundadores, conforme o próprio livro original, como prova a livre vontade de cada um de organizar a Fundação. Bom Conselho-PE, 23 de setembro de 2004.

José Ernandes Pegado Cortez
Secretário da Assembléia

Jesuito Bernardo de Araújo
Presidente

SERVIÇOS NOTARIAIS - 2º OFÍCIO

Algacyr Fernando Vieira de Barros - Tabelião
Jandiô Araújo Bezerra Vieira de Barros - Substituto
Pça. João Pessoa, 42-B - 55.330-000 - Bom Conselho - PE

RECONHECO a(s) firma(s) de José Ernandes Pegado Cortez, Jesuito Bernardo de Araújo e Osman Benício de Holanda Cavalcanti, Advogado, registrado na OAB-PE sob o nº 11.284, que terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentação da minuta do Estatuto à Promotoria de Justiça de Fundações.

Em 07.12.2004 Em test. (2004)
Emol.: 5,24 TFSN: 105 Total: 6,38
Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização

José Ernandes Pegado Cortez

OSMAN BENÍCIO DE HOLANDA CAVALCANTI
OFICIAL

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (87) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11mveis@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h52 Em test. da verdade
Nárriman Amaral - Tabelião Substituto
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

"VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO"

Selo de Autenticidade e Fiscalização

FIRMA 2

ANEXO 2

ANEXO 3

ANEXO 4

ANEXO 5

ANEXO 6

ANEXO 7

ANEXO 8

ANEXO 9

AAT 18836

ADI 23188

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h52 Em test. da verdade
Nárriman Amaral-Tabalia Substituta
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO



Nº documento:
1766516
Nº auto:
2012/8296 56

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOM CONSELHO



Ministério das Comunicações
Fls. 23
Rubrica 4
SCE

Procedimento Administrativo
Procedimento para instauração de Fundação Pública
Manifestação Ministerial - Fundação Bom Conselho
Instituidor: GILSON LUIS DE MACEDO.

Nº documento:
1766535
Nº auto:
2012/82 9656

A Fundação Bom Conselho, já havia apresentado ao Ministério Público local para manifestação, sendo que em 25 de novembro de 2004, foi emitido parecer favorável, a criação da referida instituição.

Toda a documentação foi reapresentada ao Ministério Público, vez que segundo os seus componentes, houve preclusão do prazo, com relação ao tramite do processo na ANATEL.

Assim, trata-se de novo requerimento de manifestação ministerial acerca da criação da **INSTITUIÇÃO FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, (FBC), CNPJ nº 07.131.366/0001-49, conforme minuta da Escritura Pública anexa.

Referida instituição tem por objeto sistema de rádio Difusão, com finalidades definidas claramente na escritura Pública.

Analisando detalhadamente toda a documentação apresentada, considera-se que atendeu todos os requisitos legais, entretanto no que se refere aos bens, pelo M.P. foi detectada insuficiência dos mesmos, tendo como parâmetro os fins a que se destina a instituição.

Em reunião na Sede da Promotoria de Justiça, esta Promotora de Justiça, fez a exposição, no que se refere a única falha detectada na documentação apresentada, sendo que ficou acordado, a devida correção.

Maria Aparecida Vicentini Soares
Promotora de Justiça

Entretanto, atendendo a requerimento dos instituidores no que se refere aos prazos da tramitação na ANATEL, o Ministério Público está condicionando o presente parecer favorável, à apresentação, no prazo de 60 (sessenta) dias, bens compatíveis, desimpedido e livres para fazer parte dos bens da presente instituição, por considerar que os apresentados no Estatuto são insuficientes para os fins a que se destina.

No mérito, analisando o conteúdo dos documentos anexos o Ministério Público Estadual, se manifesta pelo DEFERIMENTO da aprovação da Escritura Pública da Fundação BOM CONSELHO, uma vez que não foi detectado nenhuma irregularidade com relação ao Estatuto da Fundação Bom Conselho e por entender que as cláusulas da Escritura Pública atende as exigências legais, tudo isso condicionado a apresentação, no prazo de 60 dias, de bens compatíveis e livres.



Bom Conselho - PE., 17 de agosto de 2012.


Maria Aparecida Alcântara Siebra
Promotora de Justiça





FUNDAÇÃO BOM CONSELHO
Rua Amâncio Antonio do Nascimento, 13 – Centro – B. Conselho - PE
CEP 55330-000 - Fone: (87) 8815.6446
CNPJ 07.131.366/0001-49

ILMª. SRª. NARRIMA SOARES AMARAL, TABELIÃ DO CARTÓRIO AMARAL 1º OFÍCIO DE BOM CONSELHO/PE.



GILSON LUIS DE MACEDO, brasileiro, casado, Radialista/Programador, residente e domiciliado na Travessa Professora Terezinha Luna, nº 26 – Centro, Bom Conselho, Estado de Pernambuco, Presidente da Fundação Bom Conselho, CNPJ Nº 07.131.366/0001-49, com fundamento na Lei Cartorial, vem, à presença de Vossa Senhoria, requerer o Registro das respectivas Atas da Assembléia de Eleição do Conselho Curador, desta Fundação.

De féio e pecias.

Assub-e.

Bom Conselho, 21 de agosto de 2012

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

NARRIMA SOARES AMARAL
OFICIAL

Bom Conselho, 21 de agosto de 2012.



PRESIDENTE:

a) Gilson Luis de Macedo



Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (87) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11movels@hotmail.com

Reconheço por autenticidade a firma de
Gilson Luis de Macedo
lançada em minha presença. Dou fé.
Bom Conselho, 24-08-2012 Em testis da verdade
Narriman Amaral-Tabeliã Substituta
Valor: R\$ 2,79 TAXA: R\$ 0,50 Total: R\$ 3,29

VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO



Cartório Amaral
1º Ofício

Nárriman Soares Amaral
Tabeliã e Oficial

Josemilda de Lima M. Amaral
Escrevente

Januzilla Amaral de Matos
Escrevente

Anna Thereza Soares Amaral
Escrevente



NÁRRIMAN SOARES AMARAL, Tabeliã e Oficial Substituta, no exercício da titularidade do 1º (primeiro) Serviço Notarial e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Anexos, desta cidade do Bom Conselho, estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO



CERTIFICA que, averbou nesta data, sob o nº 2, matrícula nº 182, à folha 103 a 104, livro nº A-6. ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, DO DIA QUATORZE DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE, PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO CURADOR, Bom Conselho/PE. O referido é verdade, dou fé. Bom Conselho, 24 de agosto de 2012.



Nárriman Soares Amaral
- Oficial -



Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (07) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral1moveis@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h32). Em testem da verdade
Nárriman Soares Amaral - Tabeliã Substituta
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

"VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO"

"aperfeiçoa a obra" Aristóteles.

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER FULCRAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Estado de Pernambuco



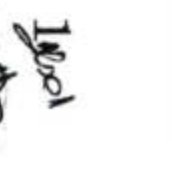
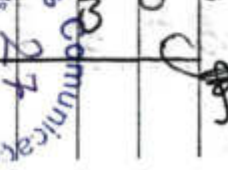
1991
Ata da Assembleia Geral Ordinária da Fundação
Bom Conselho, do dia quaterze do mês de maio do
ano de deis mil e doze, para eleição dos membros
do Conselho Juuador.

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de deis
mil e doze, aos dezesseite horas, na sede do SINTRAF
Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco,
CEP: 55330-000, reuniram-se em terceira convocação
os membros do Conselho Juuador e associados
junção para procederem às eleições do Conselho Juuador
conforme determinação do Estatuto, Artigo 26, item
I e V. o qual teve um mandato de quatro anos, inici-
do-me hoje aos quatorze dias do mês de maio a qu-
terze de maio de deis mil e dezesseis, conforme Art-
21 e 22 dos Estatutos da Fundação, tendo sido es-
poca presidida em trabalhos o Senhor Instituidor
Rui de Macedo que deu início a Assembleia conue-
em demais membros a fazerem parte da mesma. In-
em trabalhar o Sr. Presidente fez uma releitura dos
do Estatuto da Fundação no que diz respeito a
de procedimentos para a escolha do Conselho Juuador
Em seguida o Sr. Presidente recebeu aos presentes
fizerem aos deudas indicações, que assim se procedi-
rendo assim apresentando a seguinte composição
Conselho Juuador: Manuel Gabriel da Silva, Brasil
peixeiro, Professor, CPF 862.683.924-34, RG 4440931
SSP/PE, residente na Av. Marechal Deodoro, 21, Centro -
Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; Jeruato Bernardo de
Araújo, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, CPF
046.234.444-49, RG 202.253 SSP/PB, residente na
Rua Amâncio Antônio do Nascimento, 13, Centro - Bom
Conselho / PE - CEP 55330-000; e, Maria Eliza Gadelha

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (87) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral@imoveis@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO FRENTE E VERSO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a
original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h53) Em teste da verdade
Nariman Amaral - Tabelião Substituto
Valor: R\$ 2,30 Taxa: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,78



da Silva, brasileiro, solteiro, Auxiliar Administrativo, CPF 058.661.944-57, RG 6507.982 SDS/PE, residente na Avenida Tenente Raul de Holanda, 87, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000. E, como suplentes: Lucivaldo Viana, brasileiro, casado, Autônomo, CPF 043.762.264-09, RG 6058554 SSP/PE, residente na Avenida Santa Maria, 23, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; e, Bernardo Cicero de Oliveira, brasileiro, casado, Comerciante, CPF 066.295.804-78, RG 1323434 SSP/PE, residente na Rua Tancredi Neves, s/nº, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000. Após discussão e votação foi aprovado por unanimidade. E como determina o Artigo 21, foi indicado pelos demais conselheiros como Presidente o Senhor Jesuito Bernardo de Araújo. E, ainda como estabelece o Artigo 21, item IV e V o Conselho procedeu à escolha da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, ficando assim constituído: Diretoria Executiva - Diretor-Presidente, Gilson Luis de Macedo, brasileiro, casado, Radiologista, CIC 862.704.194-68, RG 4470951 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, 91, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; Diretor-Técnico, Luiz Clério Duarte, brasileiro, viúvo, Jornalista, CIC 005.019.304-00, RG 607913 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Luiz Pompeu da Rocha, 01, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; e Diretor-Administrativo e Financeiro, Angela Maria Macário das Santos, brasileira, casada, Professora, CIC 496.198.294-68, RG 2442993 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, 85, Centro, Bom Conselho / PE - CEP 55330-000. Conselho Fiscal - Juclilde Martins de Melo Barbosa, brasileira, casada, Doméstica, CIC 440.603.474-50, RG 6512302 SDS/PE, residente e domiciliada na Rua Frei Damiano, 114, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; Manuel Messias Nogueira de Melo, brasileiro, casado, Agricultor, CIC 651.971.434-87, RG 3991302 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua dos Guoraxapés,

2002

218, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; e, Adilson Soares de Oliveira, brasileiro, casado, Autônomo, CIC 190.709.918-28, RG 2365375 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, 81, Centro, Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; Conselho de Programação - Carlos Adelmar Menturo Duarte, brasileiro, casado, Professor, CIC 848.988.794-20, RG 4117415 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Joaquim Dias de Melo, 36, Centro, Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; José Alves Barbosa, brasileiro, casado, Radialista, CIC 693.076.604-68, RG 38175223 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Frei Damião, 114, Centro, Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; e Jefferson Luis Oliveira Fitipl di Gomes, brasileiro, casado, Radialista, CIC 579.658.464-20, RG 3340303 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Travessa Professora Terezinha Luna, 26, Centro, Bom Conselho / PE - CEP 55330-000, para um mandato de igual período. Em seguida foi dada posse aos membros eleitos. E, não havendo mais nada a tratar foi encerrada pelo Presidente a Assembleia da qual foi lavrada a presente Ata, que após lida e achada conforme vai assinada por mim, Maria Eliza Gadella da Silva, que secretariei os trabalhos, por todos os membros do Conselho e Associados presentes. Esta conforme com o próprio livro original; dou fé. Bom Conselho, quinze do mês de maio do ano de dois mil e doze.

[Assinatura]

Gilson Luis de Macedo
Maria Eliza Gadella da Silva

Ministério das Comunicações - SCE
Fls. 28
Rubrica H

CARTÓRIO AMARAL 1º OFÍCIO
MARIAN SOARES AMARAL
Selo de Autenticidade Oficial

Cartório Amaral
1º Ofício
Rua Dr. Manoel Borba, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (07) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral1@movels@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO FRENTE E VERSO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.
Bom Conselho, 27-08-2012 (09h53) Eu, *[Assinatura]*, da verdade.
Marian Soares Amaral - Tabelião Substituto
Valor: R\$ 2,38 TAXA: R\$ 0,48 Total: R\$ 2,86

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ
Selo de Autenticidade Oficial
AUTENTICAÇÃO
BJT090629

Lista de presença da Assembleia Geral Ordinária da
Fundação Bom Conselho, para eleição dos membros do
conselho curador, realizada em quatorze do mês de maio
de dois mil e dez.

João Luiz de Almeida Filho
Resistência

Reinaldo dos Santos

Carlos Amador

Angela Maria Macário das Santos

Manuel Cabral da Silva

João Carlos Ferreira da Silva

Orlando Soares

Manoel Maria Soares de Melo

Araci Alves Barbosa

Jucileide Martins de Melo Barbosa

Adilson Soares de Oliveira

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE PERNAMBUCO

Ato Notarial
ou de Cartório

ABY096781

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Barbosa, 105 - CEP 55330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (07) 3771-3002
E-mail: cartorioamaral11movels@hotmail.com

Registro de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas.

Apresentado para registro hoje às 09:00hs. Protocolo nº

2º 92, fl. 59, livro A - 2. Averbado sob o nº AV2-R184 fls. 103

3 104, livro A-6. Bom Conselho, 24 de agosto de 2012.

Nárriman Soares Amaral - Oficial

VALIDO SOUENTE CIVIL SELLO DE AUTENTICIDADE E FIDELIZACIÓN



CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 001/2012



CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM CONSELHO** E A **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, COM VISTAS À PARTICIPAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DE RADIODIFUSÃO SONORA, A SEREM OUTORGADOS PELO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E EXPLORADOS PELA FUNDAÇÃO BOM CONSELHO.

Pelo presente instrumento particular, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF nº 11.285.954/0001-04, com sede na Rua Vidal de Negreiros, nº 43, centro, Bom Conselho/PE, CEP: 55.330-000, neste ato representado pela sua prefeita, Sra. **JUDITH VALÉRIA ALAPENHA DE LIRA**, brasileira, casada, prefeita, RG 2.067.502, CPF/MF nº 286.790.754-34, residente e domiciliado à Rua Gervásio Pires, 52 – Centro – CEP: 55.330-000 – Bom Conselho/PE, doravante denominado **CONVENIENTE**, e do outro lado a **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, com sede na Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CEP: 55.330-000, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **GILSON LUIS DE MACEDO**, brasileiro, casado, Radialista, RG 4470951 SSP/PE, CPF/MF nº 862.704.194-68, residente e domiciliado na Rua Amâncio Antonio do Nascimento, nº 13 – Centro, Bom Conselho/PE – CEP 55330-000, doravante denominada **CONVENIADA**, tendo em vista as normas de Direito Público aplicáveis ao caso, combinadas com os princípios constitucionais e administrativos, têm justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O termo *sub oculi* fulcra-se nos princípios fundamentais do Direito Administrativo, mormente o da supremacia do interesse público, sem embargo da observância das normas previstas na Lei Federal 8.666/93, mormente aquelas previstas no seu art. 116.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente **Convênio** tem por objeto a cooperação mútua para fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação pela **CONVENIENTE** e **oferecimento de espaços na programação radiofônica da CONVENIADA**, na área de EXTENSÃO ESCOLAR, de forma gratuita, em caso de a CONVENTE obter outorga para execução de serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, no canal 291E, classe C, Frequência 106,1 MHz, previsto no Plano Básico de distribuição de canais para o Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco.

Parágrafo primeiro – O conteúdo do programa cuja execução é o objeto do presente termo está regulamentado pelo decreto 52.795 de 31 de outubro de 1963, alterada pelo Decreto nº 7.670, de 2012 e pelas portarias e resoluções do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES RECÍPROCAS

3.1. OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

a) Contribuir com a produção de programas educativo-culturais dentro do escopo dos cursos de nível médio e técnico das instituições de ensino do município ou das limitações da CONVENIADA, fornecendo

- informações formativas indispensáveis à perfeita realização da presente proposta e visando o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;
- b) Disponibilizar, quando necessário, as dependências físicas das instituições de ensino de nível médio e técnico administrados pelo município, incluindo também, caso necessário, a designação de servidores vinculados a projetos de divulgação e popularização da ciência e tecnologia da CONVENIENTE para matérias e reportagens educativo-culturais que sejam de seu interesse por período e local por ela designados.
- c) Trabalhar integrada com a CONVENIADA, visando ao interesse maior que é a DIVULGAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no âmbito educativo-cultural, fornecendo o apoio pedagógico necessário à consecução do objeto social da fundação;
- d) A CONVENIENTE declara que a presente cessão de programas educativo-culturais não implica em nenhum vínculo empregatício de seus produtores como docentes, discentes e técnicos ou de colaboradores culturais seus com a CONVENIADA, sendo um trabalho, exclusivamente, voluntário que objetiva a educação através da radiodifusão para a região de Bom Conselho;
- e) Avaliação, a ser realizada conjuntamente com a CONVENIENTE ao final de cada ano, dos resultados produzidos pela consecução do objeto deste convênio;
- f) Promoção de eventos que visem à formação contínua de profissionais da área de educação: cursos, congressos, simpósios, etc.
- g) respeitar sempre a linha editorial adotada pela CONVENIADA, nunca produzindo programas que venha de encontro à sua filosofia.

3.2. OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

- a) Abrir espaços em sua programação para veiculação de produção educativo-cultural originada e produzida pela CONVENIENTE e destinada à radiodifusão sonora que esteja vinculada a projetos institucionais de divulgação e popularização da ciência e tecnologia desenvolvidas;
- b) Fica estabelecido que, *a priori*, a CONVENIADA destina, nesse primeiro momento, os horários dos sábados das 08:00 às 09:00 horas para a veiculação de programa educativo de responsabilidade da CONVENIENTE, facultado ainda a disponibilidade de veiculações de inserções de divulgação de eventos, programetes e outros programas e notícias de caráter educativo e cultural, incluindo *flashes* ao vivo de eventos, todos promovidos pela CONVENIENTE, em quaisquer outros horários, mediante prévio e expresso acordo e consentimento das partes conveniadas;
- c) Este trabalho será prestado de forma voluntária pela CONVENIENTE, como meio de contribuir para a educação da região, sem nenhum ônus para a CONVENIENTE;
- d) A CONVENIADA concede espaço dentro da programação destinada à CONVENIENTE para anunciar entidades de direito público e privado patrocinadoras das produções de programas de radiodifusão sonora educativa-culturais na forma de apoio cultural, conforme Lei 9.637 (15/05/1998), sendo restrita aos momentos de veiculação de chamadas dos programas e dos programas originadas da CONVENIENTE.
- e) Cooperar na produção do conteúdo do programa objeto deste convênio;

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

Qualquer divulgação das atividades decorrentes deste convênio, promovida por qualquer das partes, deverá sempre fazer menção à cooperação ora acordada.

Parágrafo único – A publicidade dos atos praticados em função deste convênio deverá restringir-se a caráter educativo, técnico-científico ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O prazo de duração do convenio em tela deverá ser de 10 (dez) anos, contado a partir de sua assinatura.

Parágrafo único - Admitir-se-á, na forma da lei, rescisão ou prorrogação deste convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Por iniciativa de qualquer das partes e sob expressa anuência de ambas, o presente convênio poderá a qualquer tempo, no período de sua vigência, sofrer alterações, desde que razões de natureza legal,

administrativa ou técnica assim aconselhem, devendo, no entanto, permanecerem preservados os objetivos expressos à cláusula segunda deste termo.



CLÁUSULA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO DO TERMO DE CONVÊNIO

Constitui motivo para a rescisão do presente instrumento, independentemente de Notificação Judicial, o descumprimento, por qualquer uma das partes, das cláusulas retro-estipuladas, ficando facultada a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

Parágrafo primeiro - O presente termo poderá ser rescindido, de imediato, por inadimplemento de qualquer das partes, através de simples notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, e ainda:

- a) Por conveniência de qualquer das partes, através de manifestação unilateral, espontânea, mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias, não cabendo à outra parte direito a reclamação ou indenização;
- b) No caso de a CONVENIADA transferir, caucionar, ou alienar de qualquer forma os direitos decorrentes deste contrato;
- c) Se ocorrerem fatos supervenientes, imperiosos e alheios à vontade da CONVENENTE, que tornem impossível a continuidade do objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. É defeso às partes ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste convênio, sem prévia anuência por escrito da outra parte.

6.2. As partes conveniadas obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Convênio em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

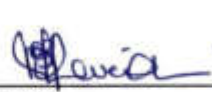
6.3. Para os efeitos de direito valem para este Convênio a Lei nº 8.666/93 e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis e, ainda, para os casos omissos, os princípios gerais de direito.

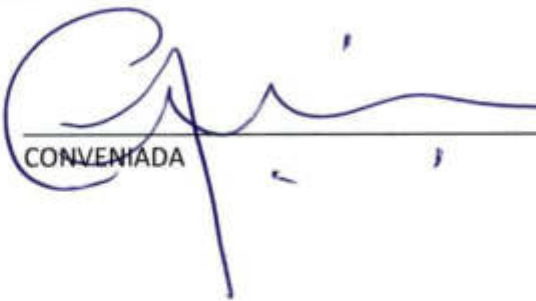
CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, como competente para dirimir toda e qualquer dúvida ou controvérsia resultante do presente Convênio, renunciando expressamente a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

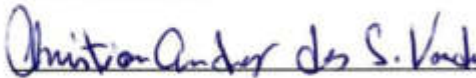
E, assim, as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em quatro vias de iguais teor e forma, com as testemunhas abaixo, a todo o ato presente para os seus legais efeitos.

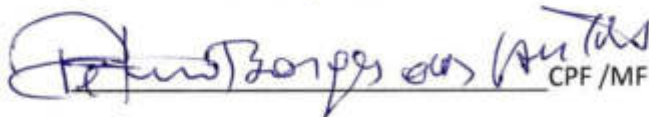
Bom Conselho/PE, 17 de Agosto de 2012.


CONVENENTE


CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

 CPF/MF n.º 449-995-914-72

 CPF/MF n.º 109566514-20





DECLARAÇÃO DE QUANTITATIVO DE ALUNOS

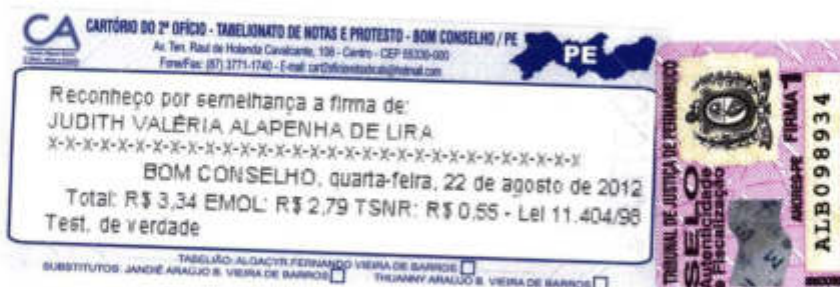
Quantitativo de alunos de nível médio e técnico matriculados na rede municipal de ensino ao qual a fundação de direito privado é vinculada.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF nº 11.285.954/0001-04, com sede na Rua Vidal de Negreiros, nº 43, centro, Bom Conselho/PE, CEP: 55.330-000, neste ato representado pela sua prefeita, Sra. **JUDITH VALÉRIA ALAPENHA DE LIRA**, brasileira, casada, prefeita, RG nº 2.067.502 SSP/PE, CPF/MF nº 286.790.754-34, residente e domiciliado na Rua Gervásio Pires, 52 – Centro – CEP: 55.330-000 – Bom Conselho/PE, declara que mantém vínculo com a **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, personalidade jurídica de direito privado, com sede na Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, por meio de convênio firmado e informa que possui **9.697** (nove mil, seiscentos e noventa e sete) estudantes matriculados em creche, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, na rede municipal.

Bom Conselho/PE, 17 de agosto de 2012.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO
Judith Valéria Alapenha de Lira
CPF/MF nº 286.790.754-34



DECLARAÇÕES DA INETERESSADA



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

Rua Amâncio Antonio do Nascimento 13 – Centro – B. Conselho - PE

CEP 55330-000 - Fone: (87) 8815.6446

CNPJ 07.131.366/0001-49



DECLARAÇÃO

A **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, personalidade jurídica de direito privado, com sede na Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, tendo em vista o Aviso de Habilitação nº 4, datado de 12 de julho de 2012, através de seu representante legal, DECLARA que se compromete a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, §2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão, e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999.

Bom Conselho/PE, 28 de agosto de 2012.

GELSON LUIS DE MACEDO

CPF: 862.704.194-68



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

Rua Amâncio Antonio do Nascimento 13 – Centro – B. Conselho - PE

CEP 55330-000 - Fone: (87) 8815.6446

CNPJ 07.131.366/0001-49



DECLARAÇÃO

A **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, personalidade jurídica de direito privado, com sede na Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, tendo em vista o Aviso de Habilitação nº 4, datado de 12 de julho de 2012, através de seu representante legal, **DECLARA** que:

(i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço no Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, onde pretende instalar a estação; e que

(ii) não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplado com a outorga;

Bom Conselho/PE, 28 de agosto de 2012.


GILSON LUIS DE MACEDO
CPF: 862.704.194-68



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

Rua Amâncio Antonio do Nascimento 13 – Centro – B. Conselho - PE

CEP 55330-000 - Fone: (87) 8815.6446

CNPJ 07.131.366/0001-49



DECLARAÇÃO

A **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, personalidade jurídica de direito privado, com sede na Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, tendo em vista o Aviso de Habilitação nº 4, datado de 12 de julho de 2012, através de seu representante legal, **DECLARA**, para os devidos fins, que dispõe de recursos financeiros para o empreendimento.

Bom Conselho/PE, 28 de agosto de 2012.



GILSON LUIS DE MACEDO
CPF: 862.704.194-68



CERTIDÕES DA ENTIDADE

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 07.131.366/0001-49 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/12/2004
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 115-5 - FUNDACAO MUNICIPAL			
LOGRADOURO PC AMANCIO ANTONIO DO NASCIMENTO	NUMERO 13	COMPLEMENTO SALA 2	
CEP 55.330-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BOM CONSELHO	UF PE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/12/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **22/08/2012** às **09:39:41** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 000162012-15021366

Nome: FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC

CNPJ: 07.131.366/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 16/08/2012.

Válida até 12/02/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO
SECRETARIA DE FINANÇAS

Rua Vidal de Negreiros, 43 - Centro
Bom Conselho - PE FONE: 87-3771-4706
C.N.P.J.: 11.285.954/0001-04



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO N° 2012 e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com os tributos do cadastro mercantil até 16/08/2012.

Contribuinte: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO- FBC		Inscrição Imobiliária Seqüencial Referência Loteamento
Localização: RUA AMANCIO A. NASCIMENTO, 13 CASA, CENTRO		01010020139001 51-4 00000 00000 0000
Natureza: Tributos Municipais		
Razão Social: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO- FBC		
CNPJ / C.P.F.	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil
07131366000149		4561011
Cód. Atividade Princ.: 500104 ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	Cód. Atividade Sec.: 0	
Início Atividade: 04/03/2005	Validade: 16/10/2012	
Observações:(Cad. Imobiliário)		
 José Josenildo de Oliveira Responsável pelo Departamento Mat. 78012		

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO se reserva o direito de cobrar futuramente, quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente relativas ao período a que se refere a presente certidão.

Operador: JOSENILDO

Data: 16/08/2012 Hora: 10:28





GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: **2012.000002519835-83**

Data de Emissão: **03/09/2012**

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: **07.131.366/0001-49**

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado **não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco**. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

, presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **01/12/2012**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC

CNPJ: 07.131.366/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado **que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).**

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 17:21:50 do dia 03/09/2012 <hora e data de Brasília>.

Válida até **02/03/2013.**

Código de controle da certidão: **F617.D99E.A6BC.FA53**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07131366/0001-49
Razão Social: FUNDACAO BOM CONSELHO-FBC
Endereço: /// / 0-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/08/2012 a 26/09/2012

Certificação Número: 2012082810242940317690

Informação obtida em 28/08/2012, às 10:24:29.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



BALANÇO PATRIMONIAL

FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC
PRAÇA AMANCIO ANTONIO DO NASCIMENTO Nº 13 - CENTRO - BOM CONSELHO/PE
CNPJ N.º 07.131.366/0001-49



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

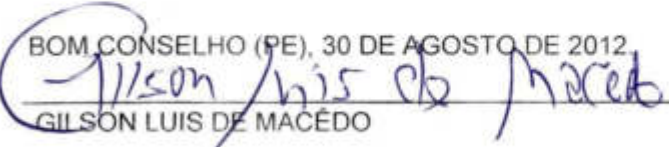
Descrição	Classificação	Exercicio Atual
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA		
Caixa	1101010001	30.000,00 D
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		30.000,00 D
ATIVO PERMANENTE		
Imóveis	1302010017	42.000,00 D
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE		42.000,00 D
TOTAL DO ATIVO		72.000,00 D

PASSIVO

Descrição	Classificação	Exercicio Atual
PATRIMONIO LIQUIDO	240101001	72.000,00 C
TOTAL DO PASSIVO		72.000,00 C

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 30/08/2012, estando de acordo com os dados fornecidos a contabilidade, somando tanto no ATIVO como no PASSIVO o valor de R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais).

BOM CONSELHO (PE), 30 DE AGOSTO DE 2012.


GILSON LUIS DE MACÊDO


Gilene de Fátima Basto Rego
CRC - TC/PE nº 019658/O-8
CPF: 362.382.454-00

GRADE DE PROGRAMAÇÃO



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO
Rua Amâncio Antonio do Nascimento 13 – Centro – B. Conselho - PE
CEP 55330-000 - Fone: (87) 8815.6446
CNPJ 07.131.366/0001-49

GRADE DE PROGRAMAÇÃO DE SEGUNDA A SÁBADO

A FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, personalidade jurídica de direito privado, com sede na Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, tendo em vista o Aviso de Habilitação nº 4, datado de 12 de julho de 2012, através de seu representante legal, vem, por meio deste, apresentar sua grade de programação a ser executada em caso de obtenção da outorga.

Hora	Programa	Característica
05:00 – 07:00	Canto da terra	Programa voltado à música de raiz (várias regiões do Brasil) considerando a música como elemento cultural e essencial para a transformação da sociedade.
07:00 – 08:00	Jornal da manhã	Noticiário Estadual e Nacional (com sonoras e textual) – Programete noticioso de radiodifusão, padrão radiofônico.
08:00 – 09:00	Escola Ativa	Programa voltado às atividades escolares, particularmente os projetos desenvolvidos por professores e alunos da rede3 Municipal de Educação.
09:00 – 12:00	Manhã Educativa	Programa de variedades abordando temas em sua grade como: saúde, família, trânsito, educação, lazer e a cultura local. Voltado para um público diversificado com novidades e entretenimento.
12:00 – 12:30	Bem Brasil	Uma revista da música brasileira no rádio moderno, enfatizando os gêneros que marcam a histórica do povo brasileiro e sua evolução no tempo. Foco para a música popular brasileira.
13:00 – 17:00	Tarde Educativa	O programa Tarde Educação é voltado para um público jovem com informações do mundo estudantil e popular. Trata de diversos temas como: saúde, educação, cultura e lazer.
17:00 – 18:00	Agreste Rural	Programa de jornalismo científico, voltado para o homem do campo, com destaque para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. O objetivo é aproximar cada vez mais a tecnologia com o conhecimento popular.
18:00 – 19:00	Baú da saudade	Destaque para a música da jovem e da velha guarda. Um momento de muita nostalgia com músicas voltadas para um público saudosista.
19:00 – 20:00	Voz do Brasil (fora do ar)	(Programa oficial da EBC)
20:00 – 22:00	Educativa Light	Destaque para a música brasileira. Utilização de poemas e sonetos para abrilhantar a noite do ouvinte regada de muito romantismo.
22:00 – 24:00	Clube do choro	Bossa nova, Chorinho e suas variações.
00:00	Encerramento	

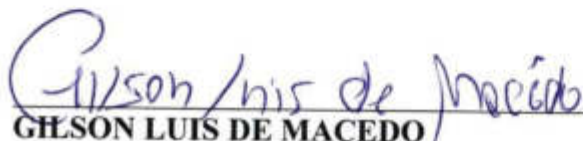


FUNDAÇÃO BOM CONSELHO
Rua Amâncio Antonio do Nascimento 13 – Centro – B. Conselho - PE
CEP 55330-000 - Fone: (87) 8815.6446
CNPJ 07.131.366/0001-49

PROGRAMAÇÃO DE DOMINGO

Domingo		
06:00 – 20:00	Domingo educativa	Programação musical destacando estilos musicais para todos os gostos.

Bom Conselho/PE, 28 de agosto 2012.


GILSON LUIS DE MACEDO
CPF: 862.704.194-68



PROVA DA CONDIÇÃO DE BRASILEIRO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade
e Escanização
ANDRÉ DE
AUTENTICAÇÃO
BLQ008139

CARTÓRIO ROMA REC
8º Ofício de Notas
AUTENTICAÇÃO Conforme
o Original apresentado aqui.
05 SET 2012

Carlos Alberto R. Roma Jr. - Substituto
Robson Jerônimo B. de Lima - Esc. Aut.
Adalberto Matias de S. Magno - Esc. Aut.
Ernesto Antônio Nunes Neto - Esc. Aut.
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade
e Escanização
ANDRÉ DE
AUTENTICAÇÃO
BLQ038144

CARTÓRIO ROMA REC
8º Ofício de Notas
AUTENTICAÇÃO Conforme
o Original apresentado aqui.
05 SET 2012

Carlos Alberto R. Roma Jr. - Substituto
Robson Jerônimo B. de Lima - Esc. Aut.
Adalberto Matias de S. Magno - Esc. Aut.
Ernesto Antônio Nunes Neto - Esc. Aut.
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade
& Fiscalização

ANEXO DE AUTENTICAÇÃO
BLQ038143

5% ZALUO NESTOR AGUIAR
R\$ 2,38
R\$ 0,48
R\$ 0,48
R\$ 2,86

CARTÓRIO ROMA RECIFE
8º Ofício de Notas
AUTENTICAÇÃO Conforme com
o Original apresentado dou fé.

05 SET. 2012

Carlos Alberto R. Roma Jr. - Substituto
Robson Jerônimo B. de Lima - Esc. Aut.
Adalberto Matias de S. Magno - Esc. Aut.
Francisco de Assis Gomes Neto - Esc. Aut.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MEMBRO CP 2442993

Angela Maria Macario dos Santos

Nascimento 29/12/1965

30.04.1981

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade
& Fiscalização

ANEXO DE AUTENTICAÇÃO
BLQ038142

5% ZALUO NESTOR AGUIAR
R\$ 2,38
R\$ 0,48
R\$ 0,48
R\$ 2,86

CARTÓRIO ROMA RECIFE
8º Ofício de Notas
AUTENTICAÇÃO Conforme com
o Original apresentado dou fé.

05 SET. 2012

Carlos Alberto R. Roma Jr. - Substituto
Robson Jerônimo B. de Lima - Esc. Aut.
Adalberto Matias de S. Magno - Esc. Aut.
Francisco de Assis Gomes Neto - Esc. Aut.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

607 913

LUZ CLERIO DUARTE

DATA DE NASCIMENTO 30/09/1940

CO-SECRETARIA HELD DUARTE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



CERTIDÕES DOS DIRIGENTES



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: **Bom Conselho**
Nome: **GILSON LUIS DE MACÊDO**
Documento: **862.724.194-68**
Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: **22/08/2007 até 22/08/2012**
Maioridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 22/08/2012 11:17

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no sistema

Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

PRAÇA DA REPÚBLICA S/N - SANTO ANTONIO - CEP: 50.010-040 - Recife/PE

Fone: (0XX81) 3412.3311

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: **23/08/2012 15h36min**

Data de Validade: **21/09/2012**

Nº da Certidão: **307639/2012**

Nº da Autenticidade: **I8.67.T1.U4.6P**

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **GILSON LUIS DE MACEDO**

Documento Identificação: **4470951 SSP/PE**

CPF: **862.704.194-68**

Nome do Pai: **JAIME LUIS DE MACEDO**

Nome da Mãe: **FRANCISCA MARIA DE MACEDO**

Estado Civil: **Casado**

Nacionalidade: **Brasileira**

Dt Nascimento: **01/07/1973**

Endereço Residencial: **TRAVESSA TEZINHA LUNA , 026**

Compl: **CASA**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **Bom Conselho/PE**

Certifico que NADA CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 21/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

<https://www.tjpe.jus.br/antecedentescriminaiscliente/xhtml/manterCertidao/imprimir.xhtml> 23/8/2012



Cartório do 2º. Ofício – Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 136/12

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

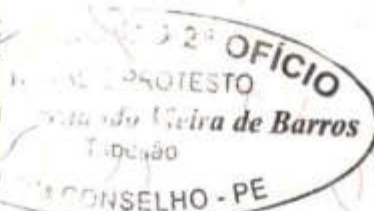
CERTIDÃO

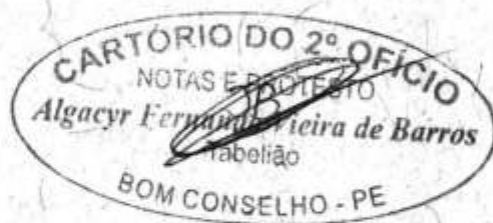


CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, **GILSON LUIS DE MACEDO**, CPF/MF No. 862.704.194-68, residente e domiciliado à Travessa Professora Terezinha Luna, No.26, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 22 de Agosto de 2012.

Em testemunho _____ da verdade,

JOSÉ PEREIRA DE BARROS NETO
 Oficial Privativo do Protesto





AAA 0729293



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: GILSON LUIS DE MACEDO
Inscrição: 036692270817 Zona: 61 Seção: 21
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de nascimento: 01/07/1973 Domiciliado desde: 06/09/1989
Filiação: FRANCISCA MARIA DE MACEDO
JAIME LUIS DE MACEDO

Em 22 de agosto de 2012.


ALDIGINO SILVA DE MENEZES
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM CONSELHO
Fórum Dr. Orlando Cavalcante de Albuquerque



Praça Dom Pedro II, 34, Centro, Bom Conselho/PE, CEP 55330-000 – Fone: (87) 3771-1659/1001

CARTÓRIO ÚNICO DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO CÍVEL

CERTIFICO para os devidos fins de direito que, revendo os livros da Distribuição desta Comarca de Bom Conselho – PE, bem como no Sistema Judwin, verifiquei que **constam em tramitação** as seguintes ações cíveis em desfavor de **LUIZ CLÉRIO DUARTE**, portador do RG 607.913 SSP/PE e do CPF 005.019.304-00: Procedimento Ordinário nº **191-63.2006.8.17.0300**; Interpelação nº **192-48.2006.8.17.0300** e Representação nº **193-33.2006.8.17.0300**. O referido é verdade e dou fé.

Bom Conselho - PE, 22 de agosto de 2012.


Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8
Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário/Distribuidor
Mat. 180.749-8



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

PRAÇA DA REPÚBLICA S/N - SANTO ANTONIO - CEP: 50.010-040 - Recife/PE

Fone: (0XX81) 3412.3311

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 23/08/2012 11h16min

Data de Validade: 21/09/2012

Nº da Certidão: 307097/2012

Nº da Autenticidade: T1.AR.DD.9K.7Z

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **LUIS CLÉRIO DUARTE**

Documento Identificação: 607913 SSP/PE

Data da Emissão: 19/12/2005

CPF: 005.019.304-00

Título de Eleitor: 0052216808-41

Nome do Pai: LÚCIO FERREIRA DUARTE

Nome da Mãe: CONSTANCIA FÉLIX DUARTE

Estado Civil: Viuvo

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 30/09/1940

Endereço Residencial: RUA LUIS POMPEU DA ROCHA, 01

Compl: CASA

Bairro: CENTRO

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 – TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 21/2009 – TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011..

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – www.tjpe.jus.br – no menu -Serviços - Certidão On Line, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

<https://www.tjpe.jus.br/antecedentescriminaiscliente/xhtml/manterCertidao/imprimir.xhtml> 23/8/2012

Cartório do 2º. Ofício - Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 132/12

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO



CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a **inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO**, nos últimos cinco anos, contra, **LUIZ CLÉRIO DUARTE**, CPF/MF No. 005.019.304-00, residente e domiciliado à Rua Luiz Pompeu da Rocha, No. 01, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, **22 de Agosto de 2012**.

Em testemunho JB da verdade,

Jose Barros
JOSE PEREIRA DE BARROS NETO
Oficial Privativo do Protesto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
SELO
Autenticidade
e Fiscalização

ANEXO-PE

CERTIDÃO

ADD058479

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
NOTAS E PROTESTO
Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
BOM CONSELHO - PE





AAA 0729289



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está **quite** com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: **LUIZ CLERIO DUARTE**
Inscrição: 005221680841 Zona: 61 Seção: 16
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de nascimento: 30/09/1940 Domiciliado desde: 16/03/1991
Filiação: CONSTANCIA FELIX DA SILVA
LUCIO FERREIRA DUARTE

Em 23 de agosto de 2012.


LÚCIA MARIA NASCIMENTO MIRANDA
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **ANGELA MARIA MACÁRIO DOS SANTOS**

Documento: 496.198.294-68

Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: 01/12/1986 até 28/08/2012

Maioridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 28/08/2012 11:01

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no

Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

PRAÇA DA REPÚBLICA S/N - SANTO ANTONIO - CEP: 50.010-040 - Recife/PE

Fone: (0XX81) 3412.3311

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 24/08/2012 09h45min

Data de Validade: 22/09/2012

Nº da Certidão: 308361/2012

Nº da Autenticidade: RJ.OY.E4.K1.25

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **ANGEL AMARIA MACARIO DOS SANTOS**

Documento Identificação: 2442993 SSP/PE

CPF: 496.198.294-68

Nome do Pai: .

Nome da Mãe: ODETE OLIMPIO DOS SANTOS

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 19/12/1965

Endereço Residencial: RUA BARÃO DO RIO BRANCO , 81

Compl: CASA

Bairro: CENTRO

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA** nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 21/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

<https://www.tjpe.jus.br/antecedentescriminaiscliente/xhtml/manterCertidao/imprimir.xhtml> 24/8/2012



Cartório do 2º. Ofício – Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
Thuanney Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 141/12

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO

CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, ANGELA MARIA MACÁRIO DOS SANTOS, CPF/MF No. 496.198.294-68, residente e domiciliada à Rua Barão do Rio Branco, No.85, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 28 de Agosto de 2012.

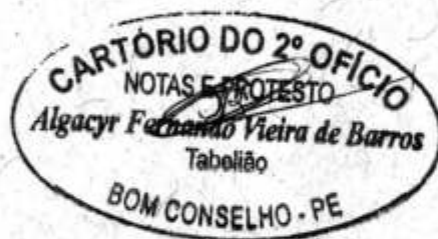
Em testemunho _____ da verdade,

JOSE PEREIRA DE BARROS NETO
Oficial Privativo do Protesto



ADD058489





AAA 0729297

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITA** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS MACEDO**

Inscrição: **018160320884** Zona: 61 Seção: 1

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 19/12/1965 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: ODETE OLIMPIO DOS SANTOS

NAO CONSTA

Certidão emitida às 12:09 de 24/08/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

ADGY.WEJJ.IRH5.OZZW



DECLARAÇÕES DOS DIRIGENTES



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

Rua Amâncio Antonio do Nascimento 13 – Centro – B. Conselho - PE

CEP 55330-000 - Fone: (87) 8815.6446

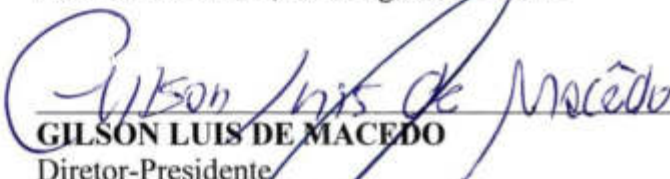
CNPJ 07.131.366/0001-49



DECLARAÇÃO

Os abaixo-assinados, representantes legalmente responsáveis pela **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, personalidade jurídica de direito privado, com sede na Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, tendo em vista o Aviso de Habilitação nº 4, datado de 12 de julho de 2012, **DECLARAM** que não participam da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67.

Bom Conselho/PE, 28 de agosto de 2012.


GILSON LUIS DE MACEDO
Diretor-Presidente
CPF: 862.704.194-68


LUIZ CLÉRIO DUARTE
Diretor Técnico
CPF: 005.019.304-00


ÂNGELA MARIA MACÁRIO DOS SANTOS
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 496.198.294-68



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

Rua Amâncio Antonio do Nascimento 13 – Centro – B. Conselho - PE

CEP 55330-000 - Fone: (87) 8815.6446

CNPJ 07.131.366/0001-49



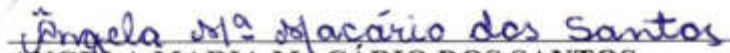
DECLARAÇÃO

Os abaixo-assinados, representantes legalmente responsáveis pela **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, personalidade jurídica de direito privado, com sede na Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, **CNPJ nº 07.131.366/0001-49**, tendo em vista o Aviso de Habilitação nº 4, datado de 12 de julho de 2012, **DECLARAM** que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

Bom Conselho/PE, 28 de agosto de 2012.


GILSON LUIS DE MACEDO
Diretor-Presidente
CPF: 862.704.194-68


LUIZ CLÉRIO DUARTE
Diretor Técnico
CPF: 005.019.304-00


ÂNGELA MARIA MACÁRIO DOS SANTOS
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 496.198.294-68



CERTIDÕES DOS DEMAIS INTEGRANTES



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **JUCILEIDE MARTINS DE MELO BARBOSA**

Documento: *040.603.474-50*

Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: *22/08/2007 até 22/08/2012*

Maioridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 22/08/2012 11:34

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa

Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco

PRAÇA DA REPÚBLICA S/N - SANTO ANTONIO - CEP: 50.010-040 - Recife/PE

Fone: (0XX81) 3412.3311

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 23/08/2012 16h10min

Data de Validade: 21/09/2012

Nº da Certidão: 307708/2012

Nº da Autenticidade: GO.IV.05.18.KT

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **JUCILEIDE MARTINS DE MELO**

Documento Identificação: **6512302 SDS/PE**

CPF: **040.603.474-50**

Nome do Pai: **JULIO BASTO DE MELO**

Nome da Mãe: **JOSEFA DOS SANTOS MARTINS DE MELO**

Estado Civil: **Casado**

Nacionalidade: **Brasileira**

Dt Nascimento: **30/05/1975**

Endereço Residencial: **RUA FREI DAMIÃO, 114**

Compl: **CASA**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **Bom Conselho/PE**

Certifico que NADA CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 – TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 21/2009 – TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011..

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

<https://www.tjpe.jus.br/antecedentescriminaiscliente/xhtml/manterCertidao/imprimir.xhtml> 23/8/2012



Cartório do 2º. Ofício – Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 135/12

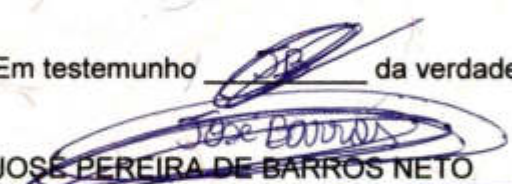
ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

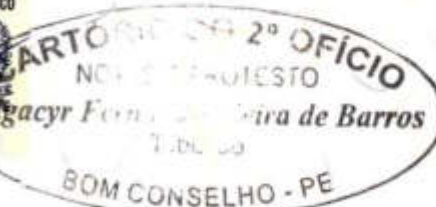
CERTIDÃO

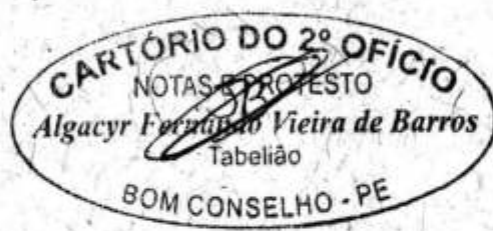


CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, **JUCILEIDE MARTINS DE MELO BARBOSA**, CPF/MF No. 040.603.474-50, residente e domiciliado à Rua Frei Damião, No. 114, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 22 de Agosto de 2012.

Em testemunho _____ da verdade,


JOSE PEREIRA DE BARROS NETO
Oficial Privativo do Protesto





AAA 0729292



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: JUCILEIDE MARTINS DE MELO
Inscrição: 046622620841 Zona: 61 Seção: 133
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de nascimento: 30/05/1975 Domiciliada desde: 05/04/2000
Filiação: JOSEFA DOS SANTOS MARTINS DE MELO
JULIO BASTO DE MELO

Em 23 de agosto de 2012.


MARIA ELITA MELQUIADES DE MELO
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral, constam para a eleitora JUCILEIDE MARTINS DE MELO, nascida em 30/05/1975, filha de JOSEFA DOS SANTOS MARTINS DE MELO e JULIO BASTO DE MELO, número de inscrição eleitoral 046622620841, os seguintes dados cadastrais (MERAMENTE DECLARADOS PELA REQUERENTE, SEM VALOR PROBATÓRIO):

Ocupação: ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO E ASSEMELHADOS
Grau de instrução: LÊ E ESCRIVE
Estado civil: CASADO
Endereço: TRAVESSA JOSE BONIFACIO
CEP: 55330000 Telefone:

Em 23 de agosto de 2012.


MARIA ELITA MELQUIADES DE MELO
AUXILIAR DE CARTÓRIO



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **MANUEL MESSIAS NASÁRIO DE MELO**

Documento: *651.971.434-87*

Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: *22/08/2007 até 22/08/2012*

Maioridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

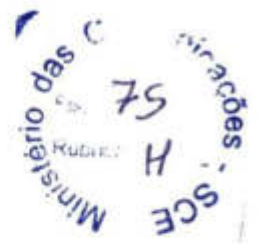
Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 22/08/2012 11:28

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no sistema

Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **MANUEL MESSIAS NASÁRIO DE MELO**

Documento: *3991302 SSP/PE*

Filiação: **JOSÉ NASÁRIO DE MELO**

MARIA JÚLIA DO ESPÍRITO SANTO

Data de nascimento: *03/08/1969*

Detalhes

Período da pesquisa: *01/12/1986 até 24/08/2012*

Maioridade penal do requerente: *03/08/1987*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 24/08/2012 10:41

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no sistema
Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



Cartório do 2º. Ofício – Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 133/12

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO



CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, **MANUEL MESSIAS NASÁRIO DE MELO**, CPF/MF No. 651.971.434-87, residente e domiciliado à Rua dos Guararapes, No. 218, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 22 de Agosto de 2012.

Em testemunho _____ da verdade,


JOSÉ PEREIRA DE BARROS NETO
 Oficial Privativo do Protesto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
SELO
 Autenticidade
 e Fiscalização



CERTIDÃO
 ADD058480

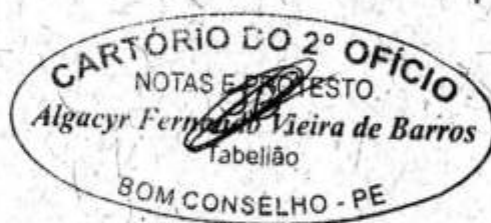
2º OFÍCIO
 NOTAS E PROTESTO

Algacyr Fernando Vieira de Barros

Tabelião

BOM CONSELHO - PE





AAA 0729290



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: MANUEL MESSIAS NASARIO DE MELO
Inscrição: 280075320141 Zona: 61 Seção: 59
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de nascimento: 03/08/1969 Domiciliado desde: 30/04/2002
Filiação: MARIA JULIA DO ESPIRITO SANTO
JOSE NASARIO DE MELO

Em 22 de agosto de 2012.

THIAGO RAMON GOMES DE ALMEIDA
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral, constam para o eleitor MANUEL MESSIAS NASARIO DE MELO, nascido em 03/08/1969, filho de MARIA JULIA DO ESPIRITO SANTO e JOSE NASARIO DE MELO, número de inscrição eleitoral 280075320141, os seguintes dados cadastrais (MERAMENTE DECLARADOS PELO REQUERENTE, SEM VALOR PROBATÓRIO):

Ocupação: MOTORISTA DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

Grau de instrução: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Estado civil: CASADO

Endereço: ST CAJUEIRO- COCHEIRA DO PINTO

CEP: 55330000 Telefone:

Em 22 de agosto de 2012.

THIAGO RAMON GOMES DE ALMEIDA
AUXILIAR DE CARTÓRIO



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **ADILSON SOARES DE OLIVEIRA**

Documento: *190.709.918-28*

Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: *01/12/1986 até 22/08/2012*

Maioridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 22/08/2012 10:55

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no sistema

Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho

Página 001



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

PRAÇA DA REPÚBLICA S/N - SANTO ANTONIO - CEP: 50.010-040 - Recife/PE
Fone: (0XX81) 3412.3311

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 23/08/2012 18h38min

Data de Validade: 21/09/2012

Nº da Certidão: 307939/2012

Nº da Autenticidade:
8B.Z4.DL.PA.4W

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc)

Nome: ADILSON SOARES DE OLIVEIRA

Documento Identificação: 3991302 SSP/PE

CPF: 190.709.918-29

Nome do Pai: ADABERON DE OLIVEIRA

Nome da Mãe: MARI ADE LOURDES FERREIRA SOARES

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Endereço Residencial: RUA MONTEIRO LOBATO, 185

Bairro: CENTRO

Data da Emissão: 07/10/1998

Título de Eleitor: 0184145908-17

Dt Nascimento: 20/01/1976

Compl: CASA

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 – TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 21/2009 – TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011..

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

Cartório do 2º. Ofício – Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 125/12

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

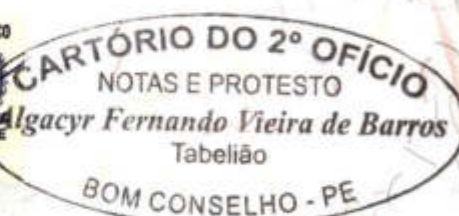
CERTIDÃO



CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, ADILSON SOARES DE OLIVEIRA, CPF/MF No. 190.709.918-29, residente e domiciliado à Rua Barão do Rio Branco, No. 81, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 22 de Agosto de 2012.

Em testemunho _____ da verdade,

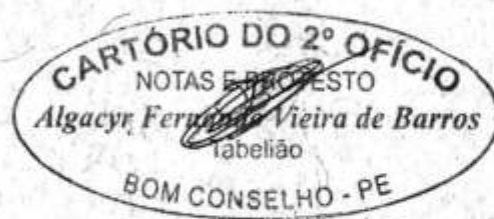

JOSE PEREIRA DE BARROS NETO
Oficial Privativo do Protesto



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Estado de Pernambuco





AAA 0729282



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral, constam para o eleitor ADILSON SOARES DE OLIVEIRA, nascido em 20/01/1976, filho de MARIA DE LOURDES FERREIRA SOARES e ADABERON DE OLIVEIRA, número de inscrição eleitoral 275055570141, os seguintes dados cadastrais (MERAMENTE DECLARADOS PELO REQUERENTE, SEM VALOR PROBATÓRIO):

Ocupação: OUTROS

Grau de instrução: ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Estado civil: CASADO

Endereço: RUA MONTEIRO LOBATO, 85 CENTRO

CEP: 55330000 Telefone: 000000000000

Em 22 de agosto de 2012.

ALDIGINO SILVA DE MENEZES
AUXILIAR DE CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701

Certidão

Certifico que o eleitor ADILSON SOARES DE OLIVEIRA, filho de MARIA DE LOURDES FERREIRA SOARES e de ADABERON DE OLIVEIRA, nascido em 20/01/1976, na cidade de SÃO PAULO/SP, inscrição eleitoral 275055570141, seção 24 da Zona 061, compareceu a este cartório eleitoral, nesta data, para regularizar sua situação e se encontra QUITE com a Justiça Eleitoral. Certifico, ainda, que seus registros somente serão atualizados nos bancos de dados da Justiça Eleitoral após a conclusão dos trabalhos de apuração, que deverá ocorrer no mês de novembro de 2012 (Lei nº 9.504/97, art. 91). Esta certidão é válida somente até o dia 12/11/2012.

Em 22 de agosto de 2012.

ALDIGINO SILVA DE MENEZES
AUXILIAR DE CARTÓRIO



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco



Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE**

Documento: *848.988.794-20*

Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: *22/08/2007 até 22/08/2012*

Maioridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 22/08/2012 11:20

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no sistema
Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

PRAÇA DA REPÚBLICA S/N - SANTO ANTONIO - CEP: 50.010-040 - Recife/PE

Fone: (0XX81) 3412.3311

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 23/08/2012 11h55min

Data de Validade: 21/09/2012

Nº da Certidão: 307562/2012

Nº da Autenticidade: 5L.PO.8E.AG.Q2

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc)

Nome: **CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE**

Documento Identificação: **4117415 SDS/PE**

CPF: **848.988.794-20**

Nome do Pai: **LUIZ CLERIO DUARTE**

Nome da Mãe: **EXPEDITA MONTEIRO**

Estado Civil: **Casado**

Nacionalidade: **Brasileira**

Dt Nascimento: **23/02/1973**

Endereço Residencial: **RUA JOAQUIM DIAS DE MELO, 36**

Compl: **CASA**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **Bom Conselho/PE**

Certifico que NADA CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 21/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011..

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

<https://www.tjpe.jus.br/antecedentescriminaiscliente/xhtml/manterCertidao/imprimir.xhtml>

23/8/2012

Cartório do 2º. Ofício - Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros

Tabelião

Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros

Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros

José Pereira de Barros Neto

Substitutos

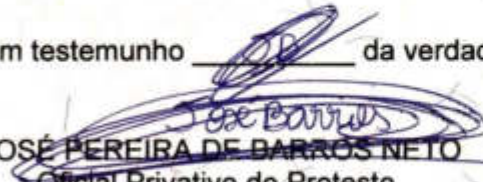
Certidão de Notas No. 130/12

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO

CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, **CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE**, CPF/MF No. 848.988.794-20, residente e domiciliado à Rua Joaquim Dias de Melo, No.36, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 22 de Agosto de 2012.

Em testemunho _____ da verdade,

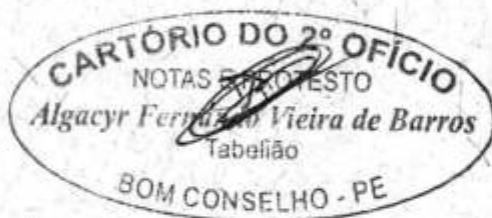

JOSÉ PEREIRA DE BARROS NETO
Oficial Privativo do Protesto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
SELO
Autenticidade
e Fiscalização



ADD058477

2º OFÍCIO
NOTAS E PROTESTO
Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
BOM CONSELHO - PE



AAA 0729287



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701

Certidão



Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE
Inscrição: 040229910825 Zona: 61 Seção: 33
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de nascimento: 23/02/1973 Domiciliado desde: 12/04/2010
Filiação: EXPEDITA MONTEIRO DUARTE
 LUIZ CLERIO DUARTE

Em 22 de agosto de 2012.

ALDIGINO SILVA DE MENEZES
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*
Nome: **JOSÉ ALVES BARBOSA**
Documento: *693.076.604-68*
Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: *01/12/1986 até 22/08/2012*
Maioridade penal do requerente:

Dados Localizados

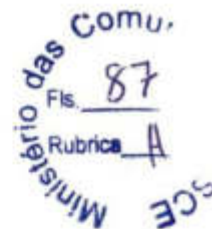
Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 22/08/2012 11:06

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa
Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **JOSÉ ALVES BARBOSA**

Documento: *3817523 SSP/PE*

Filiação: *ANTÔNIO BARBOSA DE ALMEIDA*
LEONILIA ALVES MARTINS

Data de nascimento: *18/11/1967*

Detalhes

Período da pesquisa: *01/12/1986 até 24/08/2012*

Maioridade penal do requerente: *18/11/1985*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 24/08/2012 12:13

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no sistema

Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



Cartório do 2º. Ofício – Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 127/12

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO



CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, JOSÉ ALVES BARBOSA, CPF/MF No. 693076604-68, residente e domiciliado à Rua Frei Damião, No.114, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 22 de Agosto de 2012.

Em testemunho _____ da verdade,


JOSÉ PEREIRA DE BARROS NETO
 Oficial Privativo do Protesto





AAA 0729284



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701

Certidão



Certifico que o eleitor JOSE ALVES BARBOSA, filho de LEONILIA ALVES MARTINS e de ANTONIO BARBOSA DE ALMEIDA, nascido em 18/11/1967, na cidade de TEREZINHA/PE, inscrição eleitoral 018414590817, seção 130 da Zona 061, compareceu a este cartório eleitoral, nesta data, para regularizar sua situação e se encontra QUITA com a Justiça Eleitoral. Certifico, ainda, que seus registros somente serão atualizados nos bancos de dados da Justiça Eleitoral após a conclusão dos trabalhos de apuração, que deverá ocorrer no mês de novembro de 2012 (Lei nº 9.504/97, art. 91). Esta certidão é válida somente até o dia 12/11/2012.

Em 23 de agosto de 2012.


MARIA ELITA MELQUIADES DE MELO
AUXILIAR DE CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral, constam para o eleitor JOSE ALVES BARBOSA, nascido em 18/11/1967, filho de LEONILIA ALVES MARTINS e ANTONIO BARBOSA DE ALMEIDA, número de inscrição eleitoral 018414590817, os seguintes dados cadastrais (MERAMENTE DECLARADOS PELO REQUERENTE, SEM VALOR PROBATÓRIO):

Ocupação: AGRICULTOR
Grau de instrução: LÊ E ESCRIVE
Estado civil: CASADO
Endereço: TV JOSE BONIFACIO 60
CEP: 55330000 Telefone:

Em 23 de agosto de 2012.

MARIA ELITA MELQUIADES DE MELO
AUXILIAR DE CARTÓRIO



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco



Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **JEFSON LUIS OLIVEIRA FITIPALDI GOMES**

Documento: *579.658.464-20*

Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: *22/08/2007 até 22/08/2012*

Maioridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 22/08/2012 11:32

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa

Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

PRAÇA DA REPÚBLICA S/N - SANTO ANTONIO - CEP: 50.010-040 - Recife/PE
Fone: (0XX81) 3412.3311



CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 22/08/2012 14h02min

Data de Validade: 20/09/2012

Nº da Certidão: 305849/2012

Nº da Autenticidade: G1.CL.EV.68.4E

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc)

Nome: JEFSON LUIZ OLIVEIRA FITIPALDI GOMES

Documento Identificação: 3340303 SSP/PE

CPF: 579.658.464-20

Nome do Pai: JOSÉ LUIZ FITIPALDI GOMES

Nome da Mãe: ALUCY OLIVEIRA FITIPALDI

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 22/05/1969

Endereço Residencial: Travessa Professora Terezinha Luna, 26

Compl:

Bairro: Centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 21/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Serviços - Certidão On Line, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

Cartório do 2º. Ofício – Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 134/12

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

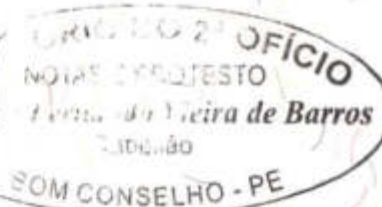
CERTIDÃO



CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, JEFSOM LUIS OLIVEIRA FITIPALDI GOMES, CPF/MF No. 579.658.464-20, residente e domiciliado à Rua Travessa Professora Terezinha Luna, No.56, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 22 de Agosto de 2012.

Em testemunho _____ da verdade,


JOSÉ PEREIRA DE BARROS NETO
Oficial Privativo do Protesto



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Estado de Pernambuco





AAA 0729291

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **JEFFSON LUIZ OLIVEIRA FITIPALDI GOMES**

Inscrição: **032986860868** Zona: 56 Seção: 8

Município: 24198 - GARANHUNS UF: PE

Data de Nascimento: 22/05/1969 Domiciliado desde: 12/09/1988

Filiação: ALUCY OLIVEIRA FITIPALDI

JOSE LUIZ FITIPALDI GOMES

Certidão emitida às 13:24 de 22/08/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **Y4GW.BEØO.DUAK.KXOM**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*
Nome: **MANUEL CABRAL DA SILVA**
Documento: *862.683.924-34*
Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: *01/12/1986 até 22/08/2012*
Maioridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 22/08/2012 11:10

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no sistema

Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **MANUEL CABRAL DA SILVA**

Documento: *4470931 SSP/PE*

Filiação: *IVO ABRAÃO DA SILVA*

CECILIA CABRAL POVOAS DA SILVA

Data de nascimento: *27/12/1975*

Detalhes

Período da pesquisa: *01/12/1986 até 29/08/2012*

Maioridade penal do requerente: *27/12/1993*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 29/08/2012 12:25

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no sistema

Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



Cartório do 2º. Ofício – Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabellão
Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 128/12

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO



CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, **MANUEL CABRAL DA SILVA**, CPF/MF No. 862.683.924-34, residente e domiciliado à Avenida Marechal Deodoro, No.21, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 22 de Agosto de 2012.

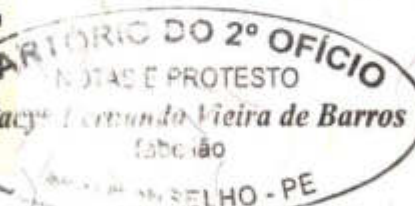
Em testemunho _____ da verdade,


JOSÉ PEREIRA DE BARROS NETO
 Oficial Privativo do Protesto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
SELO
 Autenticidade
 e Fiscalização



ADD058475





AAA 0729285

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **MANOEL CABRAL DA SILVA**

Inscrição: **041469020809** Zona: 61 Seção: 28

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 27/12/1975 Domiciliado desde: 28/02/1992

Filiação: CECILIA CABRAL POVOAS DA SILVA

IVO ABRAAO DA SILVA

Certidão emitida às 07:54 de 29/08/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

<http://www.tse.jus.br/certidaoquitacao/emissaoCertidaoQuitacao.do;jsessionid=9529E3B1...> 29/8/2012



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **JESUITO BERNARDO DE ARAÚJO**

Documento: *046.234.444-49*

Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: *28/08/2007 até 28/08/2012*

Majoridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 28/08/2012 11:03

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no sistema

Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco

PRAÇA DA REPÚBLICA S/N - SANTO ANTONIO - CEP: 50.010-040 - Recife/PE

Fone: (0XX81) 3412.3311

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 23/08/2012 10h58min

Data de Validade: 21/09/2012

Nº da Certidão: 307030/2012

Nº da Autenticidade: LX.H3.QJ.6K.8B

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **JESUITO BERNARDO DE ARAÚJO**

Documento Identificação: **202253 SSP/PB**

CPF: **046.234.444-49**

Data da Emissão: **30/09/1976**

Título de Eleitor: **0409380908-33**

Nome do Pai: **CICERO BERNARDO DE ARAUJO**

Nome da Mãe: **JULIA MARIA DE ARAÚJO**

Estado Civil: **Casado**

Nacionalidade: **Brasileira**

Dt Nascimento: **15/01/1947**

Endereço Residencial: **RUA AMNACIO ANTONIO DO NASCIMENTO, 13 Compl: CASA**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **Bom Conselho/PE**

Certifico que NADA CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 – TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 21/2009 – TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Serviços - Certidão On Line, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

<https://www.tjpe.jus.br/antecedentescriminaiscliente/xhtml/manterCertidao/imprimir.xhtml> 23/8/2012



Cartório do 2º. Ofício – Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 140/12

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

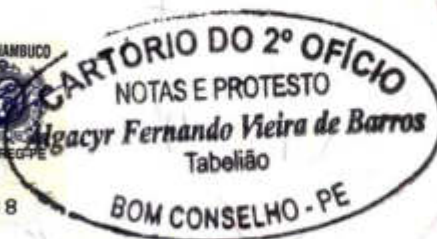
CERTIDÃO

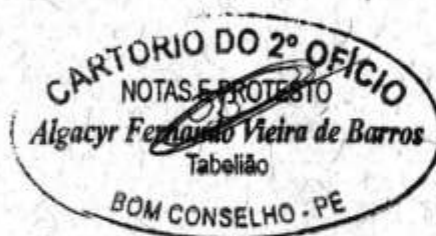


CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, JESUITO BERNARDO DE ARAÚJO, CPF/MF No. 046.234.444-49, residente e domiciliado à Rua Amâncio Antônio do Nascimento, No.13, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 28 de Agosto de 2012.

Em testemunho _____ da verdade,

Jose Barros
JOSE PEREIRA DE BARROS NETO
Oficial Privativo do Protesto





AAA 0729296

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **JESUITO BERNARDO DE ARAUJO**

Inscrição: **040938090833** Zona: 92 Seção: 15

Município: 23477 - BREJÃO UF: PE

Data de Nascimento: 15/01/1947 Domiciliado desde: 12/05/1995

Filiação: JULIA MARIA DE ARAUJO
CICERO BERNARDO DE ARAUJO

Certidão emitida às 20:01 de 23/08/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **USQH.CAUW.K/II.X8M/**



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **MARIA ELOIZA GADELHA DA SILVA**

Documento: *058.661.944-57*

Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: *22/08/2007 até 22/08/2012*

Maioridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 22/08/2012 10:57

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no sistema

Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco

PRAÇA DA REPÚBLICA S/N - SANTO ANTONIO - CEP: 50.010-040 - Recife/PE

Fone: (0XX81) 3412.3311

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 25/08/2012 08h49min

Data de Validade: 23/09/2012

Nº da Certidão: 309807/2012

Nº da Autenticidade: VI.7Y.1R.4N.P1

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **MARIA ELOISA GADELHA DSA SILVA**

Documento Identificação: **6507982 SDS/PE**

CPF: **058.661.944-57**

Nome do Pai: **JOSE GABRIEL DA SILVA**

Nome da Mãe: **DEJUMAR GADELHA DA SILVA**

Estado Civil: **Casado**

Nacionalidade: **Brasileira**

Dt Nascimento: **21/05/1985**

Endereço Residencial: **RUA TENENTE RAUL DE OLANDA, 87**

Compl: **CASA**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **Bom Conselho/PE**

Certifico que NADA CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 – TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 21/2009 – TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011..

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Cartório do 2º. Ofício – Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 126/12

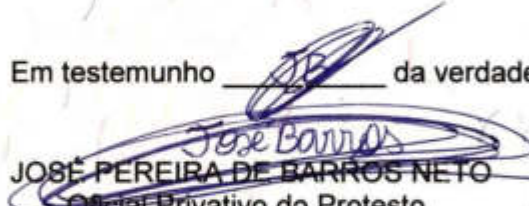
ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO

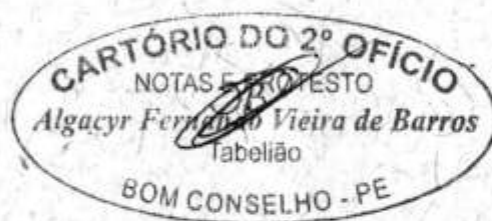


CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, MARIA ELOIZA GADELHA DA SILVA, CPF/MF No. 058.661.944-57, residente e domiciliado à Rua Tenente Raul de Holanda, No.87, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 22 de Agosto de 2012.

Em testemunho _____ da verdade,


JOSE PEREIRA DE BARROS NETO
Oficial Privativo do Protesto





AAA 0729283



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARIA ELOIZA GADELHA DA SILVA**
Inscrição: **062094850884** Zona: 61 Seção: 134
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de Nascimento: 21/05/1985 Domiciliada desde: 20/08/2001
Filiação: **DEJUMAR GADELHA DA SILVA**
JOSE GABRIEL DA SILVA

Certidão emitida às 08:03 de 25/08/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **TQGR.KZN1.RWMR.WOWU**



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*
Nome: **LUCIVALDO VIANA**
Documento: *043.762.264-09*
Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: *22/08/2007 até 22/08/2012*
Maioridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 22/08/2012 11:12

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no sistema
Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco

PRAÇA DA REPÚBLICA S/N - SANTO ANTONIO - CEP: 50.010-040 - Recife/PE
Fone: (0XX81) 3412.3311

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 23/08/2012 18h44min
Nº da Certidão: 307950/2012

Data de Validade: 21/09/2012
Nº da Autenticidade: BE.5X.G1.JF.11

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc)

Nome: LUCIVALDO VIANA

Documento Identificação: 6058554 SSP/PE

CPF: 043.672.264-09

Nome do Pai: LUIS ALVES VIANA

Nome da Mãe: JOSEFA POSSIDONIO PIMENTEL

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Endereço Residencial: AVENIDA SANTA MARIA, 23

Bairro: CENTRO

Data da Emissão: 16/09/2008

Título de Eleitor: 0611901808-76

Dt Nascimento: 28/02/1983

Compl: CASA

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 21/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011..

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Cartório do 2º. Ofício – Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 129/12

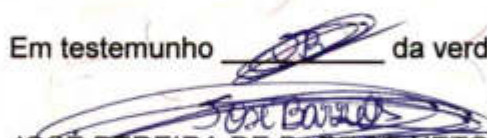
ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

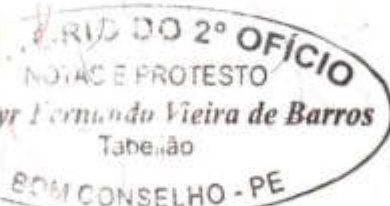
CERTIDÃO

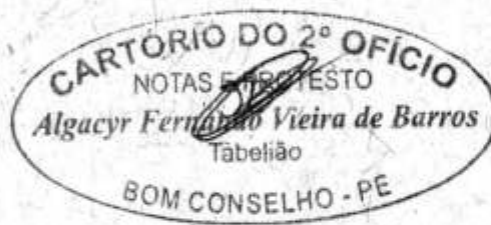


CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, LUCIVALDO VIANA, CPF/MF No. 043.672.264-09, residente e domiciliado à Avenida Santa Maria, No.23, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 22 de Agosto de 2012.

Em testemunho _____ da verdade,


JOSE PEREIRA DE BARROS NETO
Oficial Privativo do Protesto





AAA 0729286



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701

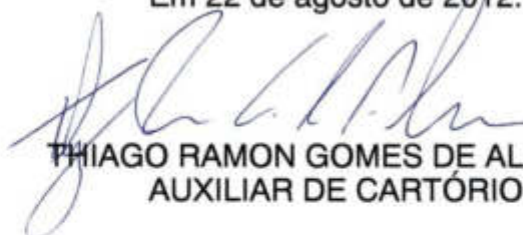


Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: LUCIVALDO VIANA
Inscrição: 061,19Q180876 Zona: 61 Seção: 18
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de nascimento: 28/02/1983 Domiciliado desde: 04/02/2000
Filiação: JOSEFA POSSIDONIO PIMENTEL
LUIS ALVES VIANA

Em 22 de agosto de 2012.


THIAGO RAMON GOMES DE ALMEIDA
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **BERNARDO CÍCERO DE OLIVEIRA**

Documento: *066.295.804-78*

Filiação:

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: *22/08/2007 até 22/08/2012*

Maioridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 22/08/2012 11:23

Bruno Gonçalves Miranda
realizou a pesquisa no sistema

Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Mat. 180.749-8

Bruno Gonçalves Miranda
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho

Página 001



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco

PRAÇA DA REPÚBLICA S/N - SANTO ANTONIO - CEP: 50.010-040 - Recife/PE

Fone: (0XX81) 3412.3311

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 23/08/2012 11h50min

Data de Validade: 21/09/2012

Nº da Certidão: 307534/2012

Nº da Autenticidade:
SV.MW.E7.EB.GA

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc)

Nome: **BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA**

Documento Identificação: **1323434 SSP/PE**

CPF: **066.295.804-78**

Nome do Pai: **JOSÉ CICERO DE OLIVEIRA**

Nome da Mãe: **MARIA CLARA DE OLIVEIRA**

Estado Civil: **Casado**

Nacionalidade: **Brasileira**

Dt Nascimento: **20/09/1949**

Endereço Residencial: **RUA TANCREDO NEVES, S/N**

Compl: **CASA**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **Bom Conselho/PE**

Certifico que NADA CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 – TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 21/2009 – TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011..

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu -Serviços - Certidão On Line, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

<https://www.tjpe.jus.br/antecedentescriminaiscliente/xhtml/manterCertidao/imprimir.xhtml> 23/8/2012



Cartório do 2º. Ofício – Notas e Protesto
Av. Ten. Raul de Holanda Cavalcante, 12
CEP 55330-000, Bom Conselho-PE
Fone/Fax (0xx87) 37711740
cart2oficionotasbcab@hotmail.com



Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandiê Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Substitutos

Certidão de Notas No. 131/12

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO



CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os LIVROS DE PROTESTO deste Cartório, verificou a inexistência de INSTRUMENTOS DE PROTESTO, nos últimos cinco anos, contra, BERNARDO CÍCERO DE OLIVEIRA, CPF/MF No. 066.295.804-78, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves, Centro, Bom Conselho/PE. Nada mais. Lei No. 11404/96 – Tabela Custas – Emolumentos R\$ 5,58 – TFSN R\$ 1,30 – Total R\$ 7,15. O referido é verdade e dá fé. Digitei, dato e assino em público e raso; dou fé. Bom Conselho/PE, 22 de Agosto de 2012.

Em testemunho _____ da verdade,

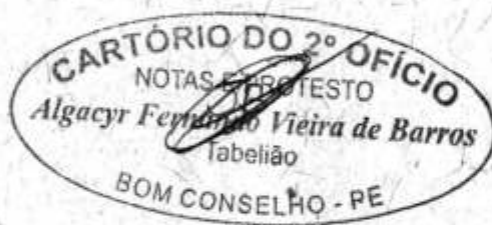

JOSE PEREIRA DE BARROS NETO
Oficial Privativo do Protesto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
SELO
Autenticidade
e Fiscalização


CPF: 000.000.000-00
ADD058478

2º OFÍCIO
NOTAS E PROTESTO
Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
BOM CONSELHO - PE





AAA 0729288



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112 E 116, CENTRO Telefone 87 37714701



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA
Inscrição: 018193520884 Zona: 61 Seção: 10
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de nascimento: 20/09/1949 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: MARIA CLARA DE OLIVEIRA
JOSE CICERO DE OLIVEIRA

Em 22 de agosto de 2012.

ALDIGINO SILVA DE MENEZES
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
END: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Anexo, Ala Oeste.
CEP: 70044-900 – Brasília - DF.



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 902 - Empresarial Antônio de Albuquerque Galvão - Espinheiro - Recife - PE - CEP: 52020-000
Fone/Fax: (81) 3421-7541 | 3221-1411 | E-mail: portozero@portozero.com.br | www.portozero.com.br



ANATEL

Agência Nacional
de Telecomunicações



Menu Principal ▾



Tela Inicial



Resultado da Consulta

Consulta Geral

Critérios da Pesquisa

CNPJ: 07131366000149

Resultado

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

Sistemas
Interativos

SRD » » Consultas » » Geral

menu ajuda





ANATEL

Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

SIACCO » » Consultas Gerais » » Perfil das Empresas menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Perfil das Empresas

Tipo de
comparação: ☐ Exata ☐ Iniciando com ☒ Contendo 4

Nome da
Entidade:

CNPJ/CPF da
Entidade:



Resultado da Pesquisa

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!

Para maiores informações clique no botão ajuda.

Voltar ☒ Confirmar Ajuda

**ANATEL**

Agência Nacional de Telecomunicações

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

Nome: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO
CNPJ: 07.131.366/0001-49

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:21:10 do dia 29/08/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/09/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



Nota Técnica nº 2056/2013/GTPU/DEOC/SCE - MC

Assunto: **Proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.043064/2012, apenso ao Processo nº 53000.046347/2012.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata os autos de proposta relativa à outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, conforme segue:

AVISO DE HABILITAÇÃO Nº:		04/2012	Data de publicação:		13/07/2012	
Interessado:		Fundação Bom Conselho - FBC				
Município/UF:		Bom Conselho - PE		Serviço:	FME	Canal: 291E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas:					13/09/2012	
Data de protocolo/postagem desta proposta:					11/09/2012	
Requerimento tempestivo?					X sim ☐ não	

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares-GTPU, a proposta constante do processo em referência, ofertada por pessoa jurídica de direito privado, com vistas à conferência e análise da documentação apresentada, em consonância com o disposto no artigo 8º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente.

3. Procedida à análise da habilitação da proponente, verificou-se que:

Lista de documentos necessários à instrução processual _Fundações de Direito Privado		FLS.	OK	OBS
DA ENTIDADE INTERESSADA				
1.	Estatuto social e suas alterações aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A", nos quais se constate que foi instituída há mais de um ano, contado da data de publicação do respectivo aviso de habilitação;	05 a 20 e 23/24	Ok	
2.	Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;	26 a 28	Ok	
3.	Instrumento jurídico firmado com instituição de ensino médio ou de educação superior, ou com o município em que será prestado o serviço, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;	30 a 32	Ok	

25

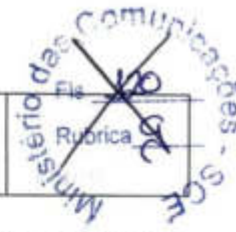
4.	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);	39	Ok	
5.	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da entidade, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;	41 e 42	Ok	
6.	Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da entidade proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;	41, 42 e 43	Ok	
7.	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);	40 e 44	Ok	
8.	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;	-----	N	
9.	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;	46	Ok	
10.	Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga.	48 e 49	N	Programação com menos de 16h aos domingos.

DOS DIRIGENTES

11.	Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos;	51 e 52	Ok	
12.	Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	54, 62, 58.	N	
13.	Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	55, 59, 63.	N	
14.	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	56, 60, 64.	Ok	
15.	Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;	67	Ok	
16.	Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;	57, 61, 65.	Ok	
17.	Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.	68	Ok	

PROONENTE EXECUTANTE DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

1.	Representante Legal aprovado por este MC, constante do SIACCO/ANATEL (imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	117	Ok	
2.	Regularidade quanto ao Fistel (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, emitida via SIGEC/ANATEL, com base no CNPJ da entidade), imprimir espelho correspondente e juntar aos autos.	118	Ok	

3.	Limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67 (Pesquisa Geral SRD/ANATEL, com base no CNPJ da entidade, imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	116	Ok	
----	---	-----	----	--

4. Concluída a análise dos autos, verificou-se que, apesar de tempestiva, a instrução da proposta está incorreta, quanto aos seguintes itens:

Quanto à entidade:

- Faltou certidão negativa que comprova a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- A grade informada pela entidade possui programação com menos de 16h aos domingos (mínimo obrigatório conforme legislação que rege a matéria);

Quanto aos dirigentes:

- Não foram apresentadas as certidões dos cartórios distribuidores, de âmbito federal, relativas aos feitos cíveis e criminais;
- Foi apresentada certidão positiva, relativa aos feitos cíveis de âmbito federal, do senhor Luiz Clério Duarte.

CONCLUSÃO

5. Dessa forma, opinamos:

- a) pela possibilidade de complementação da proposta, caso não haja proponente habilitada no correspondente processo de seleção, nos termos do art. 8º, § 4º, da Portaria MC nº 355/2012;
- b) havendo proponente habilitada no correspondente processo de seleção, seja a presente proposta inabilitada;
- c) pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao processo de seleção pública correspondente.

À consideração superior. *s*

Brasília, 30 de Agosto de 2013.


WERONICA DE JESUS LEITE
 Chefe de Serviço

De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares.

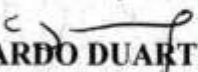
Brasília, 30 de agosto de 2013.


ANA PATRÍCIA S. A. CAMPOS
 Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Pública e Ancilares

Eletrônica.

De acordo. À consideração da Diretora de Outorga de Serviços de Comunicação

Brasília, 5 de setembro de 2013.


EDUARDO DUARTE FARIA
Coordenador

De acordo. Proceda-se conforme o proposto.

Brasília, 23 de setembro de 2013.


PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA
Diretora



Nota Técnica nº 2055/2013/GTPU/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Processo de seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.046347/2012 e apensos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão Frequência Modulada com fins exclusivamente educativos, de acordo com o estabelecido pela Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente, de acordo com os dados a seguir descritos:

AVISO DE HABILITAÇÃO Nº: 04/2012		Data de publicação:		13/07/2012	
Município/UF:	Bom Conselho/PE	Serviço:	FME	Canal:	291E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas:				13/09/2012	

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares-GTPU, o processo em referência, acompanhado de 2 (dois) processos a ele apensados, relativos à propostas apresentadas por entidades interessadas na execução do Serviço de Radiodifusão, objeto da outorga em questão.

3. Concluída a análise das propostas supracitadas, conforme demonstram as correspondentes Notas Técnicas de fls. , constatou-se que nenhuma das participantes logrou êxito na correta e completa instrução de suas propostas.

4. Assim, deverá ser oportunizado às referidas proponentes, o prazo improrrogável de trinta dias, para a apresentação dos documentos relacionados no quadro abaixo, tendo por base o disposto na Portaria nº 355/2012, com vistas à correta e completa instrução do feito.

PROponente	PROCESSO	TIPO	DOCUMENTOS
Fundação Bom Conselho	53000.043064/2012	II	*ANEXO II, ITEM: 07.13 e 14 – Não apresentado; *ANEXO II, ITENS 09. 13– Irregular;
Fundação Chico Florentino	53000.043107/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 02, 06, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 – APRESENTAÇÃO IRREGULAR.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.

*Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.

CONCLUSÃO

G S

AAS/GTPU/DEOC/SCE-MC

5. Dessa forma, opinamos pela publicação de Edital, conforme minuta anexa, para permitir às proponentes a apresentação dos documentos complementares, nos termos da presente Nota Técnica, em um prazo improrrogável de trinta dias contado a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

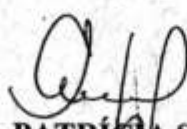
À consideração superior.

Brasília, 30 de Agosto de 2013.


WERONICA DE JESUS LEITE
Chefe de Serviço

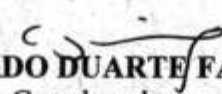
De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares.

Brasília, 30 de Agosto de 2013.


ANA PATRÍCIA S. A. CAMPOS
Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Pública e Ancilares

De acordo. À consideração da Diretora de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 5 de Setembro de 2013.


EDUARDO DUARTE FARIA
Coordenador

De acordo. À apreciação da Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica-Substituta.

Brasília, 23 de Setembro de 2013.


PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA
Diretora

De acordo. Proceda-se conforme o proposto.

Brasília, 23 de Setembro de 2013.


PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA
Secretária-Substituta



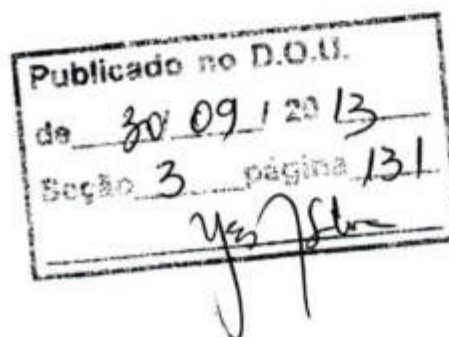
EDITAL Nº 103, DE 25 DE setembro DE 2013.

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo nº 53000.046347/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora com Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bom Conselho/PE, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às participantes do processo de seleção em referência que não obtiveram êxito na instrução das propostas apresentadas, em conformidade com o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação dos documentos complementares a este Ministério, na forma do Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA



ANEXO



Município de Bom Conselho/PE			
PROPONENTE	PROCESSO	TIPO	PENDÊNCIA
Fundação Bom Conselho	53000.043064/2012	II	*ANEXO II, ITEM: 07,13 e 14 – Não apresentado; *ANEXO II, ITENS 09, 13– Irregular;
Fundação Chico Florentino	53000.043107/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 02, 06, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 – APRESENTAÇÃO IRREGULAR.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.

**Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.*



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000170 - GERAD/DR/SPM

Objeto prestação de serviço de transporte urbano de cargas, na modalidade LINHAS DE TRANSPORTE URBANO - LTU conforme Edital e seus Anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 502133). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 14/10/2013. Abertura das Propostas: 15/10/2013 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 15/10/2013 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto", mencionar PGE 13000170.

REGINALDO DOS SANTOS SOUZA
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000174 - GERAD/DR/SPM

Objeto prestação de serviço de transporte urbano de cargas, na modalidade LINHAS DE TRANSPORTE URBANO - LTU conforme Edital e seus Anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 502131). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 14/10/2013. Abertura das Propostas: 15/10/2013 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 14h00 do dia 15/10/2013 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto", mencionar PGE 13000174.

DANIELE MACEDO PIRES DA SILVA
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000163 - GERAD/DR/SPM

Objeto prestação de serviço de transporte urbano de cargas, na modalidade LINHAS DE TRANSPORTE URBANO - LTU conforme Edital e seus Anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 500404). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 11/10/2013. Abertura das Propostas: 14/10/2013 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 14/10/2013 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto", mencionar PGE 13000163.

CLEITON MOREIRA DA SILVA
Pregoeiro

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

EDITAL Nº 108, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013
PROCESSO DE SELEÇÃO

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo nº 53000.046346/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Campo Maior/PI, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder às participantes do processo de seleção em referência que não obtiveram êxito na instrução das propostas apresentadas, em conformidade com o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação dos documentos complementares a este Ministério, na forma do Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRICIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

PROponente	Município de Campo Maior/PI	PROCESSO	Tipo	DOCUMENTOS
Fundação João Matias de Oliveira		53000.043376/2012	II	*ANEXO II, Item 06 - Não Apresentada;
Fundação Koiné de Comunicação Educativa e Cristã - FUNKOCEC		53000.040325/2012	II	*ANEXO II, Item 11 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 12 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 13 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 14 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 15 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 16 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 17 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 18 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 19 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 20 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 21 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 22 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 23 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 24 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 25 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 26 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 27 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 28 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 29 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 30 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 31 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 32 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 33 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 34 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 35 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 36 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 37 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 38 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 39 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 40 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 41 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 42 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 43 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 44 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 45 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 46 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 47 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 48 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 49 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 50 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 51 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 52 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 53 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 54 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 55 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 56 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 57 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 58 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 59 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 60 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 61 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 62 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 63 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 64 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 65 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 66 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 67 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 68 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 69 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 70 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 71 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 72 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 73 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 74 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 75 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 76 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 77 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 78 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 79 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 80 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 81 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 82 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 83 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 84 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 85 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 86 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 87 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 88 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 89 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 90 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 91 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 92 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 93 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 94 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 95 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 96 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 97 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 98 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 99 - Não Apresentada;
				*ANEXO II, Item 100 - Não Apresentada;

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.
*Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.

EDITAL Nº 101, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013
PROCESSO DE SELEÇÃO

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo nº 53000.046324/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Ituverava/SP, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder às participantes do processo de seleção em referência que não obtiveram êxito na instrução das propostas apresentadas, em conformidade com o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação dos documentos complementares a este Ministério, na forma do Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRICIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

PROponente	Município de Ituverava/SP	PROCESSO	Tipo	PENDÊNCIAS
Fundação Evangélica Trindade		53000.042946/2012	II	*Anexo II, Item: 10, 11 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR;
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil		53000.041397/2012	II	*ANEXO II, Item: 4, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 - NÃO APRESENTADOS;
				Quadro descritivo distinto do que consta do SIACCO/ANATEL;
				*ANEXO II, Item: 9 e 10 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR;
				*ANEXO II, Item: 4 - NÃO APRESENTADO.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.
*Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.

EDITAL Nº 102, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013
PROCESSO DE SELEÇÃO

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.046354/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos no município de Barra do Garças, estado de Mato Grosso, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado em 13 de julho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo I, e conceder aos interessados o prazo de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRICIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

NOME DO(A) PROPONENTE	Município de Barra do Garças/ MT	PROCESSO	PROPOSTA	RESULTADO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		53000.043016/2012	Habilitada	Vencedor
Fundação Educadora Oswaldo Sotier		53000.043675/2012	*Não analisada	*Desconsiderada

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.
*Artigo 8º da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

EDITAL Nº 103, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013
PROCESSO DE SELEÇÃO

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo nº 53000.046347/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bom Conselho/PE, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Conceder às participantes do processo de seleção em referência que não obtiveram êxito na instrução das propostas apresentadas, em conformidade com o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação dos documentos complementares a este Ministério, na forma do Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRICIA BRITO DE ÁVILA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032013093000131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO

PROponente	Processo	Município de Bom Conselho/PE	PENDÊNCIAS
Fundação Bom Conselho	53000.043064/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 07, 13 e 14 - Não apresentado; *ANEXO II, ITENS: 09, 12 - Irregular;
Fundação Chico Florentino	53000.043107/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 02, 06, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.
*Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.

EDITAL Nº 104, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013
PROCESSO DE SELEÇÃO

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo nº 53000.046348/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Sapé/PB, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, R E S O L V E:

Art. 1º Conceder às participantes do processo de seleção em referência que não obtiveram êxito na instrução das propostas apresentadas, em conformidade com o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação dos documentos complementares a este Ministério, na forma do Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

PROponente	Processo	Município de Sapé/PB	DOCUMENTOS
Fundação Chico Florentino	53000.043994/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 02, 06, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR. Pendência SIACCO - Atualização do Quadro Diretivo.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.
*Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.

EDITAL Nº 105, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013
PROCESSO DE SELEÇÃO

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo nº 53000.046341/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Curitiba/SC, estado de Santa Catarina, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder às participantes do processo de seleção em referência que não obtiveram êxito na instrução das propostas apresentadas, em conformidade com o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação dos documentos complementares a este Ministério, na forma do Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

PROponente	Processo	Município de Curitiba/SC	PENDÊNCIAS
Fundação Evangélica Trindade	53000.042948/2012	II	*Anexo II, Itens: 10, 11 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR. *ANEXO II, Itens: 4, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 - NÃO APRESENTADOS. Quadro diretivo distinto do que consta de SIACCO/ANATEL.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.
*Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.

EDITAL Nº 106, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013
PROCESSO DE SELEÇÃO

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo nº 53000.046345/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Barão/PI, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder às participantes do processo de seleção em referência que não obtiveram êxito na instrução das propostas apresentadas, em conformidade com o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação dos documentos complementares a este Ministério, na forma do Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

PROponente	Processo	Município de Barão/PI	PENDÊNCIAS
Fundação João Matias de Oliveira	53000.043380/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 5 - Não Apresentado; *ANEXO II, ITENS: 11, 13, 18 - Apresentação Irregular.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.
*Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.

EDITAL Nº 107, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013
PROCESSO DE SELEÇÃO

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo nº 53000.046335/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caetité, estado da Bahia, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder à participante do processo de seleção em referência que não obteve êxito na instrução da proposta apresentada, em conformidade com o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação dos documentos complementares a este Ministério, na forma do Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

PROponente	Processo	Município de Caetité/BA	PENDÊNCIAS
Fundação Cultural e Educacional Santana de Caetité	53000.038437/2012	II	*Anexo II, Itens: 5, 7 - NÃO APRESENTADOS. *Anexo II, Itens: 2, 3, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.
*Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/stm/verificacao.html>, pelo código 00032013093000132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bom Conselho/PE, 14 de outubro de 2013.



À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

Esplanada dos Ministérios, bloco R, Anexo, Ala Oeste, 3º andar, CEP 70.044-900 Brasília/DF



Assunto: Proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviços de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.

Referência: Aviso de Habilitação nº 4 de 12 de julho de 2012, publicado no DOU em 13/07/2012. Nota Técnica nº 2056/2013/GTPU/DEOC/SCE-MC, datado de 30 de agosto de 2013.

Processo nº 53000.043064/2012, apenso ao 53000.046347/2012.

53000.046347/12

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF

53000 061043/2013-51

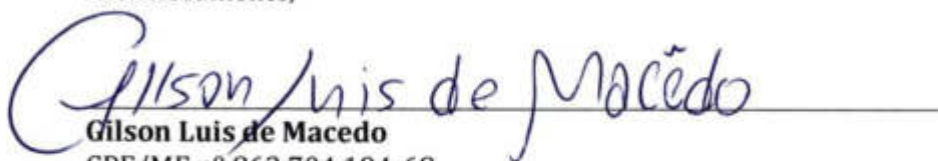
SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

21/10/2013-09:32 - SDPVB

Senhora Diretora,

FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 07.131.366/0001-49, com sede na Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13, **Bom Conselho/PE**, CEP: 55.330-000, vem, através de seu representante legal, em atenção ao **Edital nº 103, de 25 de setembro de 2013, publicado no DOU em 30/09/2013, Seção 3, pág. 131 e Nota Técnica nº 2056/2013/GTPU/DEOC/SCE-MC, datado de 30 de agosto de 2013, encaminhar**, em anexo, a documentação constante do Anexo II, itens 07, 09, 13, objeto de exigência da referida nota, visando a completa instrução de seu processo.

Atenciosamente,


Gilson Luis de Macedo
CPF/MF nº 862.704.194-68



Nota Técnica nº 2056/2013/GTPU/DEOC/SCE - MC

Assunto: **Proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.043064/2012, apenso ao Processo nº 53000.046347/2012.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata os autos de proposta relativa à outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, conforme segue:

AVISO DE HABILITAÇÃO Nº: 04/2012		Data de publicação: 13/07/2012			
Interessado:	Fundação Bom Conselho - FBC				
Município/UF:	Bom Conselho - PE	Serviço:	FME	Canal:	291E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas:				13/09/2012	
Data de protocolo/postagem desta proposta:				11/09/2012	
Requerimento tempestivo?				X sim ☐ não	

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares-GTPU, a proposta constante do processo em referência, ofertada por pessoa jurídica de direito privado, com vistas à conferência e análise da documentação apresentada, em consonância com o disposto no artigo 8º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente.

3. Procedida à análise da habilitação da proponente, verificou-se que:

Lista de documentos necessários à instrução processual _Fundações de Direito Privado		FLS.	OK	OBS
DA ENTIDADE INTERESSADA				
1.	Estatuto social e suas alterações aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A", nos quais se constate que foi instituída há mais de um ano, contado da data de publicação do respectivo aviso de habilitação;	05 a 20 e 23/24	Ok	
2.	Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;	26 a 28	Ok	
3.	Instrumento jurídico firmado com instituição de ensino médio ou de educação superior, ou com o município em que será prestado o serviço, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;	30 a 32	Ok	

AAS/GTPU/DEOC/SCE-MC

25

4.	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);	39	Ok	
5.	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da entidade, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;	41 e 42	Ok	
6.	Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da entidade proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;	41, 42 e 43	Ok	
7.	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);	40 e 44	Ok	
8.	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;	---	N	
9.	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;	46	Ok	
10.	Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga.	48 e 49	N	Programação, com menos de 16h aos domingos.

DOS DIRIGENTES

11.	Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos;	51 e 52	Ok	
12.	Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	54, 62, 58.	N	
13.	Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	55, 59, 63.	N	
14.	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	56, 60, 64.	Ok	
15.	Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;	67	Ok	
16.	Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;	57, 61, 65.	Ok	
17.	Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.	68	Ok	

PROONENTE EXECUTANTE DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

1.	Representante Legal aprovado por este MC, constante do SIACCO/ANATEL (imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	117	Ok	
2.	Regularidade quanto ao Fistel (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, emitida via SIGEC/ANATEL, com base no CNPJ da entidade), imprimir espelho correspondente e juntar aos autos.	118	Ok	

3.	Limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67 (Pesquisa Geral SRD/ANATEL, com base no CNPJ da entidade, imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	116	Ok	
----	---	-----	----	--



4. Concluída a análise dos autos, verificou-se que, apesar de tempestiva, a instigação da proposta está incorreta, quanto aos seguintes itens:



Quanto à entidade:

- Faltou certidão negativa que comprova a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- A grade informada pela entidade possui programação com menos de 16h aos domingos (mínimo obrigatório conforme legislação que rege a matéria);

Quanto aos dirigentes:

- Não foram apresentadas as certidões dos cartórios distribuidores, de âmbito federal, relativas aos feitos cíveis e criminais;
- Foi apresentada certidão positiva, relativa aos feitos cíveis de âmbito federal, do senhor Luiz Clério Duarte.

CONCLUSÃO

5. Dessa forma, opinamos:

- a) pela possibilidade de complementação da proposta, caso não haja proponente habilitada no correspondente processo de seleção, nos termos do art. 8º, § 4º, da Portaria MC nº 355/2012;
- b) havendo proponente habilitada no correspondente processo de seleção, seja a presente proposta inabilitada;
- c) pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao processo de seleção pública correspondente.

À consideração superior. §

Brasília, 30 de Agosto de 2013.

WERONICA DE JESUS LEITE
 Chefe de Serviço

De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares.

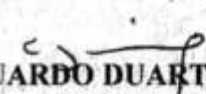
Brasília, 30 de agosto de 2013.

ANA PATRÍCIA S. A. CAMPOS
 Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Pública e Ancilares

Eletrônica.

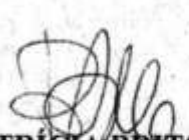
De acordo. À consideração da Diretora de Outorga de Serviços de Comunicação

Brasília, 5 de setembro de 2013.


EDUARDO DUARTE FARIA
Coordenador

De acordo. Proceda-se conforme o proposto.

Brasília, 23 de setembro de 2013.


PATRICIA BRITO DE ÁVILA
Diretora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.131.366/0001-49

Certidão nº: 36665140/2013

Expedição: 03/10/2013, às 10:24:35

Validade: 31/03/2014 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.131.366/0001-49**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Página 1 de 1



Nome: GILSON LUIS DE MACEDO

CPF: 862.704.194-68

Certidão nº: 36665968/2013

Expedição: 03/10/2013, às 10:31:34

Validade: 31/03/2014 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GILSON LUIS DE MACEDO**, inscrito(a) no CPF sob o nº **862.704.194-68**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Página 1 de 1



Nome: LUIZ CLERIO DUARTE

CPF: 005.019.304-00

Certidão nº: 36666996/2013

Expedição: 03/10/2013, às 10:39:35

Validade: 31/03/2014 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LUIZ CLERIO DUARTE**, inscrito(a) no CPF sob o nº **005.019.304-00**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Página 1 de 1



Nome: ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS

CPF: 496.198.294-68

Certidão n°: 36668398/2013

Expedição: 03/10/2013, às 10:50:16

Validade: 31/03/2014 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS**, inscrito(a) no CPF sob o n° **496.198.294-68**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO
R. Amâncio Antonio do Nascimento 13 – Centro – Bom Conselho - PE
CEP 55330-000 - Fone: (87) 8815.6446
CNPJ 07.131.366/0001-49

GRADE DE PROGRAMAÇÃO DE SEGUNDA A SÁBADO

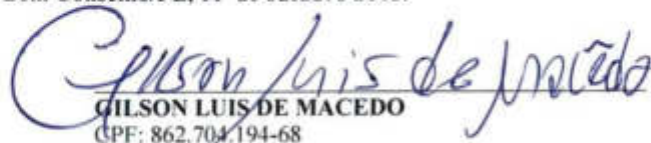
A FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, personalidade jurídica de direito privado, com sede na Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, tendo em vista o Aviso de Habilitação nº 4, datado de 12 de julho de 2012, através de seu representante legal, vem, por meio deste, apresentar sua grade de programação a ser executada em caso de obtenção da outorga.

Hora	Programa	Característica
05:00 – 07:00	Canto da terra	Programa voltado à música de raiz (várias regiões do Brasil) considerando a música como elemento cultural e essencial para a transformação da sociedade.
07:00 – 08:00	Jornal da manhã	Noticiário, Municipal, Estadual e Nacional (com sonoras e textual) – Programete noticioso de radiodifusão, padrão radiofônico.
08:00 – 09:00	Escola Ativa	Programa voltado às atividades escolares, particularmente os projetos desenvolvidos por professores e alunos da rede Municipal de Educação.
09:00 – 12:00	Manhã Educativa	Programa de variedades abordando temas em sua grade como: saúde, família, trânsito, educação, lazer e a cultura local. Voltado para um público diversificado com novidades e entretenimento.
12:00 – 12:30	Bem Brasil	Uma revista da música brasileira no rádio moderno, enfatizando os gêneros que marcam a história do povo brasileiro e sua evolução no tempo. Foco para a música popular brasileira.
13:00 – 17:00	Tarde Educativa	O programa Tarde Educação é voltado para um público jovem com informações do mundo estudantil e popular. Trata de diversos temas como: saúde, educação, cultura e lazer.
17:00 – 18:00	Agreste Rural	Programa de jornalismo científico, voltado para o homem do campo, com destaque para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. O objetivo é aproximar cada vez mais a tecnologia com o conhecimento popular.
18:00 – 19:00	Baú da saudade	Destaque para a música da jovem e da velha guarda. Um momento de muita nostalgia com música voltadas para um público saudosista.
19:00 – 20:00	Voz do Brasil (fora do ar)	(Programa oficial da EBC)
20:00 – 22:00	Educativa Light	Destaque para a música brasileira. Utilização de poemas e sonetos para abrilhantar a noite do ouvinte regada de muito romantismo.
22:00 – 24:00	Clube do choro	Bossa nova, Chorinho e suas variações.
00:00 - 05:00	Play List	Seleção de músicas: MPB, Sertanejo, Samba, Forró e artistas locais.

PROGRAMAÇÃO DE DOMINGO

05:00 - 08:00	Domingo educativa	Programação musical destacando estilos musicais para todos os gostos
08:00- 12:00	Domingo cultural	Musicas, entrevistas, debates sobre temas locais e educacionais
12:00- 14:00	Educativa Show	Espaço so para a musicalidade local com apresentações ao vivo
14:00- 00:00	Educativa musical	Musicas de todos os estilos no final de semana
00:00 - 05:00	Madruga educativa	Musicas na madrugada para todos os gostos

Bom Conselho/PE, 11 de outubro 2013.


GILSON LUIS DE MACEDO
CPF: 862.704.194-68





Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300864893

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal



CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

GILSON LUIS DE MACEDO

CPF: 862.704.194-68

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Recife, 03/10/2013 10:17:43

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300864927

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal



CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

LUIZ CLERIO DUARTE

CPF: 005.019.304-00

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão**.

Recife, 03/10/2013 10:20:13

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300864941

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS

CPF: 496.198.294-68

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 03/10/2013 10:21:58

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE





PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DO BOM CONSELHO

C E R T I D ã O

Certifico em virtude de pedido verbal do Senhor Luiz Clério Duarte, que revendo os livros competentes desta Secretaria, neles constatei que a ação nº 0000192-48.2006.8.17.0300 e 0000193-33.2006.8.17.0300, movidas contra o referido cidadão, encontram-se com o advogado do autor Senhor Audalio Ferreira de Araujo enquanto que a ação nº 0000191-63.2006.8.17.0300, também com as mesmas partes, foi julgada e arquivada.

Bom Conselho, 11 de outubro de 2013.


Sebastião Ferreira Alves
Chefe de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM CONSELHO
Fórum Dr. Orlando Cavalcante de Albuquerque

Praça Dom Pedro II, 34, Centro, Bom Conselho/PE, CEP 55330-000 – Fone: (87) 3771-1659/1001



CARTÓRIO ÚNICO DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO CÍVEL

CERTIFICO para os devidos fins de direito que, revendo os livros da Distribuição desta Comarca de Bom Conselho – PE, bem como no Sistema Judwin, verifiquei que **constam em tramitação** as seguintes ações cíveis em desfavor de **LUIZ CLÉRIO DUARTE**, portador do RG 607.913 SSP/PE e do CPF 005.019.304-00:

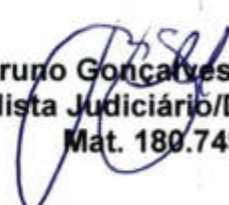
■ Processo nº **28-98.1997.8.17.0300**: Execução Fiscal, exequente BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - BANDEPE, fase atual: concluso para sentença desde 11/10/2013;

■ Processo nº **192-48.2006.8.17.0300**: Interpelação (Cautelar), autor AUDÁLIO FERREIRA DE ARAÚJO, fase atual: vista ao advogado do autor desde 27/06/2008;

■ Processo nº **193-33.2006.8.17.0300**: Ação Penal Privada – crime de injúria, representante AUDÁLIO FERREIRA DE ARAÚJO, fase atual: vista ao advogado do autor desde 12/05/2008.

O referido é verdade e dou fé.

Bom Conselho - PE, 16 de outubro de 2013.


Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário/Distribuidor
Mat. 180.749-8

 Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Distribuidor / Contador Judicial
Mat.: 180.749-8



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM CONSELHO
Fórum Dr. Orlando Cavalcante de Albuquerque

Praça Dom Pedro II, 34, Centro, Bom Conselho/PE, CEP 55330-000 – Fone: (87) 3771-1659/1001



CARTÓRIO ÚNICO DE DISTRIBUIÇÃO

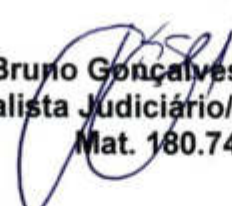
CERTIDÃO CÍVEL

CERTIFICO para os devidos fins de direito que, revendo os livros da Distribuição desta Comarca de Bom Conselho – PE, bem como no Sistema Judwin, verifiquei que **consta ARQUIVADO** a seguinte ação cível em desfavor de **LUIZ CLÉRIO DUARTE**, portador do RG 607.913 SSP/PE e do CPF 005.019.304-00:

■ Processo nº **191-63.2006.8.17.0300**: Ação de Indenização por Danos Morais, autor **AUDÁLIO FERREIRA DE ARAÚJO**, fase atual: processo arquivado, sentença extintiva por abandono do autor, com trânsito em julgado em 29/11/2012.

O referido é verdade e dou fé.

Bom Conselho - PE, 16 de outubro de 2013.


Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário/Distribuidor
Mat. 180.749-8

 **Bruno Gonçalves Miranda**
Analista Judiciário
Distribuidor / Contador Judicial
Mat.: 180.749-8



Consulta Processual 1º Grau

Dados do Processo

Número NPU: 0000191-63.2006.8.17.0300
 Número Antigo: 207.2006.000191-0/00
 Classe: Procedimento Ordinário
 Vara: Vara Única da Comarca de Bom Conselho
 CDA:
 Processo-pai:

Partes

Parte	Nome
-------	------

Movimentações

Data	Fase	Complemento	Responsável
29/11/2012 20:57	Baixa	Autos - Arquivados	
29/11/2012 12:26	Registro e Publicação de Sentença		
26/11/2012 13:05	Sentença		Marcelo Marques Cabral
26/11/2012 13:02	Conclusão	Sentença	
01/11/2012 18:24	Juntada	Intimação Cumprida	
11/10/2012 13:33	Expedição de Documentos	Mandados	
08/10/2012 14:36	Devolução de Conclusão		Marcelo Marques Cabral
10/09/2010 13:04	Conclusão	Despacho	
10/09/2010 13:01	Juntada	Certidão Informativa	
10/09/2010 12:58	Juntada	Cópia de Ofício	
09/09/2010 11:25	Expedição de Documentos	Certidão	
10/08/2010 12:15	Expedição de Documentos	Ofício	
12/07/2010 13:25	Devolução de Conclusão		Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
26/05/2008 19:37	Conclusão	Despacho	

Data	Fase	Complemento	Responsável
23/05/2008 14:49	Juntada		
13/09/2007 23:31	Devolução de Conclusão		Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
10/05/2007 17:49	Conclusão	Despacho	
10/01/2007 18:16	Juntada	Juntada nos Autos	
04/04/2006 21:54	Devolução de Conclusão		Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
27/03/2006 18:09	Conclusão	Despacho	
24/03/2006 11:43	Distribuição - Sorteio Automático		

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.

Sistemas Web | Tribunal de Justiça de Pernambuco | www.tjpe.jus.br

Consulta Processual 1º Grau



Dados do Processo

Número NPU: 0000192-48.2006.8.17.0300
 Número Antigo: 207.2006.000192-8/00
 Classe: Interpelação
 Vara: Vara Única da Comarca de Bom Conselho
 CDA:
 Processo-pai:

Partes

Parte	Nome
Autor	AUDALIO FERREIRA DE ARAUJO
Advogado	Paulo André Lima do Couto Soares
Réu	Luiz Clério Duarte

Movimentações

Data	Fase	Complemento	Responsável
21/06/2008 18:02	Devolução de Conclusão		Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
05/07/2007 11:13	Juntada	Juntada nos Autos	
26/07/2006 18:44	Conclusão	Despacho	
05/04/2006 14:16	Devolução de Conclusão		Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
27/03/2006 18:11	Conclusão	Despacho	
24/03/2006 11:46	Distribuição - Sorteio Automático		

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.

Sistemas Web | Tribunal de Justiça de Pernambuco | www.tjpe.jus.br

Consulta Processual 1º Grau



Dados do Processo

Número NPU: 0000193-33.2006.8.17.0300
 Número Antigo: 207.2006.000193-6/00
 Classe: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular
 Vara: Vara Única da Comarca de Bom Conselho
 CDA:
 Processo-pai:

Partes

Segredo de Justiça

Parte	Nome
Autor	A. F. D. A.
Advogado	P. A. L. D. C. S.
Representado	L. C. D.

Movimentações

Data	Fase	Complemento	Responsável
18/10/2007 14:39	Remessa Interna	Vara Unica da Comarca de Bom Conselho	
25/09/2007 14:47	Remessa Interna	Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho	
05/04/2006 14:28	Devolução de Conclusão		Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
27/03/2006 18:09	Conclusão	Despacho	
24/03/2006 11:48	Distribuição - Sorteio Automático		

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.

Sistemas Web | Tribunal de Justiça de Pernambuco | www.tjpe.jus.br

Nota Técnica nº 107 /2014/GTED/DEAA/SCE - MC

Assunto: **Proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.043064/2012, apenso ao Processo nº 53000.046347/2012**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os autos de proposta relativa a outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, conforme segue:

EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº: 103/2013		Data de publicação:		30/09/2013	
Interessado:	Fundação Bom Conselho				
Município:	Bom Conselho/PE	Serviço:	FME	Canal:	291E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo do documento de complementação:				30/10/2013	
Data de postagem desta proposta:				21/10/2013	
Requerimento tempestivo?				☒ sim ☐ não	

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, a proposta constante do processo em referência, ofertada por pessoa jurídica de direito privado, com vistas à conferência e análise da documentação apresentada, em consonância com o disposto na Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente.

3. Após realização da análise da documentação apresentada pela entidade verificou-se a incorreta instrução da sua proposta, conforme Nota Técnica nº 2056/2013/GTPU/DEOC/SCE-MC (fls.119/120), razão pela qual foi concedido por meio do Edital nº 103 - publicado em 30/09/2013 (fls.122/123), prazo para complementação da documentação para que as incorreções constantes do quadro anexo do citado Edital fossem sanadas, de acordo com o art. 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

4. Em atendimento ao Edital, a concorrente encaminhou a documentação complementar (fls. 126/142), protocolada sob nº 53000.061043/2013, protocolada em 21/10/2013.

Lista de documentos necessários para habilitação de fundações de direito privado a que se refere o inciso III do art. 44 da Lei nº 10.406, de 2002, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata, em original ou cópia autenticada	FLS.	OK	OBS

DA ENTIDADE INTERESSADA

1. Estatuto social e suas alterações aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A", nos quais se constate que foi instituída há mais de um ano,	05 a 20 e 23/24	OK	-
---	-----------------	----	---

	contado da data de publicação do respectivo aviso de habilitação.	-	-	-
2.	Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. Composição Diretiva: Gilson Luis de Macedo Luiz Clerio Duarte Ângela Maria Macario dos Santos	26 a 28	OK	-
3.	Instrumento jurídico firmado com instituição de ensino médio ou de educação superior, ou com o município em que será prestado o serviço, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação.	30 a 32	OK	-
4.	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).	39	OK	-
5.	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da entidade, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.	41 e 42	OK	-
6.	Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da entidade proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.	41, 42 e 43	OK	-
7.	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).	40 e 44	OK	-
8.	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.	129	OK	-
9.	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.	46	OK	-
10.	Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga.	48, 49 e 133	OK	-
11.	Declaração do número de alunos matriculados na instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação	33	OK	-

DOS DIRIGENTES

1.	Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos.	51 e 52	OK	-
2.	Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.	54, 62, 58, 134, 135, 136	OK	-
3.	Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.	55, 59, 63, 134, 135, 136	N	-
4.	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.	56, 60, 64	OK	-
5.	Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67.	67	OK	-

6.	Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais.	57, 61, 65	OK	143 8
7.	Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.	68	OK	-

DE PROPONENTE EXECUTANTE DE SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO

1.	Representante Legal aprovado por este MC, constante do SIACCO/ANATEL (imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	117	OK	-
2.	Regularidade quanto ao Fistel (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, emitida via SIGEC/ANATEL, com base no CNPJ da entidade), imprimir espelho correspondente e juntar aos autos.	118	OK	-
3.	Limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67 (Pesquisa Geral SRD/ANATEL, com base no CNPJ da entidade, imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	116	OK	-

5. Desse modo verificamos que há problemas com a documentação apresentada pela proponente:

- Foi apresentada certidão positiva, relativa aos feitos cíveis de âmbito federal, do senhor Luiz Clério Duarte.

6. Destaca-se que em vista dos documentos encaminhados não terem sido apresentados corretamente nem de forma completa, a entidade deverá ser inabilitada, conforme dispõe o artigo 5º, da Portaria nº 355/2012.

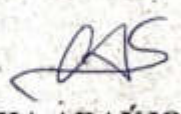
CONCLUSÃO

7. Dessa forma, opinamos:

- pela inabilitação e consequente indeferimento da proposta em apreço;
- pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado final obtido no processo de seleção em questão;
- pela comunicação do resultado ora obtido à interessada, em conformidade com o disposto nos artigos 9º e 10, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

À consideração superior.

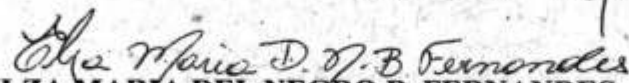
Brasília, 11 de fevereiro de 2014.


CYNTHIA ARAÚJO SILVA
Agente Administrativo


VILMA DE F. ALVARENGA FANIS
Analista – Chefe de Divisão

De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

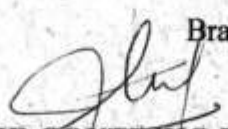
Brasília, 12 de fevereiro de 2014.


ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES

Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Conforme Portaria nº 001, de 23 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 29 de outubro de 2013.

De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.


ALMIR COUTINHO POLLIG

Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de outubro de 2013.

De acordo. Proceda-se conforme proposto.

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.


OCTAVIO PENNA PIERANTI

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

Nota Técnica nº 105 /2014/ GTED/DEAA/SCE - MC

Assunto: **Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.046347/2012 e apensos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, de acordo com o estabelecido pela Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente, de acordo com os dados a seguir descritos:

AVISO DE HABILITAÇÃO Nº: 04/2012		Data de publicação: 13/07/2012	
EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº: 103/2013		Data de publicação: 30/09/2013	
Município:	Bom Conselho/PE	Serviço:	FME Canal: 291E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo do documento de complementação:			30/10/2013

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, o processo em referência, acompanhado de 2 (dois) processos apensados, relativos às propostas apresentadas, objetivando a outorga em questão, para conferência e verificação quanto ao resultado das análises das respectivas propostas.

3. Concluída a análise inicial das propostas supracitadas, constatou-se que nenhuma das participantes logrou êxito na correta e completa instrução de suas propostas, sendo oportunizada a complementação da documentação às concorrentes, por meio do Edital de nº 103 de 25/09/2013, publicado em 30/09/2013, com prazo improrrogável de 30 dias da data de publicação do edital para entrega da documentação, conforme art. 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

4. Esgotado o referido prazo, 2 (duas) entidades encaminharam documentos para complementação tempestivamente. As propostas foram reanalisadas de acordo com as Notas Técnicas de fls. 36 a 39 dos autos, cujo resultado assim se apresenta:

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	PONTUAÇÃO	RESULTADO
Fundação Bom Conselho	II	53000.043064/2012	Inabilitada	-	Indeferida
Fundação Chico Florentino	II	53000.043107/2012	Inabilitada	-	Indeferida

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

5. Diante do exposto, opinamos:
- a) pela declaração de inexistência de vencedor para o presente processo de seleção pública;
 - b) pelo indeferimento do processo relativo às propostas atinentes a este procedimento de seleção;
 - c) pela comunicação do resultado final obtido nesta seleção pública a todas as participantes, concedendo-lhes prazo para que, se for o caso, apresentem recurso, conforme dispõe o artigo 10, da Portaria nº 355/2012;
 - d) expirado o prazo recursal concedido, seja dado prosseguimento ao feito, na forma legal correspondente.

À consideração superior.


CYNTHIA ARAÚJO SILVA
Agente Administrativo

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

VILMA DE F. ALVARENGA FANIS
Analista – Chefe de Divisão

De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES
Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Conforme Portaria nº 001, de 23 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 29 de outubro de 2013.

De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

ALMIR COUTINHO POLLIG
Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de outubro de 2013.

De acordo. À consideração da Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

De acordo. Encaminhe-se os autos à Consultoria Jurídica, conforme proposto.

Brasília, 14 de março de 2014.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica





EDITAL Nº 17, DE 30 DE Abril DE 2014.

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.046347/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos no município de Bom Conselho, estado de Pernambuco, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado em 13 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder às interessadas o prazo de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

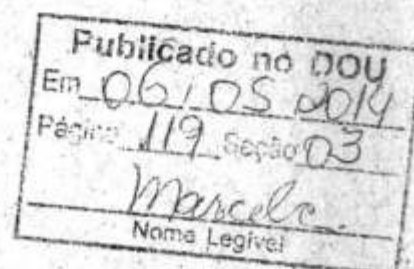

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Publicado no DOU
Em 06/05/2014
Página 119 Seção 03
marcelo
Nome Legível

ANEXO

Bom Conselho/PE					
PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	PONTUAÇÃO	RESULTADO
Fundação Bom Conselho	II	53000.043064/2012	Inabilitada	-	Indeferida
Fundação Chico Florentino	II	53000.043107/2012	Inabilitada	-	Indeferida

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada. *[assinatura]*



Imprimir Recibo	Página Principal
-----------------	------------------

Presidência da República
Imprensa Nacional

**Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento**



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 05/05/2014 17:04:01
Origem: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Operador: MARCELA CAMARA RORIZ
Ofício: 2988721
Data prevista de publicação: 06/05/2014
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 3
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
6975618	EDITAL_Nº17_BOM CONSELHO_PE_530000463472012.rtf	3943a576da3b42fb e4a4c5fd4899e798	9,00	
	Total da matéria		9,00	R\$ 273,33
TOTAL DO OFICIO			9,00	R\$ 273,33



AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 1400011/2014 UASG: 925929

Licitação Compulsória 140112014

Objeto: Prestação de serviços de engenharia para execução da infraestrutura das redes de lógica e de elétrica destinadas às instalações do Sistema de Identificação por Frequência de Rádio - RFID para as unidades CTC Cidade Nova, CTC Benfica e TECA Galeão. Recebimento das Propostas no endereço: www.comprasnet.gov.br até 20/05/2014 às 09h00. Abertura das Propostas em 20/05/2014 às 09h00. Início da Disputa de Preços em 20/05/2014 às 10h00. Obediência do Edital, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br. Informações pelo e-mail: rgn@licitacoes@correijs.com.br.

HELIO FERNANDES BRAGA
Pregeiro

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1200011/2012

Objeto: Aquisição de bebedouros de garrafão e prensa, fôrmas de microondas, refrigeradores e frigideiras, através do Sistema de Registro de Preços. Comunicamos a revogação do item 3 do Compromisso que equivale ao Grupo 2 do edital, com fulcro no art. 49 da Lei 8.666/93, por motivo de licitação frustada.

SIMONE DO NASCIMENTO FERREIRA DA SILVA
Pregeiro

DIRETORIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 106/2013, Assinatura: 08/04/2014. Contratada: 09.212.144/0001-86 R&G - Construções e Serviços Ltda. Vigência: 08/04/2014 até o recebimento definitivo dos serviços. Objeto: acréscimo de 0,65% do valor global do contrato, ou R\$ 1.221,41, referente aos serviços de adaptações em andares para instalação de mobiliário ergonômico em 42 agências DR/SC. Fundamentação Legal: Art. 65 inciso I Lei 8.666/93 e Cláusulas Segunda e Sétima do contrato item 2.4 e 7.1.1 e 7.2.2.

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1400007/2014

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços para a execução de adaptação de imóvel com vista à instalação da unidade AC/Austrian Carlos, localizada no município de Antônio Carlos, da Diretoria Regional de Santa Catarina. EDITAL E INFORMAÇÕES: <http://www.comprasnet.gov.br> e <http://www.correijs.com.br>; telefone: (48) 3954-4037; fax: (48) 3954-4041; e-mail: scsp@correijs.com.br. Horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. SESSÃO PÚBLICA PELA INTERNET NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.comprasnet.gov.br>; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 28/05/2014 às 09:00 horas. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇO: 28/05/2014 às 10:00 horas.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1400035/2014

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia para a execução de adaptação de imóvel para a instalação da unidade CDD/Inaj, no município de Inajá, da Diretoria Regional de Santa Catarina. EDITAL E INFORMAÇÕES: <http://www.comprasnet.gov.br> e <http://www.correijs.com.br>; telefone: (48) 3954-4037; fax: (48) 3954-4041; e-mail: scsp@correijs.com.br. Horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. SESSÃO PÚBLICA PELA INTERNET NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.comprasnet.gov.br>; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 21/05/2014 às 13:00 horas. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇO: 21/05/2014 às 14:00 horas.

FABIO ANDRÉ LOPES
Pregeiro

DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO INTERIOR EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato nº 0104/2014: Data de Assinatura: 29/04/2014. Contratada: 04.041.549/0001-85 VIAÇÃO PRINCESA DO VALE LTDA EPP. Objeto: Prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas - LTR-SPI-0363. Origem: Pregão Eletrônico nº 14000025/2014. Vigência: 02/06/2014 a 02/06/2015. Valor Total: R\$ 154.184,00 (Cento e cinquenta e quatro mil, cento e quatro reais).

Contrato nº 0103/2014: Data de Assinatura: 29/04/2014. Contratada: 02.430.968/0001-83 GASBALL ARMAZENADORA E DISTRIBUIDORA LTDA. Objeto: Aquisição de gás combustível (GLP) para abastecimento de empilhadeiras. Origem: Pregão Eletrônico nº 14000013/2014. Vigência: 29/04/2014 a 29/04/2015. Valor Total: R\$ 115.632,00 (Cento e quinze mil, seiscentos e trinta e dois reais).

Contrato nº 0110/2014: Data de Assinatura: 25/04/2014. Contratada: 262.678.518-06 TATIANA PAULA ZANI DE SOUZA. Objeto: Prestação de serviço para realização de testes de bens móveis. Origem: Credenciamento nº 12000003. Vigência: 28/04/2014 a 28/04/2015. Valor Total: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 483/2013 de prestação de serviços de limpeza predial, assento e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, nas unidades da Região de Campinas/SP. Objeto do Termo Aditivo: Aditamento Contratual. Contratado: PLANOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. Valor Global: R\$ 1.934.750,36. Data da Assinatura: 17/04/2014. Vigência: a partir de 22/04/2014.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000130/2013

Objeto: Prestação de serviços de manutenção, com substituição de peças originais ou similares e lubrificantes, em motocicletas da marca YAMAHA, modelo XTZ 125 CARGO, pertencentes a frota da ECT, localizadas na cidade de Valinhos e região, conforme Edital, conforme Edital. Licitação homologada. O objeto foi adjudicado à empresa: Alexandre Rosteiro da Silva - EPP, no valor global de R\$ 242.452,98.

ENÉIAS FRANCISCO PEREIRA ROSA
Pregeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14000017/2014

Objeto: Prestação de serviços por demanda para manutenção preventiva programada e corretiva em sistemas e equipamentos de captura de imagens por Circuito Fechado de Televisão (CFTV) e bancos de sistema perimetral, localizados em Centros Operacionais e Administrativos situados no âmbito da BCT/DR/SP, conforme Edital. Abertura da Licitação: 20/05/2014 às 09:30 horas. Retirada do edital: no endereço <http://www.correijs.com.br>, ou pelo site www.comprasnet.gov.br. Cód. UASG: 925937. Nº. do Pregão: 172014. Situação: Aberto para proposta. Informações pelo telefone (14) 4009-3558 / 4009-3660 ou fax (14) 4009-3659.

EDISON ARCAS JUNIOR
Pregeiro

DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO METROPOLITANA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DL 14000106: Objeto: Prestação de serviços de vigilância desarmada no Edifício Sede na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana. Contratada: SEAL SEGURANÇA ALTERNATIVA LTDA. Valor Global do Contrato: R\$ 496.844,10 (quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e dez centavos).

mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e dez centavos). Data de Ratificação: 02/05/2014. Enquadramento Legal: artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

II, nº 14000005/2014: Objeto: Contrato de Patrocínio para realização do projeto "As Contrastes". Contratada: Trampo Produções Culturais Ltda-ME. Valor Global: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). Data da Ratificação: 02/05/2014. Enquadramento Legal: Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000252

Objeto: Adaptação de imóvel para instalação da Agência de Correios (AC) Edipe Camarão, localizado à Rua Filipe Camarão, 253 - Tanapé, São Paulo/SP - Pavimento Térreo conforme edital e seus Anexos. Empresa adjudicatária: "UNIVERSAL CONSTRUTORA E REFORMAS EM GERAL LTDA" - CNPJ: 09.225.737/0001-87 para o lote único no valor global de R\$ 97.999,88. Autoridade Adjudicatária: Cleiton Moreira da Silva. Autoridade Homologadora: CA-CON/DR/SPM - PRT/DR/SPM: 5638/2014.

CLEITON MOREIRA DA SILVA
Pregeiro

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14000042 - GERAD/DR/SPM

Objeto: aquisição e instalação de 15 (quinze) CENTRAIS DE COMUNICAÇÃO DE VOZ HÍBRIDA, conforme Edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.comprasnet.gov.br> (Número da Licitação: 422014 - UASG: 925916). A vitória e facultativa e poderá ser realizada até 13/05/2014. O acolhimento das propostas no referido site das 8h às 18h30min do dia 06/05/2014. Abertura das Propostas: 20/05/2014 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 20/05/2014 (horário de Brasília). O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial da União nº 64, seção 3, página 143, de 03/04/2014. O Aviso de adiamento "sua vez" foi publicado no Diário Oficial da União nº 75, seção 3, página 13, de 22/04/2014. Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correijs.com.br. No campo "assunto" mencionar PGE 14000042.

EDNA DE OLIVEIRA GUIMARÃES
Pregeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14000119 - GERAD/DR/SPM

Objeto: aquisição de ventiladores de parede e coluna, conforme Edital e seus Anexos. Download do edital no site <http://www.comprasnet.gov.br> (Número da Licitação: 1192014 - UASG: 925916). O acolhimento das propostas no referido site das 8h às 18h30min do dia 06/05/2014. Abertura das Propostas: 19/05/2014 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 19/05/2014 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correijs.com.br. No campo "assunto" mencionar PGE 14000119.

REGINALDO DOS SANTOS SOUZA
Pregeiro

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

EDITAL Nº 17, DE 30 DE ABRIL DE 2014

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.046347/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos no município de Bom Conselho, estado de Pernambuco, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado em 13 de julho de 2012, R E S O L V E:

Art. 1º Tornar público o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder às interessadas o prazo de vinte dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRICIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

Bom Conselho PE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	PONTUAÇÃO	RESULTADO
Fundação Bom Conselho	II	53000.043064/2012	Inabilitada	-	Indeferida
Fundação Chico Florentino	II	53000.043107/2012	Inabilitada	-	Indeferida

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.m.gov.br/secretariaeletronica>, pelo código 00032014050600236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviço de Comunicação Eletrônica.

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União.

Subgrupo de Trabalho de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e

Consignações da União - SDEDU

Nº 53000.043064/2012-11

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 04 de julho de 2014.

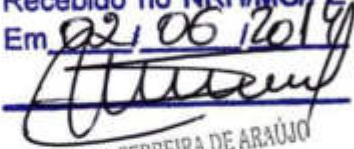


Documento assinado eletronicamente por **Juliana Santos Sales, Técnico de Nível Superior**, em 04/07/2014, às 11:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0033090** e o código CRC **DDD4B6A8**.

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA – MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Recebido no RRH/MC/PE
Em 22/06/2014

SILVANA FERREIRA DE ARAÚJO
RESP. RRH/MC/PE
SIAPE: 0454978

Processo n.º 53000.043064/2012

Referência: Edital n.º 17 de 30 de abril de 2014 (DOU de 06/05/2014).

Proponente: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO.

Assunto: recurso administrativo.

A **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, personalidade jurídica de direito privado, com sede na Praça Amâncio Antônio do Nascimento, n.º 13, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CNPJ n.º 07.131.366/0001-49, por seu representante legal abaixo assinado, em virtude da publicação do Edital n.º 17 de 30 de abril de 2014 (DOU de 06/05/2014), vem, através desta, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO,

com fundamento no art. 141 do Decreto 52.795/63 e art. 10, §1º, da Portaria MC n.º 355 de 12 de julho de 2012, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

04/06/14

1

1. FATOS

Equívoco do órgão ministerial na análise da documentação

01. A entidade que ora subscreve apresentou inicialmente a documentação pertinente e o requerimento para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, para a localidade de Bom Conselho/PE, conforme Aviso de Habilitação n.º 4 de 12 de julho de 2012, tendo resultado na instauração do presente processo.

02. Após a análise da documentação apresentada pela entidade, foi editada a Nota Técnica n.º 2056/2013/GTPU/DEOC/SCE-MC, datada de 30 de agosto de 2013, por meio da qual se entendeu que a entidade não haveria apresentado os seguintes documentos:

- Certidão negativa de débitos junto à Justiça do Trabalho (CNDT);
- Grade de programação completa;
- Certidão dos cartórios distribuidores, de âmbito federal, relativa aos feitos cíveis e criminais;
- Foi apresentada certidão cível positiva, relativa ao dirigente Luiz Clério Duarte.

03. Como a única outra concorrente também teve documentação pendente, foi oportunizada a complementação da documentação, nos termos do art. 8º, §4º, da Portaria MC n.º 355/2012, tendo sido publicado o Edital n.º 103 de 25/09/2013 (DOU de 30/09/2013), convocando as duas concorrentes a complementar a documentação.

04. Em resposta ao referido edital, a fundação apresentou, através do protocolo de n.º 53000.061043/2013-51 toda a documentação necessária, qual seja:

- CND trabalhista da Fundação;
- Grade de programação detalhada com 24 (vinte e quatro) horas;
- Certidão negativa federal de todos os dirigentes; e
- Certidão de pé e objeto dos feitos cíveis em nome do dirigente Luiz Clério Duarte, documento este que nem havia sido solicitado, mas que a entidade encaminhou para esclarecer a situação.

05. Com a apresentação dos documentos supracitados, foi expedida a Nota Técnica n.º 107/2014/GTED/DEAA/SCE-MC, datada de 12/02/2014, por meio da qual indefere o pedido de outorga com base exclusivamente em um fundamento:

- "Foi apresentada certidão positiva, relativa aos feitos cíveis de âmbito federal, do senhor Luiz Clério Duarte"

06. Veja-se que o analista simplesmente indeferiu o processo em questão com base exclusivamente no fato de a certidão cível ter apresentado processos em face de um dos dirigentes, fato este que, por si só, não pode justificar o indeferimento do pleito, até porque deve prevalecer a presunção de inocência, conforme entendimento já exarado pela Consultoria Jurídica da União junto a este Ministério.

07. Desta, forma, não restou outra alternativa à entidade a não ser apresentar este recurso administrativo, requerendo que seja

corrigida a evidente ilegalidade do caso em apreço, sob pena de serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

II. DO MÉRITO RECURSAL

Do princípio da presunção de inocência (CF/88, art. 5º, LVII)

08. Serve o presente tópico para demonstrar que a mera existência de ação cível em face de um dos dirigentes da fundação é elemento insuficiente para o indeferimento do pedido de outorga, consoante entendimento já manifestado, inclusive, pela própria CONJUR vinculada a este Ministério das Comunicações.

09. Como se pode observar, a certidão cível do dirigente Luiz Clério Duarte, que, diga-se de passagem, é de âmbito ESTADUAL e não FEDERAL como alude a nota técnica, aponta a existência de 3 (três) processos em face dele, sendo que em uma, houve já o arquivamento sem condenação, enquanto que as outras duas ainda se encontram em trâmite.

10. Ressalte-se que nenhuma das ações prejudica ou impede a execução do serviço em sua plenitude, até porque não há condenação, devendo incidir o princípio constitucional da presunção de inocência.

11. É de se destacar também que a entidade, quando da complementação de sua documentação (53000.061043/2013-51), apresentou certidão de pé e objeto, no modelo fornecido pelo Fórum competente, contendo o andamento de cada ação.

12. Deve-se salientar também que o entendimento da CONJUR deste Ministério das Comunicações corrobora tudo o que foi exposto no presente recurso administrativo.

13. Para comprovar isto, podemos citar um caso semelhante ao presente. Trata-se do Aviso de Habilitação para Bezerros/PE, no qual participou a Fundação Cultural Tocantinense (Processo n.º 53000.022009/2012), por meio do qual o pedido desta entidade foi indeferido com base na existência de processos contra um dos seus dirigentes.

14. Na oportunidade do recurso administrativo apresentado pela entidade, a CONJUR se manifestou através da Nota Técnica 89/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, aprovada pelo Despacho n.º 815/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU, determinando a continuidade do processo, com base no princípio da presunção de inocência.

15. A referida fundação havia impetrado até mesmo um mandado de segurança, na qual a União se manifestou nos seguintes termos:

De todo modo, aquela mesma CONJUR, por intermédio de reiteradas manifestações, tem se posicionado no sentido de que **seja observado o princípio constitucional da presunção de inocência e que a existência de demandas judiciais em trâmite, por si só, não se configura em motivo suficiente a ensejar a exclusão da entidade da seleção;** (grifou-se)

16. Como se observa, é evidente que a decisão tomada viola o entendimento da CONJUR e o ordenamento jurídico, especialmente a Carta Magna de 1988 – art. 5º, LVII.

III. DO REQUERIMENTO FINAL

17. Ante o exposto, esperamos contar com o sempre presente espírito de compreensão e justiça de Vossa Senhoria, no sentido de **DAR PROVIMENTO** ao presente recurso administrativo, em conformidade com o reiterado posicionamento da CONJUR deste órgão ministerial, determinando-se a classificação da entidade que ora subscreve e a adjudicação do objeto do presente Aviso de Habilitação, haja vista a completa instrução processual.

Termos em que,

Pede deferimento.

Bom Conselho/PE, 29 de maio de 2014.


GILSON LUIS DE MACEDO

CPF: 862.704.194-68

Representante legal

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Coordenação de Gestão de Pessoas

Núcleo de Recursos Humanos no Estado de Pernambuco

Avenida Guararapes, 250, 5º Andar, Sala 511, Santo Antônio Recife-PE

Tel.: (81) 3425-3611 - Fax: (81) 3424-9366

Memo. nº 377/ 2014/NRH-PE/COGEP/CGGP/SPOA/SE-MC

Recife, 03 de maio de 2014.

A: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica / MC

Assunto: Processo nº 53000.043064/2012 – Recurso Administrativo

Encaminhamos em anexo, documentação da Fundação Bom Conselho, com sede no Município de Bom Conselho – PE, inscrita sob CNPJ 07.131.366/001-49, na qual encaminha recurso administrativo.

Atenciosamente,



SILVANA FERREIRA DE ARAUJO

Responsável pelo Núcleo de RH/MC no Estado de Pernambuco

04/06/14

Requerimento s/n (0029106) SEI 53900.003556/2014-84 / pg. 8

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Nota Técnica nº 107 /2014/GTED/DEAA/SCE - MC

Assunto: Proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012, apenso ao Processo nº 53000.046347/2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os autos de proposta relativa a outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, conforme segue:

EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº: 103/2013		Data de publicação:		30/09/2013	
Interessado:	Fundação Bom Conselho				
Município:	Bom Conselho/PE	Serviço:	FME	Canal:	291E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo do documento de complementação:				30/10/2013	
Data de postagem desta proposta:				21/10/2013	
Requerimento tempestivo?				☒ sim ☐ não	

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, a proposta constante do processo em referência, ofertada por pessoa jurídica de direito privado, com vistas à conferência e análise da documentação apresentada, em consonância com o disposto na Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente.

3. Após realização da análise da documentação apresentada pela entidade verificou-se a incorreta instrução da sua proposta, conforme Nota Técnica nº 2056/2013/GTPU/DEOC/SCE-MC (fls.119/120), razão pela qual foi concedido por meio do Edital nº 103 - publicado em 30/09/2013 (fls.122/123), prazo para complementação da documentação para que as incorreções constantes do quadro anexo do citado Edital fossem sanadas, de acordo com o art. 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

4. Em atendimento ao Edital, a concorrente encaminhou a documentação complementar (fls. 126/142), protocolada sob nº 53000.061043/2013, protocolada em 21/10/2013.

Lista de documentos necessários para habilitação de fundações de direito privado a que se refere o inciso III do art. 44 da Lei nº 10.406, de 2002, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata, em original ou cópia autenticada		FLS.	OK	OBS
DA ENTIDADE INTERESSADA				
1.	Estatuto social e suas alterações aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. Livro "A", nos quais se constate que foi instituída há mais de um ano.	05 a 20 e 23/24	OK	-

cas/GTED/DEAA/SCE-MC

	contado da data de publicação do respectivo aviso de habilitação.	-	-	-
2.	Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. Composição Diretiva: Gilson Luis de Macedo Luiz Clerio Duarte Ângela Maria Macario dos Santos	26 a 28	OK	-
3.	Instrumento jurídico firmado com instituição de ensino médio ou de educação superior, ou com o município em que será prestado o serviço, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação.	30 a 32	OK	-
4.	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).	39	OK	-
5.	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da entidade, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.	41 e 42	OK	-
6.	Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da entidade proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.	41, 42 e 43	OK	-
7.	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).	40 e 44	OK	-
8.	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.	129	OK	-
9.	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.	46	OK	-
10.	Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga.	48, 49 e 133	OK	-
11.	Declaração do número de alunos matriculados na instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação	33	OK	-

DOS DIRIGENTES

1.	Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos.	51 e 52	OK	-
2.	Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.	54, 62, 58, 134, 135, 136	OK	-
3.	Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.	55, 59, 63, 134, 135, 136	N	-
4.	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.	56, 60, 64	OK	-
5.	Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67.	67	OK	-

6.	Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais.	57, 61, 65	OK	-
7.	Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.	68	OK	-

DE PROPONENTE EXECUTANTE DE SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO

1.	Representante Legal aprovado por este MC, constante do SIACCO/ANATEL (imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	117	OK	-
2.	Regularidade quanto ao Fistel (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, emitida via SIGEC/ANATEL, com base no CNPJ da entidade), imprimir espelho correspondente e juntar aos autos.	118	OK	-
3.	Limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67 (Pesquisa Geral SRD/ANATEL, com base no CNPJ da entidade, imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	116	OK	-

5. Desse modo verificamos que há problemas com a documentação apresentada pela proponente:

- Foi apresentada certidão positiva, relativa aos feitos cíveis de âmbito federal, do senhor Luiz Clério Duarte.

6. Destaca-se que em vista dos documentos encaminhados não terem sido apresentados corretamente nem de forma completa, a entidade deverá ser inabilitada, conforme dispõe o artigo 5º, da Portaria nº 355/2012.

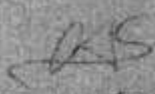
CONCLUSÃO

7. Dessa forma, opinamos:

- pela inabilitação e consequente indeferimento da proposta em apreço;
- pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado final obtido no processo de seleção em questão;
- pela comunicação do resultado ora obtido à interessada, em conformidade com o disposto nos artigos 9º e 10, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

À consideração superior.

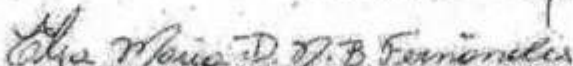
Brasília, 12 de fevereiro de 2014.


CYNTHIA ARAÚJO SILVA
Agente Administrativo


VILMA DE F. ALVARENGA FANIS
Analista - Chefe de Divisão

De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

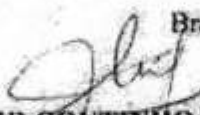
Brasília, 12 de fevereiro de 2014.


ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES

Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Conforme Portaria nº 001, de 23 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 29 de outubro de 2013.

De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.


ALMIR COUTINHO POLLIG

Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de outubro de 2013.

De acordo. Proceda-se conforme proposto.

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.


OCTAVIO PENNA PIERANTI

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

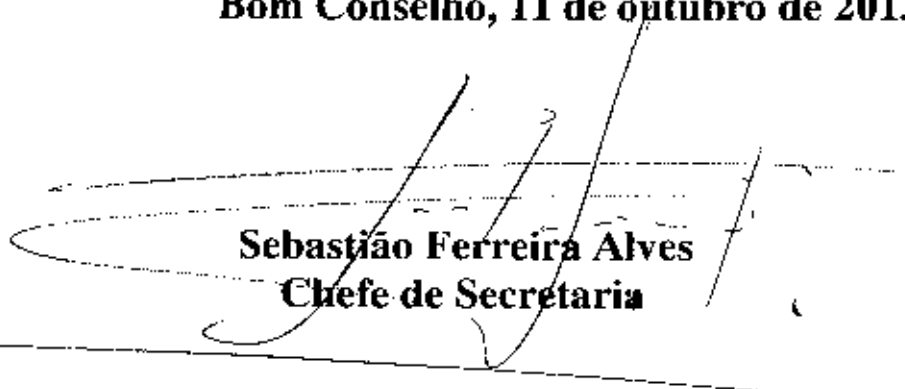


PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DO BOM CONSELHO

C E R T I D ã O

Certifico em virtude de pedido verbal do Senhor Luiz Clério Duarte, que revendo os livros competentes desta Secretaria, neles constatei que a ação nº 0000192-48.2006.8.17.0300 e 0000193-33.2006.8.17.0300, movidas contra o referido cidadão, encontram-se com o advogado do autor Senhor Audalio Ferreira de Araujo enquanto que a ação nº 0000191-63.2006.8.17.0300, também com as mesmas partes, foi julgada e arquivada.

Bom Conselho, 11 de outubro de 2013.


Sebastião Ferreira Alves
Chefe de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM CONSELHO
Fórum Dr. Orlando Cavalcante de Albuquerque

Praça Dom Pedro II, 34, Centro, Bom Conselho/PE, CEP 55330-000 – Fone: (87) 3771-1659/1001

CARTÓRIO ÚNICO DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO CÍVEL

CERTIFICO para os devidos fins de direito que, revendo os livros da Distribuição desta Comarca de Bom Conselho – PE, bem como no Sistema Judwin, verifiquei que constam em tramitação as seguintes ações cíveis em desfavor de **LUIZ CLÉRIO DUARTE**, portador do RG 607.913 SSP/PE e do CPF 005.019.304-00:

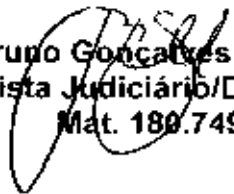
■ Processo nº **28-98.1997.8.17.0300**: Execução Fiscal, exequente BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - BANDEPE, fase atual: concluso para sentença desde 11/10/2013;

■ Processo nº **192-48.2006.8.17.0300**: Interpelação (Cautelar), autor AUDÁLIO FERREIRA DE ARAÚJO, fase atual: vista ao advogado do autor desde 27/06/2008;

■ Processo nº **193-33.2006.8.17.0300**: Ação Penal Privada – crime de injúria, representante AUDÁLIO FERREIRA DE ARAÚJO, fase atual: vista ao advogado do autor desde 12/05/2008.

O referido é verdade e dou fé.

Bom Conselho - PE, 16 de outubro de 2013.


Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário/Distribuidor
Mat. 180.749-8



Bruno Gonçalves Miranda
Analista Judiciário
Distribuidor / Contador Judicial
Mat.: 180.749-8

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

NOTA TÉCNICA Nº 4258/2014/SEI-MC

Assunto: **Pedido de Reconsideração - Pelo Deferimento.**

Referência: **Processo nº 53000.043064/2012-11 apenso/relacionado ao Processo nº 53000.046347/2012-15**

Interessado: **Fundação Bom Conselho**

Serviço: **Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME**

Localidade: **Bom Conselho/PE**

Aviso de Habilitação nº: **04/2012**, publicado no DOU em **13/07/2012**

Canal: **291E**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata os autos de análise de recurso apresentado pelo interessado, com proposta de deferimento do pedido, nos termos do item 5.

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, recurso apresentado pelo interessado, em face da decisão que indeferiu o prosseguimento do presente feito, motivado pela inabilitação da proposta, objeto dos presentes autos.

3. A decisão de indeferimento em questão, conforme consta da Nota Técnica nº 107/2014/GTED/DEAA/SCE-MC, baseou-se na apresentação tempestiva, porém irregular, da documentação necessária à habilitação da correspondente proposta, pertinente ao Processo de Seleção em referência, assim verificada:

- Apresentada certidão positiva relativa aos feitos cíveis de âmbito federal do Senhor Luiz Clério Duarte.

4. A notificação sobre o resultado da análise de sua proposta foi publicada em 06/05/2014, conforme Edital nº17, de 30 de Abril de 2014 constante dos autos, tendo, então, o interessado interposto tempestivamente o pedido ora em análise, objetivando a reconsideração da decisão proferida, conforme documento recebido no NRH/MC/PE em 02 de junho de 2014.

5. Tendo em vista a tempestividade do pedido de reconsideração em apreço, procedeu-se à análise das razões e documentos pertinentes, os quais se mostram passíveis de acatamento para afastar as irregularidades anteriormente

verificadas, senão vejamos:

- A recorrente argumentou, no que se refere à certidão positiva do Senhor Luiz Clério Duarte que "o analista simplesmente indeferiu o processo em questão com base exclusivamente no fato de a certidão cível ter apresentado processos em face de um dos dirigentes, fato este que, por si só, não pode justificar o indeferimento do pleito, até porque deve prevalecer a presunção de inocência, conforme entendimento já exarado pela Consultoria Jurídica da União junto a este Ministério".
- Cumpre esclarecer que existe uma finalidade vinculada à exigência de certidões judiciais no certame. Esta se relaciona com a segurança jurídico-administrativa nos termos do que foi constitucionalmente enunciado, sendo que, conforme o princípio da moralidade administrativa, a Administração deve zelar pela idoneidade moral em todas as suas atuações, inclusive ao firmar contratos. Nesses casos (de ações judiciais em curso), faz-se necessária uma análise contingencial, em cada caso concreto, ocasião em que, como já orientou a Consultoria Jurídica desse Ministério, será verificado se a questão discutida em juízo resguarda ou não pertinência com o objeto da seleção, isto é, se poderá influenciar ou não na execução do serviço.
- Na situação em comento (destes autos), salvo melhor juízo, acredita-se serem os argumentos passíveis de acatamento quando se visa à contratação com a Administração Pública, pois não representam óbice à regularidade perseguida, vislumbrando-se a possibilidade de reconsideração da decisão de indeferimento, com base nos critérios da conveniência e oportunidade.
- Visando ao atendimento do interesse público que envolve o procedimento de seleção em questão – de modo a se evitar a frustração do certame, deve o presente pedido ser considerado deferido e, conseqüentemente, habilitada a entidade; mas cabe à CONJUR enunciar, em sua verificação jurídico-formal, por meio de Parecer, se esse tipo de irregularidade não contamina o processo, e, caso aquela não se manifeste favoravelmente ao acatamento dos argumentos sustentados pela interessada, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para tomada das medidas cabíveis.

6. Os argumentos trazidos pela interessada são suficientes para modificar a decisão administrativa outrora tomada, sendo atendidas as solicitações dispostas na Portaria nº **355, de 12 de julho de 2012** e no Aviso de Habilitação nº 04/2012, podendo o recurso, portanto, ser deferido.

CONCLUSÃO

7. Ante o exposto, opinamos pelo conhecimento do presente pedido, dando-lhe, conseqüentemente, provimento para reconsiderar a decisão de indeferimento, tornando habilitada a proposta em questão, em conformidade com a legislação pertinente.

Brasília, 14 de julho de 2014.

À consideração superior.

MINUTA DE DESPACHO DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de 2014

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____/2014/____/____/____/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo nº 53000.046347/2012-15, de sorte a conceder provimento ao recurso interposto pela Fundação Bom Conselho, participante do Aviso de Habilitação nº 04/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, tendo em vista a presença de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

PAULO BERNARDO SILVA



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Técnico de Nível Superior**, em 15/07/2014, às 17:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Analista - Chefe de Divisão**, em 15/07/2014, às 17:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Elza Maria Del Negro Barroso Fernandes, Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 15/07/2014, às 17:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Almir Coutinho Pollig, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 15/07/2014, às 17:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Brito de Avila, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 17/07/2014, às 11:03, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 66711627932084340966402037713800213814



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0039974** e o código CRC **32B04E18**.



Serviço de Atendimento ao Público do Ministério das Comunicações (SATP-MC)

REQUERIMENTO - VISTA, CÓPIA E CERTIDÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.

() Vista (☒) Cópia integral () Cópia fls. ____/____ () Certidão () Cópia de Portaria / Parecer / Nota Técnica / Despacho / Outro.

Se Certidão/Portaria/Parecer/Nota Técnica/Despacho/Outro. Identificar:

Processo nº **53000.043064/2012-11**

Tipo de Processo: (☒) Outorga () Pós-Outorga () Acompanhamento e Avaliação.

Serviço: () Rádio Comunitária (☒) Rádio/TV Educativa () Rádio/TV Comercial () RTV () SARC

Entidade: **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**

CNPJ nº: **07.131.366/0001-49**

Interessado(a): JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PE 24.911-D, CPF n.º 046.722.634-28, RG n.º 6023454 SSP/PE, Fone: (81) 3421-7541 / (81) 9989-2072, E-mail: jefferson@portozero.com.br, Endereço: Rua Monsenhor Júlio Maria, n.º 105 – Madalena – Recife/PE – CEP: 50720-090.

() Procurador (☒) Advogado () Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto;
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

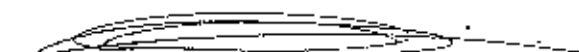
RECIFE, 25 de fevereiro de 2015.
Município/dia/mês/ano


Assinatura

DESPACHO DO MINISTRO

Em 34 de maio de 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER Nº 47/2014/SEI-MC (PARECER nº 889/2014/SJI/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU), constante do processo 53000.046347/2012-15, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO BOM CONSELHO de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.


RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO / RESULTADO
FUNDAÇÃO BOM CONSELHO	II	53000.043064/2012-11	APRESENTADO-DEFERIDO	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO CHICO FLORENTINO	II	53000.043107/2012-51	APRESENTADO-INDEFERIDO	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.



Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.061, DE 14 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059431/2011-18, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Anápolis, estado de Goiás.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.076, DE 14 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.058783/2011-48, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA - UNIFACEF, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Franca, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.077, DE 14 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059437/2011-87, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Jequié, estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 14 de maio de 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER Nº 576/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU), constante do processo 53000.012759/2012-43, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05/03/2012, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	I	53000.022715/2012-21	HABILITADA	VENCEDORA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	I	53000.023195/2012-74	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA PROFESSORA ZENEIDE MANGUEIRA DE SOUSA	II	53000.024702/2012-97	DESCONSIDERADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.022947/2012-90	DESCONSIDERADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 598/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU), constante do processo 53000.046328/2012-81, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Ituverava, estado de São Paulo, por meio do canal 250E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	II	53000.041397/2012	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042946/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 334/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046343/2012-29, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Garça/SP, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Fundação Universitária de Radiodifusão Educativa	II	53000.043134/2012-23	Não apresentado	Habilitada	1º Lugar
Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa	II	53000.043724/2012-56	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão	Habilitada	2º Lugar
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.041394/2012-64	Não apresentado	Habilitada	3º Lugar
Fundação Evangélica Trindade	II	53000.042955/2012-42	Não apresentado	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Ranchariense	II	53000.042880/2012-08	Não apresentado	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 672/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046344/2012-73, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Jales, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	II	53000.041395/2012	APRESENTADO-DEFEERIDO	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042954/2012	APRESENTADO- INDEFERIDO	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA NOROESTE PAULISTA	II	53000.042312/2012		INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER Nº 47/2014/SEI-MC (PARECER nº 889/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU), constante do processo 53000.046347/2012-15, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO BOM CONSELHO de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.



ANEXO					
PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RE-SULTADO
FUNDAÇÃO BOM CONSELHO	II	53000.043064/2012-11	APRESENTADO-DE-FERIDO	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO CHICO FLORENTINO	II	53000.043107/2012-51	APRESENTADO- IN-DEFERIDO	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 344/2015/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.049153/2011-82, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Londrina/PR, por meio do canal 294E, constante do Aviso de Habilitação nº 09, de 19/09/2011, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO					
PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	I	53000.056113/2011-97	Não apresentado	Habilitada	Vencedora
Fundação Cultural Alzira da Silva Corrêa	II	53000.058965/2011-19	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	*Desconsiderada	Indeferimento
Fundação Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos Força Sindical	II	53000.059140/2011-11	Não apresentado	*Desconsiderada	Indeferimento
Instituto Filadélfia de Londrina-Paraná	II	53000.060060/2011-17	Não apresentado	*Desconsiderada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada. *Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 335/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.056569/2011-57, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Dourados/MS, por meio do canal 2+E, indicado no Aviso de Habilitação nº 13, de 28/10/2011, e adjudicar o seu objeto à UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO				
PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Universidade Federal da Grande Dourados	I	53000.063406/2011-21	Habilitada	Vencedora
Fundação Brasil Ecoar	II	53000.064532/2011-01	Não analisada	Desconsiderada
Fundação Cultural Gilberto Leite de Aquino	II	53000.003243/2012-16	Não analisada	Desconsiderada
Instituto Filadélfia de Londrina-Paraná	II	53000.003434/2012-70	Não analisada	Desconsiderada

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 336/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.056571/2011-26, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paranaguá/PR, por meio do canal 10-E, constante do Aviso de Habilitação nº 13, de 28/10/2011, e adjudicar o seu objeto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-UFPR, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO				
PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Universidade Federal do Paraná - UFPR	I	53000.061812/2011-59	Habilitada	1º Lugar
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	I	53000.063097/2011-99	Habilitada	2º Lugar
Fundação Exclusiva Educativa	II	53000.066487/2011-11	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 339/2015/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.056614/2011-73, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Catanduva/SP, por meio do canal 281E, constante do Aviso de Habilitação nº 13, de 28/10/2011, e adjudicar o seu objeto ao MUNICÍPIO DE CATANDUVA, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO					
PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RE-SULTADO
Município de Catanduva	I	53000.061475/2011-08	Não apresentado	Habilitada	Vencedor
Fundação Nordestina para o Bem Estar Social	II	53000.066692/2011-86	Não apresentado	*Desconsiderada	Indeferimento
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.066741/2011-81	Não apresentado	*Desconsiderada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada. *Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 341/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.064672/2011-71, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão de Sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Catalão/GO, constante do Aviso de Habilitação nº 16, de 07/12/2011, e adjudicar o seu objeto à UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO					
PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RE-SULTADO
Universidade Federal de Goiás	I	53000.004357/2012-75	Não apresentado	Habilitada	1º Lugar
Agência Goiana de Comunicação - AGECOM	I	53000.004570/2012-87	Não apresentado	Habilitada	2º Lugar
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GOIÁS	II	53000.006088/2012-81	Não apresentado	Não analisada	Desconsiderada
Fundação Cultural e Educativa Buriti Alegre	II	53000.006156/2012-11	Não apresentado	Não analisada	Desconsiderada
Fundação Regional de Radiodifusão Educativa	II	53000.006726/2012-64	Não apresentado	Não analisada	Desconsiderada
Fundação Cultural Gilberto Leite de Aquino	II	53000.007290/2012-21	Não apresentado	Não analisada	Desconsiderada

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 342/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.064696/2011-20, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paranavai/PR, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 16, de 07/12/2011, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO					
PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RE-SULTADO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	I	53000.065857/2011-01	Não apresentado	Habilitada	Vencedor
Fundação Exclusiva Educativa	II	53000.005238/2012-30	Não apresentado	*Desconsiderada	Indeferimento
Fundação Cândido Garcia	II	53000.008029/2012-48	Não apresentado	*Desconsiderada	Indeferimento
Fundação Cultural de Paranavai	I	53000.010604/2012-04	Não apresentado	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada. *Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

RETIFICAÇÃO

Na Portaria N.º 1.373, de 26 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 2.4.2015, Seção 1, onde se lê:, no município de Juazeiro do Norte, estado da Bahia". Leia-se:, no município de Juazeiro do Norte, estado do Ceará;

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 3.008, DE 14 DE MAIO DE 2015

Expede autorização à AGUIA BRANCA LOGISTICA S/A, CNPJ nº 02.199.383/0001-02 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.043064/2012-11

Referência: Despacho do Ministro

Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 15/05/2015, do Despacho do Ministro que "homologa o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras-PB, e adjudica o seu objeto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba", restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 19 de maio de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wendy Batista de Araujo, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete, Substituta**, em 22/05/2015, às 15:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0512980** e o código CRC **91D4C97B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.061, DE 14 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059431/2011-18, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Anápolis, estado de Goiás.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.076, DE 14 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.058783/2011-48, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA - UNIFACEF, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Franca, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.077, DE 14 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059437/2011-87, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Jequié, estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 14 de maio de 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER Nº 576/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.012759/2012-43, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05/03/2012, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA	I	53000.022715/2012-21	HABILITADA	VENCEDORA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	I	53000.023195/2012-74	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA PROFESSORA ZENEIDE MANGUEIRA DE SOUSA	II	53000.024702/2012-97	DESCONSIDERADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.022947/2012-90	DESCONSIDERADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 598/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046328/2012-81, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Ituverava, estado de São Paulo, por meio do canal 250E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto nº 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	II	53000.041397/2012	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042946/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 334/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046343/2012-29, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Garça/SP, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto nº 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015051500042

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Fundação Universitária de Radiodifusão Educativa	II	53000.043134/2012-23	Não apresentado	Habilitada	1º Lugar
Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa	II	53000.043724/2012-56	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão	Habilitada	2º Lugar
Fundação Ona Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.041394/2012-64	Não apresentado	Habilitada	3º Lugar
Fundação Evangélica Trindade	II	53000.042955/2012-42	Não apresentado	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Ranchariense	II	53000.042880/2012-08	Não apresentado	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 672/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046344/2012-73, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Jales, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto nº 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	II	53000.041395/2012	APRESENTADO-DEFERIDO	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042954/2012	APRESENTADO- INDEFERIDO	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA NOROESTE PAULISTA	II	53000.042312/2012		INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER Nº 47/2014/SEL-MC (PARECER nº 889/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU), constante do processo 53000.046347/2012-15, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO BOM CONSELHO de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto nº 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO					
PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO BOM CONSELHO	II	53000.043064/2012-11	APRESENTADO-DEFERIDO	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO CHICO FLORENTINO	II	53000.043107/2012-51	APRESENTADO-INDEFERIDO	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 344/2015/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.049153/2011-82, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Londrina/PR, por meio do canal 294E, constante do Aviso de Habilitação nº 09, de 19/09/2011, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO					
PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	I	53000.056113/2011-97	Não apresentado	Habilitada	Vencedora
Fundação Cultural Alzira da Silva Corrêa	II	53000.058965/2011-19	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	*Desconsiderada	Indeferimento
Fundação Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos Força Sindical	II	53000.059140/2011-11	Não apresentado	*Desconsiderada	Indeferimento
Instituto Filadélfia de Londrina-Paraná	II	53000.060060/2011-17	Não apresentado	*Desconsiderada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada. *Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 335/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.056569/2011-57, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Dourados/MS, por meio do canal 2+E, indicado no Aviso de Habilitação nº 13, de 28/10/2011, e adjudicar o seu objeto à UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO				
PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Universidade Federal da Grande Dourados	I	53000.063406/2011-21	Habilitada	Vencedora
Fundação Brasil Ecorar	II	53000.064532/2011-01	Não analisada	Desconsiderada
Fundação Cultural Gilberto Leite de Aquino	II	53000.003243/2012-16	Não analisada	Desconsiderada
Instituto Filadélfia de Londrina-Paraná	II	53000.003434/2012-70	Não analisada	Desconsiderada

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 336/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.056571/2011-26, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paranaguá/PR, por meio do canal 10-E, constante do Aviso de Habilitação nº 13, de 28/10/2011, e adjudicar o seu objeto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-UFPR, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO				
PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Universidade Federal do Paraná - UFPR	I	53000.061812/2011-59	Habilitada	1º Lugar
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	I	53000.063097/2011-99	Habilitada	2º Lugar
Fundação Exclusiva Educativa	II	53000.066487/2011-11	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 339/2015/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.056614/2011-73, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Catanduva/SP, por meio do canal 281E, constante do Aviso de Habilitação nº 13, de 28/10/2011, e adjudicar o seu objeto ao MUNICÍPIO DE CATANDUVA, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015051500043

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Município de Catanduva	I	53000.061475/2011-08	Não apresentado	Habilitada	Vencedor
Fundação Nondestina para o Bem Estar Social	II	53000.066692/2011-86	Não apresentado	*Desconsiderada	Indeferimento
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.066741/2011-81	Não apresentado	*Desconsiderada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada. *Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 341/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.064672/2011-71, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão de Sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Catalão/GO, constante do Aviso de Habilitação nº 16, de 07/12/2011, e adjudicar o seu objeto à UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Universidade Federal de Goiás	I	53000.004357/2012-75	Não apresentado	Habilitada	1º Lugar
Agência Goiana de Comunicação - AGECOM	I	53000.004570/2012-87	Não apresentado	Habilitada	2º Lugar
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GOIÁS	II	53000.006088/2012-81	Não apresentado	Não analisada	Desconsiderada
Fundação Cultural e Educativa Burti Alegre	II	53000.006156/2012-11	Não apresentado	Não analisada	Desconsiderada
Fundação Regional de Radiodifusão Educativa	II	53000.006726/2012-64	Não apresentado	Não analisada	Desconsiderada
Fundação Cultural Gilberto Leite de Aquino	II	53000.007290/2012-21	Não apresentado	Não analisada	Desconsiderada

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 342/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.064696/2011-20, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paranavai/PR, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 16, de 07/12/2011, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

RICARDO BERZOINI

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	I	53000.065857/2011-01	Não apresentado	Habilitada	Vencedor
Fundação Exclusiva Educativa	II	53000.005238/2012-30	Não apresentado	*Desconsiderada	Indeferimento
Fundação Cláudio Garcia	II	53000.008029/2012-48	Não apresentado	*Desconsiderada	Indeferimento
Fundação Cultural de Paranavai	I	53000.010604/2012-04	Não apresentado	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada. *Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

RETIFICAÇÃO

Na Portaria N.º 1.373, de 26 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 2.4.2015, Seção 1, onde se lê: "....., no município de Juazeiro do Norte, estado da Bahia". Leia-se: "....., no município de Juazeiro do Norte, estado do Ceará;

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 3.008, DE 14 DE MAIO DE 2015

Expede autorização à AGUIA BRANCA LOGISTICA S/A, CNPJ nº 02.199.383/0001-02 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Despacho Nº 1210/2015/SEI-MC

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, da Portaria nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013, e considerando o que consta no processo nº 53900.036591/2015-61, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho/PE, utilizando o canal 291E (duzentos e noventa e um - Educativo), autorizando, ainda, seu funcionamento em caráter provisório, o qual fica condicionado à autorização para uso da radiofrequência.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 26/08/2015, às 19:37, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1251077



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0637418** e o código CRC **B3363F34**.

NOTA TÉCNICA Nº 13036/2016/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.043064/2012-11**

Assunto: **Solicitação de documentação com vistas à assinatura de contrato. Exigência I.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os autos de assinatura de contrato, relativo à outorga deferida à FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho/PE, por meio do canal 291E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 420, de 14 de setembro e o Aviso de Habilitação nº 04/2012, publicado no DOU em 13 de julho de 2012.

ANÁLISE

2. Veio ao Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União – GTED o processo em referência, com vistas à análise quanto à correta instrução do feito, em conformidade com a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1, de 3 de novembro de 2004, Cota nº 165/2016/CONJUR/CGAJ, de 04 de abril de 2016 e demais dispositivos legais aplicáveis à matéria.

3. Para tanto, ao procedermos à análise e conferência da documentação pertinente, verificamos a incompleta instrução do feito, devendo, a interessada, apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a. Estatuto social atualizado devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas ou equivalente;
- b. Ato de Aprovação do Ministério Público, relativo(s) à(s) alteração(ões) estatutária(s) que estejam sujeitas a anuência prévia do referido Órgão;
- c. Ata da Eleição da atual diretoria da entidade;
- d. Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do diretor que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso), além dos demais diretores que compõem o conselho diretor da fundação (**indicar diretor**);
- e. Original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso;
- f. Endereço completo, com telefone/fax, para emissão de correspondência;

- g. Comprovante definitivo do CNPJ da entidade;
- h. Certidões negativas cíveis e criminais das Justiças estadual, distrital, federal e criminal eleitoral, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas **(em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor);**
- i. Certidões de protestos de títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas **(em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor);**
- j. Prova do cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;
- k. Declaração assinada pelo representante legal que:
 - Os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa;
 - Nenhum dos dirigentes da entidade participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;
 - Nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, para que apresente a documentação acima listada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, sob pena de cancelamento da outorga em apreço.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 27/05/2016, às 14:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 27/05/2016, às 16:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 27/05/2016, às 16:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1156952** e o código CRC **CED647D1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 19696/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

Representante Legal da Fundacao Bom Conselho - Fbc

Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13 - Centro

55330-000 / Bom Conselho – PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.043064/2012-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 13036/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 27/05/2016, às 14:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1156996** e o código CRC **A8688700**.

Data de Envio:

06/06/2016 15:58:49

De:

MC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

gilmacedo.bc@gmail.com
marcilio@portozero.com.br
portozero@portozero.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.043064/2012-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1156996.html
Nota_Tecnica_1156952.html



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

CNPJ 07.131.366/0001-49
Travessa Professora Terezinha Luna - 26-A, centro,
Bom Conselho - PE - CEP 55330-000
Fone(87)9-8127-3334

Bom Conselho/PE, 07 de junho de 2016.

Ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignação da União - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301, Oeste, CEP 70.044-900, Brasília/DF.

Referência: Ofício n.º 19696/2016/SEI-MCTIC, datado de 27/05/2016 e Nota Técnica n.º 13036/2016/SEI-MCTIC, datada de 27/05/2016.

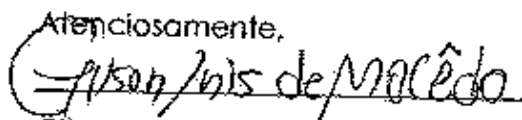
Assunto: Assinatura de Contrato. Exigência.

Processo: 53000.043064/2012-11

Senhor Coordenador,

FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/ME nº 07.131.366/0001-49, com sede na Travessa Professora Terezinha Luna, nº 26-A, Bom Conselho/PE, CEP: 55.330-000, vem, por seu representante legal, em atenção ao Ofício n.º 19696/2016/SEI-MCTIC, datado de 27/05/2016 e Nota Técnica n.º 13036/2016/SEI-MCTIC, datada de 27/05/2016, encaminhar, em anexo, a documentação necessária visando a assinatura do contrato de outorga.

Atenciosamente,


Gilson Luis de Macêdo

Diretor Presidente



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

CNPJ 07.131.366/0001-49

Travessa Professora Terezinha Luna – 26-A, centro.

Bom Conselho – PE - CEP 55330-000

Fone(87)9-8127-3334

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, com sede na Travessa Professora Terezinha Luna, nº 26-A, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CEP: 55.330-000, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **GILSON LUIS DE MACEDO**, brasileiro, casado, Radialista, RG 4470951 SSP/PE, CPF/MF nº 862.704.194-68, residente e domiciliado na Travessa Professora Terezinha Luna, nº 26 – Centro, Bom Conselho/PE – CEP 55330-000.

OUTORGADOS: MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA FILHO, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PE n.º 30.983; JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PE n.º 24.911 e ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PE 32.875, todos com escritório na Av. Agamenon Magalhães, nº 2764, 9º andar, sala 902, Espinheiro, Recife/PE, CEP: 52.020-000.

PODERES: Conferem-se poderes da cláusula et extra aos OUTORGADOS para representar a empresa OUTORGANTE perante o Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o Conselho Regional de Engenharia (CREA), com vistas à defesa de seus interesses, podendo, para tanto, solicitar e receber cópias de processos administrativos, assinar defesas administrativas, ofícios, requerimentos, declarações e demais documentos necessários em nome da OUTORGANTE, solicitar boletos para pagamentos de eventuais dívidas existentes e requerer parcelamento, podendo ainda substabelecer poderes, com ou sem reservas, e, enfim, praticar todos os atos para regularização da emissora em todos os seus aspectos, técnicos e jurídicos.

Bom Conselho/PE, 07 de junho de 2016.


FUNDAÇÃO BOM CONSELHO
Gilson Luis de Macedo

INFORMATIVO

Eu, **GILSON LUIS DE MACEDO**, brasileiro, casado, radialista, portador da cédula de identidade RG nº 4470951 SSP/PE e CPF/MF nº 862.704.194-68, residente e domiciliado na Travessa Professora Terezinha Luna, nº 26, centro, Bom Conselho/PE, CEP: 55330-000, na qualidade de Diretor Presidente da **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, venho através deste **INFORMAR** que a pessoa que irá assinar o contrato com a UNIÃO será (procuração em anexo):

ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR, brasileiro, casado, solteiro, OAB/PE nº 32.875, CPF/MF nº 074.515.874-95, RG nº 7566020 SDS/PE, com endereço profissional na Rua Monsenhor Júlio Maria, nº 125, Madalena, Recife/PE, CEP: 50.720-090.



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

CNPJ 07.131.366/0001-49

Travessa Professora Terezinha Luna - 26 - A - Centro

Bom Conselho - PE - CEP 55330-000

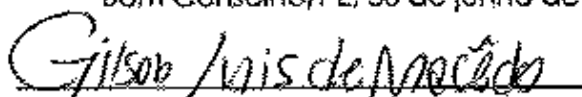
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 07.131.366/0001-49, permissionária no serviço de radiodifusão em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade Bom Conselho/PE, com sede na Travessa Professora Terezinha Luna, 26-A, CEP: 55.330-000, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **GILSON LUIS DE MACEDO**, brasileiro, casado, radialista, portador da cédula de identidade RG nº 4470951 SSP/PE e CPF/MF nº 862.704.194-68, residente e domiciliado na Travessa Professora Terezinha Luna, nº 26, centro, Bom Conselho/PE, CEP: 55330-000.

OUTORGADO: ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR, brasileiro, casado, solteiro, OAB/PE nº 32.875, CPF/MF nº 074.515.874-95, RG nº 7566020 SD5/PE, com endereço profissional na Rua Monsenhor Júlio Maria, nº 125, Madalena, Recife/PE, CEP: 50.720-090.

PODERES: Conferem-se poderes para representar o Outorgante em todos os atos para a assinatura do contrato relativo à outorga deferida a Outorgante para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, podendo neste particular representar a outorgante extrajudicialmente, em qualquer procedimento administrativo e perante qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, repartições públicas federais, estaduais e municipais, isso no interesse do processo administrativo tombado sob o nº **53000.043064/2012-11**, podendo para esse fim, tudo praticar, requerer, dar vistas em processo, protocolar documentos, propor, acompanhar, assinar, rubricar, recorrer, transigir, desistir, substabelecer, enfim praticar todos os atos necessários ao bom desempenho desse mandato.

Bom Conselho/PE, 30 de junho de 2016.


FUNDAÇÃO BOM CONSELHO
GILSON LUIS DE MACEDO

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 19696/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

Representante Legal da Fundacao Bom Conselho - Fbc

Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13 - Centro

55330-000 / Bom Conselho – PE

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.043064/2012-11.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 13036/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30

de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, em 27/05/2016, às 14:56, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1156996** e o código CRC **A8688700**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

NOTA TÉCNICA Nº 13036/2016/SEI-MCTIC

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

Assunto: **Solicitação de documentação com vistas à assinatura de contrato. Exigência I.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os autos de assinatura de contrato, relativo à outorga deferida à FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho/PE, por meio do canal 291E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 420, de 14 de setembro e o Aviso de Habilitação nº 04/2012, publicado no DOU em 13 de julho de 2012.

ANÁLISE

2. Veio ao Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União – GTED o processo em referência, com vistas à análise quanto à correta instrução do feito, em conformidade com a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1, de 3 de novembro de 2004, Cota nº 165/2016/CONJUR/CGAJ, de 04 de abril de 2016 e demais dispositivos legais aplicáveis à matéria.

3. Para tanto, ao procedermos à análise e conferência da documentação pertinente, verificamos a incompleta instrução do feito, devendo, a interessada, apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a. Estatuto social atualizado devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas ou equivalente;
- b. Ato de Aprovação do Ministério Público, relativo(s) à(s) alteração(ões) estatutária(s) que estejam sujeitas a anuência prévia do referido Órgão;
- c. Ata da Eleição da atual diretoria da entidade;
- d. Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do diretor que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso), além dos demais diretores que compõem o conselho diretor da fundação (**indicar diretor**);
- e. Original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso;
- f. Endereço completo, com telefone/fax, para emissão de correspondência;
- g. Comprovante definitivo do CNPJ da entidade;
- h. Certidões negativas cíveis e criminais das Justiças estadual, distrital, federal e criminal eleitoral, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas (**em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor**);
- i. Certidões de protestos de títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas (**em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor**);

- j. Prova do cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;
- k. Declaração assinada pelo representante legal que:
- Os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa;
 - Nenhum dos dirigentes da entidade participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;
 - Nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, para que apresente a documentação acima listada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, sob pena de cancelamento da outorga em apreço.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, em 27/05/2016, às 14:56, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo, em 27/05/2016, às 16:11, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por Rubens Gonçalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, em 27/05/2016, às 16:13, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 1156952 e o código CRC CED647D1.

Minutas e Anexos

Não Possui.

DECLARAÇÕES



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

CNPJ 07.131.366/0001-49

Travessa Professora Terezinha Luna - 26-A, centro.

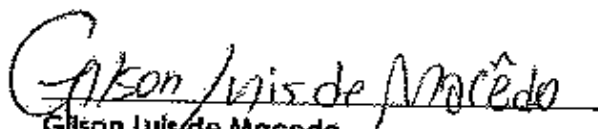
Bom Conselho - PE - CEP 55330-000

Fone(87)9-8127-3334

DECLARAÇÃO

Eu, na qualidade de Diretor Presidente da **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, com sede na Travessa Professora Terezinha Luna, nº 26-A, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CEP: 55.330-000, **DECLARO** que os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o", e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa;

Bom Conselho/PE, 07 de junho de 2016.


Gilson Luís de Macedo
CPF/MF nº 862.704.194-68



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

CNPJ 07.131.366/0001-49

Travessa Professora Terezinha Luna – 26-A, centro,

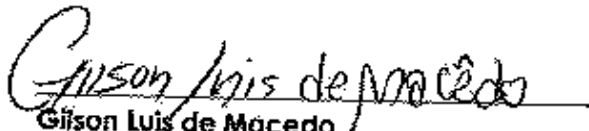
Bom Conselho – PE - CEP 55330-000

Fone(87)9-8127-3334

DECLARAÇÃO

Eu, na qualidade de administrador da **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, com sede na Travessa Professora Terezinha Luna, nº 26-A, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CEP: 55.330-000, **DECLARO** que nenhum dos dirigentes participo da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida (Bom Conselho/PE), nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pelo art. 12 do Decreto-Lei n. 236 de 1967.

Bom Conselho/PE, 07 de junho de 2016.


Gilson Luis de Macedo
CPF/MF nº 862.704.194-68



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

CNPJ 07.131.366/0001-49

Travessa Professora Terezinha Luna – 26-A, centro.

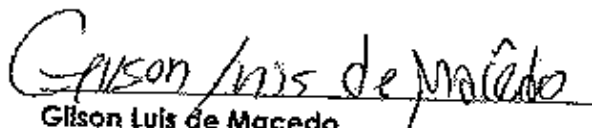
Bom Conselho – PE - CEP 55330-000

Fone(87)9-8127-3334

DECLARAÇÃO

Eu, na qualidade de administrador da **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, com sede na Travessa Professora Terezinha Luna, nº 26-A, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CEP: 55.330-000, **DECLARO** que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou funções das quais decorra foro especial.

Bom Conselho/PE, 07 de junho de 2016.


Gilson Luis de Macedo
CPF/MF nº 862.704.194-68

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.285.954/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/06/1974
NOME EMPRESARIAL MUNICIPIO DE BOM CONSELHO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 124-4 - MUNICÍPIO			
LOGRADOURO R VIDAL DE NEGREIROS		NÚMERO 43	COMPLEMENTO
CEP 55.330-000	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO BOM CONSELHO	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/03/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 29/06/2016 às 09:11:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)Preparar Página
para ImpressãoA RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

DOC.MUNICIPAL

**CERTIDÃO NEGATIVA
ALVARÁ**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO
SECRETARIA DE FINANÇAS

Rua Vidal de Negreiros, 43 - Centro
Bom Conselho - PE FONE: 87-3771-4706
C.N.P.J.: 11.285.954/0001-04

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº 103/2016 e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quitado com os tributos do cadastro mercantil até 27/08/2016.

Contribuinte: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO- FBC		Inscrição Imobiliária Seqüencial Referência Loteamento
Localização: TRV PROFESSORA TEREZINHA LUNA, 26-A CASA, CENTRO		01010010144001
Natureza: Tributos Municipais		19-0 00000 00000 0000
Razão Social: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO- FBC		
CNPJ / C.P.F.	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil
07131366000149	00	4561011
Cód. Atividade Princ.: 9900830 FUNDAÇÃO	Cód. Atividade Sec.: 0	
Início Atividade: 04/03/2005	Validade: 27/08/2016	
Observações: (Cad. Imobiliário e Mobiliário)		
 Responsável pelo Departamento Márcio 76012		

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO se reserva o direito de cobrar futuramente, quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente relativas ao período a que se refere a presente certidão.

Operador: JOSENILDO

Data: 27/06/2016 Hora: 11:41



ESTATUDO DA FUNDAÇÃO BOM CONSELHO -FBC

ESTATUTO

2000
A

FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

Constituída em: 23/09/2004



ESTATUTO DA FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

Handwritten signature

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO – SEDE – FORO – PRAZO – ANO SOCIAL

Art. 1º - A FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, nos termos deste Estatuto e da Legislação pertinente, instituída por Escritura Pública de Constituição de FUNDAÇÃO, estando seu Estatuto, devidamente registrado, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Parágrafo Único – A expressão FUNDAÇÃO BOM CONSELHO e a sigla FBC, se equivalem como denominação da entidade.

I – Sede e Administração na Praça Amâncio Antonio do Nascimento, nº 13 – Sala 2 – Centro, Bom Conselho/PE;

II – Foro jurídico na Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, podendo constituir escritórios de representação em outras localidades da Federação, com atuação em qualquer parte do território nacional ou internacional;

III – Prazo de duração da FBC é indeterminado;

IV – Ano social coincidindo com o ano civil, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 2º - A FBC reger-se-á:

I – pelo presente Estatuto;

II – pelo seu regimento interno;

III – e pela Legislação aplicável.

Art. 3º - A FBC terá seus rendimentos aplicados integralmente na consecução das finalidades estabelecidas no presente Estatuto.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º Como entidade destinada a promover ações Assistenciais, Educativas e Culturais, através da radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como por meio de outras tecnologias aplicadas à Assistência Social, à Educação e à Cultura, atendendo às necessidades dos municípios de instalação das emissoras, e outras regiões atendidas pelo alcance da rádio e televisão Educativa, no campo da educação formal e não formal, são objetivos da FBC:

Handwritten signature
Osman E. da Costa
OAB-PE 11.284

- I – executar os serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos e culturais, na forma da Lei. Através da **Rádio Educativa** e da **TV Educativa**;
- II – promover a divulgação de eventos do interesse das entidades culturais e educacionais públicas e privadas, universidades, faculdades, escolas e instituições de ensino da cidade e da região;
- III – prestar serviços de utilidade pública;
- IV – promover a educação, o desporto, a ciência, a cultura e a arte, a serviço da Comunidade;
- V – estimular a prática desportiva através da promoção de campeonatos, torneios e jogos, e da criação de escolinhas de futebol e de outros esportes;
- VI – exercer ação de integração comunitária, desenvolvendo atividades ética-sociais, valorizando as idéias da pátria, da cultura e da humanidade;
- VII – permitir, a qualquer tempo, o estabelecimento de ensino superior do município e de municípios limitados pelo alcance da emissora, sua participação na programação mediante convênios e ou acordo a ser firmado entre as partes;
- VIII – distribuir e transmitir os programas educativos por estação de rádio e televisão, operadas diretamente e gerar esses programas para transmissão por terceiro;
- IX – estimular a produção de programas educativos de rádio e televisão, e tecnologia afins de terceiros;
- X – contribuir para a formação e o aperfeiçoamento de profissionais, especialistas, técnicos, professores e pesquisadores, inclusive proporcionando estágios práticos para alunos de universidades, faculdades e demais instituições de ensino através de convênios;
- XI – estimular a produção cultural dos artistas da região, oferecendo apoio logístico, financeiro, material e institucional para a gravação de CDs, publicações de livros, realização de festivais de músicas e de arte em geral, como também de filmes e vídeos e confecções de peças de artesanato;
- XII – promover encontros, eventos, cursos profissionalizantes e seminários de interesse dos meios de comunicação e das comunidades atendidas pelo alcance das emissoras;
- XIII – apoiar a criação e manter estabelecimento de ensino de todos os graus e níveis, inclusive os preconizados no artigo 3º da Lei nº 9.394/96, regularizado pelo Decreto nº 2.208/97, para atender as necessidades sociais do Município e da Região.

Art. 5º - A FBC, não tem caráter religioso ou político partidário, devendo ater-se às suas finalidades estatutárias.

SEÇÃO I

DAS ATIVIDADES DA FBC

Art. 6º - Poderá a FBC, para consecução de suas Atividades:

- I – a FBC, por intermédio da sua Diretoria e prévia autorização do Conselho Curador, poderá celebrar convênios, acordos, contratos com outras entidades assistenciais, autarquias, estabelecimentos de crédito que objetivem a consecução dos seus objetivos,


Omar B. da Hora
Cav. Icanil
043-PE-11234

bem como, outros instrumentos jurídicos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II – criar, manter ou administrar unidades de apoio e produção gráfica, recursos audiovisuais, assistenciais, profissionalizantes e demais atividades correlatas;

III – realizar programas educacionais e assistenciais comunitários;

IV – instalar, com permissão dos órgãos competentes e na forma da legislação vigente, a emissora de cunho educativo denominada **Rádio Educativa**;

V – conceder bolsas, prêmios ou ajuda de custo para estímulo e aperfeiçoamento de pessoas nos campos da saúde, educação, esporte, economia, artes, etc.

Art. 7º - Para integrar as unidades de radiodifusão, ensino, pesquisa e extensão, fica criada a **Rádio Educativa**.

Art. 8º - A **Rádio Educativa**, terá regimento próprio na forma da legislação específica, que definirá sua estrutura organizacional e o funcionamento.

SEÇÃO II

Art. 9º - São finalidades suplementares da EBC a criação de organismos de natureza educativo-cultural, assistencial e profissional, como sejam:

- a) o ESPAÇO BOM CONSELHO
- b) o CENTRO ASSISTENCIAL BOM CONSELHO
- c) a BIBLIOTECA E VIDEOTECA CENTRAL BOM CONSELHO
- d) o CENTRO ESPORTIVO BOM CONSELHO
- e) o CENTRO EDUCACIONAL E PROFISSIONALIZANTE BOM CONSELHO

Parágrafo único – As instituições criadas nos termos do Caput deste Artigo, terão regimento próprio que definirá sua organização e o seu funcionamento.

Art. 10º - A EBC promoverá, em toda a sua área de abrangência: conferências, palestras, simpósios, seminários, fóruns, debates, painéis e todas as atividades que possam servir à população da região, mediante a palavra falada, escrita e televisionada.

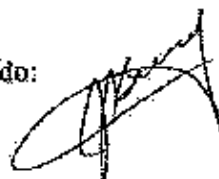
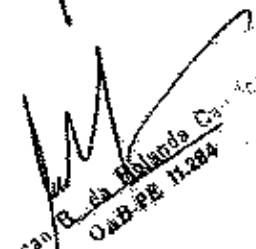
CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS

SEÇÃO I

DO PATRIMÔNIO

Art. 11º - O patrimônio da EBC é constituído:



Osmar B. da Holanda Car. 12-011
OAB-PE 1.284

- 70606
- I - pela dotação inicial feita pelos instituidores, da ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), integralizada em moeda corrente vigente no país, neste ato;
 - II - dos bens e direitos adquiridos, ou que venham a adquirir;
 - III - das doações de pessoas físicas ou jurídicas;
 - IV - dos bens móveis e imóveis que a FBC adquira a qualquer título;
 - V - das subvenções, contribuições espontâneas ou por ajuda a qualquer título de entidades e organismos de natureza pública ou privada, nacionais ou estrangeiras;
 - VI - das receitas oriundas dos apoios culturais à programação da Rádio Educativa.

Art. 12º - O patrimônio da FBC poderá ser aumentado mediante doações conversíveis em subscrição da União, Estados e Municípios.

Parágrafo Primeiro - Destinará a FBC o valor mínimo de 3% (três por cento) dos recursos por ela administrados para a constituição de fundo financeiro, cuja renda contribuirá para a garantia de sua manutenção e expansão de suas atividades.

Parágrafo Segundo - Na hipótese da FBC deixar de existir, seu patrimônio será doado a uma entidade com objetivos e finalidades afins na região.

Art. 13º - Não constituirá patrimônio da FBC os bens móveis e imóveis que lhe sejam cedidos temporariamente ou mediante comodato.

Art. 14º - Os bens e direitos da FBC somente poderão ser utilizados para realizar os objetivos estatutários, sendo permitida, porém, a alienação, cessão ou a substituição de qualquer bem ou direito para a consecução dos mesmos objetivos.

Parágrafo Único - Caberá ao Conselho Curador referido na Seção VI, do Capítulo IV, aprovar a alienação de bens e imóveis incorporados ao patrimônio da Fundação, aceitar doações com encargos e, ainda, aprovar permuta vantajosa à **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**, em deliberação da maioria absoluta dos seus membros: de tudo ouvindo, antes, o membro do Ministério Público curador de Fundações, sob pena de nulidade do(s) ato(s).

SEÇÃO II

DOS RECURSOS

Art. 15º - Constituem recursos da FBC:

- I - subvenções e auxílios estabelecidos pelos poderes públicos;
- II - os auxílios e subvenções recebidos de entidades públicas ou privadas, nacionais, ou internacionais, em moeda nacionais;
- III - rendas decorrentes da exploração dos seus bens ou da prestação de serviços;
- IV - as receitas correntes de convênios, contratos e outros acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- V - os resultados do aluguel de imóveis, máquinas, instalações, patentes e equipamentos;

Osman S. da Holanda Cav. 10408
10408-22-11284

- VI - as receitas financeiras, industriais e eventuais;
VII - quaisquer outros recursos que lhe forem destinados;
VII - as doações.

Art. 16º - Os bens e direitos da FBC serão, exclusivamente, utilizados para a consecução de seus fins.

Parágrafo Único - A aplicação de recursos financeiros no patrimônio da instituição deverá obedecer a planos que tenham em vista:

- I - garantia de investimento;
II - a manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados;
III - a consecução dos objetivos da FBC, previstos neste Estatuto.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 17º - São órgãos da Administração:

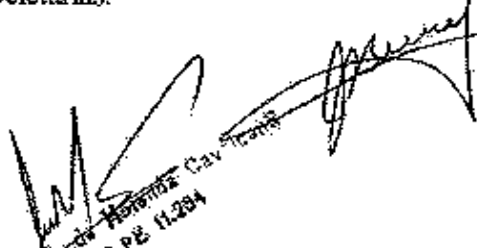
- I - Diretoria Executiva;
II - Conselho Curador;
III - Conselho Fiscal;
IV - Conselho de Programação e Produção.

Parágrafo único - É vedado à investidura pela mesma pessoa em cargos de órgãos distintos da FBC.

Art. 18º - A investidura em cargos dos Conselhos Curador ou Fiscal e Diretoria Executiva da FBC e o exercício das funções a ele inerentes serão gratuitos.

Art. 19º - Respeitando o disposto neste Estatuto, a FBC terá sua estrutura organizacional e o funcionamento fixados em Regimento Interno, que estabelecer as atividades e atribuições administrativas e técnicas, de modo a atender plenamente às finalidades da instituição.

Art. 20º - Fica vedada aos membros da FBC, na gestão administrativa, a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, bem em relação aos seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau, ou pelas pessoas jurídicas das quais os mencionados anteriormente sejam controladores ou detenham mais de 10% (dez por cento) das participações societárias.


Osman El-Hachimi Cavalcanti
OAB/PB 11.284

SEÇÃO II

DO CONSELHO CURADOR

Art. 21º - O Conselho Curador é o órgão máximo de deliberação da FBC e será composta por 03 (três) membros efetivos, com mandato de 04 (quatro) anos, e reunir-se-á ordinariamente no quinto dia útil dos meses de janeiro e julho de cada ano.

Art. 22º - O Presidente do Conselho Curador será eleito por seus pares, na reunião que der posse aos conselheiros.

Parágrafo Único - Em caso de vacância no Conselho Curador seja ela temporária ou não, assumirá, a função, o membro mais antigo na Fundação.

Art. 23º - No mínimo 30 (trinta) dias antes de expirar os mandatos dos membros do Conselho Curador serão eleitos os novos membros.

Art. 24 - O Conselho Curador reúne-se ordinariamente uma vez por semestre, e extraordinariamente quando convocado por dois terços dos membros da Diretoria ou por solicitação de qualquer de seus membros, por intermédio do Presidente, mediante aviso epistolar, com aprovação de recebimento pessoal, com no mínimo 02 (dois) dias de antecedência da data de sua realização, sendo obrigatória a indicação da pauta de matérias para discussão.

Art. 25º - A convocação do Conselho Curador para reuniões ordinárias, será feita com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, da data de sua realização, mediante publicação em jornal de circulação diária, ou por edital afixado na portaria do Edifício-Sede da Instituição, ou ainda, por correspondência enviada diretamente aos associados.

Art. 26º - Compete privativamente ao Conselho Curador:

- I - apreciar o orçamento geral da FBC, apresentado pela Diretoria;
- II - aprovar, ou não, até 30 de novembro, o orçamento elaborado pela Diretoria, bem como as demais programações propostas para o ano seguinte;
- III - examinar e aprovar, com auxílio do Conselho Fiscal, a prestação de contas e o relatório das atividades sociais do exercício findo, apresentado pela Diretoria até 30 (trinta) de março do exercício posterior;
- IV - eleger e dar posse à Diretoria Executiva da FBC;
- V - eleger e dar posse aos membros do próprio Conselho e do Conselho Fiscal;
- VI - tomar providências, caso ocorram irregularidades na Diretoria Executiva e nos Conselhos, afastando ou destituindo, se necessário, o membro que ocorrer em falta grave;
- VII - o membro que for afastado da Diretoria, automaticamente estará desligado da FBC.

SEÇÃO III

[Assinatura]
Demar
João de Deus
João de Deus

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 27º - A FBC será administrada por uma Diretoria Executiva constituída de um Diretor-Presidente, um Diretor Técnico e um Diretor-Administrativo e Financeiro, eleitos pelo Conselho Curador, com mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser renovado por mais um mandato.

Parágrafo único - Os membros dos Conselhos Curador e Fiscal não poderão ser eleitos para a Diretoria Executiva.

Art. 28º - São atribuições da Diretoria Executiva:

- I - superintender e supervisionar os trabalhos gerais e bens da FBC;
- II - cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as demais decisões tomadas pelo Conselho Curador, ou emanadas de entidades superiores;
- III - exercer as demais funções pertinentes a esta categoria.

Art. 29º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, presente a maioria absoluta dos seus membros e, extraordinariamente, sempre que necessário por proposta de dois terços de seus membros.

Art. 30º - As reuniões terão caráter reservado, porém, nelas serão admitidas pessoas oficialmente convidadas.

SEÇÃO IV

DA COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIA E FUNCIONAMENTO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 31º - A Diretoria Executiva da FBC compõe-se dos seguintes membros:

- I - Diretor-Presidente;
- II - Diretor-Técnico;
- III - Diretor-Administrativo e Financeiro.

Art. 32º - Compete ao Diretor-Presidente:

- I - presidir todos os atos da Diretoria Executiva;
- II - superintender, orientar, coordenar, através dos órgãos estruturais da FBC, seu funcionamento;
- III - zelar pela execução da política administrativa e econômico-financeira da FBC;
- IV - admitir, contratar, dispensar e promover o pessoal administrativo, técnico e de apoio da FBC;
- V - apresentar anualmente ao Conselho Curador, o relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela FBC;


Osman S. da Holanda Cr.
048-PE-11.241

VI – submeter ao Conselho Curador, anualmente, para discussão e aprovação, a prestação de contas e o balanço das atividades econômico-financeiro da Diretoria com o parecer do Conselho Fiscal;

VII – submeter à aprovação do Conselho Curador, as propostas referentes à criação de unidades de apoio;

VIII – praticar todos os atos permitidos em Lei que digam respeito ao engrandecimento material, moral ou intelectual da FBC;

IX – nomear os membros da Diretoria da Rádio Educativa e do seu respectivo Conselho de Programação, e das Diretorias das demais Entidades mantidas pela FBC;

X – abrir contas bancárias, conjuntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro, e autorizar pagamentos;

XI – representar a FBC, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

Art. 33º - Compete ao Diretor Técnico:

I – orientar e coordenar a aplicação dos recursos na execução dos projetos e programas da FBC;

II – elaborar planos e estudos visando ao desenvolvimento das atividades da FBC;

Art. 34º - Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro:

I – superintender e supervisionar as atividades econômicas e financeiras da FBC;

II – elaborar normas e instruções referentes aos serviços de responsabilidade da área econômico-financeira;

III – acompanhar, sempre que solicitado, o Presidente nas reuniões e contatos com organismos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, quando se tratar de assuntos pertinentes à economia e finanças da FBC;

IV – assinar, com o Presidente, cheques, recibos, contratos e convênios financeiros, de acordo com a permissão da Diretoria Executiva e/ou do Conselho Curador;

V – efetuar despesas e pagamentos em comum acordo com o Presidente.

Art. 35º - Os Diretores, no âmbito de suas Diretorias, indicarão ao Diretor-Presidente seus substitutos para atuarem em suas ausências ou impedimentos, para que este os designe.

Art. 36º - É terminantemente defeso a todos e a cada um dos membros da Diretoria e ineficaz em relação a FBC o uso da denominação desta em negócios estranhos aos objetivos fundacionais, inclusive em fiança, avais ou quaisquer outras garantias de favor.

Art. 37º - Nos atos que acarretem responsabilidade para a FBC, esta deve ser representada pelo Diretor-Presidente, pelos dois Diretores, ou, ainda por bastantes procuradores, observadas as disposições deste Estatuto e a legislação vigente.

SEÇÃO V

DO CONSELHO FISCAL

[Handwritten signature]
Diretor do Conselho Fiscal
10/06/2016 11:44

Art. 38º - O Conselho Fiscal, órgão que se incumba da organização e da fiscalização da FBC é constituído por três membros, não integrantes do quadro de instituidores, escolhidos pelo Conselho Curador, para mandato de quatro anos, dentre pessoas de ilibada reputação moral e profissional.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Fiscal podem ser reeleitos para mais um mandato.

Art. 39º - Ao Conselho Fiscal compete:

- I - examinar o Balanço Contábil e a Prestação de Contas da Diretoria Executiva, emitindo parecer a respeito;
- II - opinar sobre os atos de caráter econômicos e financeiros da FBC, e emitir parecer conclusivo.

SEÇÃO VI

DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO

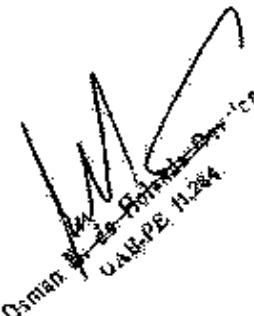
Art. 40º - O Conselho de Programação e Produção, é o órgão deliberativo de programação e produção das emissoras mantidas pela FBC e é composta de 03 (três) membros, sendo 01 (um) Presidente e 02 (dois) membros.

Art. 41º - Os representantes do Conselho de Programação e Produção são nomeados pelo Conselho Curador, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Art. 42º - Ao Conselho de Programação e Produção compete:

- I - propor a programação da rádio e da televisão, observando-se as diretrizes afetas e área, formuladas pelo Ministério da Educação e da Cultura;
- II - coordenar, organizar, criar e veicular os programas de rádio e televisão educativos, observando-se os objetivos gerais da FBC e a legislação vigente;
- III - submeter ao Diretor-Presidente, propostas de convênios e contratos objetivando o intercâmbio das programações;
- IV - apreciar, anualmente, relatório das atividades desenvolvidas no exercício anterior;
- V - interagir com o "Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa", visando a melhor integração e concretização dos objetivos da FBC, ouvindo o Ministério Público.

Art. 43º - O Conselho de Programação reservará o mínimo de 60% (sessenta por cento) do tempo das emissoras de Rádio e Televisão Educativa para usos exclusivos da FBC, 20% (vinte por cento) para uso facultativo do Ministério da Educação e 20% (vinte por cento) para a veiculação facultativa de programas de outras instituições de ensino, participantes ou não da FBC, obedecidas sempre seus objetivos e política adotada pelo Ministério da Educação.


Campanha de Defesa da FBC
UAPE 11.284

Parágrafo Único – Será mantido a disposição do Ministério da Educação a programação para fins de veiculação em emissoras educativas de outros municípios, estados, territórios e da União.

Art. 44º - O Conselho de Programação se reunirá, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente da FBC, ou pelo Conselho Curador.

Art. 45º - O Conselho de Programação funcionará somente com a presença mínima de mais da metade de seus membros, e delibera sempre por maioria absoluta de votos presentes.

Art. 46º - O Membro que faltar, sem motivo justificado, a mais de quatro reuniões consecutivas perderá o mandato, devendo porém, o Conselho Curador indicar um novo membro, para terminar o mandato.

Art. 47º - O Diretor-Presidente, poderá vetar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, resolução do Conselho de Programação e Produção, devendo submeter o seu veto ao Conselho Curador, que será convocado extraordinariamente dentro de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único – O veto do Diretor-Presidente suspende a resolução do Conselho de Programação e Produção. Mantido o veto pelo Conselho Curador, a resolução ficará sem efeito.

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Art. 48º - O exercício financeiro coincide com o ano civil e o Balanço Fiscal será realizado a 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, nos termos da legislação específica em vigor.

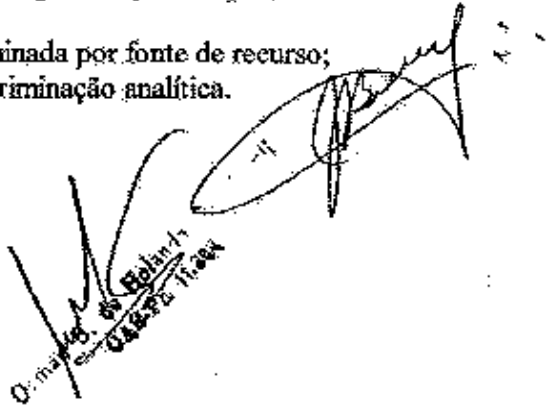
Art. 49º - No final de cada exercício, antes mesmo da apresentação da prestação de contas, será levantada a demonstração da receita e da despesa da FBC.

Parágrafo Primeiro – Para cumprimento do dispositivo do presente artigo a FBC manterá os livros indispensáveis à escrituração contábil de suas receitas revestidas das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão.

Parágrafo Segundo – O superávit porventura apurado, será aplicado na consecução das finalidades da FBC, previstas no art. 4º do presente Estatuto.

Art. 50º - Até o dia 30 (trinta) de setembro de cada ano, a Diretoria Executiva apresentará a proposta orçamentária para o ano seguinte, que compreenderá:

- I – estimativa de receita, discriminada por fonte de recurso;
- II – fixação de despesa com discriminação analítica.


O. M. S. de Oliveira
Diretor-Presidente

Art. 51º - A prestação de contas será feita ao Conselho Curador até o último dia do mês de março de cada ano, com base no Balanço Geral, encerrando em 31 de dezembro do ano anterior.

Parágrafo Primeiro - A prestação anual de contas da Fundação conterá, entre outros os seguintes elementos:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração de contas de resultados, déficit ou superávit do exercício;
- III - quadro comparativo da receita orçada e realizada;
- IV - parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo - Depois de apreciado pelo Conselho Curador, a prestação de contas será no máximo de 30 (trinta) dias, encaminhada ao Ministério Público.

Art. 52º - A Diretoria Executiva dará publicidade, por qualquer meio eficaz do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Fundação, inclusive as certidões de débitos junto ao INNS e ao FGTS, colocando à disposição de qualquer cidadão para exame.

Art. 53º - A prestação de contas dos recursos objeto do Termo de Parceria será realizado junto aos órgãos competentes, de acordo com o previsto no artigo 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI

DA EXTINÇÃO DA FBC

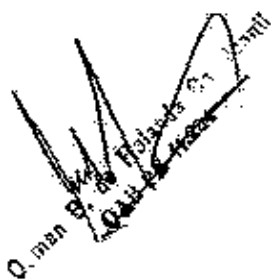
Art. 54º - Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a Fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo Juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

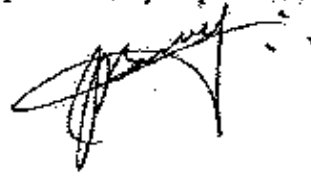
CAPÍTULO VII

DO REGIME DE PESSOAL

Art. 55º - Os serviços da FBC são realizados por:

- I - pessoal integrante do quadro próprio;
- II - pessoas destinadas à execução de tarefas eventuais e atividades de caráter técnico especializado, contratado por prazo determinado, ou cedido por instituições públicas, de acordo com a Legislação vigente.


Q. man 8º do Tribunal de Justiça do Brasil



~~Art. 55~~ - O quadro próprio de servidores da FBC se subordina, em termos de quantidade, enquadramento funcional, atribuições e remuneração, ao Plano de Cargos e Salários aprovado pelo competente.

~~Art. 56~~ - O regime jurídico do pessoal da FBC é o da Constituição das Leis do Trabalho.

~~Art. 58~~ - A remuneração do pessoal deve ser compatível com as condições do mercado e a situação econômica-financeira da FBC.

Art. 59º - O ingresso no quadro de pessoal da FBC depende de prévia habilitação.

Parágrafo Único - Todos os contratos de trabalho firmados pela FBC conterão cláusulas dispondo que, de acordo com as necessidades do serviço, o empregado poderá ser transferido para qualquer local de atuação da entidade ou para onde a mesma tenha escritórios ou representação, observadas as normas legais pertinentes.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60º - A FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, tem como objetivo ulterior, a criação da TV Educar.

Parágrafo Único - A TV Educar, criada nos termos do Caput deste artigo, terá regimento próprio, na forma da Lei, que definirá sua estrutura organizacional e seu funcionamento.

Art. 61º - A FBC procederá anualmente, uma avaliação do desempenho das finalidades prevista neste Estatuto, e promoverá os ajustes necessários ao seu bom funcionamento.

Art. 62º - A FBC poderá firmar convênios, contratos, comodatos ou outros atos, previstos em Lei, com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, desde que o documento contratual esteja revestido das formalidades legais.

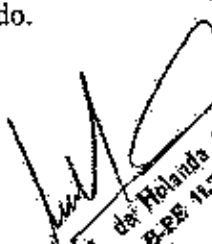
Art. 63º - A FBC, por si, ou por seus representantes legais, manterá intercâmbio com organismos públicos ou privados de natureza educacional, cultural, científica e tecnológica, nacionais ou internacionais, desde que revestidos das formalidades legais.

Art. 64º - Este Estatuto só poderá ser reformado se houver necessidade ou conveniência manifesta de sua reforma:

I - que seja deliberada por 2/3 (dois terços) dos competentes para gerir e representar a Fundação;

II - que não contrarie ou desvirtue o fim desta;

III - que seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o Juiz supri-la, a requerimento do interessado.


Osmani B. da Holanda
OAB-RS 11.284

Art. 65º - O presente Estatuto consubstancia e consolida o projeto institucional da FUNDAÇÃO BOM CONSELHO.

Art. 66º - Ao órgão competente do Ministério Público é assegurado assistir às reuniões dos órgão dirigentes da FBC, com direito de discutir as matérias em pauta, nas condições que tal direito se reconhecer aos integrantes da administração da FBC.

~~Parágrafo Único~~ - A FBC dará ciência ao órgão competente do Ministério Público das suas sessões ordinárias e extraordinárias, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 67º - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Curador, respeitada a Legislação específica.

~~Art. 68º~~ - Qualquer alteração dependerá de prévia autorização do Poder Concedente.

Art. 69º - Os administradores da emissora de rádio e da televisão serão brasileiros, nos termos constitucionais e as suas investiduras nos cargos somente poderá ocorrer depois de haverem sido aprovados pelo órgão competente do Ministério das Comunicações.

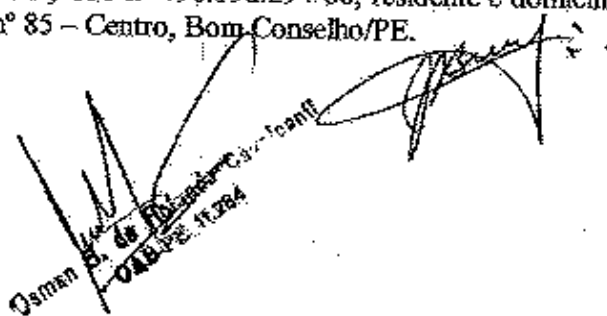
Art. 70º - Este Estatuto entra em vigor, após sua aprovação pelo órgão do Ministério Público e após seu registro no Cartório de Pessoas Jurídicas, desta cidade de Bom Conselho, do Estado de Pernambuco.

Art. 71º - Os membros da FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Fundação.

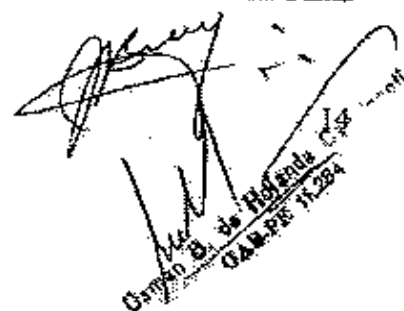
APROVADO NA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS E INDICAÇÃO DOS MEMBROS PARA OS ÓRGÃOS COMPETENTES E DOS INSTITUIDORES, EM 23 DE SETEMBRO DE 2004.

IDENTIFICAÇÃO DOS SÓCIOS FUNDADORES:

- 01) - GILSON LUIS DE MACEDO, casado, brasileiro, Radialista, Identidade nº 4470951 SSP/PE., CIC nº 862.704.194-68, residente e domiciliado na Rua Amâncio Antonio do Nascimento, nº 13 - Centro, Bom Conselho/PE.
- 02) - JESUITO BERNARDO DE ARAÚJO, casado, brasileiro, Engenheiro Agrônomo, Identidade nº 202.253 SSP/PB., CIC nº 046.234.444-49, residente e domiciliado na Av. Dr. Jardim, nº 76 - Centro, Garanhuns/PE.
- 03) - ANGELA MARIA MACÁRIO DOS SANTOS, casada, brasileira, Professora, Identidade nº 2442993 SSP/PE., CIC nº 496.198.294-68, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 85 - Centro, Bom Conselho/PE.


Osman B. de Oliveira
CIC nº 11.284

- 04) – FÁBIO LIMA DOS SANTOS, casado, brasileiro, Professor, Identidade nº 4470693 SSP/PE., CIC nº 862.695.964-68, residente e domiciliado na Rua Vidal de Negreiros, nº 91 – Centro, Bom Conselho/PE.
- 05) – NIVALDO ISÍDIO FÉLIX, casado, brasileiro, Professor, Identidade nº 1.067529 SSP/PE., CIC nº 124.636.554-53, residente e domiciliado na Rua 06 de Abril, nº 201 – Centro, Bom Conselho/PE.
- 06) – JAIME LUÍS DE MACEDO, casado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 1.549.389 SSP/PE., CIC nº 458.613.584-00, residente e domiciliado na Trav. Terezinha Luna, nº 65 – Centro, Bom Conselho/PE.
- 07) – MANOEL JUVENAL VIANA, casado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 1.100.532 SSP/PE., CIC nº 075.519.164-15, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Marques, nº 65 – Centro, Bom Conselho/PE.
- 08) – ANTONIO LAURENTINO DOS SANTOS, casado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 29465582 SSP/PE., CIC nº 023.075.318-50, residente e domiciliado na Trav. Terezinha Luna, nº 12 – Centro, Bom Conselho/PE.
- 09) – HIGO JÚLIO GOMES, solteiro, brasileiro, Universitário, Identidade nº 6424465 SDS/PE., CIC nº 052.372.754-27, residente e domiciliado na Rua Joaquim Tenório Vaz, nº 50 – Boa Vista, Garanhuns/PE.
- 10) – ELIANE MARIA CALADO DE RAÚJO, casada, brasileira, Professora, Identidade nº 2.206.888 SSP/PE., CIC nº 354.697.224-49, residente e domiciliado na Av. Dr. Jardim, nº 76 – Centro, Garanhuns/PE.
- 11) – JOSÉ ERNANDES PEGADO CORTEZ, casado, brasileiro, Autônomo, Identidade nº 5.324.217 SSP/PE., CIC nº 024.009.804-89, residente e domiciliado na Rua da Saudade, nº 60 – Indiano, Garanhuns/PE.
- 12) – UBIRAJARA INÁCIO DOS SANTOS, viúvo, brasileiro, Autônomo, Identidade nº 653.535 SSP/PE., CIC nº 015.218.294-20, residente e domiciliado na Rua Cel. José de Almeida, nº 246 – Boa Vista, Garanhuns/PE.
- 13) – JOSÉ MARIA DE SOUSA XAVIER, solteiro, brasileiro, Auxiliar de Escritório, Identidade nº 2.356.785 SSP/PE., CIC nº 549.905.644-72, residente e domiciliado no Sítio Saquinho, S/N – Zona Rural, Garanhuns/PE..
- 14) – ANDRÉA DOS SANTOS CALADO, casada, brasileira, Administradora de Empresa, Identidade nº 3.249372 SSP/PE., CIC nº 679.967.604-20, residente e domiciliada no Sítio Serra Verde, S/N – Zona Rural, Brejão/PE.
- 15) – JOÃO FERREIRA ARAÇÁ, desquitado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 8.326.908 SSP/PE., CIC nº 698.293.818-20, residente e domiciliado na Vila Santa Rita, S/N, Brejão/PE.


Câmara B. de Vereadores
GARANHUNS - PE

16 - SOCORRO VIANA DE ARAÚJO, casada, brasileira, Professora, Identidade nº 3.300.281 SSP/PE, CIC nº 471.549.004-82, residente e domiciliada na Rua Vereador José Câmara Guimarães, nº 79, Aptº 5 - 2º andar - Aloísio Pinto, Garanhuns/PE.

*** MEMBROS DA DIRETORIA:**

Diretor-Presidente: Jesuíto Bernardo de Araújo
Diretor-Técnico: Gilson Luis de Macedo
Diretor-Administrativo e Financeiro: Ângela Maria Macário dos Santos

*** CONSELHO CURADOR:**

José Gomes de Lima (Presidente)
José Ricardo Lopes Ferreira
Carlos Roberto da Silva

*** CONSELHO FISCAL:**

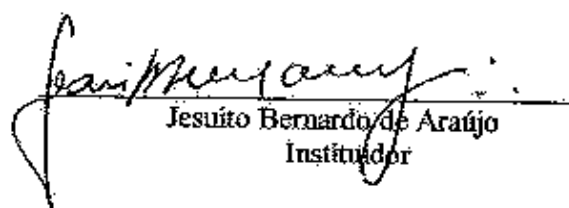
José Ernandes Pegado Cortez (Presidente)
Fábio Lima dos Santos
Nivaldo Isídio Félix

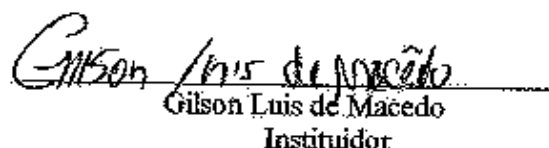
*** CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO:**

Drª Catherine Labouré Guimarães Silva (Presidente)
Manoel Juvenal Viana
Antonio Laurentino dos Santos

Osman B. de Holanda Cav. Cont.º
OAB-PE 11.384

Bom Conselho, 23 de setembro de 2004.


Jesuíto Bernardo de Araújo
Instituidor


Gilson Luis de Macedo
Instituidor

Rh.

Com vistas.

O Ministério Público Estadual
por sua Promotora de justiça desta ci-
dade de Bom Conselho, verificando a
documentação que me foi apresentada
não detectou nenhuma irregu-
laridade com relação ao Estatuto
da Fundação Bom Conselho.

B. Conselho, 25/11/2004





Maria Aparecida Alcântara Siebra
Promotora de Justiça

SERVIÇOS NOTARIAIS - 1º OFÍCIO
RECONHECIMENTO de Firma(s)
Por autenticidade de
Assinatura de Maria Aparecida Alcântara Siebra
Data: 07 DEZ. 2004
Em test. (08/03) de verdade
☐ Alagado Fomenteira de Barros - Tabelião
☒ Jânio Araújo Batista - Vice de Barros - Substituto
Estat.: 1,76 TSNR: 0,36 Total: 2,12
Válido somente com o selo de autenticidade e fiscalização



Registro de Pessoa Jurídica
Apresentado para registro hoje às 09:30
horas, livro nº A-3 nº 216/2004
R 184
Bom Conselho, 13 de DEZ de 2004
MARILYN SOARES AMARAL
OFICIAL SUBSTITUTA

2018

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO
BOM CONSELHO, REALIZADA EM 23/09/2004.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2004 (dois mil e quatro), às 9:00 (nove) horas, na sala do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Conselho, reuniram-se com o propósito de constituírem uma Fundação, sociedade de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, nos termos da legislação vigente, as pessoas Abaixo relacionadas, consideradas associados fundadores: 01 - GILSON LUIS DE MACEDO, casado, brasileiro, Radialista, Identidade nº 4470951 SSP/PE., CIC nº 862.704.194-68, residente e domiciliado na Rua Amâncio Antonio do Nascimento, nº 13 - Centro, Bom Conselho/PE. 02 - JESUITO BERNARDO DE ARAÚJO, casado, brasileiro, Engenheiro Agrônomo, Identidade nº 202.253 SSP/PB., CIC nº 046.234.444-49, residente e domiciliado na Av. Dr. Jardim, nº 76 - Centro, Garanhuns/PE. 03 - ANGÉLA MARIA MACÁRIO DOS SANTOS, casada, brasileira, Professora, Identidade nº 2442993 SSP/PE., CIC nº 496.198.294-68, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 85 - Centro, Bom Conselho/PE. 04 - FÁBIO LIMA DOS SANTOS, casado, brasileiro, Professor, Identidade nº 4470693 SSP/PE., CIC nº 862.695.964-68, residente e domiciliado na Rua Vidal de Negreiros, nº 91 - Centro, Bom Conselho/PE. 05 - NIVALDO ISÍDIO FÉLIX, casado, brasileiro, Professor, Identidade nº 1.067529 SSP/PE., CIC nº 124.636.554-53, residente e domiciliado na Rua 06 de Abril, nº 201 - Centro, Bom Conselho/PE. 06 - JAIME LUÍS DE MACEDO, casado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 1.549.389 SSP/PE., CIC nº 458.613.584-00, residente e domiciliado na Trav. Terezinha Luna, nº 65 - Centro, Bom Conselho/PE. 07 - MANOEL JUVENAL VIANA, casado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 1.100.532 SSP/PE., CIC nº 075.519.164-15, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Marques, nº 65 - Centro, Bom Conselho/PE. 08 - ANTONIO LAURENTINO DOS SANTOS, casado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 29465582 SSP/PE., CIC nº 023.075.318-50, residente e domiciliado na Trav. Terezinha Luna, nº 12 - Centro, Bom Conselho/PE. 09 - HIGO JÚLIO GOMES, solteiro, brasileiro, Universitário, Identidade nº 6424465 SDS/PE., CIC nº 052.372.754-27, residente e domiciliado na Rua Joaquim Tenório Vaz, nº 50 - Boa Vista, Garanhuns/PE. 10 - ELIANE MARIA CALADO DE ARAÚJO, casada, brasileira, Professora, Identidade nº 2.206.888 SSP/PE., CIC nº 354.697.224-49, residente e domiciliado na Av. Dr. Jardim, nº 76 - Centro, Garanhuns/PE. 11 - JOSÉ ERNANDES PEGADO CORTEZ, casado, brasileiro, Autônomo, Identidade nº 5.324.217 SSP/PE., CIC nº 024.009.804-89, residente e domiciliado na Rua da Saudade, nº 60 - Indiano, Garanhuns/PE. 12 - UBIRAJARA INÁCIO DOS SANTOS, viúvo, brasileiro, Autônomo, Identidade nº 653.535 SSP/PE., CIC nº 015.218.294-20, residente e domiciliado na Rua Cel. José de Almeida, nº 246 - Boa Vista, Garanhuns/PE. 13 - JOSÉ MARIA DE SOUSA XAVIER, solteiro, brasileiro, Auxiliar de Escritório, Identidade nº 2.356.785 SSP/PE., CIC nº 549.905.644-72, residente e domiciliado no Sítio Saquinho, S/N - Zona Rural, Garanhuns/PE. 14 - ANDRÉIA DOS SANTOS CALADO, casada, brasileira, Administradora de Empresa, Identidade nº 3.249372 SSP/PE., CIC nº 679.967.604-20, residente e domiciliada no Sítio Serra Verde, S/N - Zona Rural, Brejão/PE. 15 - JOÃO FERREIRA ARAÇÁ, desquitado, brasileiro, Comerciante, Identidade nº 8.326.908 SSP/PE., CIC nº 698.293.818-20, residente e domiciliado na Vila Santa Rita, S/N, Brejão/PE. 16 - SOCORRO VIANA DE ARAÚJO, casada, brasileira, Professora, Identidade nº 3.300.281 SSP/PE., CIC nº 471.549.004-82, residente e domiciliada na Rua Vereador José Câmara Guimarães, nº 79, Aptº 5 - 2º andar - Aloísio Pinto, Garanhuns/PE. A Assembléia indicou para presidir os trabalhos o Sr. Jesuito Bernardo de Araújo, secretário José

Osman B. de Holanda Cavalcanti
OAB-PE 11.234

Osman B. de Holanda Cavalcanti
OAB-PE 11.234

Ernandes Pegado Cortez para lavrar a presente ata, assumindo a direção dos trabalhos, o senhor presidente desta Assembleia solicitou que fosse lido, explicado e debatido o projeto de estatuto da sociedade anteriormente elaborado o que foi artigo por artigo, após ter sido explicado os objetivos de constituição da FUNDAÇÃO e feita a leitura do Estatuto Social a mesma, colocou a proposta em votação, assim sendo verificou-se que o estatuto foi aprovado pelo voto dos associados fundadores cujos nomes estão devidamente designados nesta ata. O Presidente dos trabalhos explicou que como determina a legislação havia necessidade de se indicar dois nomes para serem Instituidores da Fundação para representá-la junto ao Ministério Público, digo Promotoria de Justiça Curador de Fundações de Bom Conselho/PE. e ao Cartório do Registro de Bom Conselho, ainda, tendo o poder de fazer a indicação da primeira Diretoria, bem como do primeiro Conselho Curador, do Conselho Fiscal e do Conselho de Programação e Produção, para o quadriênio 2004/2008, encerrando o mandato em 23/09/2008, também tendo o poder de indicar o responsável pela elaboração dos Estatutos Sociais da Fundação, tendo ao final sido escolhido por unanimidade os Srs. Gilson Luis de Macedo e Jesuito Bernardo de Araújo. Assumindo a função de Instituidores, estes procederam a indicação para a **DIRETORIA EXECUTIVA**: **Diretor-Presidente**: Jesuito Bernardo de Araújo; **Diretor-Técnico**: Gilson Luis de Macedo; **Diretora Administrativa e Financeira**: Ângela Maria Macário dos Santos, para o **CONSELHO CURADOR**: **Efetivos**: Pe. José Gomes de Lima (Presidente); José Ricardo Lopes Ferreira; e Dr. Carlos Roberto da Silva, para o **CONSELHO-FISCAL**: **Presidente**: José Ernandes Pegado Cortez; **Membros**: Fábio Lima dos Santos; e Nivaldo Isídio Félix, para o **CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO**: **Presidente**: Dra. Catherine Labouré Guimarães Silva; **Membros**: Manoel Juvenal Viana; e Antonio Laurentino dos Santos. Por final, os Instituidores indicaram o Sr. Osman B. de Holanda Cavalcanti - Advogado, registrado na OAB-PE sob o nº 11.284, que terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentação da minuta do Estatuto à Promotoria de Justiça de Fundações. Ao final, os Instituidores colocou aos presentes suas indicações para apreciação, discussão e votação, tendo sido aprovados por unanimidade. Todos já devidamente qualificados, nesta, prosseguindo os Instituidores empossou todos os membros nos seus respectivos cargos, tendo o presidente recém empossado assumindo a direção dos trabalhos, agradeceu a colaboração dos presentes e declarou definitivamente constituída nesta data para o futuro a FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, com sede em Bom Conselho, Estado de Pernambuco que tem por objetivo promover ações Assistenciais, educativas e Culturais, através da radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como por meio de outras tecnologias aplicadas à Assistência Social, à Educação e à Cultural, atendendo às necessidades dos municípios de instalação das emissoras e outras regiões atendidas pelo alcance da rádio e televisão Educativa, no campo da educação formal e não formal. Como nada mais houvesse a ser tratado o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos e eu José Ernandes Pegado Cortez que servi de secretário lavrei a presente ata que lida e achada conforme contém as assinaturas de todos os associados fundadores, conforme o próprio livro original, como prova a livre vontade de cada um de organizar a Fundação. Bom Conselho-PE, 23 de setembro de 2004.

José Ernandes Pegado Cortez
Secretário da Assembleia

Jesuito Bernardo de Araújo
Presidente

Osman B. de Holanda Cavalcanti
OAB-PE 11.284

SERVIÇOS NOTARIAIS - 2º OFÍCIO

Algacyr Fernando Vieira de Barros - Tabelião
Jandir Araújo Bezerra Vieira de Barros - Substituto
Rua João Pessoa, 42-B - 55.330-030 - Bom Conselho - PE

RECONHEÇO a(s) firma(s) de José Ernandes Pegado Cortez, Jesuito Bernardo de Araújo e Osman Benício de Holanda Cavalcanti.

Em 27.10.2004 Em test. (27.10.2004)

Emol. 5,00 TFSN: 1,05 Total: 6,05

Ata somente com selo de autenticidade e fiscalização





FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

Rua Amâncio Antonio do Nascimento, 13 - Centro - B. Conselho - PE

CEP 55330-000 - Fone: (87) 8815.6446

CNPJ 07.131.366/0001-49

ILM. SR. NARRIMA SOARES AMARAL, TABELÁ DO CARTÓRIO AMARAL - 1º OFÍCIO DE BOM CONSELHO/PE.

GILSON LUIS DE MACEDO, brasileiro, casado, Radialista/Programador, residente e domiciliado na Travessa Professora Terezinha Luna, nº 26 - Centro, Bom Conselho, Estado de Pernambuco, Presidente da Fundação Bom Conselho, CNPJ Nº 07.131.366/0001-49, com fundamento na Lei Cartorial, vem, à presença de Vossa Senhoria, requerer o Registro das respectivas Atas da Assembléia de Eleição do Conselho Curador, desta Fundação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Deferido a pedido.

Assinatura

Bom Conselho, 24 de agosto de 2012



NARRIMA SOARES AMARAL
- OFICIAL -

Bom Conselho, 24 de agosto de 2012.

PRESIDENTE:

a) Gilson Luis de Macedo



Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Duarte, 135 - CEP 55330-000
Bom Conselho, PE - Fone/Fax: (87) 2771-0002
E-mail: cartorioamaral@traspapel.com.br



1901

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Fundação
Bom Conselho, do dia quatorze do mês de maio do
ano de dois mil e doze, para eleição dos membros
do Conselho Curador.

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois
mil e doze, às dezessete horas, na sede do SINTRAF
Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar,
na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco,
CEP: 55330-000, reuniram-se em terceira convocação
os membros do Conselho Curador e associados da
função para procederem às eleições do Conselho Curador,
conforme determinação do Estatuto, Artigos 26, item IV
e V, o qual tem um mandato de quatro anos, inician-
do-se hoje aos quatorze dias do mês em curso a qua-
torze de maio de dois mil e doze, conforme Artigos
21 e 22 dos Estatutos da Fundação, tendo sido escolhido
para presidir os trabalhos o Senhor Instituidor Gilson
Quins de Macedo que deu início a Assembleia convocando
os demais membros a fazerem parte da mesma. Iniciando
os trabalhos o Sr. Presidente fez uma releitura dos artigos
do Estatuto da Fundação no que diz respeito a forma
de procedimentos para a escolha do Conselho Curador.
Em seguida o Sr. Presidente solicitou aos presentes que
fizessem as devidas indicações, que assim foi procedido,
sendo assim apresentado a seguinte composição para o
Conselho Curador: Manuel Sobral da Silva, Brasileiro,
solteiro, Professor, CPF 862.683.924-34, RG 4470931
55P/PE, residente na Av. Marechal Deodoro, 21, Centro -
Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; Jesuito Bernardo de
Araújo, Brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, CPF
046.234.444-49, RG 202.253 55P/PB, residente na
Rua Amância Antônio do Nascimento, 13, Centro - Bom

da Silva, brasileira, solteira, Auxiliar Administrativo, CPF 058.661.944-57, RG 6507.982 SDS/PE, residente na Avenida Tenente Raul de Holanda, 87, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000. E, como Suplentes: Raulvaldo Viana, brasileiro, casado, Autônomo, CPF 043.762.264-09, RG 6058554 SSP/PE, residente na Avenida Santa Maria, 23, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; e, Bernardo Lício de Oliveira, brasileiro, casado, Comerciante, CPF 066.295.804-78, RG 1323434 SSP/PE, residente na Rua Tancredo Neves, s/nº, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000. Após discussão e votação foi aprovado por unanimidade. E como determina o Artigo 21, foi indicado pelos demais conselheiros como Presidente o Senhor Jesuit Bernardo de Araújo. E, ainda como estabelece o Artigo 21 item IV e V o Conselho procedeu à eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, ficando assim constituído: Diretoria Executiva - Diretor-Presidente, Gilson Luis de Macedo, brasileiro, casado, Advogado, CIC 862.704.194-68, RG 4470951 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Boxão do Rio Branco, 91, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; Diretor-Técnico, Luiz César Duarte, brasileiro, solteiro, Advogado, CIC 005.019.304-00, RG 607913 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Luiz Pompeu da Rocha, 01, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; e Diretor-Administrativo e Financeiro, Angela Maria Macário dos Santos, brasileira, casada, Professora, CIC 496.198.294-68, RG 2442993 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Boxão do Rio Branco, 85, Centro, Bom Conselho / PE - CEP 55330-000. Conselho Fiscal - Juilide Martins de Melo Barboza, brasileira, casada, Doméstica, CIC 040.603.474-50, RG 6512302 SDS/PE, residente e domiciliada na Rua Frei Damiano, 114, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; Manuel Messias Noronha de Melo, brasileiro, casado, Agricultor, CIC 651.911.434-87, RG 3991302

24000

218, Centro - Bom Conselho / PE - CEP 55330-000; e, Adilson
Senares de Oliveira, brasileiro, casado, Autônomo, CIC 190.709
918-28, RG 2365375 SSP/SP, residente e domiciliado na
Rua Barão do Rio Branco, 81, Centro, Bom Conselho / PE -
CEP 55330-000; Conselho de Programação - Carlos Adalberto
Monteiro Duarte, brasileiro, casado, Professor, CIC 848.988.
794-20, RG 4117415 SSP/PE, residente e domiciliado na
Rua Joaquim Dias de Melo, 36, Centro, Bom Conselho / PE -
CEP 55330-000; José Alves Barbosa, brasileiro, casado,
Radialista, CIC 693.046.604-68, RG 3815223 SSP/PE, re-
sidente e domiciliado na Rua Frei Damão, 114, Centro, Bom
Conselho / PE - CEP 55330-000; e Jeerson Luis Oliveira Fátima
di Gomes, brasileiro, casado, Radialista, CIC 579.658.464-20,
RG 3340303 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua
Travessa Professora Terezinha Lima, 26, Centro, Bom
Conselho / PE - CEP 55330-000, para um mandato de igual
período. Em requisição foi dada posse aos membros eleitos.
E, não havendo mais nada a tratar foi encerrada pela
Presidente a Assembleia da qual foi lavrada a presente
Ata, que após lida e achada conforme vai assinada por
mim, Maria Eliza Gadella da Silva, que secretariei os
trabalhos, por todos os membros do Conselho e Associados
presentes. Esta conforme com o próprio livro original; deu
fé. Bom Conselho, quinze do mês de maio do ano de
dois mil e doze.

[Assinatura]

Gilson / vis de Matêdo
Maria Eliza Gadella da Silva

Lista de presença da Assembleia Geral Ordinária da
Fundação Bom Conselho, para eleição dos membros do
conselho curador, realizada em quatorze do mês de maio
de dois mil e dez.

João Luiz Oliveira Filho

Resolução de

Reitor

Reitor

Reitor

Angela Ma Macário das Santos

Manuel Cabral da Silva

João Paulo Fodilha da Silva

Guilherme Chaves

Marcelo Moraes de Melo

Marcelo Alves Barbosa

Jucilene Martins de Melo Barbosa

Valter Soares de Oliveira

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE PERNAMBUCO

Ata

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

ou de

Cartório Amaral
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Barbosa, 108 - CEP 53330-00
Bom Conselho - PE - Fone/Fax (81) 3721-3902
E-mail: cartorio@amaral.adv.br

Registro de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas
Apresentado para registro hoje às 09:00hs. Protocolo nº
2792, fl. 59, livro A - 2. Averbado sob o nº AV2-R184 fls. 103
a 104, livro A-6, Bom Conselho, 24 de agosto de 2012.

Nathimán Soares Amaral - O/E





Nº documento:
1766516
Nº autos:
2012/8296 56

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOM CONSELHO

Procedimento Administrativo
Procedimento para instauração de Fundação Pública
Manifestação Ministerial - Fundação Bom Conselho
Instituidor: GILSON LUIS DE MACEDO.

Nº documento:
1766535
Nº autos:
2012/82 9656

A Fundação Bom Conselho, já havia apresentado ao Ministério Público local para manifestação, sendo que em 25 de novembro de 2004, foi emitido parecer favorável, a criação da referida instituição.

Toda a documentação foi reapresentada ao Ministério Público, vez que segundo os seus componentes, houve preclusão do prazo, com relação ao trâmite do processo na ANATEL.

Assim, trata-se de novo requerimento de manifestação ministerial acerca da criação da **INSTITUIÇÃO FUNDAÇÃO BOM CONSELHO** (FBC), CNPJ nº 07.131.366/0001-49, conforme minuta da Escritura Pública anexa.

Referida instituição tem por objeto sistema de rádio Difusão, com finalidades definidas claramente na escritura Pública.

Analisando detalhadamente toda a documentação apresentada, considera-se que atende todos os requisitos legais, entretanto no que se refere aos bens, pelo M.P. foi detectada insuficiência dos mesmos, tendo como parâmetro os fins a que se destina a instituição.

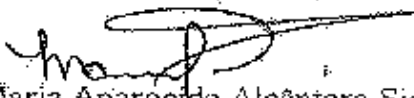
Em reunião na Sede da Promotoria de Justiça, esta Promotora de Justiça, fez a exposição, no que se refere a única falha detectada na documentação apresentada, sendo que ficou acordado, a devida correção.

[Assinatura]
Promotoria de Justiça

Entretanto, atendendo a requerimento dos instituidores no que se refere aos prazos da tramitação na ANATEL, o Ministério Público está condicionando o presente parecer favorável, à apresentação, no prazo de 60 (sessenta) dias, bens compatíveis, desimpedido e livres para fazer parte dos bens da presente instituição, por considerar que os apresentados no Estatuto são insuficientes para os fins a que se destina.

No mérito, analisando o conteúdo dos documentos anexos o Ministério Público Estadual, se manifesta pelo DEFERIMENTO da aprovação da Escritura Pública da Fundação BOM CONSELHO, uma vez que não foi detectado nenhuma irregularidade com relação ao Estatuto da Fundação Bom Conselho e por entender que as cláusulas da Escritura Pública atende as exigências legais, tudo isso condicionado a apresentação, no prazo de 60 dias, de bens compatíveis e livres.

Bom Conselho - PE, 17 de agosto de 2012.


Maria Aparecida Alcântara Siebra
Promotora de Justiça

República Federativa do Brasil



Cartório Amarel

1º Ofício

Nárriman Soares Amarel

Tabellã e Oficial

Josemilda de Lima M. Amarel
Escrevente

Januzilla Amarel de Matos
Escrevente

Anna Thereza Soares Amarel
Escrevente

NARRIMAN SOARES AMARAL, Tabellã e Oficial Substituta, no exercício da titularidade do 1º (primeiro) Serviço Notarial e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Anexos, desta cidade do Bom Conselho, estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

CERTIDÃO



CERTIFICA que averbou nesta data, sob o nº 2, matrícula nº 182, a folha 103 a 104, Livro nº A-6 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DA FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, DO DIA QUATORZE DO MES DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE, PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO CURADOR, Bom Conselho/PE. O referido é verdade, dou fé. Bom Conselho, 24 de agosto de 2012.

Nárriman Soares Amarel
Oficial



"O Prazer do trabalho aperfeiçoa a obra" Aristóteles.

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ABOLITACÃO DO SENADO NACIONAL ESTE DOCUMENTO.

Estado de Pernambuco



Cartório Amaral

1º Ofício

Nárriman Soares Amaral
Tábelia e Oficial

Josefilda de Lima M. Amaral
Escritor

Janaizila Amaral de Matos
Escritor

Anna Thereza Soares Amaral
Escritor

TRASLADO: 1º

LIVRO: E-201

FOLHAS: 109



ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO, que fazem de um lado, como outorgantes doadores JAIME LUIS DE MACÊDO e sua mulher FRANCISCA MARIA DE MACÊDO; de outro lado, como outorgada donatária FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC. Como melhor se declaram na forma abaixo:

1912 2012

S A I B A M, quantos esta Pública Escritura de Doação virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de dois mil e doze (2012), aos dezessete (17) dias do mês de outubro do dito ano, nesta cidade do Bom Conselho do estado de Pernambuco, em cartório à rua Dr. Manoel Borba nº 105, perante mim Notária Pública do 1º Ofício, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber: como outorgantes doadores JAIME LUIS DE MACÊDO e sua mulher FRANCISCA MARIA DE MACÊDO, portadores das cédulas de identidades RG. nºs 1.549.389 SSP/PE e 3.280.316 SDS/RE e inscritos no CNPF/MF sob os nºs 458.613.584-00 e 510.046.904-87, respectivamente, brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei Federal nº 6.515/77, aposentados, residentes e domiciliados à travessa Professora Terezinha Luna nº 26, Bom Conselho/PE, e, como outorgada donatária FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.131.366/0001-49, estabelecida à travessa Professora Terezinha Luna s/nº, Bom Conselho/PE, representada por seu presidente GILSON LUIS DE MACÊDO, portador da cédula de Identidade RG. nº 4470951 SSP/PE e inscrito no CNPF/MF sob o nº 862.704.194-68, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado à travessa Professora Terezinha Luna nº 26, Bom Conselho/PE, os presentes identificados e qualificados por mim Notária Pública do 1º Ofício, do que dou fé. E, pelos outorgantes me foi dito, que são senhores e legítimos

"O Prazer do trabalho aperfeiçoa a obra" Aristóteles.



Cartório Amaral

1º Ofício

Nárriman Soares Amaral

Tabellã e Oficial

Josemilda de Lima M. Amaral

Escrevente

Jamuzilla Amaral de Matos

Escrevente

Anna Thereza Soares Amaral

Escrevente

FOLHAS: 110

relativas ao imóvel doado e de outros ônus reais incidentes sobre o mesmo. Declaram finalmente, que não são empregadores rurais ou urbanos não estando, portanto, sujeitos às prescrições da Lei previdenciária em vigor, isentando, as partes, esta serventia extrajudicial de qualquer responsabilidade por tais declarações. Que, se responsabilizam solidária e expressamente por débitos fiscais, porventura em atraso. Todos os documentos fornecidos pelas repartições públicas, ficam arquivados em cartório para os devidos fins. Escritura trasladada em ato contínuo, não contendo rasuras ou emendas. A pedido das partes, lavrei esta escritura, a qual feita e lida sendo lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam. Eu, Nárriman Soares Amaral, Notária Pública do 1º Ofício, mandei digitar, imprimir, datar, assinar em público e lido, dou fé. Bom Conselho, 17 de outubro de 2012.

Em testemunho da verdade

NÁRRIMAN SOARES AMARAL

100 ANOS

OUTORGANTES

DOADORES:

JAIME LUIS DE MACÊDO

FRANCISCA MARIA DE MACÊDO

"O Prazer do trabalho aperfeiçoa a obra" Aristóteles.



Cartório Amaral
1º Ofício

Nárriman Soares Amaral
Tabelião e Oficial

Josemilda de Lima M. Amaral
Escrevente

Januzilla Amaral de Matos
Escrevente

Anna Thereza Soares Amaral
Escrevente

NÁRRIMAN SOARES AMARAL, Tabelião e Oficial Substituta, respondendo pelo exercício da titularidade do 1º (primeiro) Serviço Notarial e de Registro Geral de Imóveis e Anexos, desta cidade do Bom Conselho, estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO



CERTIFICA que registrou nesta data, sob o nº 1, da matrícula nº 6593, à folha 53, livro nº 2-Ao, o imóvel Um pequeno prédio situado à travessa Professora Terezinha Luna s/nº, Bom Conselho/PE, desmembrado de área maior. Proprietária: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 07.131.366/0001-49, estabelecida à travessa Professora Terezinha Luna s/nº, Bom Conselho/PE, representada por seu presidente GILSON LUIS DE MACEDO, portador da cédula de identidade RG, nº 44.70951 SSP/PE e inscrito no CNPF/MF, sob o nº 862.704.194-68, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado à travessa Professora Terezinha Luna nº 26, Bom Conselho/PE. O referido é verdade, dou fé. Bom Conselho, 17 de outubro de 2012.

Nárriman Soares Amaral

- Oficial -



"O Prazer do trabalho aperfeiçoa a obra" Aristóteles.

ATA

ELEIÇÃO DOS CONSELHOS



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

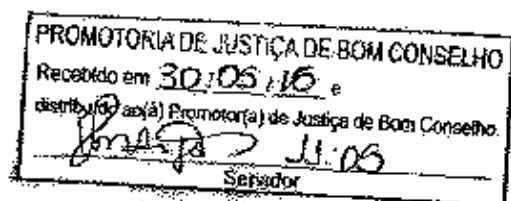
CNPJ 07.131.366/0001-49

Travessa Professora Terezinha Lima - 26 A centro

Bom Conselho - PE - CEP 55330-000

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, DO DIA 14 DE MAIO DE 2016, PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO CURADOR.

Aos catorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis (14/05/2016), as vinte (20:00) horas, na sede da Sede social da FUNDAÇÃO, na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CEP 55330-000, reuniram-se em segunda convocação os membros do Conselho Curador e associados da fundação para procederem às eleições do Conselho Curador, conforme determinação do Estatuto, Artigo 26, item IV e V, o qual terá um mandato de quatro (04) anos, iniciando-se hoje aos catorze (14) dias do mês em curso a catorze (14) de maio de dois mil e vinte (2020), conforme Artigo 21 e 22, dos Estatutos da Fundação, tendo sido escolhido para presidir os trabalhos o Senhor Instituidor Gilson Luis de Macedo que deu início a Assembléia convocando os demais membros a fazerem parte da mesa. Iniciando os trabalhos o Sr. Presidente fez uma releitura dos artigos do Estatuto da Fundação no que diz respeito a forma e procedimentos para a escolha do CONSELHO CURADOR. Em seguida o Sr. Presidente solicitou aos presentes que fizessem as devidas indicações, que assim foi procedido, sendo assim apresentado a seguinte composição para o **CONSELHO CURADOR**: Manuel Cabral da Silva, brasileiro, solteiro, Professor, CPF 862.683.924-34, RG 4470931 SSP/PE, residente na Av. Marechal Deodoro, 21, Centro - Bom Conselho/PE - CEP 55330-000; Jesuito Bernardo de Araújo, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, CPF 046.234.444-49, RG 202.253 SSP/PB, residente na Rua Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13, Centro - Bom Conselho/PE - CEP 55330-000; e, Maria Eloiza Gadelha da Silva, brasileira, solteira, Auxiliar Administrativa, CPF 058.661.944-57, RG 6507.982 SDS/PE, residente na Rua Tenente Raul de Holanda, 87, Centro - Bom Conselho/PE - CEP 55330-000. E, como Suplentes: Lucivaldo Viana, brasileiro, casado, Autônomo, CPF 043.762.264-09, RG 6058554 SSP/PE, residente na Av. Santa Maria, nº 23, Centro - Bom Conselho/PE - CEP 55330-000; e, Bernardo Cícero de Oliveira, brasileiro, casado, Comerciante, CPF 066.295.804-78, RG 1.323.434 SSP/PE, residente na Rua Tancredo Neves, s/nº, Centro - Bom Conselho/PE - CEP 55330-000. Após discussão e votação foi aprovado por unanimidade. E como determina o Artigo 21 foi indicado pelos demais Conselheiros como Presidente o Senhor Jesuito Bernardo de Araújo. E, ainda como estabelece o Artigo 21, item IV e V o Conselho procedeu à escolha da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, ficando assim constituído: **DIRETORIA EXECUTIVA** - Diretor-Presidente, Gilson Luis de Macedo, brasileiro, casado, Radialista, CIC nº 862.704.194-68, RG 4470951 SSP/PE residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 91 - Centro, Bom Conselho/PE - CEP 55330-000; Diretor-Técnico, Luiz Clério Duarte, brasileiro, viúvo, Jornalista, CIC nº 005.019.304-00, RG 607.913 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Luiz Pompeu da Rocha, nº 01 - Centro, Bom Conselho/PE - CEP 55330-000; e, Diretor-Administrativo e Financeiro, Angela Maria Macário dos Santos, brasileira, casada, Professora, CIC nº 496.198.294-68, RG 2442993 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 85 - Centro, Bom Conselho/PE - CEP 55330-000. **CONSELHO FISCAL** - Jucileide Martins de Melo Barbosa, brasileira, casada, Doméstica, CIC nº 040.603.474-50, RG 6512302 SDS/PE, residente e domiciliado na Rua





FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

CNPJ 07.131.366/0001-49

Travessa Professora Terezinha Luna - 26 A centro

Bom Conselho - PE - CEP 55330-000

Frei Damião, nº 114 - Centro, Bom Conselho/PE - CEP 55330-000; Manuel Messias Nasario de Melo, brasileiro, casado, Agricultor, CIC nº 651.971.434-87, RG 3.991.302 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua dos Guararapes, nº 218 - Centro, Bom Conselho/PE - CEP 55330-000; e, Adilson Soares de Oliveira, brasileiro, solteiro, Autônomo, CIC nº 190.709.918-28, RG 2.365.375 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 81 - Centro, Bom Conselho/PE - CEP 55330-000; **CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO** - Carlos Adelmar Monteiro Duarte, brasileiro, casado, Professor, CIC nº 848.988.794-20, RG 411.741.5 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Joaquim Dias de Melo, nº 36 - Centro, Bom Conselho/PE - CEP 55330-000; José Alves Barbosa, brasileiro, casado, Radialista, CIC nº 693.076.604-68, RG 38175223 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Frei Damião, nº 114 - Centro, Bom Conselho/PE - CEP 55330-000; e, Emerson Marinho de Azevedo, casado, Técnico de Manutenção de Rádio, brasileiro, CIC nº 267.418.224-53, RG 269552 SSP/AL, residente e domiciliado na Rua Mons. Marques, 56 - Centro - Bom Conselho/PE - cep 55330-000, para um mandato de igual período. Em seguida foi dada posse aos membros eleitos. E, não havendo mais nada a tratar foi encerrada pelo Presidente a Assembléia da qual foi lavrada a presente Ata, que após lida e achada conforme vai assinada por mim, Maria Eloiza Gadelha da Silva, que secretariei os trabalhos, por todos os membros do Conselho e Associados presentes. Está conforme com o próprio livro original; dou fé. Bom Conselho, 14 de maio de 2016.

CARTÓRIO AMARAL
12-01000

Maria Eloiza Gadelha da Silva

Maria Eloiza Gadelha da Silva
Secretária

Gilson Luis de Macedo

Gilson Luis de Macedo
Presidente

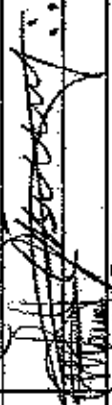
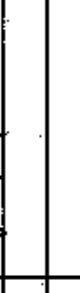
CARTÓRIO AMARAL
12-01000



Cartório Amarel
1ª Ofício

Recorreu-se ao Conselho a fim de se lavrar a Ata da Assembleia da qual foi eleita a seguinte Comissão: *[Handwritten signature]* Presidente e *[Handwritten signature]* Secretária. A Ata foi lida e achada conforme vai assinada por mim, *[Handwritten signature]* que secretariei os trabalhos, por todos os membros do Conselho e Associados presentes. Está conforme com o próprio livro original.

LISTA DE PRESENÇA ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO 14.05.2016

NOME	ASSINATURA
GILSON /mrs de macedo	
JESUITO BERNARDO DE ARAUJO	
Manuel Cabral da Silva	
Regina de Fátima	
Thiago Alves Barbosa	
Frederico Martins de Melo Barbosa	
Luiz Clério Duarte	
Carla Adelaide Martins Duarte	
Renata Costa Ferreira da Silva	
Luiz Carlos de Almeida	
Adelino Soares de Oliveira	
Manuel Maria Nogueira de Mello	
Angela Maria Macário dos Santos Macedo	
Emerson Martins de Aguiar	

Cartório Amarel
1º Ofício

Rua Dr. Manoel Soares, 105 - 2º andar
Bairro Centro - PE - CEP 52050-000
Fone: (071) 3771-2000
E-mail: cartorio@cartorioamarel.com.br

Protocolos em 1º e 2º graus e em 1º e 2º graus de 1º e 2º graus

e em 1º e 2º graus de 1º e 2º graus de 1º e 2º graus

em 1º e 2º graus de 1º e 2º graus de 1º e 2º graus

em 1º e 2º graus de 1º e 2º graus de 1º e 2º graus

em 1º e 2º graus de 1º e 2º graus de 1º e 2º graus

em 1º e 2º graus de 1º e 2º graus de 1º e 2º graus

em 1º e 2º graus de 1º e 2º graus de 1º e 2º graus

em 1º e 2º graus de 1º e 2º graus de 1º e 2º graus

em 1º e 2º graus de 1º e 2º graus de 1º e 2º graus

em 1º e 2º graus de 1º e 2º graus de 1º e 2º graus





ATA

MUDANÇA DE ENDEREÇO



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

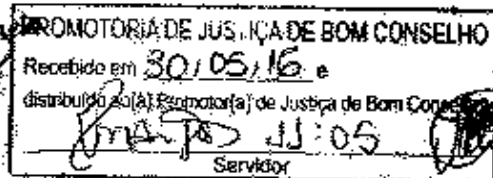
CNPJ 07.131.366/0001-49

Travessa Professora Terezinha Luna - 26 - A - Centro

Bom Conselho - PE - CEP 55330-000

TERCEIRA (3ª) ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - Realizada em: 14/05/2016.

Aos 14 (catorze) dias do mês de maio do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 21:30 (vinte e uma e trinta) horas, reuniram-se na sede social da FUNDAÇÃO, na cidade de Bom Conselho/PE, a FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, CNPJ Nº 07.131.366/0001-49, com sede, até então, na Pç. Amâncio Antonio do Nascimento, 13, nesta cidade, em sua primeira convocação os associados em pleno gozo dos seus direitos sociais, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1 - Alteração Endereço; 2 - alteração estatutária, e respectiva consolidação do Estatuto Social da FUNDAÇÃO; 2 - outros assuntos gerais. Sob a Presidência do Senhor Gilson Luis de Macedo que convidou os demais membros do Conselho Curador, da Diretoria e os integrantes do Conselho Fiscal, para fazerem parte da mesa e deu por aberta a sessão. Em seguida mandou que eu Secretária dos trabalhos, Maria Eloiza Gadelha da Silva, fizesse a leitura do Edital de Convocação com a Ordem do Dia a ser discutida e votada. O Sr. Presidente explicou aos demais presentes que esta reunião se dava em atenção ao atendimento do Novo Código Civil Brasileiro, bem como algumas mudanças necessárias, assim como o novo endereço, entre outros, daí a necessidade de alteração dos Estatutos da FUNDAÇÃO. O Sr. Presidente adiantou que estava cumprindo o que determina o Artigo 23 (vinte e três), item VII, e Artigo 49 (quarenta e nove), dos Estatutos Sociais. Inicialmente foi proposto a discussão item por item das devidas alterações estatutárias, com as respectivas inclusões, exclusões e modificações. Após o estabelecimento das discussões ficou assim aprovadas por unanimidade às alterações especificadas, passando assim a ter a seguinte redação: **CAPÍTULO I - Parágrafo Único, item "I" Sede e Administração** na travessa Professora Terezinha Luna, nº 26 - Centro, Bom Conselho/PE., CEP 55330-000; **CAPÍTULO II - Das Finalidades da Fundação, dos Associados: Condições de Admissão, Direitos, Deveres, Responsabilidades e Formas de Desligamento e da Assembléia Geral; Artigo 4º (quarto), alínea I - executar o Serviço de Radiodifusão Educativa e da TV Educativa; altera o Artigo 5º (quinto), que passa a ter a seguinte redação: Artigo 5º - Podem ser associados da FUNDAÇÃO, todo e qualquer cidadão domiciliado na área de abrangência da Fundação, aderindo automaticamente ao presente Estatuto Social: I - todos aqueles que, sem impedimentos, forem admitidos como tais, mediante o preenchimento de formulário próprio e que sejam aprovados pela Diretoria e mantenham em dia as suas contribuições mensais estipuladas pelo Conselho Curador e obedeça fielmente o disposto nestes Estatutos e às deliberações da sociedade; II - os associados, pessoas físicas, fica assegurado o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes; III - pessoas jurídicas que exerçam exclusivamente atividades sem fins lucrativos, sediadas na área de abrangência da FUNDAÇÃO, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes; IV - Em nenhuma hipótese o candidato a sócio será rejeitado por sua cor, crença religiosa ou preferência político-partidária; V - outros que a legislação permita. Parágrafo Primeiro - A demissão de associado ocorre a seu pedido, em requerimento formal dirigido ao diretor-presidente da FUNDAÇÃO, que a comunicará ao Conselho Curador na reunião imediatamente seguinte. O desligamento completar-se-á com a respectiva averbação, no Livro ou Ficha de Matrícula, de termo firmado pelo Diretor-Presidente da Fundação; Parágrafo Segundo - A eliminação de associado, de competência da Assembléia Geral, que poderá, a seu juízo, aplicar advertência prévia ao interessado, dá-se em virtude de infração legal ou deste Estatuto (especialmente em relação aos deveres de que trata o Parágrafo Sétimo), ou ainda pela prática de ato contrário ao espírito associativista, mediante termo motivado no Livro ou Ficha de Matrícula, firmado pelo Diretor-Presidente; Parágrafo Terceiro - A Diretoria Executiva comunicará a eliminação ao associado dentro de 30 (trinta) dias de sua ocorrência, pelo meio apropriado, justificando a medida, do que caberá, no mesmo prazo, contado do conhecimento da**





FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

CNPJ 07.131.366/0001-49

Travessa Professora Teresinha Luna - 26 - A - Centro

Bom Conselho - PE - CEP 55330-000

notificação, recurso com efeito suspensivo à primeira Reunião Geral; **Parágrafo Quarto** - A exclusão do associado ocorre em face de sua morte, da perda de sua capacidade civil, se esta não for suprida, por deixar de atender, segundo juízo da Assembleia Geral, aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Fundação, ou ainda pela dissolução da pessoa jurídica, mediante termo no Livro ou Ficha de Matrícula, firmado pelo diretor-presidente; **Parágrafo Quinto** - Ao associado desligado do quadro social poderá ser negada a readmissão durante dois anos a contar do desligamento; **Parágrafo Sexto** - São direitos dos associados: a) tomar parte nas Assembleia Geral, para discutir e votar assuntos que nelas sejam tratadas ressalvadas as vedações legais e estatutárias; b) votar e ser votado para cargos eletivos na Fundação, desde que tenha se associado no mínimo 60 (sessenta) dias antes da eleição, e que estejam em dia com a contribuição mensal; c) valer-se das operações e serviços oferecidos pela Fundação; d) gozar das vantagens previstas em lei, neste Estatuto e em normas internas da Fundação; e) examinar e pedir informações atinentes à documentação nas Assembleia Geral, prévia ou posteriormente a sua realização; f) propor a Assembleia Geral a adoção de providências de interesse da Fundação, em decorrência de eventual irregularidade verificada na administração da Sociedade ou de infração normativo-estatutária cometida por associado; g) demitir-se da Fundação quando lhe convier; **Parágrafo Sétimo** - São deveres dos associados: a) cumprir e fazer cumprir fielmente a legislação própria, as disposições deste Estatuto e do Regimento Interno, bem como as deliberações da Assembleia Geral; b) cumprir fiel e pontualmente as obrigações e compromissos assumidos com a Fundação; c) zelar pelos interesses da Fundação; d) não exercer, dentro da Fundação, atividade que implique em discriminação de qualquer ordem, manter a neutralidade política e ter sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum, ao qual não se deverá sobrepor interesse individual isolado; e) comparecer às Assembleia Geral da Fundação; altera o **Artigo 6º (sexto)** e acresce os respectivos **Parágrafos**: **Artigo 6º** - A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da Fundação e, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, tomará toda e qualquer decisão de interesse da Sociedade, sendo que as deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes; **Parágrafo Primeiro** - As Assembleias Gerais (Ordinária e/ou Extraordinária) serão normalmente convocadas pelo Presidente da Fundação, mediante edital, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, em primeira convocação; **Parágrafo Segundo** - A convocação poderá também ser feita pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, ou, após solicitação não atendida no prazo de 5 (cinco) dias, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais; **Parágrafo Terceiro** - Dos editais, devidamente afixados em locais visíveis das dependências mais comumente frequentadas pelos associados, a eles remetidos através de circulares e publicados em jornal, constarão: a) a denominação da Fundação, seguida da expressão "convocação de Assembleia Geral" (Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso); b) o dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o endereço do local de sua realização, que, salvo motivo justificado, será o da sede social; c) a sequência ordinal das convocações; d) a ordem do dia dos trabalhos; e) o número de associados existentes (aptos) na data de sua expedição, para efeito de cálculo do "quorum" de instalação; f) data e nome, cargo e assinatura do responsável pela convocação; **Parágrafo Quarto** - As Assembleias Gerais poderão realizar-se em segunda ou terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos, desde que assim conste expressamente do edital; **Parágrafo Quinto** - O "quorum" de instalação, apurado pelas assinaturas no Livro de Presenças, é o seguinte: a) 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação; b) metade mais um do número de associados, em segunda convocação; c) 10 (dez) ou mais associados, em terceira e última convocação; **Parágrafo Sexto** - Não poderá participar das Assembleias o associado que: a) tenha sido admitido após a sua convocação; b) esteja na infringência de qualquer disposição deste Estatuto ou da lei, cabendo a Diretoria Executiva afixar na sede da Fundação, simultaneamente à publicação do edital, firmada pelo Presidente, relação contendo os nomes dos associados aptos a participar dos respectivos conclaves; **Parágrafo Sétimo** - Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo diretor-presidente, auxiliado por um associado convocado para tal fim, que lavrará a ata da reunião, sendo por aquele convidados a participar da Mesa os ocupantes de cargos sociais presentes; **Parágrafo Oitavo** - Na ausência do

Renato V. Curcio
CONVOCAÇÃO
28.07.2016

diretor-presidente, assumirá a presidência dos trabalhos o Diretor-Administrativo, que convidará um associado para secretariar os trabalhos e lavrar a ata; **Parágrafo Nono** - Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pelo diretor-presidente, os trabalhos serão dirigidos por associado escolhido na ocasião e secretariados por outro convidado deste, compondo a Mesa os principais interessados na convocação; **Parágrafo Décimo** - Os ocupantes de cargos sociais, bem como quaisquer outros associados não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, entre os quais os da prestação de contas, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates; **Parágrafo Décimo Primeiro** - Nas Assembléias Gerais em que forem discutidos o balanço e as contas do exercício, o diretor-presidente da Fundação, logo após a leitura do relatório da Diretoria Executiva das peças contábeis emitidas pelas auditorias interna e/ou externa e do parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um associado para presidir a reunião durante os debates e a votação da matéria; **Parágrafo Décimo Segundo** - Transmitida a direção dos trabalhos, o diretor-presidente e os demais ocupantes de cargos sociais deixarão a Mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembléia, para os esclarecimentos que lhes forem solicitados; **Parágrafo Décimo Terceiro** - O presidente indicado comunicará ao secretário da Assembléia o teor das deliberações tomadas durante o exercício da presidência, para o registro em ata; **Parágrafo Décimo Quarto** - As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria simples, exceto quanto às matérias de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária, para cuja validade se requer os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes; **Parágrafo Décimo Quinto** - As decisões, relativamente a cargos sociais, sobre eleições, desde que haja mais de um concorrente para a mesma vaga, destituições e recursos serão tomadas em votação secreta. Em relação às demais matérias a votação será simbólica, salvo deliberação em contrário da Assembléia; **Parágrafo Décimo Sexto** - As deliberações e demais ocorrências substanciais nas Assembléias constarão de atas, lavradas no Livro próprio, aprovadas e assinadas pelo diretor-presidente e pelo secretário dos trabalhos, bem como por uma comissão de 3 (três) associados indicados pelo plenário, e por quantos mais desejarem fazê-lo; **Parágrafo Décimo Sétimo** - A Assembléia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar; **Parágrafo Décimo Oitavo** - A Assembléia Geral Ordinária deliberará sobre os seguintes assuntos, obrigatoriamente mencionados na Ordem do Dia: a) prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo relatório de gestão; balanços dos dois semestres do correspondente exercício; demonstrativo das sobras ou perdas; c) eleição dos componentes dos Conselhos de Administração/Diretoria Executiva e Fiscal; e) quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital convocatório, excluídos os de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária; **Parágrafo Décimo Nono** - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse social, desde que mencionado no edital de convocação; **Parágrafo Vigesimo** - É de sua competência exclusiva deliberar sobre a seguinte matéria: a) reforma do Estatuto Social; b) fusão, incorporação ou desmembramento; c) mudança do objetivo da Sociedade; d) dissolução voluntária da Fundação e nomeação de liquidante(s); e) contas do liquidante; altera o **Artigo 13** (treze) - os recursos financeiros da Fundação serão empregados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento de atividades que lhe são próprias e, quando possível, no acréscimo de seu patrimônio; no **Artigo 17** (dezessete) inclusão do **Parágrafo Primeiro** - fica estabelecido que todos os membros dirigentes deverão ter residência na área da comunidade atendida pela FUNDAÇÃO; e do **Parágrafo Segundo** - só poderá fazer parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados; e de que os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial; altera e acrescenta ao **CAPÍTULO VIII - DAS ELEIÇÕES E DO PROCESSO ELEITORAL E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**, altera o **Artigo 60** (sessenta) para: O Conselho Curador instituirá, em sua primeira reunião do ano de ocorrência das eleições e com antecedência de pelo menos 90 (noventa) dias contados da data marcada para a ocorrência das eleições assembleares, um comitê regido por regimento próprio, denominado "Comitê Eleitoral", com atribuições de conduzir o processo eleitoral, o comitê será

 Renato V. Carvalho
ADVOCADO
TAB. PE 1986



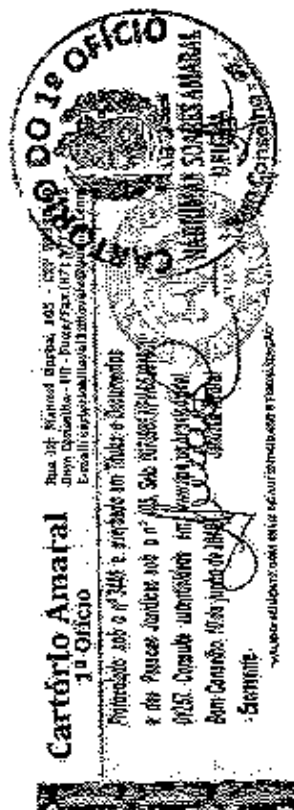
Securities For Sale: Includes a listing of securities available for sale.

Renato V. Carvalho
ADVOGADO
ME PE 1505

LISTA DE PRESENÇA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA 14.05.2016

NOME	ASSINATURA
GILSON LUIS DE JACEDO	
TESUOTO BERNARDO DE ARAUJO	
Manuel Cabral da Silva	
Raymundo Filho de Almeida	
JOSE ALVES BARBOSA	
FRANCISCA MARTINS DA SILVA BARBOSA	
LUIS CECILIO DIAS	
Carlos Apolone Montano Azeite	
JOSE ELZA FERREIRA DA SILVA	
JOSE ELZA FERREIRA DA SILVA	
JOSE ELZA FERREIRA DA SILVA	
JOSE ELZA FERREIRA DA SILVA	
JOSE ELZA FERREIRA DA SILVA	
JOSE ELZA FERREIRA DA SILVA	
JOSE ELZA FERREIRA DA SILVA	
JOSE ELZA FERREIRA DA SILVA	
JOSE ELZA FERREIRA DA SILVA	
JOSE ELZA FERREIRA DA SILVA	
JOSE ELZA FERREIRA DA SILVA	


Renato V. Carvalho
Advogado
OAB/PE 10841





COMPROVANTES DE:

- DEFERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- REGISTRO EM CARTÓRIO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOM CONSELHO

Requerimento

Requerente: GILSON LUIS DE MACEDO.

Instituidor: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

Manifestação Ministerial

Requerimento de Aprovação da Ata da Assembleia Geral de Eleição e Alteração Estatutária.

Trata-se de requerimento apresentado pelo Presidente da Fundação Bom Conselho, CNPJ n. 07.131.366/0001-49, requerendo manifestação ministerial acerca da aprovação da Ata da Assembleia Geral de Eleição e de Alteração Estatutária, com fundamentos nos artigos 26, do código Civil e 1.200 do código de processo Civil e ato n. 090/97- PCJ, do Ministério Público do estado de Pernambuco, conforme art. 64º, item III, dos Estatutos Sociais.

Referida instituição tem por objeto sistema de rádio Difusão, com finalidades definidas claramente na escritura Pública.

Documentação recepcionada nessa Promotoria de Justiça no dia 30/05/2016, analisada detalhadamente por esta Representante do Ministério Público, considera-se que atendeu todos os requisitos legais.

Entretanto, atendendo a requerimento dos instituidores no que se refere a aprovação da Ata e da Alteração Estatutária

No mérito, analisando o conteúdo do requerimento apresentado o Ministério Público Estadual, se manifesta pelo DEFERIMENTO da aprovação da Ata da Assembleia Geral de Eleição e de Alteração Estatutária da Fundação BOM CONSELHO, uma vez que não foi detectado nenhuma irregularidade com relação a Ata da Fundação Bom Conselho.

Bom Conselho – PE, 06 de junho de 2016.

Artório Amaral
1º Oficial

Rua Dr. Manoel Barbosa, 180 - CEP: 55230-000
Bom Conselho - PE - Fone: (081) 3714-9002
E-mail: artorio@bomconselho.org.br

Maria Aparecida Alcântara Siebra

Promotora de Justiça



República Federativa do Brasil

CARTÓRIO AMARAL 1º OFÍCIO - BOM CONSELHO/PE
Nárriman Soares Amaral - Oficial Substituta
Rua Dr. Manoel Borba, 105-A, Centro, Bom Conselho/PE - CEP: 55.330-000
CNPJ - 11.240.348/0001-72
Fone: (0xx87) 3771-3002 - cartorioamaral1moveis@hotmail.com

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

BOM CONSELHO - PERNAMBUCO

CERTIDÃO

CERTIFICA, que averbou em 10/06/2016, sob o nº 405, Atas da Assembleia de Eleição do Conselho Curador e de Alteração Estatutária da Fundação Bom Conselho. Apresentante GILSON LUIS DE MACEDO, CPF/ME nº 862.704.194-68. Recolhidas: TSNR R\$ 1,70, TFERC/PE R\$ 0,85, Caixa Econômica Federal - CEF Emolumentos R\$ 8,50, SELO 0073965 PEK05201501.01258. Consulte a autenticidade em: <www.tipe.jus.br/seledigital>. O referido é verdade, dou fé. Bom Conselho, 10 de junho de 2016


JANUZILLA AMARAL

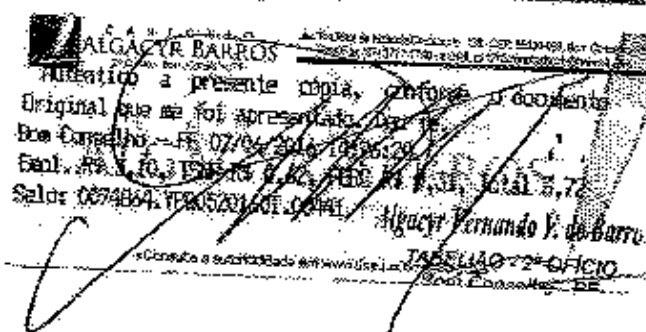
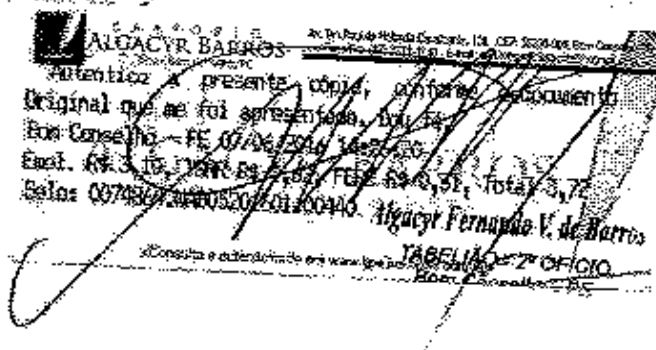
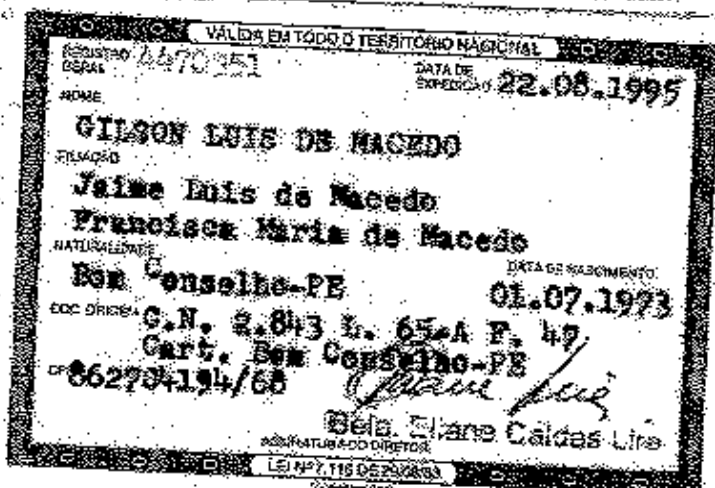
Escrevente



VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ASSINATURA EM ENCARTE AQUI, DA ESTE DIA 10/06/2016

Estado de Pernambuco

DIRETORIA EXECUTIVA





Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*
Nome: **GILSON LUIS DE MACEDO**
Documento: *862.704.194-68*
Filiação: **JAIME LUIS DE MACEDO**
FRANCISCA MARIA DE MACEDO
Data de nascimento: *01/07/1973*

Detalhes

Período da pesquisa: *14/06/2011 até 14/06/2016*
Maioridade penal do requerente: *01/07/1991*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 14/06/2016 10:07


Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Neli Carlos de Lima Ferreira
Téc. Judiciário
Mat. 17/558
Chefe Distribuição do Interior - Discreta
Contador de Bom Conselho



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **GILSON LUIS DE MACEDO**

Documento: *862.704.194-68*

Filiação: **JAIME LUIS DE MACEDO**

FRANCISCA MARIA DE MACEDO

Data de nascimento: *01/07/1973*

Detalhes

Período da pesquisa: *14/06/2011 até 14/06/2016*

Majoridade penal do requerente: *01/07/1991*

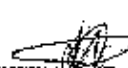
Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 14/06/2016 10:06


Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho


Neli C. Lima Ferreira
Téc. Judiciário / Distribuidor
Mat. 177558-8

Página 001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.080-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 07/06/2016 20h36min Data de Validade: 06/07/2016

Nº da Certidão: 01551151/2016 Nº da Autenticidade: S0.F8.MZ6X.T5

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc)

Nome: GILSON LUIS DE MACEDO

Documento Identificação: 4470951 SSP/PE

CPF: 862.704.194-68

Nome do Pai: JAIME LUIZ DE MACEDO

Nome da Mãe: FRANCISCA MARIA DE MACEDO

Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileira

Endereço Residencial:

TRAVESSA PROFESSORA TEREZINHA LUNA, 26

Bairro: CENTRO

Data da Emissão: 22/08/1995

Título de Eleitor: 0366922708-17

Dt Nascimento: 01/07/1973

Compl: CASA

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, **AÇÃO PENAL**, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Entrar / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503028
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

GILSON LUIS DE MACEDO
CPF: 852.704.194-68

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

RECIFE, 29/06/2016

Recife, 29/06/2016 09:15:11

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503040
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

GILSON LUIS DE MACEDO
CPF: 862.704.194-68

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juízações Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:16:27

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

GILSON LUIS DE MACEDO

862.704.194-68

(FRANCISCA MARIA DE MACEDO / JAIME LUIS DE MACEDO)

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.56W4.6F6L06KT.DLPG.5SAY

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **GILSON LUIS DE MACEDO**
Inscrição: **036692270817** Zona: 61 Seção: 21
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de Nascimento: 01/07/1973 Domiciliado desde: 06/09/1989
Filiação: FRANCISCA MARIA DE MACEDO
JAIME LUIS DE MACEDO

Certidão emitida às 13:41 de 08/06/2016

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

PO+T.ØIZM.6ØWT.NKFE

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



CARTÓRIO
ALGACYR BARROS

2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS
Tabelião

Thuanmy Araújo Bezerra Vieira de Barros

Jandir Araújo Bezerra Vieira de Barros

Jose Pereira de Barros Neto

Secretário

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO

Protocolo No. 078/2016

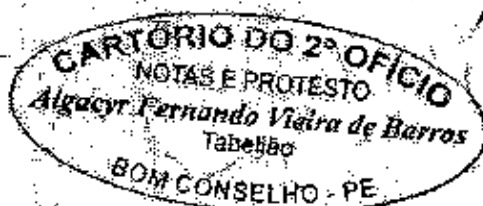
Data a solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DA FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a) Gilson Luis de Macedo, CI RG No. 4470951-SSP/PE, CPF/MF No. 862.704.194-68, que revendo os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO**, desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a) GILSON LUIS DE MACEDO, inscrito(a) no CPF/MF No. 862.704.194-68. Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. NADA MAIS. Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. SELO DIGITAL 0074864.FEV04201603.00083. Consulte a autenticidade em www.tipe-jus.br/selodigital. Eu, ADRIANA PAZ DA SILVA, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade

ADRIANA PAZ DA SILVA
- Escrevente Autorizada -

Adriana Paz da Silva
Escrevente 2º Ofício
Bom Conselho - PE



Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização

Estado de Pernambuco

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res. TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: GILSON LUIS DE MACEDO
Inscrição: 036692270817 Zona: 61 Seção: 21
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de nascimento: 01/07/1973 Domiciliado desde: 06/09/1989
Filiação: FRANCISCA MARIA DE MACEDO
JAIME LUIS DE MACEDO

Em 8 de junho de 2016.


LÚCIA MARIA NASCIMENTO MIRANDA
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res. TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **GILSON LUIS DE MACEDO**
Inscrição: **036692270817** Zona: 61 Seção: 21
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de Nascimento: 01/07/1973 Domiciliado desde: 06/09/1989
Filiação: FRANCISCA MARIA DE MACEDO
JAIME LUIS DE MACEDO

Certidão emitida às 13:41 de 08/06/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

PO+T.ØIZM.6ØWT.NKFE

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



CARTÓRIO
ALGACYR BARROS
2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS
Tabelião

Thianny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandir Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Juizes

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO

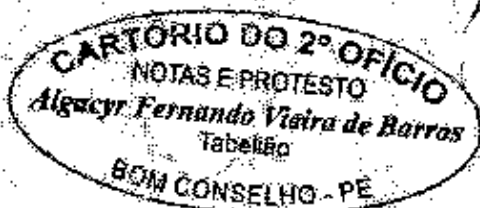
Protocolo No. 078/2016
Data a solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a). Gilson Luis de Macedo, CI RG No. 4470951-SSP/PE, CPF/MF No. 862.704.194-68, que revendo os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO**, desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto, nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a). **GILSON LUIS DE MACEDO**, inscrito(a) no CPF/MF No. 862.704.194-68. Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. **NADA MAIS**, Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. SELO DIGITAL 0074864 FFV04201603 uu083. Consulte a autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital. Eu, ADRIANA PAZ DA SILVA, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade.

ADRIANA PAZ DA SILVA
- Escrevente Autorizada -

Adriana Paz da Silva
Escrevente - 2º Ofício
Bom Conselho - PE



"Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização"

VALER ENTÃO RESPONSABILIDADE DO TABELIÃO E DO TITULAR DA QUALIDADE DO DOCUMENTO

Estado de Pernambuco

**ANGELA MARIA MACARIO DOS
SANTOS MACEDO**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ESTATAL

EC-7



Angela Macário dos Santos Macedo

CARTERA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.442.993 DATA DE EMISSÃO 14/11/2014

ANGELA MARIA MACÁRIO DOS SANTOS MACEDO

CC >>> << ODETE OLÍMPIO DOS SANTOS >>

NACIONALIDADE DOM CONSELHO - PE DATA DE NASCIMENTO 19/12/1965

COLOREÇÃO << CC 5585 L E S A F 94 CART. 10 DIST. DOM CONSELHO - PE 26.11.2001 >>

CPF 498.198.294-68

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.162 DE 28/08/80

ALGACYR BARROS

AUTENTICO a presente cópia conforme o documento Original que se foi apresentado. Por té.

Dom Conselho - PE 07/06/2016 14:26:20

Empl. R\$ 3,10, ISE R\$ 0,62, FISS R\$ 0,31, Total 3,72

Selo: 007486A-DEB0001601-00433

Alguay Fernando V. de Barros

TABELEÃO - 2º OFÍCIO

Dom Conselho - PE

ALGACYR BARROS

AUTENTICO a presente cópia conforme o documento Original que se foi apresentado. Por té.

Dom Conselho - PE 07/06/2016 14:26:20

Empl. R\$ 3,10, ISE R\$ 0,62, FISS R\$ 0,31, Total 3,72

Selo: 007486A-DEB0001601-00433

Alguay Fernando V. de Barros

TABELEÃO - 2º OFÍCIO

Dom Conselho - PE



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: *ANGELA MARIA MACÁRIO DOS SANTOS MACEDO*

Documento: *040.603.474-50*

Filiação: *ODETE OLÍMPIO DOS SANTOS*

Data de nascimento:

Detalhes

Período da pesquisa: *07/06/2011 até 07/06/2016*

Majoridade penal do requerente:

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 07/06/2016 11:13

Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema

Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição de Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aurélio
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 07/06/2016 21h10min Data de Validade: 06/07/2016

Nº da Certidão: 01551160/2016 Nº da Autenticidade: QJ.RZ 81.65.OU

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS

Documento Identificação: 2442993 SSP/PE

CPF: 496.198.294-68

Nome do Pai: NAO CONSTA

Nome da Mãe: ODETE OLIMPIO DOS SANTOS

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 19/12/1965

Endereço Residencial: RUA BARAO DO RIO BRANCO, 81

Compl: CASA

Bairro: CENTRO

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, **AÇÃO PENAL**, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §5º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tje.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 42594252016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS MACEDO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **NAO CONSSTA** e **ODETE OLÍMPIO DOS SANTOS**, nascido(a) aos 19/12/1965, natural de BOM CONSELHO/PI, Documento de identificação 2442993 SDS/PE, CPF 496.198.294-68.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço: (<http://www.dpf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:41 de 10/06/2016



42594252016



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503068
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS MACEDO

CPF: 496.198.294-68

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:19:42

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000

Site: www.jfpe.jus.br

Assinatura eletrônica do(a) Juiz(a) Federal de Direito

Assinatura eletrônica do(a) Procurador(a) Geral de Justiça

Assinatura eletrônica do(a) Procurador(a) Regional de Justiça

Assinatura

Assinatura

Assinatura eletrônica do(a) Procurador(a) Regional de Justiça

Assinatura eletrônica do(a) Procurador(a) Regional de Justiça

Assinatura eletrônica

Assinatura eletrônica do(a) Juiz(a) Federal de Direito

Assinatura eletrônica do(a) Procurador(a) Geral de Justiça

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503072
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS MACEDO
CPF: 496.198.294-68

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:20:07

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiã, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS

496.198.294-68

(ODETE OLIMPIO DOS SANTOS)

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br. Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.49P2.T7QL.14W3.ECHT.WZ56

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS MACEDO**
Inscrição: **018160320884** Zona: 61 Seção: 1
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de Nascimento: 19/12/1965 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: ODETE OLIMPIO DOS SANTOS
NÃO CONSTA

Certidão emitida às 13:44 de 08/06/2016

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **HCLQ.8UP5.LFZX.H893**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS MACEDO

Inscrição: **018160320884** Zona: 61 Seção: 1

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 19/12/1965 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: ODETE OLÍMPIO DOS SANTOS

NAO CONSTA

Certidão emitida às 10:48 de 08/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

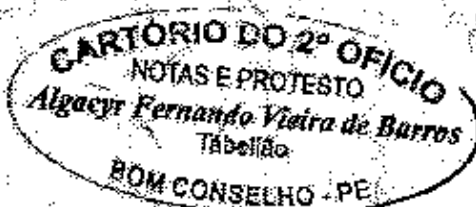
Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **ISFR.MTWM.5AB0.ITHQ**

* O literal 0 no código de validação representa o número 0 (zero).

Protocolo No. 078/2016
Data a solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a). Gliscn Luis de Macedo, CI RG No. 4470951-SSP/PE. CPF/MF No. 862.704.194-68, que revende os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO**, desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a). **ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS MACEDO**, inscrito(a) no CPF/MF No. 496.198.294-68. Lei No. 11.404/96 – Tabela de Custas – Emolumentos R\$ 7,65 – TSNR R\$ 1,70 – FERC R\$ 0,85 – Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. NADA MAIS. Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. **SELO DIGITAL 0074864-BJK04201603.00077**. Consulte a autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital. Eu, **ADRIANA PAZ DA SILVA**, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade,



ADRIANA PAZ DA SILVA
- Escrevente Autorizada -

Adriana Paz da Silva
Escrevente - 2º Ofício
Bom Conselho - PE

"Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização"

Estado de Pernambuco

LUIZ CLERIO DUARTE



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM CONSELHO
Fórum Dr. Orlando Cavalcante de Albuquerque

Praça Dom Pedro II, 34, Centro, Bom Conselho/PE, CEP 55330-000 – Fone: (87) 3771-1659/1001

CARTÓRIO ÚNICO DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO CÍVEL

CERTIFICO para os devidos fins de direito que, revendo os livros da Distribuição desta Comarca de Bom Conselho – PE, bem como no Sistema Judwin, verifiquei que constam em tramitação as seguintes ações cíveis em desfavor de **LUIZ CLÉRIO DUARTE**, portador do RG 607.913 SSP/PE e do CPF 005.019.804-00:

Processo nº 192-48.2006.8.17.0300 Interpelação (Cautelar), autor **AUDÁLIO FERRIRA DE ARAÚJO**, fase atual AGUARDANDO PRAZO 02;

Processo nº 193-33.2006.8.17.0300 Ação Penal Privada – crime de injúria, representante **AUDÁLIO FERRIRA DE ARAÚJO**, fase atual: Aguardando resposta de ofício.

Processo nº 28-98.1997.8.17.0300 Execução Fiscal, exeqüente BANCO DO ESTADO-BAMDEPE, fase atual ARQUIVADO em 31/05/2014;

Processo nº 191-63.2006.8.17.0300 ação de indenização por Danos Morais, autor: **AUDÁLIO FERREIRA DE ARAÚJO**, fase atual BAIXADO E ARQUIVADO em 29/11/2012;

O referido é verdade e dou fé.

Bom Conselho - PE, 07 de junho de 2016.


Nell C. Lima Ferreira
Téc. Judiciário / Distribuidor
Mat. 177558-8



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra

Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470

CEP 51.000-700 RECIFE PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 22/06/2016
 17h52min

Data de Validade: 21/07/2016

Nº da Certidão: 01563469/2016 Nº da Autenticidade: PZ.Z4.N9.51.SR

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: LUIZ CLÉRIO DUARTE

Documento Identificação: 607913 SSP/PE

Data da Emissão: 19/12/2005

CPF: 496.198.294-68

Título de Eleitor:

Nome do Pai: LUCIO FERREIRA DUARTE

Nome da Mãe: COSTANCIA FELIX DUARTE

Estado Civil: Viuvo Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 30/09/1940

Endereço Residencial: Rua Luz Pompeu da Rocha, 01

Compl: CASA

Bairro: Centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA EM TRAMITAÇÃO**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 8.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 42594112016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **LUIZ CLÉRIO DUARTE**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **LUCIO FERREIRA DUARTE** e **COSTANCIA FELIX DA SILVA**, nascido(a) aos 30/09/1960, natural de BOM CONSELHO/PE, Documento de identificação 607913 SSP/PE, CPF 00501930400.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal: "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23/28 de 10/06/2016



42594112016



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503078
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

LUIZ CLERIO DUARTE
CPF: 005.019.304-00

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:21:26

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503084
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

LUIZ CLERIO DUARTE
CPF: 005.019.304-00

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:22:28

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

LUIZ CLERIO DUARTE

005.019.304-00

(COSTANCIA FELIZ DUARTE / LUCIO FERREIRA DUARTE)

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.937G.UXTN.PEWL.IWOP.EWQ2

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N.º 112, CENTRO, Telefone 27-37714701

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data:

Eleitor: LUIZ CLERIO DUARTE
Inscrição: 005221680841 Zona: 61 - Seção: 16
Município: 23418 - BOM CONSELHO - UF: PE
Data de nascimento: 30/09/1940 Domiciliado desde: 16/03/1991
Filiação: CONSTANCIA FELIX DA SILVA
LUCIO FERREIRA DUARTE

Em 10 de junho de 2016.

ALDIGINO SILVA DE MENEZES
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude de gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo; o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito; a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remidas, excetuadas as anistias legais; e a regular prestação de contas da campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inexistência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

- 1 -

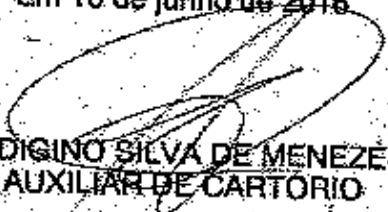
JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112, CENTRO Telefone 87 37714701

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: LUIZ CLERIO DUARTE
Inscrição: 005221680841 Zona: 61 Seção: 16
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de nascimento: 30/09/1940 Domiciliado desde: 16/03/1991
Filiação: CONSTANCIA FELIX DA SILVA
LUCIO FERREIRA DUARTE

Em 10 de junho de 2016


ALDIGINO SILVA DE MENEZES
AUXILIAR DE CARTÓRIO

- 2



CARTÓRIO
ALGACYR BARROS

2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS
Tabelião

Thianny Araújo Bezerra Vieira de Barros

Jandir Araújo Bezerra Vieira de Barros

José Pereira de Barros Neto

CERTIDÃO

Protocolo No. 078/2016

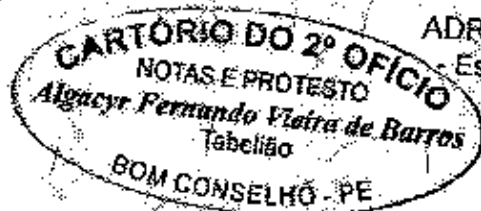
Data de solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a). Wilson Luis de Vincedo, CI RG No. 4470951-SSP/PE, CPF/MF No. 862.704.194-68, que revendo os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO**, desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto, nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a). **LUIZ CLERIO DIARTE**, inscrito(a) no CPF/MF No. 005.019.304-00. Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. **NADA MAIS**. Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. **SELO DIGITAL 007486470N04201603.00078**. Consulta a autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital. Eu, **ADRIANA PAZ DA SILVA**, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade,

ADRIANA PAZ DA SILVA

Escrevente Autorizada



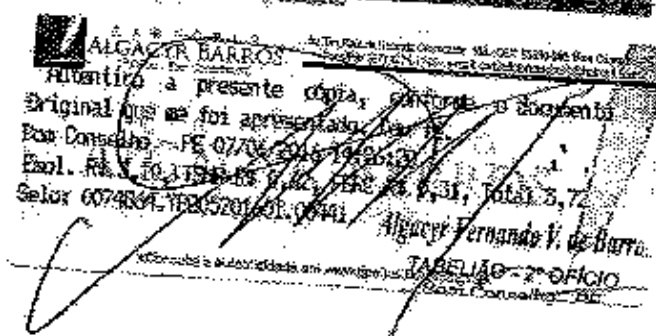
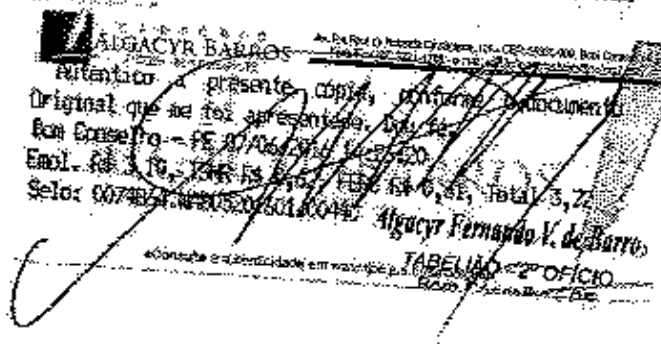
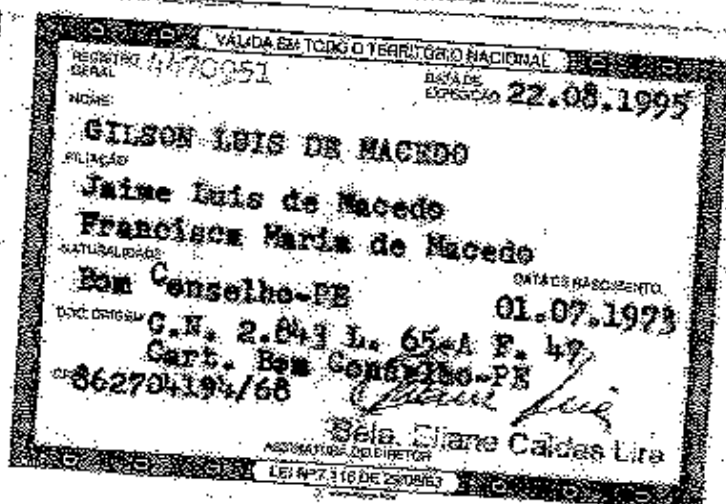
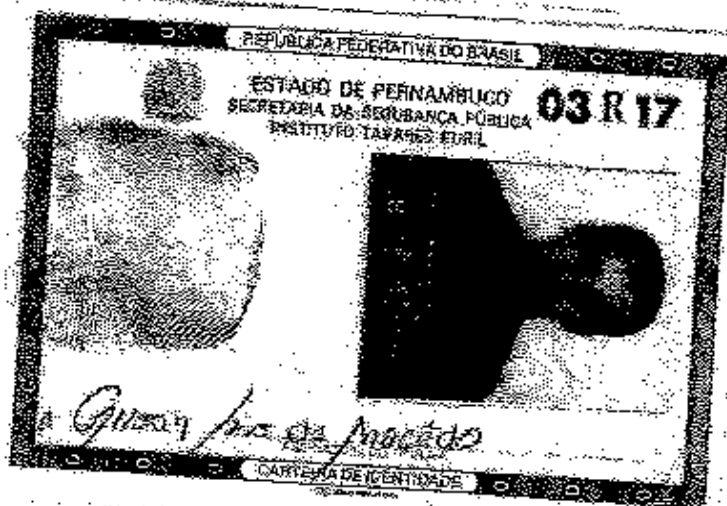
"Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização"

VALIDAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL QUALQUER OUTRA ASSINATURA EM DOCUMENTOS NÃO É VÁLIDA

Estado de Pernambuco

DIRETORIA EXECUTIVA

GILSON LUIS DE MACEDO





Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **GILSON LUIS DE MACEDO**

Documento: *862.704.194-68*

Filiação: **JAIME LUIS DE MACEDO**

FRANCISCA MARIA DE MACEDO

Data de nascimento: *01/07/1973*

Detalhes

Período da pesquisa: *14/06/2011 até 14/06/2016*

Majoridade penal do requerente: *01/07/1991*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível.

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 14/06/2016 10:07

CLF
Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema

CLF
Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuição de Bom Conselho
Téc. Judiciário
Mat. 177569-8



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **GILSON LUIS DE MACEDO**

Documento: *862.704.194-68*

Filiação: **JAIME LUIS DE MACEDO**

FRANCISCA MARIA DE MACEDO

Data de nascimento: *01/07/1973*

Detalhes

Período da pesquisa: *14/06/2011 até 14/06/2016*

Matrícula penal do requerente: *01/07/1991*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal.

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 14/06/2016 10:06


Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho


Neli C. Lima Ferreira
Téc. Judiciário / Distribuidor
Mat. 177558-8

Página 001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0479
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 07/06/2016 20h36min Data de Validade: 06/07/2016

Nº da Certidão: 01551151/2016 Nº da Autenticidade: S0.F8.MZ6X.T5

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)	
Nome: GILSON LUIS DE MACEDO	
Documento Identificação: 4470951 SSP/PE	Data da Emissão: 22/08/1995
CPF: 862.704.194-68	Título de Eleitor: 0366922708-17
Nome do Pai: JAIME LUIZ DE MACEDO	
Nome da Mãe: FRANCISCA MARIA DE MACEDO	
Estado Civil: Casado	Nacionalidade: Brasileira
Dt Nascimento: 01/07/1973	
Endereço Residencial:	
TRAVESSA PROFESSORA TEREZINHA LUNA, 26	
Compl: CASA	
Bairro: CENTRO	Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação contida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número da autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503028
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

GILSON LUIS DE MACEDO
CPF: 862.704.194-68

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:15:11

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503040
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

GILSON LUIS DE MACEDO
CPF: 862.704.194-68

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:16:27

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE
Fone: (81) 3213-6000

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

GILSON LUIS DE MACEDO

862.704.194-68

(FRANCISCA MARIA DE MACEDO / JAIME LUIS DE MACEDO)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdf.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ)
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdf.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.56W4.6F6I.06KT.DLPG.5SAY

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

Página 1 de 1

13/06/2016 08:25:35

NUCER - Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
SIS, Quadra 2, lotes 530/540, Térreo, Brasília - DF
Telefone: 0800614646

Horário de funcionamento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112, CENTRO Telefone 87 37714701

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res. TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: GILSON LUIS DE MACEDO
Inscrição: 036692270817 Zona: 61 Seção: 21
Município: 23418 - BOM CONSELHO - UF: PE
Data de nascimento: 01/07/1973 Domiciliado desde: 06/09/1989
Filiação: FRANCISCA MARIA DE MACEDO
JAIME LUIS DE MACEDO

Em 8 de junho de 2016.


LUCIA MARIA NASCIMENTO MIRANDA
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res. TSE nº 21.823/2004:
"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, e atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remidas, exceções às quotas legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral quando se tratar de candidatos."
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade, cancelamento de naturalização, por sentença transitada em julgado, interdição por incapacidade civil absoluta, condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, condenação por improbidade administrativa, conscrição e opção em Portugal pelo estatuto da qualidade.

CERTIDÕES DO DIRIGENTES

MARIA ELOIZA GADELHA DA SILVA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE DEFESA SOCIAL

EC9-R17

Maria Eliza Gadelha da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

6.507.982

DATA DE EMISSÃO: 15.09.2001

MARIA ELIZA GADELHA DA SILVA

José Gabriel da Silva

Dejumar Gadelha da Silva

Bom Conselho-PE

DATA DE NASCIMENTO: 21.05.1985

C.N. 15330-L.76, A. P. 119 - Cartório de Bom Conselho-PE

ALGACYR BARROS

Autentico a presente copia, conforme o documento Original que se foi apresentado, em fe.

Bom Conselho - PE 07/06/2016 14:29:13

Empl. R\$ 3,10 / T\$ 0,52 / F\$ 0,31 / Total R\$ 3,72

Selo: 0074864-1505201601-00431

Algacyr Fernando V. de Barros

TABELÃO - 2º OFÍCIO

ALGACYR BARROS

Autentico a presente copia, conforme o documento Original que se foi apresentado, em fe.

Bom Conselho - PE 07/06/2016 14:29:13

Empl. R\$ 3,10 / T\$ 0,52 / F\$ 0,31 / Total R\$ 3,72

Selo: 0074864-1505201601-00431

Algacyr Fernando V. de Barros

TABELÃO - 2º OFÍCIO

CPF

058.631.944-57

MARIA ELIZA GADELHA DA SILVA

210521985

CORREIOS

ALGACYR BARROS

Autentico a presente copia, conforme o documento Original que se foi apresentado, em fe.

Bom Conselho - PE 07/06/2016 14:29:13

Empl. R\$ 3,10 / T\$ 0,52 / F\$ 0,31 / Total R\$ 3,72

Selo: 0074864-1505201601-00431

Algacyr Fernando V. de Barros

TABELÃO - 2º OFÍCIO

ALGACYR BARROS

Autentico a presente copia, conforme o documento Original que se foi apresentado, em fe.

Bom Conselho - PE 07/06/2016 14:29:13

Empl. R\$ 3,10 / T\$ 0,52 / F\$ 0,31 / Total R\$ 3,72

Selo: 0074864-1505201601-00431

Algacyr Fernando V. de Barros

TABELÃO - 2º OFÍCIO



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*
Nome: *MARIA ELOIZA GADELHA DA SILVA*
Documento: *058.661.944-57*
Filiação: *JOSÉ GABRIEL DA SILVA*
DEJUMAR GADELHA DA SILVA
Data de nascimento: *21/05/1985*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*
Maioridade penal do requerente: *21/05/2003*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 12:19

Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema

Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição da Interior - Distribuição / Distribuidor
Tel: 3333-17558-8
Módulo: Contador de Bom Conselho



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodovalho Aureliano
 Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
 Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
 CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL
 VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 09h31min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021925/2016

Nº da Autenticidade: QK.98.AN.69.7L

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: maria eloiza gadelha da silva

Documento Identificação: 6507982 SDS/PE

CPF: 058.661.944-57

Data da Emissão: 15/09/2001

Título de Eleitor:

Nome do Pai: jose gabriel da silva

Nome da Mãe: dejumar gadelha da silva

Estado Civil: Solteiro

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 21/05/1985

Endereço Residencial: rua tenente raul de holanda, 87

Comp: casa

Bairro: centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado nas Seções A e B das 34 Varas Cíveis, nas 2 Varas dos Executivos Fiscais Municipais e Estaduais, nas Seções A e B das Varas de Execução de Título ExtraJudicial, nas 12 Varas de Família e Registro Civil, nas 5 Varas de Sucessões e Registros Públicos, nas 8 Varas da Fazenda Pública, nas 2 Varas de Acidentes de Trabalho, todas da Capital, na Vara Única do Distrito do Arquipélago de Fernando de Noronha, nas 6 Varas Cíveis, nas 3 Varas da Fazenda Pública, nas 4 Varas de Família e Registro Civil, todas de Jaboatão dos Guararapes, na Vara da Fazenda Pública, nas 5 Varas Cíveis, todas do Cabo, nas 5 Varas Cíveis, nas Varas de Família e Registro Civil, na Vara de Sucessão e Registro Público, nas 4 Varas da Fazenda Pública, todas de Olinda, nas 5 Varas Cíveis, nas 2 Varas de Família e Registro Civil, nas 2 Varas de Fazenda Pública, todas de Caruaru, na Vara da Fazenda Pública, nas Varas de Família e Registro Civil, nas 3 Varas Cíveis, todas de Paulista, na Vara da Fazenda Pública, nas 2 Varas Cíveis, todas de Ipojuca, nas 2 Varas Cíveis de Igarassu, na Vara Única de Moreno, nas 3 Varas Cíveis de São Lourenço, nas 3 Varas Cíveis de Abreu e Lima, nas duas Varas da Comarca de Timbaúba, na Vara Única da Comarca de Itamaracá, na Vara Única da Comarca de Nazaré da Mata, Afiação, Buenos Aires, Condado, Ferreiros, Itambê, Itapissuma, Itaquitinga, Macaparana, São Vicente Férrer, Tracunhaém, Vicência, nas 3 Varas Cíveis da Comarca de Carpina, nas duas Varas das Comarcas de Paudalho e de Limoeiro, nas 2 Varas Cíveis de Escada, nas 3 Varas Cíveis de Vitória de Santo Antão, nas Varas Únicas das Comarcas de Feira Nova, Glória do Goitá, Lagoa do Itaenga, Pombos, Barreiros e Ribeirão e de Primavera e em todos os Juizados Especiais Cíveis, AÇÃO CÍVEL OU EXECUÇÃO FISCAL protocolada(s) e que esteja(m) em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aurélio
 Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
 Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
 CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL
 VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 09h32min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021926/2016

Nº da Autenticidade: ZV.3G.K8.7S.UX

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)	
Nome: maria eloiza gadelha da silva	Data da Emissão: 15/09/2001
Documento Identificação: 6507982 SDS/PE	Título de Eleitor:
CPF: 058.661.944-57	
Nome do Pai: jose gabriel da silva	
Nome da Mãe: dejumar gadelha da silva	
Estado Civil: Solteiro Nacionalidade: Brasileira	Dt Nascimento: 21/05/1985
Endereço Residencial: rua tenente raul de holanda, 87	Compl: casa
Bairro: centro	Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado no 1 Colégio Recursal e nas 2 Turmas da Primeira Câmara Regional de Caruaru, contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tje.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: *MARIA ELOIZA GADELHA DA SILVA*

Documento: *058.661.944-57*

Filiação: *JOSÉ GABRIEL DA SILVA*

DEJUMAR GADELHA DA SILVA

Data de nascimento: *21/05/1985*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Maioridade penal do requerente: *21/05/2003*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 12:19


Neli Carlos de Lima Ferreira

realizou a pesquisa no sistema


Neli Carlos de Lima Ferreira
Téc. Judiciário / Distribuidor
Mat. 17558-8
Chefe Distribuição do Interior - Distribuição (Cível/Criminal)/Centador de Bom Conselho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 42594302016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **MARIA ELOISA GADELHA DA SILVA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **JOSE GABRIEL DA SILVA** e **DEJUMAR GADELHA DA SILVA**, nascido(a) aos 21/05/1985, natural de BOM CONSELHO/PE, Documento de identificação 6507982 SDS/PE, CPF 058.661.944-57.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:47 de 10/06/2016



42594302016



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data de Emissão: 07/06/2016 22h09min

Data de Validade: 06/07/2016

Nº da Certidão: 01551190/2016

Nº da Autenticidade: WX.WQ.NQ.Z5.RW

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: MARIA ELOISA GADELHA DA SILVA

Documento Identificação: 6507982 SDS/PE

CPF: 058.661.944-57

Data da Emissão: 15/09/2001

Título de Eleitor: 0620948508-84

Nome do Pai: JOSE GABRIEL DA SILVA

Nome da Mãe: DEJUMAR GADELHA DA SILVA

Estado Civil: Solteiro Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 21/05/1985

Endereço Residencial:

RUA TENENTE RAUL DE HOLANDA, 87

Compl: CASA

Bairro: CENTRO

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Entrar / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503125
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

: CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

MARIA ELOIZA GADELHA DA SILVA
CPF: 058.661.944-57

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:27:50

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503131
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

MARIA ELOIZA GADELHA DA SILVA

CPF: 058.661.944-57

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:28:20

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MARIA ELOIZA GADELHA DA SILVA

058.661.944-57

(DEJUMAR GADELHA DA SILVA / JOSE GABRIEL DA SILVA)

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Constá, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.21HD.WBP6.Y5MZ.8ABO.42VC

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARIA ELOIZA GADELHA DA SILVA**

Inscrição: **062094850884** Zona: 61 Seção: 134

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 21/05/1985 Domiciliada desde: 20/08/2001

Filiação: **DEJUMAR GADELHA DA SILVA**
JOSE GABRIEL DA SILVA

Certidão emitida às 10:46 de 08/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **AHD+.IM/S.L2Y4.FMGØ**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARIA ELOIZA GADELHA DA SILVA**
Inscrição: **062094850884** Zona: 61 Seção: 134
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de Nascimento: 21/05/1985 Domiciliada desde: 20/08/2001
Filiação: DEJUMAR GADELHA DA SILVA
JOSE GABRIEL DA SILVA

Certidão emitida às 13:32 de 08/06/2016

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **ZQ9I.FUYA.FQVP.N/VL**



CARTÓRIO
ALGACYR BARROS

2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS
Tabelião

Thianny Araújo Bezerra Vieira de Barros

Jandir Araújo Bezerra Vieira de Barros

José Pereira de Barros Neto

Substitutos

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO

Protocolo No. 078/2016

Data a solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DÁ FE, a requerimento escrito do(a) Sr(a) Gilson Luis de Macedo, CI RG No. 4470951-SSP/PE, CPF/MF No. 862.704.194-68, que revendo os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO** desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto, nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a), o(a) Sr(a) MARIA ELOIZA GADELHA DA SILVA, inscrito(a) no CPF/MF No. 058.661.944-57, Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. **NADA MAIS** Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. **SELO DIGITAL** 0074864C-04201603.00075. Consulte a autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital. Eu, ADRIANA PAZ DA SILVA, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade

[Assinatura]

ADRIANA PAZ DA SILVA
Escrevente Autorizada

[Assinatura]
Adriana Paz da Silva
Escrevente - 2º Ofício
Bom Conselho - PE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
NOTAS E PROTESTO
Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
BOM CONSELHO - PE

"Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização"

Estado de Pernambuco

MANUEL CABRAL DA SILVA

MANUEL CABRAL DA SILVA



VALISA FANTASIA DE IDENTIFICACAO NACIONAL

4470931 25/08/1990

MANUEL CABRAL DA SILVA

Ido Abraão da Silva
Cecília Cabral Póreas da Silva

Bom Conselho-PE, 27/12/1973

Nasc. 31846 L. 62 A. Fls. 58.4

Carta 1ª Inst. de Bom Conselho-PE.

ALGACYR BARROS

Atentico a presente copia, conforme o documento Original que me foi apresentado, por té.

Bom Conselho - PE 07/06/2016 12:25:17

Ecol. RA 3,16, NRE RA 0,32, FEM RA 0,31, Total 3,72

Selo: 0074864, KR00201601, 00442

Algacyr Fernando V. de Barros

Conselho e autenticação em via TABELA DO OFICIO

ALGACYR BARROS

Atentico a presente copia, conforme o documento Original que me foi apresentado, por té.

Bom Conselho - PE 07/06/2016 12:25:17

Ecol. RA 3,16, NRE RA 0,32, FEM RA 0,31, Total 3,72

Selo: 0074864, KR00201601, 00442

Algacyr Fernando V. de Barros

Conselho e autenticação em via TABELA DO OFICIO

MANUEL CABRAL DA SILVA

27/12/73

0410100-8

João Cabral da Silva

RA 3,16

ALGACYR BARROS

Atentico a presente copia, conforme o documento Original que me foi apresentado, por té.

Bom Conselho - PE 07/06/2016 12:25:17

Ecol. RA 3,16, NRE RA 0,32, FEM RA 0,31, Total 3,72

Selo: 0074864, KR00201601, 00442

Algacyr Fernando V. de Barros

Conselho e autenticação em via TABELA DO OFICIO

ALGACYR BARROS

Atentico a presente copia, conforme o documento Original que me foi apresentado, por té.

Bom Conselho - PE 07/06/2016 12:25:17

Ecol. RA 3,16, NRE RA 0,32, FEM RA 0,31, Total 3,72

Selo: 0074864, KR00201601, 00442

Algacyr Fernando V. de Barros

Conselho e autenticação em via TABELA DO OFICIO



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: *MANUEL CABRAL DA SILVA*

Documento: *862.683.924-34*

Filiação: *IFO ABRAÃO DA SILVA*

CECILA CABRAL POVOAS DA SILVA

Data de nascimento: *27/12/1975*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Majoridade penal do requerente: *27/12/1993*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 12:02

Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema

Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuição de Bom Conselho

Neli Carlos de Lima Ferreira
Téc. Judiciário Distribuidor
Mat. 1171558-8



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Atueliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 09h36min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021927/2016

Nº da Autenticidade: 6Z.ZG.G2.DB.94

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **MANUEL CABRAL DA SILVA**

Documento Identificação: 4470931 SSP/PE

CPF: 862.683.924-34

Data da Emissão: 25/08/1990

Título de Eleitor:

Nome do Pai: **IVO ABRAAO DA SILVA**

Nome da Mãe: **CECILIA CABRAL POVOAS DA SILVA**

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 27/12/1975

Endereço Residencial: **RUA MARECHAL DEODORO, 21**

Compl: casa

Bairro: centro

Cidade: **Bom Conselho/PE**

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado nas Seções A e B das 34 Varas Cíveis, nas 2 Varas dos Executivos Fiscais Municipais e Estaduais, nas Seções A e B das Varas de Execução de Título ExtraJudicial, nas 12 Varas de Família e Registro Civil, nas 5 Varas de Sucessões e Registros Públicos, nas 8 Varas da Fazenda Pública, nas 2 Varas de Acidentes de Trabalho, todas da Capital, na Vara Única do Distrito do Arquipélago de Fernando de Noronha, nas 6 Varas Cíveis, nas 3 Varas da Fazenda Pública, nas 4 Varas de Família e Registro Civil, todas de Jaboatão dos Guararapes, na Vara da Fazenda Pública, nas 5 Varas Cíveis, todas do Cabo, nas 5 Varas Cíveis, nas Varas de Família e Registro Civil, na Vara de Sucessão e Registro Público, nas 4 Varas da Fazenda Pública, todas de Olinda, nas 5 Varas Cíveis, nas 2 Varas de Família e Registro Civil, nas 2 Varas de Fazenda Pública, todas de Caruaru, na Vara da Fazenda Pública, nas Varas de Família e Registro Civil, nas 3 Varas Cíveis, todas de Paulista, na Vara da Fazenda Pública, nas 2 Varas Cíveis, todas de Ipojuca, nas 2 Varas Cíveis de Igarassu, na Vara Única de Moreno, nas 3 Varas Cíveis de São Lourenço, nas 3 Varas Cíveis de Abreu e Lima, nas duas Varas da Comarca de Timbaúba, na Vara Única da Comarca de Itamaracá, na Vara Única da Comarca de Nazaré da Mata, Aliança, Buênos Aires, Condado, Ferreiros, Itambé, Itapissuma, Itaquitinga, Macaparana, São Vicente Férrer, Tracunhaém, Vitória, nas 3 Varas Cíveis da Comarca de Carpina, nas duas Varas das Comarcas de Paudalho e de Limoeiro, nas 2 Varas Cíveis de Escada, nas 3 Varas Cíveis de Vitória de Santo Antão, nas Varas Únicas das Comarcas de Feira Nova, Glória do Goitá, Lagoa do Itaenga, Pombos, Barreiros e Ribeirão e de Primavera e em todos os Juizados Especiais Cíveis, AÇÃO CÍVEL OU EXECUÇÃO FISCAL protocolada(s) e que esteja(m) em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tje.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Alfa Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 09h37min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021928/2016

Nº da Autenticidade: KH.QX.1G.F4.M4

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo Interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: MANUEL CABRAL DA SILVA		Data da Emissão: 25/08/1990
Documento Identificação: 4470931 SSP/PE		Título de Eleitor:
CPF: 862.683.924-34		
Nome do Pai: IVO ABRAAO DA SILVA		
Nome da Mãe: CECILIA CABRAL POVOAS DA SILVA		
Estado Civil: Casado	Nacionalidade: Brasileira	Dt Nascimento: 27/12/1975
Endereço Residencial: RUA MARECHAL DEODORO, 21		Compl: casa
Bairro: centro		Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado no 1 Colégio Recursal e nas 2 Turmas da Primeira Câmara Regional de Caruaru, contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: *MANUEL CABRAL DA SILVA*

Documento: *862.683.924-34*

Filiação: *IVO ABRAÃO DA SILVA*

CECILA CABRAL POVOAS DA SILVA

Data de nascimento: *27/12/1975*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Majoridade penal do requerente: *27/12/1993*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 12:03


Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Neli Carlos de Lima Ferreira
Téc. Judiciário Distribuidor
Mec. 174558-R
Chefe Distribuição do Interior - Distribuição Criminal/Contador de Bom Conselho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 42594272016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **MANUEL CABRAL DA SILVA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **IVO ABRAÃO DA SILVA** e **CECILIA CABRAL POVOAS DA SILVA**, nascido(a) aos 21/12/1975, natural de BOM CONSELHO/PB, Documento de identificação 4470931 SSP/PE, CPF 862.683.924-34.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal, "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço: (<http://www.dpf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:44 de 10/06/2016



42594272016



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 07/06/2016 21h58min

Data de Validade: 06/07/2016

Nº da Certidão: 01551165/2016

Nº da Autenticidade: AJ.LD.CT.BY.4K

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: MANOEL CABRAL DASILVA

Documento Identificação: 4470931 SSP/PE

CPF: 862.683.924-34

Data da Emissão: 25/08/1990

Título de Eleitor: 0414690208-09

Nome do Pai: IVO ABRAÃO DA SILVA

Nome da Mãe: CECILIA CABRAL POVOAS DA SILVA

Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 27/12/1975

Endereço Residencial: RUA MARECHAL DEODORO, 21

Compl: CASA

Bairro: CENTRO

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, **AÇÃO PENAL**, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503237
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

MANUEL CABRAL DA SILVA

CPF: 862.683.924-34

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:39:57

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503241
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

MANUEL CABRAL DA SILVA
CPF: 852.683.924-34

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:40:23

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MANUEL CABRAL DA SILVA

862.683.924-34

(CECILIA CABRAL POVOAS DA SILVA / ABRAÃO DA SILVA)

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.1LW8.8CCK.R1AQ.WM27.WMPP

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **MANOEL CABRAL DA SILVA**

Inscrição: **041469020809** Zona: 61 Seção: 28

Município: 23418 - BOM-CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 27/12/1975 Domiciliado desde: 28/02/1992

Filiação: CECILIA CABRAL POVOAS DA SILVA

IVO ABRAAO DA SILVA

Certidão emitida às 11:03 de 08/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais; e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

YQ4N.3JE9.RVFJ.KMIK

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **MANOEL CABRAL DA SILVA**
Inscrição: **041469020809** Zona: 61 Seção: 28
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de Nascimento: 27/12/1975 Domiciliado desde: 28/02/1992
Filiação: **CECILIA CABRAL POVOAS DA SILVA**
IVO ABRAAO DA SILVA

Certidão emitida às 11:40 de 08/06/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **NUOP.HYRR.H4YJ.OOI2**



CARTÓRIO
ALGACYR BARROS
2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS
Tabelião

Thianny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandir Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto
Suplentes

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

CERTIDÃO

Protocolo No. 076/2016
Data e solicitação: 07/08/2016

CERTIFICA e DA FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a). **Gilson Luiz de Macedo**, CI RG No. 4470951-SSP/PE, CPF/MF No. 862.704.194-68, revendo o(s) **LIVRO(S) DE INSTRUMENTO(S) DE PROTESTO** No(s). 038 à fl. 054, desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou-se a existência de 01 (um) instrumento(s) de protesto tendo como devedor(a)/sacado(a) o Sr. **MANUEL CABRAL DA SILVA** inscrito no CPF/MF No. 362.683.924-34, conforme abaixo:

Nº do Título	(R\$)	Favorecido	Data de Vencimento	Tipo de Protesto	Data do Protesto
0115008297	1.425,54	Fazenda Nacional	A vista	Falta de pagamento	23/11/2015

NADA MAIS. O referido é verdade e dou fé. Lei No. 1.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. Eu, **ADRIANA PAZ DA SILVA**, Escrevente Autorizada, digitei a presente, confiro e a subscrevo. Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente sob o No. 0074864 JIH04201603.00085. Consulte a autenticidade em www.tipe.jus.br/selo digital.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
NOTAS E PROTESTO
Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
BOM CONSELHO - PE

Em testemunho

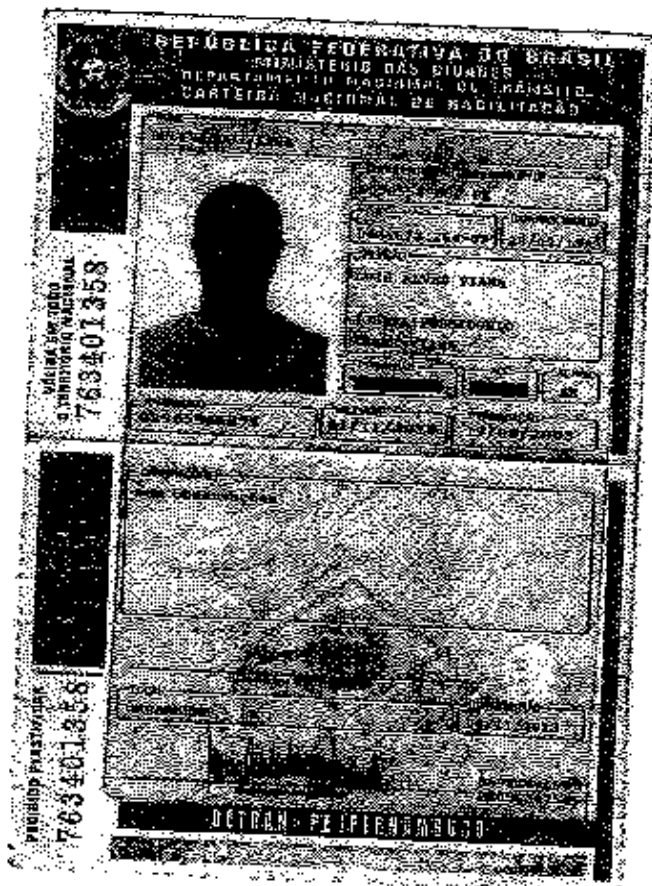
ADRIANA PAZ DA SILVA
Escrevente Autorizada

Adriana Paz da Silva
Escrevente - 2º Ofício
Bom Conselho - PE

Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização

Estado de Pernambuco

LUCIVALDO VIANA



ALGAGYR BARROS
Advogado
Atestamos a presente, copia, conforme o documento
Original que se foi apresentado, por ele.
Por Conselheiro - PE 00161/2016/17-0001
Empl. R\$ 2,16, Imp. R\$ 1,42, FERC R\$ 0,51, Total R\$ 4,09
Data: 07/08/2016, 00:00:00, 00:00:00, 00:00:00, 00:00:00, 00:00:00
TABELIAO - 2º OFÍCIO
Assinatura e rubrica do Tabelião em exercício: *[Assinatura]*
Tabelião - PE



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*
Nome: *LUCIVALDO VIANA*
Documento: *043.672.264-09*
Filiação: *LUIS ALVES VIANA*
JOSEFA POSSIDONIO PIMENTEL
Data de nascimento: *28/02/1983*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*
Maioridade penal do requerente: *28/02/2001*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 12:22


Neli Carlos de Lima Ferreira,
realizou a pesquisa no sistema


Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuição/Avaliação/Arquivamento de Bom Conselho

Neli Carlos de Lima Ferreira
Téc. Judiciário - Distribuidor
Mat. 17.758-8

Página: 001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 09h43min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021930/2016

Nº da Autenticidade: G9.SG.7L.90.HF

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: LUCIVALDO VIANA

Documento Identificação: 6058554 SSP/PE

Data da Emissão: 16/09/2008

CPF: 043.672.264-09

Título de Eleitor:

Nome do Pai: LUIS ALVES VIANA

Nome da Mãe: JOSEFA POSSIDONIO PIMENTEL

Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 28/02/1983

Endereço Residencial: AVENIDA SANTA MARIA, 23

Compl: casa

Bairro: centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado nas Seções A e B das 34 Varas Cíveis, nas 2 Varas dos Executivos Fiscais Municipais e Estaduais, nas Seções A e B das Varas de Execução de Título Extrajudicial, nas 12 Varas de Família e Registro Civil, nas 5 Varas de Sucessões e Registros Públicos, nas 8 Varas da Fazenda Pública, nas 2 Varas de Acidentes de Trabalho, todas da Capital, na Vara Única do Distrito do Arquipélago de Fernando de Noronha, nas 6 Varas Cíveis, nas 3 Varas da Fazenda Pública, nas 4 Varas de Família e Registro Civil, todas de Jaboatão dos Guararapes, na Vara da Fazenda Pública, nas 5 Varas Cíveis, todas do Cabo, nas 5 Varas Cíveis, nas Varas de Família e Registro Civil, na Vara de Sucessão e Registro Público, nas 4 Varas da Fazenda Pública, todas de Olinda, nas 5 Varas Cíveis, nas 2 Varas de Família e Registro Civil, nas 2 Varas de Fazenda Pública, todas de Caruaru, na Vara da Fazenda Pública, nas Varas de Família e Registro Civil, nas 3 Varas Cíveis, todas de Paulista, na Vara da Fazenda Pública, nas 2 Varas Cíveis, todas de Ipojuca, nas 2 Varas Cíveis de Igarassu, na Vara Única de Moreno, nas 3 Varas Cíveis de São Lourenço, nas 3 Varas Cíveis de Abreu e Lima, nas duas Varas da Comarca de Timbaúba, na Vara Única da Comarca de Itamaracá, na Vara Única da Comarca de Nazaré da Mata, Aliança, Buenos Aires, Condado, Ferreiros, Itambé, Itapissuma, Itaquitinga, Macaparana, São Vicente Férrer, Tracunhaém, Vitória, nas 3 Varas Cíveis da Comarca de Carpina, nas duas Varas das Comarcas de Paudalho e de Limoeiro, nas 2 Varas Cíveis de Escada, nas 3 Varas Cíveis de Vitória de Santo Antão, nas Varas Únicas das Comarcas de Feira Nova, Glória do Goitá, Lagoa do Itaenga, Pombos, Barreiros e Ribeirão e de Primavera e em todos os Juizados Especiais Cíveis, AÇÃO CÍVEL OU EXECUÇÃO FISCAL protocolada(s) e que esteja(m) em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Região de abrangência: Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAXV 3181-0476 e 3181-0470)
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 09h43min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021931/2016

Nº da Autenticidade: Q2.EY.S6.BB.6V

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: LUCIVALDO VIANA

Documento Identificação: 6058554 SSP/PE

CPF: 043.672.264-09

Nome do Pai: LUIS ALVES VIANA

Nome da Mãe: JOSEFA POSSIDONIO PIMENTEL

Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileira

Endereço Residencial: AVENIDA SANTA MARIA, 23

Bairro: centro

Data da Emissão: 16/09/2008

Título de Eleitor:

Dt Nascimento: 28/02/1983

Compl: casa

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado no 1 Colégio Recursal e nas 2 Turmas da Primeira Câmara Regional de Caruaru, contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 42594362016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **LUCIVALDO VIANA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **LUIS ALVES VIANA** e **JOSEFA POSSIDONIO ALVES VIANA**, nascido(a) aos 28/02/1983, natural de BOM CONSELHO/PE, Documento de identificação 6058554 SSP/PE, CPF 043.672.264-09.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:51 de 10/06/2016



42594362016



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: *LUCIVALDO VIANA*

Documento: *043.672.264-09*

Filiação: *LUIS ALVES VIANA*

JOSEFA POSSIDONIO PIMENTEL

Data de nascimento: *28/02/1983*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Maioridade penal do requerente: *28/02/2001*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 12:23

NC
Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema

NC
Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor de Bom Conselho

NC
Neli Carlos de Lima Ferreira
Téc. Judiciário Distribuidor
Mat. 17558-8

Página 001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (051) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 07/06/2016 22h20min Data de Validade: 06/07/2016

Nº da Certidão: 01551212/2016 Nº da Autenticidade: WX.TI.FJ.U4.2G

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: LUCIVALDO VIANA

Documento Identificação: 6058554 SSP/PE

CPF: 043.672.264-09

Nome do Pai: LUIS ALVES VIANA

Nome da Mãe: JOSEFA POSSIDONIO PIMENTEL

Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileira

Endereço Residencial: AVENIDA SANTA MARIA, 23

Bairro: CENTRO

Data da Emissão: 16/09/2008

Título de Eleitor: 0611901808-76

Dt Nascimento: 28/02/1983

Compl: CASA

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, § 6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503295
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

LUCIVALDO VIANA
CPF: 043.672.264-09

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;**
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:45:46

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503311
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

LUCIVALDO VIANA
CPF: 043.672.264-09

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:46:45

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

LUCIVALDO VIANA

043.672.264-09

(JOSEFA POSSIDONIO ALVES VIANA / LUIS ALVES VIANA)

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.VYKK.EJB4.K6SW.X4N3.OPCZ

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **LUCIVALDO VIANA**
Inscrição: **061190180876** Zona: 61 Seção: 18
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de Nascimento: 28/02/1983 Domiciliado desde: 04/02/2000
Filiação: JOSEFA POSSIDONIO PIMENTEL
LUIS ALVES VIANA

Certidão emitida às 13:37 de 08/06/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

NXUA.8FY/.EFJJ.2ZP4

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **LUCIVALDO VIANA**

Inscrição: **061190180876** Zona: 61 Seção: 18

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 28/02/1983 Domiciliado desde: 04/02/2000

Filiação: JOSEFA POSSIDONIO PIMENTEL

LUIS ALVES VIANA

Certidão emitida às 11:10 de 08/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

ZWFV.OJXM.A++7.YDIK

República Federativa do Brasil



CARTÓRIO
ALGACYR BARROS

2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS
Tabelião

Thaanny Araújo Bezerra Vieira de Barros

Jandir Araújo Bezerra Vieira de Barros

José Pereira de Barros Neto

Substitutos

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO

Protocolo No. 078/2016

Data de solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a) Gilson Luis de Macedo, CI RG No. 4470951-SSPIPE, CPF/MF No. 862.704.194-68, que revendo os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO**, desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto, nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a) LUCIVALDO VIANA, inscrito(a) no CPF/MF No. 043.672.264-09, Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. **NADA MAIS**, Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. **SELO DIGITAL** 00748641FRW04201603.00074. Consulte a autenticidade em www.tipe.ius.br/selodigital - Eu, ADRIANA PAZ DA SILVA, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade

ADRIANA PAZ DA SILVA

- Escrevente Autorizada -

Adriana Paz da Silva
Escrevente - 2º Ofício
Bom Conselho - PE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
NOTAS E PROTESTO
Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
BOM CONSELHO - PE

"Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização"

Estado de Pernambuco

Bernardo cicero de oliveira

03/07/2016 14:00:00



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM CONSELHO
Fórum Dr. Orlando Cavalcante de Albuquerque

Praça Dom Pedro II, 34, Centro, Bom Conselho/PE, CEP 55330-000 – Fone: (87) 3771-1659/1001

CARTÓRIO ÚNICO DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO CÍVEL

CERTIFICO para os devidos fins de direito que, revendo os livros da Distribuição desta Comarca de Bom Conselho – PE, bem como no Sistema Judwin, verifiquei que constam em tramitação as seguintes ações cíveis em nome de **BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA**, portador do RG 1.323.434 SSP/PE e do CPF 066.295.804-78:

Processo nº **1189-16.2015.8.17.0300** Tutela e Curatela, Requerente: **BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA**, fase atual: **AGUARDANDO PRAZO CIVIL** 01.

O referido é verdade e dou fé.

Bom Conselho - PE, 08 de junho de 2016.

Neli C. Lima Ferreira
Analista Judiciário/Distribuidor
Mat. 180.749-8



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
 Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
 Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
 CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 09h51min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021934/2016

Nº da Autenticidade: 7L.Q9.CU.OW.OL

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc)

Nome: **bernardo cicero de oliveira**Documento Identificação: **1323434 SSP/PE**Data da Emissão: **20/03/1975**CPF: **066.295.804-78**

Título de Eleitor:

Nome do Pai: **jose cicero de oliveira**Nome da Mãe: **maria clara de oliveira**Estado Civil: **Casado**Nacionalidade: **Brasileira**Dt Nascimento: **20/09/1949**Endereço Residencial: **rua tancredo neves, sn**Compl: **casa**Bairro: **centro**Cidade: **Bom Conselho/PE**

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado nas Seções A e B das 34 Varas Cíveis, nas 2 Varas dos Executivos Fiscais Municipais e Estaduais, nas Seções A e B das Varas de Execução de Título ExtraJudicial, nas 12 Varas de Família e Registro Civil, nas 5 Varas de Sucessões e Registros Públicos, nas 8 Varas da Fazenda Pública, nas 2 Varas de Acidentes de Trabalho, todas da Capital, na Vara Única do Distrito do Arquipélago de Fernando de Noronha, nas 6 Varas Cíveis, nas 3 Varas da Fazenda Pública, nas 4 Varas de Família e Registro Civil, todas de Jaboatão dos Guararapes, na Vara da Fazenda Pública, nas 5 Varas Cíveis, todas do Cabo, nas 5 Varas Cíveis, nas Varas de Família e Registro Civil, na Vara de Sucessão e Registro Público, nas 4 Varas da Fazenda Pública, todas de Olinda, nas 5 Varas Cíveis, nas 2 Varas de Família e Registro Civil, nas 2 Varas da Fazenda Pública, todas de Caruaru, na Vara da Fazenda Pública, nas Varas de Família e Registro Civil, nas 3 Varas Cíveis, todas de Paulista, na Vara da Fazenda Pública, nas 2 Varas Cíveis, todas de Ipojuca, nas 2 Varas Cíveis de Igarassu, na Vara Única de Moreno, nas 3 Varas Cíveis de São Lourenço, nas 3 Varas Cíveis de Abreu e Lima, nas duas Varas da Comarca de Timbaúba, na Vara Única da Comarca de Itamaracá, na Vara Única da Comarca de Nazaré da Mata, Aliança, Buenos Aires, Condado, Ferreiros, Itambê, Itapissuma, Itaquitinga, Macaparana, São Vicente Férrer, Tracunhaém, Vitória, nas 3 Varas Cíveis da Comarca de Carpina, nas duas Varas das Comarcas de Paudalho e de Limoeiro, nas 2 Varas Cíveis de Escada, nas 3 Varas Cíveis de Vitória de Santo Antão, nas Varas Únicas das Comarcas de Feira Nova, Glória do Goitá, Lagoa do Itaenga, Pombos, Barreiros e Ribeirão e de Primavera e em todos os Juizados Especiais Cíveis, AÇÃO CÍVEL OU EXECUÇÃO FISCAL protocolada(s) e que esteja(m) em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

29/06/2016

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 09h53min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021935/2016

Nº da Autenticidade: PN.VR.TN.0N.U3

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **bernardo cicero de oliveira**

Documento Identificação: **1323434 SSP/PE**

CPF: **066.295.804-78**

Data da Emissão: **20/03/1975**

Título de Eleitor:

Nome do Pai: **jose cicero de oliveira**

Nome da Mãe: **maria clara de oliveira**

Estado Civil: **Casado**

Nacionalidade: **Brasileira**

Data de Nascimento: **20/09/1949**

Endereço Residencial: **rua tancredo neves, sn**

Compl: **casa**

Bairro: **centro**

Cidade: **Bom Conselho/PE**

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado no 1 Colégio Recursal e nas 2 Turmas da Primeira Câmara Regional de Caruaru, contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NAO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico; Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

Cópia da Certidão PJe em PDF disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, no endereço eletrônico www.tjpe.jus.br, no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico; Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Cópia da Certidão PJe em PDF disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, no endereço eletrônico www.tjpe.jus.br, no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico; Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 42594392016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **JOSE CICERO DE OLIVEIRA** e **MARIA CLARA DE OLIVEIRA**, nascido(a) aos 20/09/1949, natural de BOM CONSELHO/PE, Documento de identificação 1323434 SP/PE, CPF 066.295.804-78.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação do documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:53 de 10/06/2016





Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA**

Documento: *066.295.804-78*

Filiação: **JOSÉ CICERO DE OLIVEIRA**

MARIA CLARA DE OLIVEIRA

Data de nascimento: *20/09/1949*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Maioridade penal do requerente: *20/09/1967*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 10:27


Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor de Bom Conselho

Neli C. Lima Ferreira
Téc. Judiciário Distribuidor
Mat. 177538-8

Página 001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL
SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 07/06/2016 22h14min Data de Validade: 06/07/2016

Nº da Certidão: 01551193/2016 Nº da Autenticidade: EK.KD.AZ.MC.IA

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc)	
Nome: BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA	
Documento Identificação: 1323434 SSP/PE	Data da Emissão: 20/03/1975
CPF: 066.295.804-78	Título de Eleitor: 0181935208-84
Nome do Pai: JOSE CICERO DE OLIVEIRA	
Nome da Mãe: MARIA CLARA DE OLIVEIRA	
Estado Civil: Casado	Nacionalidade: Brasileira
Dt Nascimento: 20/09/1949	
Endereço Residencial: RUA TANCREDO NEVES, SN	Comp: CASA
Bairro: CENTRO	Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 2016005D3335
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA

CPF: 066.295.804-78

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:49:52

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503339
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA
CPF: 066.295.804-78

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco,

Observações:

- 1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:50:13

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA

066.295.804-78

(MARIA CLARA DE OLIVEIRA / JOSE CICERO DE OLIVEIRA)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.IPGX.GMW2.P7RO.74JD.C2A5

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA**

Inscrição: **018193520884** Zona: 61 Seção: 10

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 20/09/1949 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: MARIA CLARA DE OLIVEIRA

JOSE CICERO DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 11:13 de 08/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inexistência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; consorção; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

CWOK.RIIN.AJBA.MJXM

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA**

Inscrição: **018193520884** Zona: 61 Seção: 10

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 20/09/1949 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: MARIA CLARA DE OLIVEIRA
JOSE CICERO DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 13:40 de 08/06/2016

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

MWF/.BGLM.TCQE.WZNZ



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
ALGACYR BARROS

2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS

Tabelião

Thianny Araújo Bezerra Vieira de Barros

Jandir Araújo Bezerra Vieira de Barros

José Pereira de Barros Neto

Substitutos

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

CERTIDÃO

Protocolo No. 078/2016

Data a solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DA FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a). **Gilson Luis de Macedo**, CI RG No. 4470951-SSP/PE, CPF/MF No. 862.704.194-68, que revendo os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO**, desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto, nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a). **BERNARDO CICERO DE OLIVEIRA**, inscrito(a) no CPF/MF No. 066.295.804-78, Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. **NADA MAIS**. Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. **SELO DIGITAL** 0074864 ZYVD4201803.00087. Consulte a autenticidade em www.tipe.fus.br/selodigital. Eu, **ADRIANA PAZ DA SILVA**, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade,

ADRIANA PAZ DA SILVA
- Escrevente Autorizada -

Adriana Paz da Silva
Escrevente 2º Ofício
Bom Conselho - PE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
NOTAS E PROTESTO
Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
BOM CONSELHO - PE

"Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização"

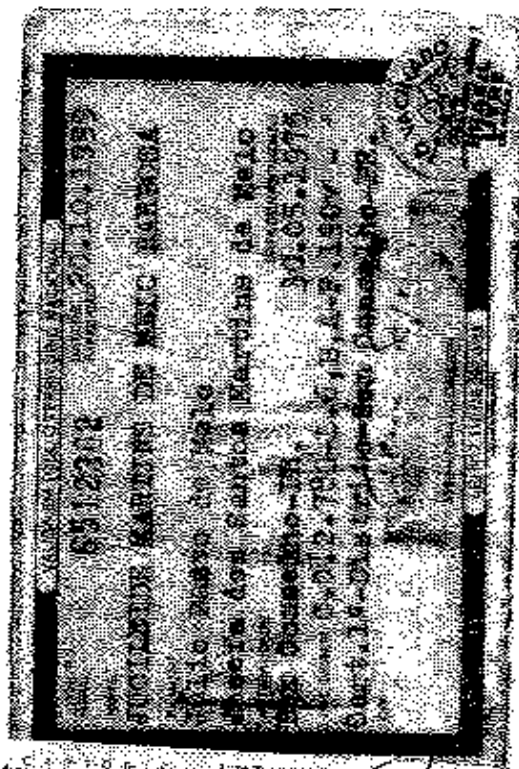
VALOR DE R\$ 10,20 POR INSTRUMENTO NACIONAL. QUALQUER OUTRA TABELA DE VALORES É INVÁLIDA NESTE DOCUMENTO.

Estado de Pernambuco

JUCILEIDE MARTINS DE MELO BARBOSA



ALGACYR BARROS
Atentado a presente cópia, conforme o documento
Original que me foi apresentado, em 16.
Em Conselho - PE 10/04/2016 09:59:55
Emol. R\$ 3,10, TAF R\$ 0,62, FISC R\$ 0,31, Total 3,72
Selos: 0074364, 0070520, 0070520
Algayr Fernando V. de Barros
TABELÃO - 2º OFÍCIO
Bom Conselho - PE



ALGACYR BARROS
Atentado a presente cópia, conforme o documento
Original que me foi apresentado, em 16.
Em Conselho - PE 10/04/2016 09:59:55
Emol. R\$ 3,10, TAF R\$ 0,62, FISC R\$ 0,31, Total 3,72
Selos: 0074364, 0070520, 0070520
Algayr Fernando V. de Barros
TABELÃO - 2º OFÍCIO
Bom Conselho - PE

ALGACYR BARROS
Atentado a presente cópia, conforme o documento
Original que me foi apresentado, em 16.
Em Conselho - PE 10/04/2016 09:59:55
Emol. R\$ 3,10, TAF R\$ 0,62, FISC R\$ 0,31, Total 3,72
Selos: 0074364, 0070520, 0070520
Algayr Fernando V. de Barros
TABELÃO - 2º OFÍCIO
Bom Conselho - PE

CPF

ALGACYR BARROS
Atentado a presente cópia, conforme o documento
Original que me foi apresentado, em 16.
Em Conselho - PE 10/04/2016 09:59:55
Emol. R\$ 3,10, TAF R\$ 0,62, FISC R\$ 0,31, Total 3,72
Selos: 0074364, 0070520, 0070520
Algayr Fernando V. de Barros
TABELÃO - 2º OFÍCIO
Bom Conselho - PE



**Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*
Nome: *JUCILEIDE MARTINS DE MELO BARBOSA*
Documento: *040.603.474-50*
Filiação: *JULIO BASTO DE MELO*
JOSEFA DOS SANTOS MARTINS DE MELO
Data de nascimento: *30/05/1975*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*
Majoridade penal do requerente: *30/05/1993*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 10:12


Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho

Neli C. Lima Ferreira
Téc. Judiciário / Distribuidor
Mat. 177558-B

Página 001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0478 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

29/06/2016

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 10h00min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021937/2016

Nº da Autenticidade: 00.JZ.DG.4J.O9

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: juciteide martins de melo barbosa

Documento Identificação: 6512302 SDS/PE

CPF: 040.603.474-50

Data da Emissão: 20/10/1999

Título de Eleitor:

Nome do Pai: julio basto de melo

Nome da Mãe: josefa dos santos martins de melo

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt. Nascimento: 30/05/1975

Endereço Residencial: rua frei damião, 114

Compl: casa

Bairro: centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado nas Seções A e B das 34 Varas Cíveis, nas 2 Varas dos Executivos Fiscais Municipais e Estaduais, nas Seções A e B das Varas de Execução de Título Extrajudicial, nas 12 Varas de Família e Registro Civil, nas 5 Varas de Sucessões e Registros Públicos, nas 8 Varas da Fazenda Pública, nas 2 Varas de Acidentes de Trabalho, todas da Capital, na Vara Única do Distrito do Arquipélago de Fernando de Noronha, nas 6 Varas Cíveis, nas 3 Varas da Fazenda Pública, nas 4 Varas de Família e Registro Civil, todas de Jaboatão dos Guararapes, na Vara da Fazenda Pública, nas 5 Varas Cíveis, todas do Cabo, nas 5 Varas Cíveis, nas Varas de Família e Registro Civil, na Vara de Sucessão e Registro Público, nas 4 Varas da Fazenda Pública, todas de Olinda, nas 5 Varas Cíveis, nas 2 Varas de Família e Registro Civil, nas 2 Varas de Fazenda Pública, todas de Caruaru, na Vara da Fazenda Pública, nas Varas de Família e Registro Civil, nas 3 Varas Cíveis, todas de Paulista, na Vara da Fazenda Pública, nas 2 Varas Cíveis, todas de Ipojuca, nas 2 Varas Cíveis de Igarassu, na Vara Única de Moreno, nas 3 Varas Cíveis de São Lourenço, nas 3 Varas Cíveis de Abreu e Lima, nas duas Varas da Comarca de Timbaúba, na Vara Única da Comarca de Itamaracá, na Vara Única da Comarca de Nazaré da Mata, Aliança, Buenos Aires, Condado, Ferreiros, Itambé, Itapissuma, Itaquitinga, Macaparana, São Vicente Ferrer, Tracunhaém, Vicência, nas 3 Varas Cíveis da Comarca de Carpina, nas duas Varas das Comarcas de Paudalho e de Limoeiro, nas 2 Varas Cíveis de Escada, nas 3 Varas Cíveis de Vitória de Santo Antão, nas Varas Únicas das Comarcas de Feira Nova, Glória do Góitá, Lagoa do Itaenga, Pombos, Barreiros e Ribeirão e de Primavera e em todos os Juizados Especiais Cíveis, AÇÃO CÍVEL OU EXECUÇÃO FISCAL protocolada(s) e que esteja(m) em tramitação contra a pessoa acima identificada.

Declaro que esta Certidão foi emitida em conformidade com a legislação vigente, e que a presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações: Esta certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrangendo os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tje.pe.br no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe; Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.

Assinatura do Juiz: [Assinatura] / [Assinatura]

Assinatura do Escrivão: [Assinatura] / [Assinatura]

Assinatura do Promotor: [Assinatura] / [Assinatura]

Assinatura do Defensor: [Assinatura] / [Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3161-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 10h02min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021938/2016

Nº da Autenticidade: A2.OU.5I.T6.ZW

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc)			
Nome: juçileide martins de melo barbosa		Data da Emissão: 20/10/1999	
Documento Identificação: 6512302 SDS/PE		Título de Eleitor:	
CPF: 040.603.474-50			
Nome do Pai: julio basto de melo			
Nome da Mãe: josefa dos santos martins de melo			
Estado Civil: Casado		Dt Nascimento: 30/05/1975	
Nacionalidade: Brasileira		Compl: casa	
Endereço Residencial: rua frei damiao, 114		Cidade: Bom Conselho/PE	
Bairro: centro			

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado no 1 Colégio Recursal e nas 2 Turmas da Primeira Câmara Regional de Caruaru, contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



**Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **JUCILEIDE MARTINS DE MELO BARBOSA**

Documento: *040.603.474-50*

Filiação: **JULIO BASTO DE MELO**

JOSEFA DOS SANTOS MARTINS DE MELO

Data de nascimento: *30/05/1975*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Maioridade penal do requerente: *30/05/1993*

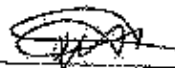
Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 10:12


Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho

Neli C. Lima Ferreira
Téc. Judiciário / Distribuidor
Mat. 177558-8

Página 001



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 42594432016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **JUCILEIDE MARTINS DE MELO BARBOSA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **JULIO BASTO DE MELO** e **JOSEFA DOS SANTOS MARTINS DE MELO**, nascido(a) aos 30/05/1975, natural de BOM CONSELHO/PE, Documento de identificação 6512302 SDS/PE, CPF 040.603.474-50.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:56 de 10/06/2016



42594432016



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 07/06/2016 21h14min Data de Validade: 06/07/2016

Nº da Certidão: 01551176/2016 Nº da Autenticidade: 7B.7A.5K.62.I0

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)	
Nome: JUCILEIDE MARTINS DE MELO	
Documento Identificação: 6512302 SDS/PE	Data da Emissão: 20/10/1999
CPF: 040.603.474-50	Título de Eleitor: 0466226208-41
Nome do Pai: JÚLIO BASTO DE MELO	
Nome da Mãe: JOSEFA DOS SANTOS MARTINS DE MELO	
Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileira	Dt Nascimento: 30/05/1975
Endereço Residencial: RUA FREI DAMIÃO, 114	Compl: CASA
Bairro: CENTRO	Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503411
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25-DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

JUCILEIDE MARTINS DE MELO BARBOSA
CPF: 040.603.474-50

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço: <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 09:59:56

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE
Fone: (81) 3213-6000

Para a obtenção de informações adicionais, consulte o site:
<http://www.jfpe.jus.br/certidao/vermissaoCertidao.aspx>
ou ligue para o telefone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503409
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

JUCILEIDE MARTINS DE MELO BARBOSA
CPF: 040.603.474-50

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

CPF: 040.603.474-50

Recife, 29/06/2016 09:59:42

Endereço: Avenida Recife, 6250; Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000

CNPJ: 07.042.000/0001-90

1 - O presente documento não constitui documento judicial e não produz efeitos jurídicos.

2 - Este documento não constitui documento judicial e não produz efeitos jurídicos.

3 - O presente documento não constitui documento judicial e não produz efeitos jurídicos.

Atenciosamente,

Juiz de Direito
Juiz de Direito
Juiz de Direito
Juiz de Direito

At: Juiz de Direito

Endereço: Avenida Recife, 6250; Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

JUCILEIDE MARTINS DE MELO BARBOSA

040.603.474-50

(JOSEFA DOS SANTOS MARTINS DE MELO / JULIO BASTO DE MELO)

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário: (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.EUPF.FSF1.RIPK.RA14.DK1K

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **JUCILEIDE MARTINS DE MELO**

Inscrição: **046622620841** Zona: 61 Seção: 133

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 30/05/1975 Domiciliada desde: 05/04/2000

Filiação: JOSEFA DOS SANTOS MARTINS DE MELO

JULIO BASTO DE MELO

Certidão emitida às 10:53 de 08/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda da nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **41GX.SCWG.W7GK.QA7Q**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **JUCILEIDE MARTINS DE MELO**

Inscrição: **046622620841** Zona: 61 Seção: 133

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 30/05/1975 Domiciliada desde: 05/04/2000

Filiação: JOSEFA DOS SANTOS MARTINS DE MELO
JULIO BASTO DE MELO

Certidão emitida às 13:49 de 08/06/2016

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

DRCD.UEES.AIID.WQKR



CARTÓRIO
ALGACYR BARROS

2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS

Tabelião

Thianny Araújo Bezerra Vieira de Barros

Jandir Araújo Bezerra Vieira de Barros

José Pereira de Barros Neto

Substitutos

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

CERTIDÃO

Protocolo No. 078/2016

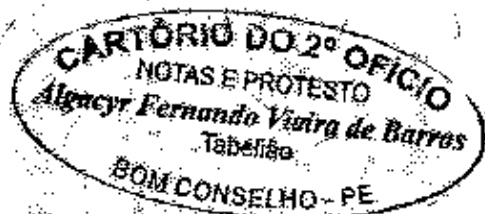
Data a solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a) Gilson Luís de Macedo, CI RG No. 4470951-SSP/PE, CPF/MF No. 862.704.194-68, que revendo os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO**, desta Serventia Extrajudicial ao seu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto, nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a) JUCILEIDE MARTINS DE MELO BARBOSA, inscrito(a) no CPF/MF No. 040.603.474-50. Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé **NADA MAIS**. Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente **SELO DIGITAL** 0074860/MUF04201603.00078. Consulte a autenticidade em www.tpe.jus.br/selodigital. Eu, **ADRIANA PAZ DA SILVA**, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade,

ADRIANA PAZ DA SILVA
- Escrevente Autorizada -

Adriana Paz da Silva
Escrevente - 2º Ofício
Bom Conselho - PE

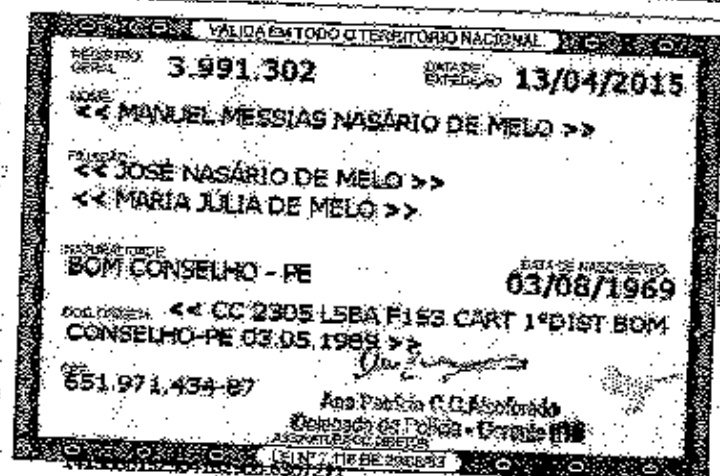


Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização

**MANUEL MESSIAS NASARIO
DE MELO**

**MANUEL MESSIAS NASARIO
DE MELO**

**MANUEL MESSIAS NASARIO
DE MELO**



ALGACYR BARROS

Atestando a presente cópia, conforme o documento original que me foi apresentado. Dou fé.

Bom Conselho - PE 07/04/2016 14:24:20

Escr. R. 3, 10 - 194 - 04 - 02 - FONE R. 0, 30 - Total 3,72

Selo: 00700011100000010000000000000000

Algacyr Fernando V. de Barros

Atestando a autenticidade em www.tabeliao.org

TABELIAO - 2º OFÍCIO

Bom Conselho - PE

ALGACYR BARROS

Atestando a presente cópia, conforme o documento original que me foi apresentado. Dou fé.

Bom Conselho - PE 07/04/2016 14:24:20

Escr. R. 3, 10 - 194 - 04 - 02 - FONE R. 0, 30 - Total 3,72

Selo: 00700011100000010000000000000000

Algacyr Fernando V. de Barros

Atestando a autenticidade em www.tabeliao.org

TABELIAO - 2º OFÍCIO

Bom Conselho - PE



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: *MANUEL MESSIAS NASÁRIO DE MELO*

Documento: *3991302*

Filiação: *JOSÉ NASÁRIO DE MELO*

MARIA JULIA DE MELO

Data de nascimento: *03/08/1969*

Detalhes

Período da pesquisa: *07/06/2011 até 07/06/2016*

Majoridade penal do requerente: *03/08/1987*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 07/06/2016 11:09

Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema

Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador de Bom Conselho



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 10h11min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021940/2016

Nº da Autenticidade: 40.8T.N4.7P.M7

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: manuel messias nasario de melo

Documento Identificação: 3991302 SDS/PE

CPF: 651.971.434-87

Nome do Pai: jose nasario de melo

Nome da Mãe: maria julia de melo

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Endereço Residencial: rua dos guararapes, 2018

Bairro: centro

Data da Emissão: 13/04/2015

Título de Eleitor:

Dt Nascimento: 03/08/1969

Compl: casa

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado no 1 Colégio Recursal e nas 2 Turmas da Primeira Câmara Regional de Caruaru, contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgão julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico; Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
 Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
 Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0478 e 3181-0470
 CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 10h08min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021939/2016

Nº da Autenticidade: 5T.11.LY.K7.91

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: manuel messias nasario de melo

Documento Identificação: 3991302 SDS/PE

CPF: 651.971.434-87

Data da Emissão: 13/04/2015

Título de Eleitor:

Nome do Pai: jose nasario de melo

Nome da Mãe: maria julia de melo

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 03/08/1969

Endereço Residencial: rua dos guararapes, 2018

Compl: casa

Bairro: centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado nas Seções A e B das 34 Varas Cíveis, nas 2 Varas dos Executivos Fiscais Municipais e Estaduais, nas Seções A e B das Varas de Execução de Título Extrajudicial, nas 12 Varas de Família e Registro Civil, nas 5 Varas de Sucessões e Registros Públicos, nas 8 Varas da Fazenda Pública, nas 2 Varas de Acidentes de Trabalho, todas da Capital, na Vara Única do Distrito do Anquipélago de Fernando de Noronha, nas 6 Varas Cíveis, nas 3 Varas da Fazenda Pública, nas 4 Varas de Família e Registro Civil, todas de Jaboatão dos Guararapes, na Vara da Fazenda Pública, nas 5 Varas Cíveis, todas do Cabo, nas 5 Varas Cíveis, nas Varas de Família e Registro Civil, na Vara de Sucessão e Registro Público, nas 4 Varas da Fazenda Pública, todas de Olinda, nas 5 Varas Cíveis, nas 2 Varas de Família e Registro Civil, nas 2 Varas de Fazenda Pública, todas de Caruaru, na Vara da Fazenda Pública, nas Varas de Família e Registro Civil, nas 3 Varas Cíveis, todas de Paulista, na Vara da Fazenda Pública, nas 2 Varas Cíveis, todas de Ipojuca, nas 2 Varas Cíveis de Igarassu, na Vara Única de Moreno, nas 3 Varas Cíveis de São Lourenço, nas 3 Varas Cíveis de Abreu e Lima, nas duas Varas da Comarca de Timbaúba, na Vara Única da Comarca de Itamaracá, na Vara Única da Comarca de Nazaré da Mata, Aliança, Buenos Aires, Condado, Ferreiros, Itambé, Itapissuma, Itaquitinga, Macaparana, São Vicente Ferrer, Tracunhaém, Vitória, nas 3 Varas Cíveis da Comarca de Carpina, nas duas Varas das Comarcas de Paudalho e de Limoeiro, nas 2 Varas Cíveis de Escada, nas 3 Varas Cíveis de Vitória de Santo Antão, nas Varas Únicas das Comarcas de Feira Nova, Glória do Goitá, Lagoa do Itaenga, Pombos, Barreiros e Ribeirão e de Primavera e em todos os Juizados Especiais Cíveis, AÇÃO CÍVEL OU EXECUÇÃO FISCAL protocolada(s) e que esteja(m) em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 42594452016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **MANUEL MESSIAS NASARIO DE MELO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **JOSE NASARIO DE MELO** e **MARIA JULIA DE MELO**, nascido(a) aos 03/08/1969, natural de BOM CONSELHO/PE, Documento de identificação 3991302 SDS/PE, CPF 651.971.434-87.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:59 de 10/06/2016





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aurélio
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Jôana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão:

08/06/2016 13h01min

Data de Validade: 07/07/2016

Nº da Certidão: 01551891/2016 Nº da Autenticidade: UB.T7.LX.HM.I2

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc).

Nome: MANUEL MESSIAS NASARIO DE MELO

Documento Identificação: 3991302 SSP/PE

CPF: 651.971.434-87

Data da Emissão: 13/04/2015

Título de Eleitor:

Nome do Pai: JOSÉ NASARIO DE MELO

Nome da Mãe: MARIA JULIA DE MELO

Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 03/06/1969

Endereço Residencial: RUA DOS GUARARAPES, 2018

Compl: CASA

Bairro: Centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Jurizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/03/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503463
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

MANUEL MESSIAS NASARIO DE MELO
CPF: 651.971.434-87

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 10:06:12

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503465
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

MANUEL MESSIAS NASARIO DE MELO
CPF: 651.971.434-87

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 10:06:25

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MANUEL MESSIAS NASARIO DE MELO

651.971.434-87

(MARIA JULIA DE MELO / JOSE NASARIO DE MELO)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ)
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, exceções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.QYJW.3NZR.UXQJ.B6C3.JX5L

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

JUSTIÇA ELEITORAL
81ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE RAUL DE ROLANDA CAVALCANTE, N. 112, CENTRO Telefone 87 377.14701

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res. TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: MANUEL MESSIAS NASARIO DE MELO
Inscrição: 280075320141- Zona: 61- Seção: 59
Município: 22418 - BOM CONSELHO - UF: PE
Data de nascimento: 03/08/1969 - Domiciliado desde: 30/04/2002
Filiação: MARIA JULIA DO ESPIRITO SANTO
JOSE NASARIO DE MELO

Em 8 de junho de 2016.

LÚCIA MARIA NASCIMENTO MIRANDA
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res. TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade, cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado, interdição por incapacidade civil absoluta, condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, condenação por improbidade administrativa, conscrição, e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO** CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **MANUEL MESSIAS NASARIO DE MELO**
Inscrição: **280075320141** Zona: 61 Seção: 59
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de Nascimento: 03/08/1969 Domiciliado desde: 30/04/2002
Filiação: MARIA JULIA DO ESPIRITO SANTO
JOSE NASARIO DE MELO

Certidão emitida às 14:55 de 10/06/2016

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **TAE4.FCYO.MPTR.ØSBM**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



CARTÓRIO
ALGACYR BARROS

2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS

Tabelião

Thaanny Araújo Bezerra Vieira de Barros

Jandir Araújo Bezerra Vieira de Barros

José Pereira de Barros Neto

Escritores

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

CERTIDÃO

Protocolo No. 078/2016

Data e solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a). Gilson Luís de Macedo, CI RG No. 4470951-SSP/PE, CPF/MF No. 862.704.194-68, que revendo os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO**, desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a). **MANUEL MESSIAS NASARIO DE MELO**, inscrito(a) no CPF/MF No. 651.971.434-87. Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. NADA MAIS. Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. **SELO DIGITAL** 0074864-LPD04201603.00079. Consulte a autenticidade em www.tpe.jus.br/selodigital. Eu, **ADRIANA PAZ DA SILVA**, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade,

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
NOTAS E PROTESTO
Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
BOM CONSELHO - PE

ADRIANA PAZ DA SILVA
Escrevente Autorizada

Adriana Paz da Silva
Escrevente Autorizada
Bom Conselho - PE

Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização

Estado de Pernambuco

ADILSON SOARES DE OLIVEIRA

ADILSON SOARES DE
OLIVEIRA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8400-4

PROIBIDO PLASIFICAR

ADILSON SOARES DE OLIVEIRA

6873-03252

CARTeira DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

23.653.756-8 08/MAR/2013

ADILSON SOARES DE OLIVEIRA

ADABERON DE OLIVEIRA

E MARIA DE LOURDES FERREIRA SOARES

S. PAULO - SP 20/JAN/1976

SÃO PAULO
TATUAPÉ
CN: LV. A173/FLS. 272 /N. 000529
190709919/29

Roberto de Oliveira
Roberto de Oliveira

LE Nº 7.116 DE 29/06/63

Certório Amaraí
P.O.S.

Rua Dr. Manoel de Sá, 15 - CEP: 05394-000 - São Carlos - SP
Fone/Fax: (31) 3711-3302 - E-mail: cartorioamaraí@cartorioamaraí.com.br
Cartório Amaraí - Tabelião e Oficial

Certório Amaraí
P.O.S.

Rua Dr. Manoel de Sá, 15 - CEP: 05394-000 - São Carlos - SP
Fone/Fax: (31) 3711-3302 - E-mail: cartorioamaraí@cartorioamaraí.com.br
Cartório Amaraí - Tabelião e Oficial





Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **ADILSON SOARES DE OLIVEIRA**

Documento: *190.709.918-28*

Filiação: **ADABERON DE OLIVEIRA**

MARIA DE LOURDES FERREIRA SOARES

Data de nascimento: *20/01/1976*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Majoridade penal do requerente: *20/01/1994*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível.

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 10:21


Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição da Interior - Distribuidor/Arquivista/Contador de Bom Conselho

Neli C. Lima Ferreira
Téc. Judiciário Distribuidor
Mat. 177458-8



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
 Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
 Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
 CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 10h49min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021942/2016

Nº da Autenticidade: J8.XA.37.T5.I7

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: adilson soares de oliveira

Documento Identificação: 236537568 SSP/SP

CPF: 190.709.918-29

Data da Emissão: 08/03/2013

Título de Eleitor:

Nome do Pai: adaberon de oliveira

Nome da Mãe: maria de lourdes ferreira soares

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 20/01/1976

Endereço Residencial: rua monteiro lobato, 185

Compl: casa

Bairro: centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado nas Seções A e B das 34 Varas Cíveis, nas 2 Varas dos Executivos Fiscais Municipais e Estaduais, nas Seções A e B das Varas de Execução de Título Extrajudicial, nas 12 Varas de Família e Registro Civil, nas 5 Varas de Sucessões e Registros Públicos, nas 8 Varas da Fazenda Pública, nas 2 Varas de Acidentes de Trabalho, todas da Capital, na Vara Única do Distrito do Arquipélago de Fernando de Noronha, nas 6 Varas Cíveis, nas 3 Varas da Fazenda Pública, nas 4 Varas de Família e Registro Civil, todas de Jaboatão dos Guararapes, na Vara da Fazenda Pública, nas 5 Varas Cíveis, todas do Cabo, nas 5 Varas Cíveis, nas Varas de Família e Registro Civil, na Vara de Sucessão e Registro Público, nas 4 Varas da Fazenda Pública, todas de Olinda, nas 5 Varas Cíveis, nas 2 Varas de Família e Registro Civil, nas 2 Varas de Fazenda Pública, todas de Caruaru, na Vara da Fazenda Pública, nas Varas de Família e Registro Civil, nas 3 Varas Cíveis, todas de Paulista, na Vara da Fazenda Pública, nas 2 Varas Cíveis, todas de Ipojuca, nas 2 Varas Cíveis de Igarassu, na Vara Única de Moreno, nas 3 Varas Cíveis de São Lourenço, nas 3 Varas Cíveis de Abreu e Lima, nas duas Varas da Comarca de Timbaúba, na Vara Única da Comarca de Itamaracá, na Vara Única da Comarca de Nazaré da Mata, Atiança, Buenos Aires, Condado, Ferreiros, Itambé, Itapissuma, Itaquitinga, Macaparana, São Vicente, Ferrer, Tracunhaém, Vitória, nas 3 Varas Cíveis da Comarca de Carpina, nas duas Varas das Comarcas de Paudalho e de Limoeiro, nas 2 Varas Cíveis de Escada, nas 3 Varas Cíveis de Vitória de Santo Antão, nas Varas Únicas das Comarcas de Feira Nova, Glória do Góitá, Lagoa do Itaenga, Pombos, Barreiros e Ribeirão e de Primavera e em todos os Juizados Especiais Cíveis, AÇÃO CÍVEL OU EXECUÇÃO FISCAL protocolada(s) e que esteja(m) em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
 Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
 Fones nº (081) 3181-0400 /FAXY 3181-0476 e 3181-0470
 CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL
 VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 10h21min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021943/2016

Nº da Autenticidade: CZ.1V.FI.OX.FQ

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)		
Nome: adilson soares de oliveira		
Documento Identificação: 236537568 SSP/SP		Data da Emissão: 21/09/2012
CPF: 190.709.918-29		Título de Eleitor:
Nome do Pai: adaberon de oliveira		
Nome da Mãe: maria de lourdes ferreira soares		
Estado Civil: Casado	Nacionalidade: Brasileira	Dt Nascimento: 21/01/1976
Endereço Residencial: rua monteiro lobato, 185		Compl: casa
Bairro: centro		Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado no 1 Colégio Recursal e nas 2 Turmas da Primeira Câmara Regional de Caruaru, contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/08/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **ADILSON SOARES DE OLIVEIRA**

Documento: *190.709.918-28*

Filiação: **ADABERON DE OLIVEIRA**

MARIA DE LOURDES FERREIRA SOARES

Data de nascimento: *20/01/1976*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Majoridade penal do requerente: *20/01/1994*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 10:21


Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador de Bom Conselho

Neli C. Lima Ferreira
1º Juiz de Direito
Mat. 17.558-8

Página 001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL
 SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
 Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
 Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
 CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL
 VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 07/06/2016 21h33min Data de Validade: 06/07/2016
 Nº da Certidão: 01551183/2016 Nº da Autenticidade: NT.ZU.IP.DS.HD

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: ADILSON SOARES DE OLIVEIRA	Data da Emissão: 21/09/2012
Documento Identificação: 3991302 SSP/PE	Título de Eleitor: 0184145908-17
CPF: 190.709.918-29	
Nome do Pai: ADABERON DE OLIVEIRA	
Nome da Mãe: MARIA DE LOURDES FERREIRA SOARES	
Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileira	
Endereço Residencial: RUA MONTEIRO LOBATO, 185	
Bairro: CENTRO	
	Dt Nascimento: 21/01/1976
	Compl: CASA
	Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 165, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Entrar / Validar Certidão Negativa, utilizando o número da autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503570
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

ADILSON SOARES DE OLIVEIRA
CPF: 190.709.918-29

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 10:16:49

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503568
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

ADILSON SOARES DE OLIVEIRA
CPF: 190.709.918-29

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

CVF: 150.7 kg, 24.6 cm, 23

Recife, 29/06/2016 10:16:14

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP-50.781-000, Recife/PE

Фоне: (81) 3213-6000

6. *Conclusions*

[illegible][illegible]

3. **Другие замечания:** _____

Figure 1

• • • • •

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971).

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Lichtenthaler (1987).

$\frac{1}{2} \times 10^{-3} \text{ mol/L}$

Table 1

Variable	Mean	SD	Range
Age	60.7	8.9	45-78
Gender			
Male	10		
Female	10		
Marital status			
Married	10		
Single	10		
Widowed	10		
Divorced	10		
Education level			
High school or less	10		
Bachelor's degree	10		
Master's degree	10		
PhD	10		
Occupation			
Professional	10		
Semi-professional	10		
Unemployed	10		
Retired	10		
Other	10		

Environ Biol Fish (2015) 98:1111–1121

References

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ADILSON SOARES DE OLIVEIRA

190.709.918-29

(MARIA DE LOURDES FERREIRA SOARES / ADEBERON DE OLIVEIRA)

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ)
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.866/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.RQ1X.87K5.V5FZ.ZKGT.JFE3

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

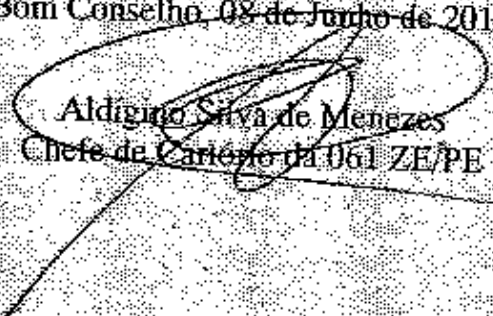

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
JULGO DA 061ª ZONA ELEITORAL - BOM CONSELHO - PE
Av. Tenente Raul de Holanda Cavalcante, 112 e 116, Centro
CEP 55.330-000 E-mail: ze061@trfe-pe.gov.br Fone/FAX: (87) 3771-4701

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que o Sr. ADILSON SOARES DE OLIVEIRA, filho(a) de Maria de Lourdes Ferreira Soares e Adaberon de Oliveira, nascido(a) em 20/01/1976, eleitor(a) inscrito(a) na 061ª Zona Eleitoral - Bom Conselho-PE, sob o nº 275055570141, vinculado(a) à seção 024ª, está quite com a Justiça Eleitoral e esta declaração é válida até o dia 07.11.2016.

O referido é verdade.

Bom Conselho, 08 de Junho de 2016.


Aldigino Silva de Menezes
Chefe de Cartório da 061 ZE/PE

JUSTIÇA ELEITORAL
61ª ZONA ELEITORAL DE BOM CONSELHO - PE
AVENIDA TENENTE PAUL DE HOLANDA CAVALCANTE, N. 112, CENTRO Telefone 87 37714701

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: ADILSON SOARES DE OLIVEIRA
Inscrição: 275055570141 Zona: 61 Seção: 24
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de nascimento: 20/01/1976 Domiciliado desde: 25/11/2003
Filiação: MARIA DE LOURDES FERREIRA SOARES
ADABERON DE OLIVEIRA

Em 8 de junho de 2016.


LÚCIA MARIA NASCIMENTO MIRANDA
AUXILIAR DE CARTÓRIO

República Federativa do Brasil



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
ALGACYR BARROS

2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS
Tabelião

Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros

Iandê Araújo Bezerra Vieira de Barros

José Perena de Barros Neto

Brasão

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO

Protocolo No. 078/2016

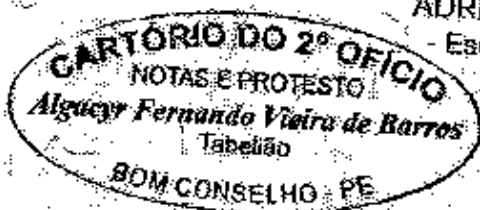
Data a solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA E DA FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a) Gilson Luis de Macedo, CI RG No 4470951-SSP/PE, CPF/MF No. 862.704.194-68, que revendo os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO**, desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a) **ADILSON SOARES DE OLIVEIRA**, inscrito(a) no CPF/MF No. 190.709.918-29, Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,65 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. **NADA MAIS**. Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. **SELO DIGITAL 0074824 RDX04201603.00084**. Consulte a autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital. Eu, **ADRIANA PAZ DA SILVA**, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade

ADRIANA PAZ DA SILVA
- Escrevente Autorizada -

Adriana Paz da Silva
Escrevente - 2º Ofício
Bom Conselho - PE



Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização

Estado de Pernambuco

**CARLOS ADELMAR
MONTEIRO DUARTE**

Carlos Adelmar
Monteiro Duarte

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO FAPRIS EPRU

PRIMEIRO

SEGUNDO

Carlos Adelman de A. Barros

CARTERA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RECORRER
GERAL

4.117.415

DATA DE EMISSÃO 19/10/2010

Nome << CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE >>

Alcance << JUIZ CLERIO DUARTE >>
<< EXPEDITA MONTEIRO DUARTE >>

SEGURAÇA
RECIFE - PE

DATA DE EXCERTE 23/02/1973

COO. COPIAR << CC 3842 L 8-B AUX F 223 CART SEDE
BOM CONSELHO-PE 21.07.2004 >>

CPF 849.989.794-20

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

ALGACYR BARROS

Atenção a presente cópia, conforme o documento

Original que se foi apresentado, por PE

Bom Conselho - PE 07/04/2014 14:28:20

Empl. PE 3,10, ITEM 38 0, 42, DATA 07/04/2014, Total 2,72

Selo: 0074864.F0005201001.00439

Agenciado Fernando V. de Barros

TABELA - 2º OFICIA

Bom Conselho - PE

Consulte a autenticidade em www.fcp.jus.br

ALGACYR BARROS

Atenção a presente cópia, conforme o documento

Original que se foi apresentado, por PE

Bom Conselho - PE 07/04/2014 14:28:20

Empl. PE 3,10, ITEM 38 0, 42, DATA 07/04/2014, Total 2,72

Selo: 0074864.F0005201001.00439

Agenciado Fernando V. de Barros

TABELA - 2º OFICIA

Consulte a autenticidade em www.fcp.jus.br



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **CARLOS ADELMO MONTEIRO DUARTE**

Documento: *848.988.794-20*

Filiação: *LUIZ CLERIO DUARTE*

EXPEDITA MONTEIRO DUARTE

Data de nascimento: *23/02/1973*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Majoridade penal do requerente: *23/02/1991*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 10:16

[Assinatura]
Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema

[Assinatura]
Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuição da 1ª Vara Cível - Bom Conselho
Téc. Judiciário Distribuidor
Mat. 77558-8



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

29/06/2016

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 10h31min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021944/2016

Nº da Autenticidade: CN.F6.VA.PS.5K

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc)

Nome: carlos adelfmar monteiro duarte

Documento Identificação: 4117415 SDS/PE

CPF: 848.988.794-20

Data da Emissão: 19/10/2010

Título de Eleitor:

Nome do Pai: luiz clerio duarte

Nome da Mãe: expedita monteiro duarte

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 23/02/1973

Endereço Residencial: rua joaquim dias de melo, 01

Compl: casa

Bairro: centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado nas Seções A e B das 34 Varas Cíveis, nas 2 Varas dos Executivos Fiscais Municipais e Estaduais, nas Seções A e B das Varas de Execução de Título ExtraJudicial, nas 12 Varas de Família e Registro Civil, nas 5 Varas de Sucessões e Registros Públicos, nas 8 Varas da Fazenda Pública, nas 2 Varas de Acidentes de Trabalho, todas da Capital, na Vara Única do Distrito do Arquipélago de Fernando de Noronha, nas 6 Varas Cíveis, nas 3 Varas da Fazenda Pública, nas 4 Varas de Família e Registro Civil, todas de Jaboatão dos Guararapes, na Vara da Fazenda Pública, nas 5 Varas Cíveis, todas do Cabo, nas 5 Varas Cíveis, nas Varas de Família e Registro Civil, na Vara de Sucessão e Registro Público, nas 4 Varas da Fazenda Pública, todas de Olinda, nas 5 Varas Cíveis, nas 2 Varas de Família e Registro Civil, nas 2 Varas de Fazenda Pública, todas de Caruaru, na Vara da Fazenda Pública, nas Varas de Família e Registro Civil, nas 3 Varas Cíveis, todas de Paulista, na Vara da Fazenda Pública, nas 2 Varas Cíveis, todas de Ipojuca, nas 2 Varas Cíveis de Igarassu, na Vara Única de Moreno, nas 3 Varas Cíveis de São Lourenço, nas 3 Varas Cíveis de Abreu e Lima, nas duas Varas da Comarca de Timbaúba, na Vara Única da Comarca de Itamaracá, na Vara Única da Comarca de Nazaré da Mata, Aliança, Buenos Aires, Condado, Ferreiros, Itambé, Itapissuma, Itaquitinga, Macaparana, São Vicente Ferrer, Tracunhaém, Vicência, nas 3 Varas Cíveis da Comarca de Carpina, nas duas Varas das Comarcas de Paudalho e de Limoeiro, nas 2 Varas Cíveis de Escada, nas 3 Varas Cíveis de Vitória de Santo Antão, nas Varas Únicas das Comarcas de Feira Nova, Glória do Goitá, Lagoa do Itaenga, Pombos, Barreiros e Ribeirão e de Primavera e em todos os Juizados Especiais Cíveis, AÇÃO CÍVEL OU EXECUÇÃO FISCAL protocolada(s) e que esteja(m) em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações: A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tje.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 10h53min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021946/2016

Nº da Autenticidade: B1.GO.U4.84.TM

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: carlos ademar monteiro duarte

Documento Identificação: 4117415 SDS/PE

CPF: 848.988.794-20

Nome do Pai: luiz clério duarte

Nome da Mãe: expedita monteiro duarte

Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileira

Endereço Residencial: rua joaquim dias de melo, 01

Bairro: centro

Data da Emissão: 19/10/2010

Título de Eleitor:

Dt Nascimento: 23/02/1973

Compl: casa

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado no 1 Colégio Recursal e nas 2 Turmas da Primeira Câmara Regional de Caruaru, contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Cidade: *Bom Conselho*

Nome: **CARLOS ADELMO MONTEIRO DUARTE**

Documento: *848.988.794-20*

Filiação: *LUIZ CLERIO DUARTE*

EXPEDITA MONTEIRO DUARTE

Data de nascimento: *23/02/1973*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Maioridade penal do requerente: *23/02/1991*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 10:17


Neji Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Neji Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor Ap. Cade. Promotor de Bom Conselho

Neji Carlos de Lima Ferreira
Téc. Judiciário Distribuidor
Mat. 277558-8



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 42594582016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **LUIZ CLERIO DUARTE** e **EXPEDITA MONTEIRO DUARTE**, nascido(a) aos 23/02/1973, natural de BOM CONSELHO/PE, Documento de identificação 4117415 SDS/PE, CPF 848.988.794-20.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 0:12 de 11/06/2016



42594582016*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL
 SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aurélio
 Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
 Fones nº (081) 3181-0400 FAX 3181-0476 e 3181-0470
 CEP 50.080-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 13/06/2016 14h28min

Data da Validade: 12/07/2016

Nº da Certidão: 01555179/2016

Nº da Autenticidade: ZR.PU.QQ.TA.08

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE

Documento Identificação: 4117415 SDS/PE

CPF: 848.988.794-20

Data da Emissão: 19/10/2010

Título de Eleitor:

Nome do Pai: LUIZ CLERIO DUARTE

Nome da Mãe: EXPEDITA MONTEIRO DUARTE

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 23/02/1973

Endereço Residencial: RUA JOAQUIM DIAS DE MELO, 01

Compl: CASA

Bairro: CENTRO

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, Inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503645
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE
CPF: 848.988.794-20

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

C. P. 12/06/2016 14:12

Recife, 29/06/2016 10:28:28

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquirá, CEP 50.781-000, Recife/PE

fone: (81) 3213-6000

Site: www.jfpe.jus.br

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503647
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE

CPF: 848.988.794-20

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela Instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço: <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 10:28:57

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiã, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE

848.988.794-20

(EXPEDITA MONTEIRO DUARTE / LUIZ CLERIO DUARTE)

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.GTD.1TAIG7Y8.PG3Y.D1OL.L8F2

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE**
Inscrição: **040229910825** Zona: 61 Seção: 33
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de Nascimento: 23/02/1973 Domiciliado desde: 12/04/2010
Filiação: EXPEDITA MONTEIRO DUARTE
LUIZ CLERIO DUARTE

Certidão emitida às 13:52 de 08/06/2016

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **BGOQ.PANA.TJEA.POIZ**



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE**

Inscrição: **040229910825** Zona: 61 Seção: 33

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 23/02/1973 Domiciliado desde: 12/04/2010

Filiação: EXPEDITA MONTEIRO DUARTE

LUIZ CLERIO DUARTE

Certidão emitida às 10:56 de 08/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

C+HF.FDBC.TX13.SGLZ



CARTÓRIO
ALGACYR BARROS

2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS
Tabelião

Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros
Jandir Araújo Bezerra Vieira de Barros
José Pereira de Barros Neto

Secretários

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

CERTIDÃO

Protocolo No. 078/2016

Data de solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a) Gilson Luis de Macedo, CI RG No 4470951-SSP/PE - CPF/MF No. 862.704.194-68, que revendo os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO**, desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto, nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a) CARLOS ADELMAR MONTEIRO DUARTE, inscrito(a) no CPF/MF No. 848.988.794-20. Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. NADA MAIS. Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. **SELO DIGITAL** 0074864-BMC04201603.00081. Consulte a autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital. Eu, ADRIANA PAZ DA SILVA, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade,

ADRIANA PAZ DA SILVA
- Escrevente Autorizada -

Adriana Paz da Silva
Escrevente - 2º Ofício
Bom Conselho - PE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
NOTAS E PROTESTO
Algacyr Fernando Vieira de Barros
Tabelião
BOM CONSELHO - PE

Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização

Estado de Pernambuco

JOSÉ ALVES BARBOSA

ALGACYR BARROS
Atentado a presente ~~copias~~ conforme o documento
Original que se foi apresentada. Sou fe.
Bon Conselho - PE 10/04/2015 09:54:55
Enol. R\$ 3,10, FISC. R\$ 0,42, FISC. R\$ 0,30, Total 3,72
Selo: 0074864-2005201601-00057
Algacyr Fernando V. de Bar.
TABELÃO - 2º OFÍCIO

ALGACYR BARROS
Atentado a presente ~~copias~~ conforme o documento
Original que se foi apresentada. Sou fe.
Bon Conselho - PE 10/04/2015 09:54:55
Enol. R\$ 3,10, FISC. R\$ 0,42, FISC. R\$ 0,30, Total 3,72
Selo: 0074864-2005201601-00057
Algacyr Fernando V. de Bar.
TABELÃO - 2º OFÍCIO

ALGACYR BARROS
Atentado a presente ~~copias~~ conforme o documento
Original que se foi apresentada. Sou fe.
Bon Conselho - PE 10/04/2015 09:54:55
Enol. R\$ 3,10, FISC. R\$ 0,42, FISC. R\$ 0,30, Total 3,72
Selo: 0074864-2005201601-00057
Algacyr Fernando V. de Bar.
TABELÃO - 2º OFÍCIO

ALGACYR BARROS
Atentado a presente ~~copias~~ conforme o documento
Original que se foi apresentada. Sou fe.
Bon Conselho - PE 10/04/2015 09:54:55
Enol. R\$ 3,10, FISC. R\$ 0,42, FISC. R\$ 0,30, Total 3,72
Selo: 0074864-2005201601-00057
Algacyr Fernando V. de Bar.
TABELÃO - 2º OFÍCIO



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*
Nome: *JOSÉ ALVES BARROS*
Documento: *693.076.604-68*
Filiação: *ANTONIO BARBOSA DE ALMEIDA*
LEONILIA ALVES MARTINS
Data de nascimento: *18/11/1967*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*
Maioridade penal do requerente: *18/11/1985*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 10:46


Nelí Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Nelí Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor de Bom Conselho

Nelí Carlos de Lima Ferreira
Téc. Judiciário Distribuidor
Mat. 177558-8

Página 001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 11h06min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021949/2016

Nº da Autenticidade: 48.SV.70.VN.XJ

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: JOSE ALVES BARBOSA

Documento Identificação: 3817523 SSP/PE

CPF: 693.076.604-88

Data da Emissão: 08/03/1988

Título de Eleitor:

Nome do Pai: antonio alves barbosa

Nome da Mãe: Leonilia barbosa de almeida

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 18/11/1967

Endereço Residencial: rua frei damiao, 114

Compl: casa

Bairro: centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado no 1 Colégio Recursal e nas 2 Turmas da Primeira Câmara Regional de Caruaru, contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgão julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **JOSÉ ALVES BARROS**

Documento: *693.076.604-68*

Filiação: *ANTÔNIO BARBOSA DE ALMEIDA*
LEONILIA ALVES MARTINS

Data de nascimento: *18/11/1967*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Majoridade penal do requerente: *18/11/1985*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 10:47

Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema

Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuição/Avaliador/Contador de Bom Conselho

Página 001



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 42594672016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **JOSE ALVES BAROSSA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **ANTONIO BARBOSA DE ALMEIDA** e **LEONILIA ALVES MARTINS**, nascido(a) aos 18/11/1967, natural de **TEREZINHA/PE**, Documento de identificação 3817523 SSP/PE, CPF 693.076.604-68.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 0:24 de 11/06/2016



42594672016



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Roberto Azevedo
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Jôana Bazerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão:
10/06/2016 12h37min

Data de Validade: 09/07/2016

Nº da Certidão: 01553977/2016 Nº da Autenticidade: CL7N.OH.50.Y6

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc)		
Nome: JOSE ALVES BARBOSA		
Documento Identificação: 3817523 SSP/PE	Data da Emissão: 08/03/1988	
CPF: 693.076.604-68	Título de Eleitor: 0184145908-17	
Nome do Pai: ANTONIO ALVES BARBOSA		
Nome da Mãe: LEONILIA BARBOSA DE ALMEIDA		
Estado Civil: Casado	Nacionalidade: Brasileira	Id Nascimento: 18/11/1967
Endereço Residencial: RUA FREI DAMIÃO, 114	Compl: casa	
Bairro: CENTRO	Cidade: Bom Conselho/PE	

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/94 e dos artigos 76, § 6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Enviar / Verificar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503947
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

JOSE ALVES BARBOSA
CPF: 693.076.604-68

DA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 11:02:31

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE
Tele: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600503943
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

JOSE ALVES BARBOSA
CPF: 693.076.604-68

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 11:02:01

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **JOSE ALVES BARBOSA**

Inscrição: **018414590817** Zona: 61 Seção: 130

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 18/11/1967 Domiciliado desde: 05/04/2000

Filiação: **LEONILIA ALVES MARTINS**

ANTONIO BARBOSA DE ALMEIDA

Certidão emitida às 10:59 de 08/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

WK30.UBLR.FCTT.IWRJ

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **JOSE ALVES BARBOSA**
Inscrição: **018414590817** Zona: 61 Seção: 130
Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE
Data de Nascimento: 18/11/1967 Domiciliado desde: 05/04/2000
Filiação: LEONILIA ALVES MARTINS
ANTONIO BARBOSA DE ALMEIDA

Certidão emitida às 13:54 de 08/06/2016

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **IP9B.8H23.DL3E.SAKD**



CARTÓRIO
ALGACYR BARROS

2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS

Tabelião

Thaanny Araújo Bezerra Vieira de Barros

Jandir Araújo Bezerra Vieira de Barros

José Pereira de Barros Neto

Substituto

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc...

CERTIDÃO

Protocolo No. 078/2016

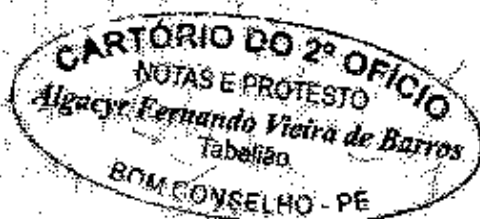
Data de solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a). Gilson Luis de Macedo, CI-RG No. 4470951-SSP/PE, CPF/MF No. 862.704.194-68, que -revendo os LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO, desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a). JOSE ALVES BARBOSA, inscrito(a) no CPF/MF No. 693.076.604-68, Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. NADA MAIS. Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. SELO DIGITAL 0074864CPAI04201603.00082. Consulte a autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital. Eu, ADRIANA PAZ DA SILVA, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade,

ADRIANA PAZ DA SILVA
Escrevente Autorizada -

Adriana Paz da Silva
Escrevente - 2º Ofício
Bom Conselho - PE



"Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização"

VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL QUALQUER AUTENTICAÇÃO ULTIMA EM VALORES DE 01/01/2016

Estado de Pernambuco

Jesuito Bernardo de Araujo



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Cíveis

Dados Pesquisados

Comarca: *Bom Conselho*

Nome: **JESUITO BERNARDO DE ARAÚJO**

Documento: *016.234.444-49*

Filiação: **CICERO BERNARDO DE ARAÚJO**

JULIA MARIA DE ARAÚJO

Data de nascimento: *15/01/1947*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Majoridade penal do requerente: *15/01/1965*

Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Cível

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 12:16


Neil Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Neil Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador/Contador do Bom Conselho

Neil C. Lima Ferreira
Téc. Judiciário Distribuidor
Mat. 177388-8

Página 001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 11h25min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021953/2016

Nº da Autenticidade: IN.A8.24.1T.01

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, identidade, etc)

Nome: jesuito bernardo de araujo

Documento Identificação: 202253 SSP/PE

CPF: 046.234.444-49

Data da Emissão: 30/09/1976

Título de Eleitor:

Nome do Pai: cicero bernardo de araujo

Nome da Mãe: julia maria de araujo

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 15/01/1947

Endereço Residencial:

rua amancio antonio do nascimento, 13

Compl: casa

Bairro: centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado nas Seções A e B das 34 Varas Cíveis, nas 2 Varas dos Executivos Fiscais Municipais e Estaduais, nas Seções A e B das Varas de Execução de Título Extrajudicial, nas 12 Varas de Família e Registro Civil, nas 5 Varas de Sucessões e Registros Públicos, nas 8 Varas da Fazenda Pública, nas 2 Varas de Acidentes de Trabalho, todas da Capital, na Vara Única do Distrito do Arquipélago de Fernando de Noronha, nas 6 Varas Cíveis, nas 3 Varas da Fazenda Pública, nas 4 Varas de Família e Registro Civil, todas de Jaboatão dos Guararapes, na Vara da Fazenda Pública, nas 5 Varas Cíveis, todas do Cabo, nas 5 Varas Cíveis, nas Varas de Família e Registro Civil, na Vara de Sucessão e Registro Público, nas 4 Varas da Fazenda Pública, todas de Olinda, nas 5 Varas Cíveis, nas 2 Varas de Família e Registro Civil, nas 2 Varas de Fazenda Pública, todas de Caruaru, na Vara da Fazenda Pública, nas Varas de Família e Registro Civil, nas 3 Varas Cíveis, todas de Paulista, na Vara da Fazenda Pública, nas 2 Varas Cíveis, todas de Ipojuca, nas 2 Varas Cíveis de Igarassu, na Vara Única de Moreno, nas 3 Varas Cíveis de São Lourenço, nas 3 Varas Cíveis de Abreu e Lima, nas duas Varas da Comarca de Timbaúba, na Vara Única da Comarca de Itamaracá, na Vara Única da Comarca de Nazaré da Mata, Aliança, Buenos Aires, Condado, Ferreiros, Itambé, Itapissuma, Itaquitinga, Macaparana, São Vicente Férrer, Tracunhaém, Vitória, nas 3 Varas Cíveis da Comarca de Carpina, nas duas Varas das Comarcas de Paudalho e de Limoeiro, nas 2 Varas Cíveis de Escada, nas 3 Varas Cíveis de Vitória de Santo Antão, nas Varas Únicas das Comarcas de Feira Nova, Glória do Góltá, Lagoa do Itaenga, Pombos, Barreiros e Ribeirão e de Primavera e em todos os Juizados Especiais Cíveis, AÇÃO CÍVEL OU EXECUÇÃO FISCAL protocolada(s) e que esteja(m) em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tje.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 11h27min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021954/2016

Nº da Autenticidade: U6.MN.VB.8J.WB

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: jesuito bernardo de araujo

Documento Identificação: 202253 SSP/PE

CPF: 046.234.444-49

Data da Emissão: 30/09/1976

Título de Eleitor:

Nome do Pai: cicero bernardo de araujo

Nome da Mãe: julia maria de araujo

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 15/01/1947

Endereço Residencial:

rua amancio antonio do nascimento, 13

Compl: casa

Bairro: centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado no I Colégio Recursal e nas 2 Turmas da Primeira Câmara Regional de Caruaru, contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgãos julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Pesquisa das Varas Criminais

Dados Pesquisados

Cemarca: *Bom Conselho*

Nome: **JESUITO BERNARDO DE ARAUJO**

Documento: *046.234.444-49*

Filiação: *CICERO BERNARDO DE ARAÚJO*

JULIA MARIA DE ARAÚJO

Data de nascimento: *15/01/1947*

Detalhes

Período da pesquisa: *08/06/2011 até 08/06/2016*

Maioridade penal do requerente: *15/01/1965*

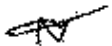
Dados Localizados

Processos

Nada consta no ofício de distribuição Criminal

Data/Hora da Pesquisa: Bom Conselho, 08/06/2016 12:16


Neli Carlos de Lima Ferreira
realizou a pesquisa no sistema


Neli Carlos de Lima Ferreira
Chefe Distribuição do Interior - Distribuidor/Avaliador

Neli C. Lima Ferreira
Téc. Judiciário / Distribuidor
Mat. 177558-8



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 42594762016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **JESUITO BERNARDO DE ARAUJO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **CICERO BERNARDÓ DE ARAUJO** e **JULIA MARIA DE ARAUJO**, nascido(a) aos 15/01/1947, natural de **PARAIBA/PB**, Documento de identificação 202253 SSP/PB, CPF 046.234.444-49.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dp.f.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 043 de 11/06/2016



42594762016



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aureliano

Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, Bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 08/06/2016 14h17min Data de Validade: 07/07/2016

Nº da Certidão: 01551998/2016 Nº da Autenticidade: HK.MG.XB.02.61

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: JESUITO BERNARDO DE ARAUJO

Documento Identificação: 202253 SSP/PE

CPF: 046.234.444-49

Nome do Pai: CICERO BERNARDO DE ARAUJO

Nome da Mãe: JULIA MARIA DE ARAUJO

Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileira

Endereço Residencial:

RUA AMANCIO ANTONIO DO NASCIMENTO, 13

Bairro: CENTRO

Data da Emissão: 30/09/1976

Título de Eleitor: 0409380908-33

Dt Nascimento: 15/01/1947

Compl: CASA

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600504145
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

JESUITO BERNARDO DE ARAUJO

CPF: 046.234.444-49

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 11:21:56

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE
Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600504135
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

JESUITO BERNARDO DE ARAUJO

CPF: 046.234.444-49

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 11:20:43

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição das ações criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

JESUITO BERNARDO DE ARAUJO

046.234.444-49

(JULIA MARIA DE ARAUJO / CICERO BERNARDO DE ARAUJO)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências cíveis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.20F4.I5ZE.KJ3C.J6WE.ODBY

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **JESUITO BERNARDO DE ARAUJO**
Inscrição: **040938090833** Zona: 92 Seção: 15
Município: 23477 - BREJÃO UF: PE
Data de Nascimento: 15/01/1947 Domiciliado desde: 12/05/1995
Filiação: JULIA MARIA DE ARAUJO
CICERO BERNARDO DE ARAUJO

Certidão emitida às 11:43 de 08/06/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **HAMF.FWJF./UAB.SDTN**



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: JESUITO BERNARDO DE ARAUJO

Inscrição: 040938090833

Zona: 92

Seção: 15

Município: 23477 - BREJÃO

UF: PE

Data de Nascimento: 15/01/1947

Domiciliado desde: 12/05/1995

Filiação: JULIA MARIA DE ARAUJO

CICERO BERNARDO DE ARAUJO

Certidão emitida às 11:06 de 08/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inexistência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

QQE6.JYFZ.XVXZ.L+/R

República Federativa do Brasil



CARTÓRIO
ALGACYR BARROS

2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS

Tabelião

Thianny Araújo Bezerra Vieira de Barros

Jandê Araújo Bezerra Vieira de Barros

João Pereira de Barros Neto

Substituto

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

CERTIDÃO

Protocolo No. 078/2016

Data a solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a) Gilson Luis de Macedo, CI RG No. 4470951-SSP/PE, CPF/MF No. 862.704.194-68, que revendo os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO** desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a) JESUITO BERNARDO DE ARAÚJO, inscrito(a) no CPF/MF No. 046.234.444-49. Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. NADA MAIS. Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. **SELO DIGITAL** 0074854-QXK04201603.00086. Consulte a autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital. Eu, **ADRIANA PAZ DA SILVA**, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade

ADRIANA PAZ DA SILVA

- Escrevente Autorizada -

Adriana Paz da Silva
Escrevente - 2º Ofício
Bom Conselho - PE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
NOTAS E PROTESTO

Algacyr Fernando Vieira de Barros

Tabelião

BOM CONSELHO - PE

"Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização"

VALIDO EM TODOS OS PROTESTOS NACIONAIS, CANCELAR A ULTIMA FOLHA EM CADA LIVRO, EXCEPTO DOCUMENTO

Estado de Pernambuco

EMERSON MARINHO DE AZEVEDO

AIGACYR BARROS

Autenticar a presente cópia, conforme o documento
Original que se foi apresentado. Deu fé.
Rosa Cordeiro - PE 3.10, 0.7208, 1.57259
Empl. R# 3.10, T9# R# 0.42, FER. R# 0.11, Total 3,72
Selos: 0074654.NLDS201001.00585

Jandir Araújo B. V. de Barros
Substituto do Interligado
2º Ofício - Bom Conselho



**PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS**

ESTADO DE ALAGOAS

**PODER JUDICIÁRIO
FÓRUM DA COMARCA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SETOR DE DISTRIBUIÇÃO**

Rua Deputado Jota Duarte, 23, Juca Sampaio
Telefone: (082) 421-4511 / (82)-3421-4527

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo em meu Cartório, no Sistema de Automação do Judiciário - SAJ, onde são cadastradas e distribuídas as Ações:

CÍVEL E CRIMINAL

que correm por esta Comarca em todo o período que vai do dia 13 do mês de **JUNHO** do ano de 2009 até a data que consta abaixo, **NADA ENCONTREI** em que figurasse como Réu(é), Requerido(a) ou Acusado(a) a pessoa a seguir relacionada

EMERSON MARINHO DE AZEVEDO inscrito(a) no CPF 267.418.224-53
RG: 269552 SSP/AL, FILIAÇÃO, EUCLIDES MARINHO DE AZEVEDO E
MAGALY GOME LYRA, Domiciliado RUA MONSENHOR MARQUES,
Nº56, CENTRO - BOM CONSELHO/PE.

O Referido é verdade, dou fé. Dado e passado nesta Comarca de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

VÁLIDO POR 30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE EXPEDIÇÃO.

Palmeira dos Índios, 13 de JUNHO de 2016.

Adriano Crateús Azevedo
Auxiliar Técnico / SETOR DE DISTRIBUIÇÃO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Auraliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0478 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 11h34min

Data da Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021957/2016

Nº da Autenticidade: PH.ZB.3T.HY.IR

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: EMERSON MARINHO DE AZEVEDO

Documento Identificação: 269552 SSP/AL

CPF: 267.418.224-53

Nome do Pai: euclydes marinho de azevedo

Nome da Mãe: magaly gome lyra

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Data da Emissão: 26/11/2015

Título de Eleitor:

Dt Nascimento: 21/08/1961

Endereço Residencial: rua monsenhor marques, 56

Compl: casa

Bairro: centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado nas Seções A e B das 34 Varas Cíveis, nas 2 Varas dos Executivos Fiscais Municipais e Estaduais, nas Seções A e B das Varas de Execução de Título ExtraJudicial, nas 12 Varas de Família e Registro Civil, nas 5 Varas de Sucessões e Registros Públicos, nas 8 Varas da Fazenda Pública, nas 2 Varas de Acidentes de Trabalho, todas da Capital, na Vara Única do Distrito do Arquipélago de Fernando de Noronha, nas 6 Varas Cíveis, nas 3 Varas da Fazenda Pública, nas 4 Varas de Família e Registro Civil, todas de Jaboatão dos Guararapes, na Vara da Fazenda Pública, nas 5 Varas Cíveis, todas do Cabo, nas 5 Varas Cíveis, nas Varas de Família e Registro Civil, na Vara de Sucessão e Registro Público, nas 4 Varas da Fazenda Pública, todas de Olinda, nas 5 Varas Cíveis, nas 2 Varas de Família e Registro Civil, nas 2 Varas de Fazenda Pública, todas de Caruaru, na Vara da Fazenda Pública, nas Varas de Família e Registro Civil, nas 3 Varas Cíveis, todas de Paulista, na Vara da Fazenda Pública, nas 2 Varas Cíveis, todas de Ipojuca, nas 2 Varas Cíveis de Igarassu, na Vara Única de Moreno, nas 3 Varas Cíveis de São Lourenço, nas 3 Varas Cíveis de Abreu e Lima, nas duas Varas da Comarca de Timbaúba, na Vara Única da Comarca de Iamaracá, na Vara Única da Comarca de Nazaré da Mata, Aliança, Buenos Aires, Condado, Ferreiros, Itambé, Itapissuma, Itaquitinga, Macaparana, São Vicente Férrer, Tracunhaém, Vicência, nas 3 Varas Cíveis da Comarca de Carpina, nas duas Varas das Comarcas de Paudalho e de Limoeiro, nas 2 Varas Cíveis de Escada, nas 3 Varas Cíveis de Vitória de Santo Antão, nas Varas Únicas das Comarcas de Feira Nova, Glória do Goitá, Lagoa do Itaenga, Pombos, Barreiros e Ribeirão e de Primavera e em todos os Juizados Especiais Cíveis, AÇÃO CÍVEL OU EXECUÇÃO FISCAL protocolada(s) e que esteja(m) em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgão julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CÍVEL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 29/06/2016 11h36min

Data de Validade: 29/07/2016

Nº da Certidão: 021958/2016

Nº da Autenticidade: FR.1P.E0.U3.0Z

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: EMERSON MARINHO DE AZEVEDO

Documento Identificação: 269552 SSP/AL

CPF: 267.418.224-53

Data da Emissão: 26/11/2015

Título de Eleitor:

Nome do Pai: euclydes marinho de azevedo

Nome da Mãe: magaly gome lyra

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Dt Nascimento: 21/08/1961

Endereço Residencial: rua monsenhor marques, 56

Compl: casa

Bairro: centro

Cidade: Bom Conselho/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do Sistema Processo Judicial Eletrônico implantado no 1 Colégio Recursal e nas 2 Turmas da Primeira Câmara Regional de Caruaru, contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014.

Esta certidão NÃO abrange os processos cíveis distribuídos antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico nos órgão julgadores acima mencionados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco www.tjpe.jus.br - no menu - PJe-Processo Judicial Eletrônico, Certidão, Cíveis - PJe, Validar Certidão, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 42594652016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **EMERSON ARINHO DE AZEVEDO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **EUCLYDES MARINHO DE AZEVEDO** e **MAGALY GOMES LYRA**, nascido(a) aos 21/08/1961, natural de MACEIO/AL, Documento de identificação 269552 SSP/AL, CPF 267.418.224-53.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 003/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 021 de 11/06/2016





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 - Térreo - Ala Oeste, Bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 10/06/2016 16h28min Data de Validade: 09/07/2016
Nº da Certidão: 01554275/2016 Nº da Autenticidade: 1B.HR.FB.B1.DD

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e a autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc).	
Nome: EMERSON MARINHO DE AZEVEDO	
Documento Identificação: 269552 SSP/AL	Data da Emissão: 26/11/2015
CPF: 267.418.224-53	Título de Eleitor: 0387069017-32
Nome do Pai: EUCLYDES MARINHO DE AZEVEDO	
Nome da Mãe: MAGALY GOMES LYRA	
Estado Civil: Casado	Nacionalidade: Brasileira
Endereço Residencial: Rua Monsenhor Marques, 58	Dt Nascimento: 21/08/1951
Bairro: centro	Compl: casa
Cidade: Bom Conselho/PE	

Certifico que **NADA CONSTA** nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, **AÇÃO PENAL**, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600504251
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

EMERSON MARINHO DE AZEVEDO

CPF: 267.418.224-53

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 11:33:35

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201600504257
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

EMERSON MARINHO DE AZEVEDO
CPF: 267.418.224-53

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 29/06/2016 11:33:46

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/06/2016, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

EMERSON MARINHO DE AZEVEDO

267.418.224-53

(MAGALY GOME DA SILVA / EUCLYDES MARINHO DE AZEVEDO)

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNU).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/06/2016

Data da última atualização do banco de dados: 12/06/2016

Selo digital de segurança: 2016.CTD.H3D0.U37Z.0I96.UEP1.YTM3

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **EMERSON MARINHO DE AZEVEDO**

Inscrição: **038706901732**

Zona: 3

Seção: 375

Município: 27855 - MACEIÓ

UF: AL

Data de Nascimento: 21/08/1961

Domiciliado desde: 03/05/2010

Filiação: MAGALY GOMES LYRA

EUCLYDES MARINHO DE AZEVEDO

Certidão emitida às 16:18 de 10/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da incoerência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

T/J/IDTRH.LMDN.R2F3

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **EMERSON MARINHO DE AZEVEDO**
Inscrição: **038706901732** Zona: 3 Seção: 375
Município: 27855 - MACEIÓ UF: AL
Data de Nascimento: 21/08/1961 Domiciliado desde: 03/05/2010
Filiação: **MAGALY GOMES LYRA**
EUCLYDES MARINHO DE AZEVEDO

Certidão emitida às 16:13 de 10/06/2016

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **+ /EE.ZLQR.63UA.T4WN**



CARTÓRIO
ALGACYR BARROS

2º Ofício - Bom Conselho/PE

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS

Tabelião

Thuanny Araújo Bezerra Vieira de Barros

Jandê Araújo Bezerra Vieira de Barros

José Pereira de Barros Neto

Substitutos

ALGACYR FERNANDO VIEIRA DE BARROS, 2º Tabelião Público e Oficial Privativo do Protesto do Município e Comarca de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, em virtude da Lei, etc.

CERTIDÃO

Protocolo No. 078/2016

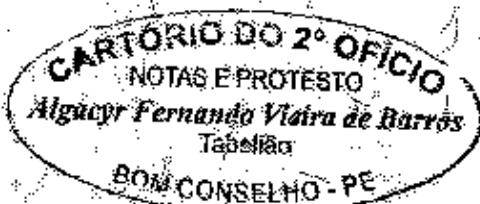
Data de solicitação: 07/06/2016

CERTIFICA e DÁ FÉ, a requerimento escrito do(a) Sr(a). Gilson Luis de Macedo, CI RG No. 4470951-SSPI/PE, CPF/MF No. 862.704.194-68, que revendo os **LIVROS DE INSTRUMENTO DE PROTESTO**, desta Serventia Extrajudicial ao meu cargo, verificou a inexistência de instrumentos de protesto, nos últimos 05 (cinco) anos, tendo como devedor(a)/sacado(a) o(a) Sr(a). **EMERSON MARINHO DE AZEVEDO**, inscrito(a) no CPF/MF No. 267.418.224-53. Lei No. 11.404/96 - Tabela de Custas - Emolumentos R\$ 7,65 - TSNR R\$ 1,70 - FERC R\$ 0,85 - Total R\$ 10,20. O referido é verdade e dou fé. NADA MAIS. Bom Conselho/PE, 08 de Junho de 2016. Válido somente com selo de autenticidade e fiscalização emitido digitalmente. **SELO DIGITAL** 0074864-KQE04201603.00080. Consulte a autenticidade em www.tipejus.br/selodigital. Eu, **ADRIANA PAZ DA SILVA**, Escrevente Autorizada, digitei, conferi e a subscrevi.

Em testemunho da verdade,

ADRIANA PAZ DA SILVA
- Escrevente Autorizada -

Adriana Paz da Silva
Escrevente - 2º Ofício
Bom Conselho - PE



"Válido somente com selo digital de autenticidade e fiscalização"

Estado de Pernambuco

**Sistemas
Interativos** **Menu Principal** ▾SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Perfil das Empresas

**Tipo de
comparação:** ☐ Exata ☐ Iniciando com ☒ Contendo **Nome da
Entidade:** **CNPJ/CPF da
Entidade:**

Resultado da Pesquisa

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados![Para maiores informações clique no botão ajuda.](#)

Voltar

Confirmar

Ajuda



Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Técnicos »» **Plano Básico** | menu ajuda

Tela Inicial

Resultado da Consulta

Plano Básico - FM

Bom Conselho/PE

Canal	Classe	Entidade	Localidade	Fase	Situação
275	C	RADIO BOM CONSELHO LTDA		2	H
291 E	C			0	

Usuário: - Data: **11/01/2017** Hora: **09:24:55**

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

NOTA TÉCNICA Nº 656/2017/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.043064/2012-11**

Assunto: **Assinatura do Contrato de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de instrução para assinatura de contrato da outorga deferida à FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho/PE, por meio do canal 291E, de acordo com o Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, não tendo sido localizado qualquer recurso relativo à outorga até a presente data, em trâmite neste Ministério.

ANÁLISE

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, por meio da Nota Técnica nº 16781/2015/SEI-MC ocorreu o deferimento de solicitação de Aprovação do Local de Instalação da Estação e de Utilização dos Equipamentos, estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.

3. Após publicação da aprovação do local, a entidade interessada foi instada a apresentar a complementação da documentação adequada à correta instrução do feito, com vistas à formalização da correspondente outorga, mediante a assinatura do Contrato de Permissão com a União, em conformidade com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12/07/2012 e Parecer nº 0191/2013/CGCE/CONJUR-MC/AGU da Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Em resposta, a interessada apresentou os seguintes documentos:

DOCUMENTO	OBSERVAÇÃO
1. Atos constitutivos, acompanhado de Certidão de Inteiro Teor, bem como Ata relativa à eleição de sua atual diretoria, devidamente registrada no órgão competente;	53900.040599/2016-11
2. Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do dirigente que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso);	53900.040599/2016-11
3. Instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso;	53900.040599/2016-11
4. Indicação do dirigente responsável pela assinatura do Contrato de Permissão, e do correspondente endereço com telefone/fax/e-mail, para emissão de correspondência;	53900.040599/2016-11
5. Espelhos/Certidão de Objeto e Pé, atinentes à pesquisa realizada nos sites dos Tribunais, em nome da entidade/CNPJ e seus dirigentes/CPF, com vistas à aferição quanto à idoneidade moral;	53900.040599/2016-11
6. Assentimento Prévio (localidade de execução do serviço em área de fronteira);	-
7. Limites do Decreto-Lei nº 236/67, relativos à entidade e dirigentes;	1613025
8. Espelho SRD do Plano Básico sobre a disponibilidade do canal;	1613051
9. Comprovante definitivo do CNPJ.	53900.040599/2016-11

5. Conforme se verifica do quadro acima descrito (item 5), não foi constatada a existência de ações em nome da fundação e nem de seus dirigentes. Entendemos, com isso, não haver óbice ao prosseguimento do feito, com vistas à assinatura do Contrato de Permissão, objeto dos autos.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com a minuta de contrato de outorga,

bem como com as minutas de Portaria de Consolidação, Exposição de Motivos e Portaria Ministerial que seguem ao final desta Nota Técnica, para que:

- a. se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo e do citado instrumento contratual, com vistas à sua celebração;
- b. após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para despacho com o Senhor Ministro.

À consideração superior.

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E
A FUNDACAO BOM CONSELHO -
FBC, PARA EXECUTAR O SERVIÇO
DE RADIODIFUSÃO SONORA EM
FREQUÊNCIA MODULADA, COM
FINS EXCLUSIVAMENTE
EDUCATIVOS, NA LOCALIDADE DE
BOM CONSELHO/PE.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano
dois mil e _____, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado da Ciência,
Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e a Fundacao Bom
Conselho - Fbc, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, representada pelo seu Procurador,
Sr. Antero Graciano de Carvalho Melo Júnior, OAB/PE nº 32.875, CPF/MF nº
074.515.874-95, assinam o presente Contrato de Permissão, decorrente da
permissão outorgada à supramencionada entidade de acordo com o Despacho de
Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15
de maio de 2015, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência
Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho/PE,
regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis
subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Fundacao Bom Conselho - Fbc o
direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Bom Conselho/PE, o
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins
exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e
subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10
(dez) anos e entrará em vigor a partir do Decreto Legislativo.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo
de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) após a obtenção de autorização de uso de radiofrequência junto à Agência
Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a entidade outorgada fica autorizada
a funcionar em caráter provisório até a emissão da licença definitiva de
funcionamento;
- c) a estação deverá entrar em funcionamento no prazo de doze meses
contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos
transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva
no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional
competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização
expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a
admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme
estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de
Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

g) solicitar prévia aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;

h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

i) solicitar prévia autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir a outorga;

j) observar as normas fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para execução do serviço;

k) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

l) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

m) facilitar a fiscalização, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

n) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

o) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

Cláusula 4ª. Na organização da programação, a entidade deverá:

a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;

e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

k) manter em dia os registros da programação;

l) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 6ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a entidade autorizada atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 7ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 8ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras executantes de serviços de radiodifusão.

Cláusula 9ª. A permissionária autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 10ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 11ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.

Cláusula 12ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga de autorização pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato automaticamente rescindido.

Cláusula 13ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 14ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 15ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratada.

Cláusula 16ª. A eficácia do presente Contrato está condicionada à publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de sua ratificação pelo Congresso Nacional.

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações

Testemunha _____ CPF: _____

Testemunha _____ CPF: _____

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043064/2012-11, resolve:

Art. 1º Consolidar os dados da outorga da permissão do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, que terá as seguintes características:.

I - a execução do serviço será realizada pela FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, conforme Despacho que adjudicou a referida outorga, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015;

II - o local de instalação da estação da emissora e a utilização de seus equipamentos foram aprovados, por meio da Nota Técnica nº 16781/2015/SEI-MC; e

III - as principais obrigações a serem cumpridas pela concessionária são objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º A eficácia da presente Portaria está condicionada à publicação do Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043064/2012-11, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundacao Bom Conselho - Fbc, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações

assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº / /MC

Brasília, de de 201_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.043064/2012-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Bom Conselho - Fbc, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO À EM Nº __/MC, DE __ DE ____ DE 2017

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento do processo para publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato

proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Assinatura de contrato de permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Bom Conselho, no estado de Pernambuco: viabilidade jurídica. Considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices concernentes à celebração do contrato, conclui-se que o processo está apto a ser submetido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 20/04/2017, às 11:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 02/05/2017, às 11:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 13/06/2017, às 20:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 18/07/2017, às 11:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1613013** e o código CRC **0310C4F8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

SEI nº 1613013



REQUERIMENTO – VISTA, CÓPIA E CERTIDÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.

() Vista (X) Cópia integral () Cópia fls. ____ / ____ () Certidão () Cópia de Portaria / Parecer / Nota Técnica / Despacho / Outro.

Se Certidão/Portaria/Parecer/Nota Técnica/Despacho/Outro. Identificar:

Processo nº **53000.043064/2012-11**

Tipo de Processo: () Outorga (X) Pós-Outorga () Acompanhamento e Avaliação.

Serviço: () Rádio Comunitária () Rádio/TV Educativa (X) Rádio/TV Comercial () RTV () SARC

Entidade: **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO.**

CNPJ nº **07.131.366/0001-49**

Interessado (a): ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, OAB/PE 32.875-D, CPF nº 074.515.874-95, RG nº 7566020 SDS/PE, Fone: (81) 3421-7541 / (81) 99600-4222 E-mail: antero@portozero.com.br, Endereço: Rua Monsenhor Júlio Maria, nº 105 – Madalena – Recife/PE – CEP: 50720-090.

() Procurador (X) Advogado () Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto;
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc.), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

RECIFE, 17 de abril de 2017 de 2017.

Município/dia/mês/ano


Assinatura

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 09220771

UNO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS PISN LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.385/94)



ASSINATURA DO TITULAR
Antero Graciano de Carvalho Meo Junior



OBSERVAÇÕES



 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DE PERNAMBUCO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JUNIOR

FILIAÇÃO
ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO
JURANEIDE PEREIRA DOS SANTOS MELO

NATURALIDADE
RECIFE-PE

DATA DE NASCIMENTO
09/10/1989

RG
7.588.020 - 808/PE

CPF
074.516.874-05

DESCRIÇÃO DE EXERCÍCIO E TÍTULO
BIV

VIA
01 05/08/2012


HENRIQUE NEVES VIANA
PRESIDENTE

inscrição:
32875

Data de Envio:

19/04/2017 10:26:03

De:

MCTIC/Espaço do Radiodifusor - ATP-SCE <espacodoradiodifusor@mctic.gov.br>

Para:

antero@portozero.com.br

Assunto:

Espaço do Radiodifusor

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: Processo nº 01250.022387/2017-22

Informo que seu pedido de atendimento eletrônico/presencial foi recebido com sucesso.

Informações adicionais serão enviadas assim que disponíveis.

Atenciosamente,

Espaço do Radiodifusor

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de solicitação de atendimento eletrônico ou presencial deverá ser feito exclusivamente via peticionamento eletrônico. [<http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>]

O interessado pode, a qualquer momento, acompanhar a tramitação do seu processo. [<http://sei.mc.gov.br/consulta.html>]

O modelo do requerimento está disponível no sítio do Ministério. [<http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/atendimento-ao-radiodifusor>]

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério. [<http://www.mc.gov.br/sei>]

Data de Envio:

19/04/2017 10:40:54

De:

MCTIC/DEAA_GAB (SEI-MC) <deaa_gab.sei@mctic.gov.br>

Para:

rubens.reis@mctic.gov.br
jordana.azeredo@mctic.gov.br

Assunto:

vista eletrônica (53000.043064/2012-11)

Mensagem:

Prezadas

Solicitamos verificar a possibilidade de conceder vista eletrônica ao interessado, conforme requerimento em anexo.

Prazo para retorno desta informação até: 20/04/2017.

Att.

GAB/DEAA

Anexos:

Peticao_1816671_Fundacao_Bom_Conselho__53000.043064_2012_11.pdf



REQUERIMENTO – VISTA, CÓPIA E CERTIDÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.

() Vista (X) Cópia integral () Cópia fls. ____/____ () Certidão () Cópia de Portaria / Parecer / Nota Técnica / Despacho / Outro.

Se Certidão/Portaria/Parecer/Nota Técnica/Despacho/Outro. Identificar:

Processo nº **53000.043064/2012-11**

Tipo de Processo: () Outorga (X) Pós-Outorga () Acompanhamento e Avaliação.

Serviço: () Rádio Comunitária () Rádio/TV Educativa (X) Rádio/TV Comercial () RTV () SARC

Entidade: **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**

CNPJ nº **07.131.366/0001-49**

Interessado (a): **ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, OAB/PE 32.875-D, CPF nº 074.515.874-95, RG nº 7566020 SDS/PE, Fone: (81) 3421-7541 / (81) 99600-4222 E-mail: antero@portozero.com.br, Endereço: Rua Monsenhor Júlio Maria, nº 105 – Madalena – Recife/PE – CEP: 50720-090.

() Procurador (X) Advogado () Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto;
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc.), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

RECIFE, 16 de Maio de 2017 .

Município/dia/mês/ano


Assinatura

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 09220771

UNO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS PISN LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.385/94)



ASSINATURA DO TITULAR
Antero Graciano de Carvalho Meo Junior



OBSERVAÇÕES



 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DE PERNAMBUCO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JUNIOR

FILIAÇÃO
ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO
JURANEIDE PEREIRA DOS SANTOS MELO

NATURALIDADE
RECIFE-PE

DATA DE NASCIMENTO
09/10/1989

CPF
074.516.874-05

RG
7.588.020 - SDSP/PE

DATA DE EXAMEN E TITULACAO
01/05/2012

SEM
Henrique Neves Variano
HENRIQUE NEVES VARIANO
PRESIDENTE

Inscrição:
32875

Data de Envio:

17/05/2017 10:46:11

De:

MCTIC/Espaço do Radiodifusor - ATP-SCE <espacodoradiodifusor@mctic.gov.br>

Para:

jefferson@marcilioferreira.adv.br

Assunto:

Espaço do Radiodifusor

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: Processo nº 01250.028387/2017-36

Informo que seu pedido de atendimento eletrônico/presencial foi recebido com sucesso.

Informações adicionais serão enviadas assim que disponíveis.

Atenciosamente,

Espaço do Radiodifusor

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de solicitação de atendimento eletrônico ou presencial deverá ser feito exclusivamente via peticionamento eletrônico. [<http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>]

O interessado pode, a qualquer momento, acompanhar a tramitação do seu processo. [<http://sei.mc.gov.br/consulta.html>]

O modelo do requerimento está disponível no sítio do Ministério. [<http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/atendimento-ao-radiodifusor>]

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério. [<http://www.mc.gov.br/sei>]

Data de Envio:

17/05/2017 10:57:44

De:

MCTIC/DEAA_GAB (SEI-MC) <deaa_gab.sei@mctic.gov.br>

Para:

rubens.reis@mctic.gov.br
jordana.azeredo@mctic.gov.br

Assunto:

vista eletrônica/cópia (53000.043064/2012-11)

Mensagem:

Prezadas

Solicitamos verificar a possibilidade de conceder vista eletrônica ao interessado, conforme requerimento em anexo.

Prazo para retorno desta informação até: 19/05/2017.

Att.

GAB/DEAA

Anexos:

Peticao_1885122_FUNDACAO_BOM_CONSELHO__53000.0430642012_11.pdf



REQUERIMENTO – VISTA, CÓPIA E CERTIDÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.

() Vista (X) Cópia integral () Cópia fls. ____/____ () Certidão () Cópia de Portaria / Parecer / Nota Técnica / Despacho / Outro.

Se Certidão/Portaria/Parecer/Nota Técnica/Despacho/Outro. Identificar:

Processo nº **53000.043064/2012-11**

Tipo de Processo: () Outorga (X) Pós-Outorga () Acompanhamento e Avaliação.

Serviço: () Rádio Comunitária () Rádio/TV Educativa (X) Rádio/TV Comercial () RTV () SARC

Entidade: **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO**

CNPJ nº **07.131.366/0001-49**

Interessado (a): **ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, OAB/PE 32.875-D, CPF nº 074.515.874-95, RG nº 7566020 SDS/PE, Fone: (81) 3421-7541 / (81) 99600-4222 E-mail: antero@portozero.com.br, Endereço: Rua Monsenhor Júlio Maria, nº 105 – Madalena – Recife/PE – CEP: 50720-090.

() Procurador (X) Advogado () Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto;
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc.), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

RECIFE, 16 de Maio de 2017.

Município/dia/mês/ano


Assinatura

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 09220771

UNO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS PISN LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.385/94)



ASSINATURA DO TITULAR
Antero Graciano de Carvalho Meo Junior



OBSERVAÇÕES



 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DE PERNAMBUCO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JUNIOR

FILIAÇÃO
ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO
JURANEIDE PEREIRA DOS SANTOS MELO

NATURALIDADE
RECIFE-PE

DATA DE NASCIMENTO
09/10/1989

CPF
074.516.874-05

RG
7.588.020 - SDSP/PE

DATA DE EXAMEN E TITULACAO
01/05/2012

ENDEREÇO
BIM

Henrique Neves Variato
HENRIQUE NEVES VARIATO
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO
32875

Data de Envio:

17/05/2017 10:48:43

De:

MCTIC/Espaço do Radiodifusor - ATP-SCE <espacodoradiodifusor@mctic.gov.br>

Para:

antero@portozero.com.br

Assunto:

Espaço do Radiodifusor

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: Processo nº 01250.028395/2017-82

Informo que seu pedido de atendimento eletrônico/presencial foi recebido com sucesso.

Informações adicionais serão enviadas assim que disponíveis.

Atenciosamente,

Espaço do Radiodifusor

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de solicitação de atendimento eletrônico ou presencial deverá ser feito exclusivamente via peticionamento eletrônico. [<http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>]

O interessado pode, a qualquer momento, acompanhar a tramitação do seu processo. [<http://sei.mc.gov.br/consulta.html>]

O modelo do requerimento está disponível no sítio do Ministério. [<http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/atendimento-ao-radiodifusor>]

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério. [<http://www.mc.gov.br/sei>]

Consulta de Processos

Seção	83 Seção Judiciária de Pernambuco		
Processo	Documento	CNPJ	07131366000149
Nome da Parte			☐ Nome Exato
Advogado			
Data de Autuação	a		
Classe			
Localidade			
Vara			
Assunto			
Número Inquérito	Processo Originário		
Número CDA	Processo Administrativo		
		Pesquisar	Simplificado <<

Erro: A Pesquisa com estes Dados não encontrou nenhum Registro.

[Voltar à Página Inicial](#)

Número de Acessos: 17827843

[Página Inicial](#) | [Consulta Simplificada](#) | [Consulta Avançada](#) | [Versão](#)

Powered by [MPS Informática](#) - Todos os direitos reservados. Melhor visualizado em 800 x 600 ou superior.

Consulta de Processos

Seção	83 Seção Judiciária de Pernambuco		
Processo	Documento	CNPJ	07131366000149
Nome da Parte	FUNDACAO BOM CONSELHO		☐ Nome Exato
Advogado			
Data de Autuação	a 		
Classe			
Localidade			
Vara			
Assunto			
Número Inquérito	Processo Originário		
Número CDA	Processo Administrativo		
		Pesquisar	Simplificado <<

Erro: A Pesquisa com estes Dados não encontrou nenhum Registro.

[Voltar à Página Inicial](#)

Número de Acessos: 17827845

[Página Inicial](#) | [Consulta Simplificada](#) | [Consulta Avançada](#) | [Versão](#)

Powered by [MPS Informática](#) - Todos os direitos reservados. Melhor visualizado em 800 x 600 ou superior.

TRF5	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
------	------	------	------	------	------	------

Processos Consulta Processual

[Nova Consulta](#) [Ajuda](#)

Resultado da Consulta

O processo é inexistente ou tramita em segredo de justiça.

No caso de processo em segredo de justiça, o acesso deverá ser feito pessoalmente, nas Secretarias do Tribunal. (Parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 121/2010, do CNJ).



CP2.2 - Serviço de Consulta Processual. Sua opinião sempre será muito importante. Envie comentários acerca deste serviço através do nosso [formulário](#).

Cais do Apolo, s/n - Edifício Ministro Djaci Falcão
Bairro do Recife - Recife - PE
CEP 50030-908

PABX 81 3425.9000
Protocolo 81 3425 9550
FAX 81 3224 6356

TRF5	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
------	------	------	------	------	------	------

Processos Consulta Processual

Consulta Processual

☐ Nº do processo ☐ Nº do Originário ☒ Nome da parte ou advogado ☐ OAB ☐ CPF/CNPJ ☐ RPV/Precatório

Informe o nome da parte ou advogado:

FUNDACAO BOM CONSELHO

Mostrar Inativos? ☒ Busca exata? ☒

Ordernar por:

☐ Nome ☐ Processo ☒ Data

Versão 4.3.18

Cais do Apolo, s/n - Edifício Ministro Djaci Falcão
Bairro do Recife - Recife - PE
CEP 50030-908

PABX 81 3425.9000
Protocolo 81 3425 9550
FAX 81 3224 6356

TRF5	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
------	------	------	------	------	------	------

Processos Consulta Processual

[Nova Consulta](#) [Ajuda](#)

Resultado da Consulta

O processo é inexistente ou tramita em segredo de justiça.

No caso de processo em segredo de justiça, o acesso deverá ser feito pessoalmente, nas Secretarias do Tribunal. (Parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 121/2010, do CNJ).



CP2.2 - Serviço de Consulta Processual. Sua opinião sempre será muito importante. Envie comentários acerca deste serviço através do nosso [formulário](#).

Cais do Apolo, s/n - Edifício Ministro Djaci Falcão
Bairro do Recife - Recife - PE
CEP 50030-908

PABX 81 3425.9000
Protocolo 81 3425 9550
FAX 81 3224 6356

Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(61) 3314-5225

- [Início \(#\)](#)
- [Consulta Processual / TRF1 \(/consultaProcessual/index.php?secao=TRF1\)](#)
- Por CPF ou CNPJ da parte
- [A- \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [A+ \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [? \(/consultaProcessual/Manual/Manual do Usuario - Consulta Processual Web.pdf\)](#)

[Relatório de Indisponibilidade \(http://www.trf1.jus.br/Servicos/RelatorioIndisponibilidade/view_user.php#7\)](#)

Opções de pesquisa (#acessoRapido)

- [Número do Processo \(/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=TRF1\)](#)
- [Nome da Parte \(/consultaProcessual/nomeParte.php?secao=TRF1\)](#)
- [CPF/CNPJ da parte \(/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=TRF1\)](#)
- [Nome do Advogado \(/consultaProcessual/nomeAdvogado.php?secao=TRF1\)](#)
- [Código OAB do Advogado \(/consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=TRF1\)](#)
- [Número do Processo Originário \(/consultaProcessual/numeroProcessoOriginario.php?secao=TRF1\)](#)
- [Número do Processo de Execução \(/consultaProcessual/numeroProcessoExecucao.php?secao=TRF1\)](#)
- [Protocolo SEDEX \(/consultaProcessual/protocoloSedex.php?secao=TRF1\)](#)

Tribunal Regional Federal da 1ª Região / [Alterar \(#\)](#)

Órgão

Nenhum registro encontrado para o CPF/CNPJ informado. [cnpj: 07131366000149, mostrar processos baixados: Sim].

Consulta Processual

CPF ou CNPJ da Parte

☐ Mostrar os baixados

Instruções

O CPF ou CNPJ devem ser fornecidos com 11 e 14 dígitos respectivamente.

Informamos que a consulta por CPF/CNPJ da parte não retorna o número de processos sigilosos/segredo de justiça ou processos públicos cujas partes estejam assinaladas como sigilosas.

Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 | Brasília/DF

Aguarde...



Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(61) 3314-5225

- [Início \(#\)](#)
- [Consulta Processual / TRF1 \(/consultaProcessual/index.php?secao=TRF1\)](#)
- Por nome da parte
- [A- \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [A+ \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [? \(/consultaProcessual/Manual/Manual do Usuario - Consulta Processual Web.pdf\)](#)

[Relatório de Indisponibilidade \(http://www.trf1.jus.br/Servicos/RelatorioIndisponibilidade/view_user.php#7\)](#)

Opções de pesquisa (#acessoRapido)

- [Número do Processo \(/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=TRF1\)](#)
- [Nome da Parte \(/consultaProcessual/nomeParte.php?secao=TRF1\)](#)
- [CPF/CNPJ da parte \(/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=TRF1\)](#)
- [Nome do Advogado \(/consultaProcessual/nomeAdvogado.php?secao=TRF1\)](#)
- [Código OAB do Advogado \(/consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=TRF1\)](#)
- [Número do Processo Originário \(/consultaProcessual/numeroProcessoOriginario.php?secao=TRF1\)](#)
- [Número do Processo de Execução \(/consultaProcessual/numeroProcessoExecucao.php?secao=TRF1\)](#)
- [Protocolo SEDEX \(/consultaProcessual/protocoloSedex.php?secao=TRF1\)](#)

Tribunal Regional Federal da 1ª Região / [Alterar \(#\)](#)

Órgão

Nenhum registro encontrado para o(s) parâmetro(s) informado(s):[nome: FUNDACAO BOM CONSELHO, mostrar processos baixados: Sim]

Consulta Processual

Nome da Parte

☐ Mostrar os baixados

Instruções

O Nome da Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras maiúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoas diferentes.

Deve ser informado o início ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esclarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aqueles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu, conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0633 - DF. Nos demais tipos de processos (Cíveis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Informamos ainda que a consulta por nome da parte não retorna o número de processos sigilosos/segredo de justiça ou processos públicos cujas partes estejam assinaladas como sigilosas.

Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 | Brasília/DF

Aguarde...



Superior Tribunal de Justiça

Você está em: Início > Sob medida > Advogado > Processos > Consulta processual

Processos

Peticionamento

Visualização de processos

Consulta processual

Intimação Eletrônica

Recursos Repetitivos

Sistema Push

Despesas Processuais

Diário da Justiça Eletrônico

Sindicâncias | Inquéritos | Processos Públicos

Plantão Judiciário

Perguntas Frequentes

Sessão de Julgamento

Jurisprudência

Serviços

Legislação

Central de Atendimento

Ajuda

Editais de citação e intimação

Atendimento judicial

Protocolo judicial

Consulta Processual



Código / Número

Número do Processo no STJ:

Número Único de Processo (NUP):

Número de REGISTRO no STJ:

Número do Processo na ORIGEM:

OAB do Advogado:

Data

Data de Autuação:

 a

Data de Publicação:

 a

Nome

Nome da PARTE:

☒ autor ☒ réu ☒ outros

FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

☐ Igual ☒ Contém ☐ Inicia Com☐ Opções avançadas.

Nome do ADVOGADO:

☐ Igual ☒ Contém ☐ Inicia Com☐ Opções avançadas.

Julgador / Origem / Tipo

Opções

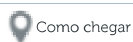
☒ mostrar os processos em ORDEM CRONOLÓGICA DECRESCENTE☐ mostrar somente os processos ATIVOS☐ mostrar somente os processos ELETRÔNICOS

Limpar Campos

Consultar

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informações Processuais
informa.processual@stj.jus.br

3) Versão 2.0.4 de 26/07/2017 17:20:33



Como chegar

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF



+55 61 3319-8000



Voltar ao topo

Superior Tribunal de Justiça

Você está em: Início > Sob medida > Advogado > Processos > Consulta processual

Processos

Peticionamento

Visualização de processos

Consulta processual

Intimação Eletrônica

Recursos Repetitivos

Sistema Push

Despesas Processuais

Diário da Justiça Eletrônico

Sindicâncias | Inquéritos | Processos Públicos

Plantão Judiciário

Perguntas Frequentes

Sessão de Julgamento

Jurisprudência

Serviços

Legislação

Central de Atendimento

Ajuda

Editais de citação e intimação

Atendimento judicial

Protocolo judicial

Consulta Processual



Resultado de pesquisa com vários campos.
Pesquisa resultou em 0 registro(s)!

Nenhuma parte encontrada!

Refinar

Nova Consulta

3) Versão 2.0.4 de 26/07/2017 17:20:33

Como chegar

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF



+55 61 3319-8000

Voltar ao topo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 07.131.366/0001-49

Certidão nº: 135827383/2017

Expedição: 22/08/2017, às 15:09:08

Validade: 17/02/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.131.366/0001-49**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **GILSON LUIS DE MACEDO**

Inscrição: **036692270817** Zona: 61 Seção: 21

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 01/07/1973 Domiciliado desde: 06/09/1989

Filiação: FRANCISCA MARIA DE MACEDO

JAIME LUIS DE MACEDO

Certidão emitida às 16:54 de 22/08/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

TJZP.VQ+I.HKEP.7CLØ

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **ANGELA MARIA MACARIO DOS SANTOS MACEDO**

Inscrição: **018160320884** Zona: 61 Seção: 1

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 19/12/1965 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: ODETE OLIMPIO DOS SANTOS
NAO CONSTA

Certidão emitida às 16:57 de 22/08/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

ZVWV.NR4T.NFKW.JKJ9



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **LUIZ CLERIO DUARTE**

Inscrição: **005221680841** Zona: 61 Seção: 16

Município: 23418 - BOM CONSELHO UF: PE

Data de Nascimento: 30/09/1940 Domiciliado desde: 16/03/1991

Filiação: **CONSTANCIA FELIX DA SILVA**

LUCIO FERREIRA DUARTE

Certidão emitida às 16:58 de 22/08/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

WRPE.DFIX.CTFM.KKOD

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.131.366/0001-49 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/12/2004
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada			
LOGRADOURO TV PROFESSORA TEREZINHA LUNA		NÚMERO 26	COMPLEMENTO
CEP 55.330-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BOM CONSELHO	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (87) 3771-1222	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/12/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **22/08/2017** às **17:03:39** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07131366/0001-49
Razão Social: FUNDACAO BOM CONSELHO FBC
Endereço: / / / / 0-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/08/2017 a 06/09/2017

Certificação Número: 2017080801593072893700

Informação obtida em 22/08/2017, às 17:05:25.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 07.131.366/0001-49 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

CNPJ: 07.131.366/0001-49

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:06:50 do dia 22/08/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/09/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: **2017.000004247515-47**

Data de Emissão: **22/08/2017**

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: **07.131.366/0001-49**

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **19/11/2017**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 00920/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.043064/2012-11

INTERESSADA: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

ASSUNTO: EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA, EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. PORTARIA DE OUTORGA E ASSINATURA DE CONTRATO/CONVÊNIO.

EMENTA:

I – Portaria de outorga e assinatura de contrato/convênio de permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Bom Conselho/PE: **viabilidade jurídica, desde que atendidas as recomendações.**

II – Competência para outorga do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, §1º da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012.

III - Devolução dos autos à SERAD, em prosseguimento.

I - DO RELATÓRIO

1. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), por intermédio da Nota Técnica nº 656/2017/SEI-MCTIC (Sei 1613013), encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica processo de interesse da Fundação Bom Conselho - FBC, vencedora de seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bom Conselho/PE, com vistas à emissão de Portaria de outorga e assinatura do contrato de permissão com o Poder Público.

2. A outorga em questão é resultado de prévio procedimento seletivo, cujo desfecho foi apreciado por esta CONJUR, ocasião em que se exarou o PARECER Nº 889/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU (NUP:53000.046347/2012-15 - Sei 0066702), cuja conclusão foi a seguinte, *in verbis*:

V – CONCLUSÃO

45. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, opina favoravelmente à homologação da atual seleção pública, cujo objeto é a outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, para a localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco (canal 291 E), sagrando-se vencedora a **FUNDAÇÃO BOM CONSELHO.**

46. Ademais, por se tratar de Serviço de Radiodifusão Sonora, a competência ulterior para a devida outorga é do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012.

47. Oportuno ressaltar que a outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da República.

3. Ato contínuo, deu-se a publicação de Despacho de Homologação da seleção (NUP: 53000.046347/2012-15 - Sei 1132561), na data de 15/05/2015.

4. Desse modo, concluída a seleção pública com a adjudicação do objeto ao vencedor, encaminhou-se a documentação necessária à aprovação do local de instalação e dos equipamentos da correspondente emissora, em obediência ao art. 29 do Decreto nº 52.795, de 1963^[1]. Posteriormente, a autoridade administrativa concluiu pela sua viabilidade, conforme Despacho nº 1210/2015/SEI-MC (Sei 1156947 e NUP: 53900.036591/2015-61 - Sei 0637418), por meio do qual aprovou "*o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho/PE, utilizando o canal 291E (duzentos e noventa e um - Educativo), autorizando, ainda, seu funcionamento em caráter provisório, o qual fica condicionado à autorização para uso da radiofrequência*".

5. Eis o breve relatório.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

6. Impende esclarecer, *ab initio*, que a instrução dos autos em tela se deu já sob a égide das alterações promovidas pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012^[2] (o qual "*Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos no 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e no 5.820, de 29 de junho de 2006*"), o qual promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de então, dá-se a publicação da Portaria de outorga (no caso, por se tratar de rádio), a assinatura do respectivo convênio/contrato e somente em seguida o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, com a expedição de Decreto Legislativo.

7. Após a correta instrução do feito, os autos foram enviados a esta CONJUR, a fim de que esta unidade consultiva se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal do processo e das minutas de (i) contrato de permissão, (ii) Portarias de outorga e de consolidação de dados e (iii) Exposição de Motivos que o acompanham.

8. Esclareça-se, por oportuno, que, com a aplicação das novas disposições procedimentais do multicitado Decreto nº 7.670, de 2012, no caso em apreço, de radiodifusão sonora, dar-se-á a publicação da **Portaria de outorga** (de competência do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), seguida da **assinatura do contrato de permissão** no âmbito dessa Pasta Ministerial, senão, veja-se:

Decreto nº 52.795, de 1963

Art. 31. Os contratos de concessão e permissão somente serão assinados após a comprovação do pagamento^[3] integral do valor da outorga proposto, no prazo de até sessenta dias após a notificação para a sua celebração, e terão extrato publicado no Diário Oficial da União.

(...)

§ 2º O contrato será assinado pelo dirigente da entidade e pelo Ministro de Estado das Comunicações que, no ato, representará o Presidente da República no caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, devendo ser publicado em extrato no Diário Oficial da União.

9. Ato contínuo, deverá ser providenciada a publicação de um outro ato, qual seja, a **Portaria de consolidação dos dados da outorga**, em atendimento ao antevisto no art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação conferida pelo Decreto nº 7.670, de 2012:

Art. 31-A. Após a celebração do contrato a que se refere o art. 31, o Ministro de Estado das Comunicações fará publicar, em observância ao parágrafo único do art. 61 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993^[4], **portaria que conterá as seguintes informações**:

I - entidade;

II - serviço a ser prestado;

III - área de prestação do serviço;

IV - principais obrigações; e

V - outras informações que se fizerem necessárias.

§1º A portaria a que se refere o caput será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem do Presidente da República, para deliberação.

§ 2º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia da portaria.

§3º A contagem do prazo da concessão ou da permissão será iniciada a partir da publicação do decreto legislativo.

§4º Após a publicação do decreto legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá autorização de funcionamento em caráter provisório, que será válida até a data de emissão da respectiva licença de funcionamento.

§5º Caso a outorga não seja aprovada pelo Congresso Nacional, o licitante receberá os valores pagos ao FISTEL em razão da outorga, corrigidos pela taxa SELIC, sendo facultado ao Ministério das Comunicações convocar os licitantes remanescentes para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das multas previstas no edital.” [grifos nossos]

10. Registre-se, ainda, que a eficácia da citada Portaria está condicionada à publicação do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional, ocasião em que se começará a contar o prazo da outorga.

11. Celebrado o contrato/convênio e publicadas as Portarias acima, os autos serão remetidos à Presidência da República por intermédio de **Exposição de Motivos**, para seu posterior seguimento ao apreço pelo Congresso Nacional.

12. Elaboradas as considerações supra, adentra-se agora ao apreço da documentação apresentada pela entidade na fase da contratação para fins de se opinar acerca da viabilidade da assinatura do contrato/convênio com o Poder Público.

13. De início, registra-se o extrato a constatar a disponibilidade do canal no Plano Básico (Sei 1613051) .

14. Quanto à representação da entidade, pessoa jurídica de direito privado, verifica-se, junto às petições do protocolo nº 53900.040599/2016-11 Sei 1216282 e Pags. 49-50, a nomeação do Sr. Gilson Luis de Macedo para o cargo de Diretor-Presidente da fundação, que, em tese, seria responsável por assinar o contrato/convênio em questão. A qualificação de brasileiro nato do citado representante está demonstrada pela documentação colacionada no Sei 0033079 - Pags. 52-53.

15. Vê-se, no entanto, que o anexo da procuração juntada no NUP: 53900.040599/2016-11 - Sei 1216282 - Pags. 02/04 esclarece que o Sr. Antero Graciano de Carvalho Melo Júnior foi designado para assinar o contrato em nome da entidade.

16. No documento NUP: 53900.040599/2016-11 - Sei 0928011 - Pag. 13, consta o CNPJ da entidade, o qual demonstra estado regular, em 29/06/2016. De todo modo, orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento (atualizado).

17. Ainda, o item 5 da referida Nota Técnica nº 656/2017/SEI-MCTIC faz referência aos “*Espelhos/Certidão de Objeto e Pé, atinentes à pesquisa realizada nos sites dos Tribunais, em nome da entidade/CNPJ e seus dirigentes/CPF, com vistas à aferição quanto à idoneidade moral*”. Para tanto, a SERAD considerou os documentos colacionados no processo anexo 53900.040599/2016-11 (petição Sei 1216282), por meio do qual a entidade juntou certidões cíveis e criminais relativas aos dirigentes, não se localizando qualquer condenação criminal ou por improbidade que impeça o prosseguimento do feito.

18. **Porém, não se localizou a pesquisa nos sites dos Tribunais no tocante à entidade. Dessa forma, recomenda-se, ainda, que a mesma pesquisa na Justiça Federal (de primeira e segunda instância no âmbito do TRF da 1ª e da 5ª Região) e no STJ seja feita em nome da própria entidade, a fim de ser verificar a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do contrato, hipótese em que o processo o contrato somente poderá ser assinado em não havendo impeditivo processual.**

19. Por sua vez, com vistas a aferir a idoneidade dos dirigentes da entidade, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - *que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência de certidões negativas de feitos judiciais*-, **ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:**

Art. 5º A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)“Art. 38^[5].

j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990”. (g.n.)

20. Outrossim, o art. 8º da Lei nº 13.424/17 prevê a aplicação imediata do dispositivo supra transcrito aos processos pendentes de contratação, circunstância que alcança a hipótese dos autos: *“Aplica-se o art. 5º desta Lei aos processos pendentes de contratação com o Poder Executivo”*. É exatamente a hipótese dos autos.

21. Com efeito, entende-se que a finalidade das certidões cíveis e criminais para fins de comprovar a idoneidade moral dos dirigentes da entidade **ficará** atendida, por expressa disposição legal, pela juntada aos autos da declaração ***“de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, e p do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990”***. E aqui é necessário destacar que a declaração é firmada sob advertência de que a falsidade das informações nela prestadas enseja a responsabilização dos dirigentes nas esferas penal e administrativa, nos termos do §3º do art. 38 da Lei nº 4.117/63, com a novel redação.

22. Dessa forma, sugere-se que a Secretaria, antes de assinar o contrato, notifique os dirigentes da entidade para que apresentem a declaração nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017, contemplando todas as alíneas acima.

23. Quanto à **regularidade fiscal**, observa-se a apenas a juntada de certidões negativas de débitos relativos aos tributos municipal petição Sei 1216282 e Processo anexo 53900.040599/2016-11), e mesmo assim data de junho de 2016, sendo necessário apresentá-la atualizada e devidamente regular.

24. Entretanto, não consta certidões negativas de débitos relativos aos tributos federais, à dívida ativa da União e à regularidade com Seguridade Social^[6], bem como certidão de regularidade do FGTS.

25. **Destarte, como condição de prosseguimento do processo e assinatura do contrato, necessário a juntada de certidões devidamente atualizadas e desde que comprovem a regularidade da entidade com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, com o FGTS, e com o INSS.**

26. Sugeriu-se, ainda, à Secretaria que sempre promova a junção, além do referido extrato, de certidão de regularidade junto à Anatel (FISTEL), visto que a eventual existência de débito dessa natureza poderia obstar o prosseguimento do feito. Após a adoção de diligências, restou colacionada aos autos a certidão negativa junto àquela Agência (Sei 1613025).

27. **Outrossim, sugere-se a juntada de certidões atualizadas que comprove de regularidade dos dirigentes junto à Justiça Eleitoral, considerando que as certidões apresentadas datam de meados de 2016.**

28. Ainda, no tocante ao cumprimento do art. 12 e do art. 12, § 3º, do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, a entidade apresentou declaração, asseverando que se encontra dentro dos limites legais, sem outras outorgas do serviço de radiodifusão, além de seu representante também não se constituir em dirigente de outra entidade outorgada (NUP: 53900.040599/2016-11 - Sei 1216282 - Pags. 7/8-11), competindo à SERAD sempre averiguar tal circunstância, antes da assinatura do contrato, a fim de velar pelo cumprimento dos limites.

29. **No tocante à minuta de contrato, recomenda-se, ademais, incorporar a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.**

30. Por fim, considerando-se a necessidade de manutenção das condições de habilitação, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67^[7], orienta-se que a área técnica, **por ocasião da assinatura do contrato**, diligencie para que sejam juntados todas as certidões e documentos comprobatórios de regularidade fiscal e jurídica que eventualmente se encontram vencidos, uma vez que o prosseguimento desse processo depende da **regularidade** dos documentos em referência. Salienta-se, ainda, que o cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato/convênio, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga.

III - DA CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito para contratação **desde que atendidas as recomendações vazadas nos itens 18, 22, 23, 24, 25, 29 e 30 da presente manifestação**, momento em que pugna-se pelo encaminhamento dos autos à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento. Atendidas as recomendações, e em **não havendo irregularidade ou não sobrevindo mudança na regularidade da situação fática analisada ou** circunstância outra que demande análise de dúvida jurídica objetiva, não há necessidade de nova remessa dos autos para esta CONJUR.

32. No que concerne às minutas de Contrato, de Portarias e de exposição de Motivos, acostadas à Nota Técnica nº 656/2017/SEI-MCTIC (SEI 1613025), estas atendem as formalidades legais, devendo apenas serem **objeto de conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias** por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro. **Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.**

33. Em razão do exposto, sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para as providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 21 de agosto de 2017.

Alex Bahia Ribeiro

Advogado da União

Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000043064201211 e da chave de acesso 9977f9a8

Notas

- ¹ - *Art. 29. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado da data de adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, sob pena de decair o direito à contratação, o que ocasionará a convocação dos licitantes remanescentes.*
- ² - *Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012: Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus dispositivos se aplicam apenas aos editais publicados após o início de sua vigência.*
- ³ - *Esclareça-se, por oportuno, que as disposições aplicam-se às outorgas dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos com as devidas adaptações, razão pela qual não há que se empregar no caso a regra de pagamento, visto que inexistente nas outorgas dessa natureza.*
- ⁴ - *Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos*

*contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.[...]Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, **que é condição indispensável para sua eficácia**, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

5. [^] Art. 38. *Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, **serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:***
6. [^] *A certidão de regularidade com as contribuições previdenciárias, de acordo com o artigo 1º, §1º, da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014, publicada no DOU de 03/10/2014, seção 1, página 17, que revogou a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02 de maio de 2007, a Regularidade dos Créditos Tributários Relativos às Contribuições Sociais (Seguridade Social) é emitida em conjunto com a Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.*
7. [^] Art. 15 [...] [...] § 6º *Os documentos mencionados no parágrafo anterior, com exceção dos que tenham validade predeterminada e dos comprovantes de nacionalidade, deverão ser firmados, expedidos ou revalidados em data não superior a noventa dias, anteriores à data de sua expedição.* Art. 13 [...] § 1º *É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.* § 2º *A documentação referente aos interessados na execução do serviço mencionado no parágrafo anterior será, no que couber, a mesma prevista no art. 15 deste Decreto, acrescidas das exigências constantes de normas específicas.* § 3º *A documentação referente aos interessados na execução do serviço mencionado no parágrafo anterior será, no que couber, a mesma prevista para as entidades que acorram ao edital, acrescidas das exigências constantes de normas específicas.*

Documento assinado eletronicamente por ALEX BAHIA RIBEIRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 66046380 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALEX BAHIA RIBEIRO. Data e Hora: 21-08-2017 18:44. Número de Série: 5325149085894185224. Emissor: AC CAIXA PF v2.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 01278/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.043064/2012-11

INTERESSADO: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

ASSUNTO: Instrução para assinatura de contrato de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho/PE

1. Aprovo por seus próprios fundamentos fático-jurídicos o Parecer nº 00920/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da lavra do Advogado da União e Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária Dr. Alex Bahia Ribeiro.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes.

Brasília, 23 de agosto de 2017.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000043064201211 e da chave de acesso 9977f9a8

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 68947645 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 23-08-2017 11:49. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.043064/2012-11

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Evelize de Oliveira Lima, Chefe de Serviço**, em 23/08/2017, às 14:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2157452** e o código CRC **C07205BD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

SEI nº 2157452

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.043064/2012-11

Referência: Rarecer nº 00920/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

Interessado: Fundacao Bom Conselho - Fbc

Assunto: Assinatura do Contrato de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos. Devolução dos autos

De ordem do Sr. Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União (CGEC) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Borges Silverio Ferreira, Administrador**, em 23/08/2017, às 14:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2157506** e o código CRC **1DD381DB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

SEI nº 2157506

NOTA TÉCNICA Nº 29465/2017/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.043064/2012-11**

Assunto: **Solicitação de documentação com vistas à assinatura de contrato. Exigência.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os autos de assinatura de contrato, relativo à outorga deferida à FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho/PE, por meio do canal 291E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 420, de 14 de setembro e o Aviso de Habilitação nº 04/2012, publicado no DOU em 13 de julho de 2012.

ANÁLISE

2. Veio à Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - CGEC, o processo em referência, com vistas à análise quanto à correta instrução do feito, em conformidade com a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1, de 3 de novembro de 2004, Cota nº 165/2016/CONJUR/CGAJ, de 04 de abril de 2016 e demais dispositivos legais aplicáveis à matéria.

3. Para tanto, ao procedermos à análise e conferência da documentação pertinente, após a recomendação da Consultoria Jurídica por meio do Parecer nº 00920/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2157104), verificamos a incompleta instrução do feito, devendo, a interessada, apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;
- b. Certidão de regularidade com a Seguridade Social - INSS;
- c. Declaração assinada pelos diretores que:
 - Nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, nos termos do art. **38, alínea "j" da Lei 4.117/1962**, alterada pela Lei nº 13.424/2017;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, para que apresente a documentação acima listada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, sob pena de cancelamento da outorga em apreço.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 21/12/2017, às 13:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 21/12/2017, às 13:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2517583** e o código CRC **6E83CE41**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

SEI nº 2517583



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Sede
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 55092/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundacao Bom Conselho - Fbc - (07.131.366/0001-49)

Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13 - Centro

55330-000 / Bom Conselho - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.043064/2012-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 29465/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários,

comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 21/12/2017, às 13:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2517624** e o código CRC **CBBC316D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 55092/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.043064/2012-11 - Nº SEI: 2517624

Data de Envio:

21/12/2017 14:22:00

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

gilmacedo.bc@gmail.com
portozero@portozero.com.br
marcilio@portozero.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.043064/2012-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2517624.html
Nota_Tecnica_2517583.html

Bom Conselho/PE, 27 de dezembro de 2017.

Ao Departamento de Radiodifusão Comercial
Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações.

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edif. Sede, CEP: 70.044-900,
Brasília/DF.

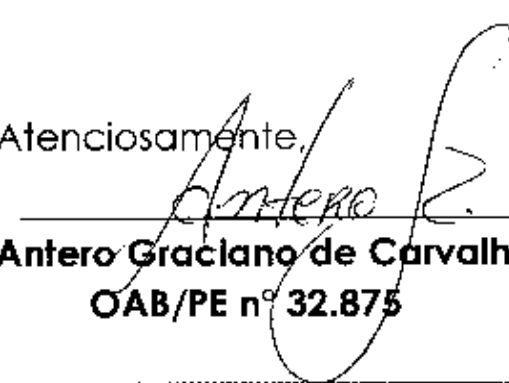
Referência: ofício nº 55092/2017/SEI-MCTIC.

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica nº 29465/2017/SEI-MCTIC,
relativa à análise do **Processo: 53000.043064/2012-11**

Senhor Coordenador-Geral,

FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 07.131.366/0001-49, permissionária no serviço de radiodifusão em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade Bom Conselho/PE, com sede na Travessa Professora Terezinha Luna, 26-A, CEP: 55.330-000, vem, através de seu advogado, em atenção ao ofício n 55092/2017/SEI-MCTIC, datado de 21/12/2017, encaminhar todos os documentos solicitados, para ser juntado ao processo **53000.043064/2012-11**.

Atenciosamente,



Antero Graciano de Carvalho Melo Júnior
OAB/PE nº 32.875



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

CNPJ 07.131.366/0001-49

Travessa Professora Terezinha Luna - 26-A, centro,

Bom Conselho - PE - CEP 55330-000

Fone (87) 9-8127-3334

OUTORGANTE: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, com sede na Travessa Professora Terezinha Luna, nº 26-A, Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, CEP: 55.330-000, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **GILSON LUIS DE MACEDO**, brasileiro, casado, Radiologista, RG 4470951 SSP/PE, CPF/MF nº 862.704.194-68, residente e domiciliado na Travessa Professora Terezinha Luna, nº 26 - Centro, Bom Conselho/PE - CEP 55330-000.

OUTORGADOS: MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA FILHO, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PE nº 30.983; JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PE nº 24.911 e ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PE 32.875, todos com escritório na Av. Agamenon Magalhães, nº 2764, 9º andar, sala 902, Espinheira, Recife/PE, CEP: 52.020-000.

PODERES: Conferem-se poderes da cláusula *et extra* aos OUTORGADOS para representar a empresa OUTORGANTE perante o Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o Conselho Regional de Engenharia (CREA), com vistas à defesa de seus interesses, podendo para tanto, solicitar e receber cópias de processos administrativos, assinar defesas administrativas, ofícios, requerimentos, declarações e demais documentos necessários em nome da OUTORGANTE, solicitar boletos para pagamentos de eventuais dívidas existentes e requerer parcelamento, podendo ainda substabelecer poderes, com ou sem reservas, e, enfim, praticar todos os atos para regularização da emissora em todos os seus aspectos, técnicos e jurídicos.

Bom Conselho/PE, 07 de junho de 2016.

FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

Gilson Luis de Macedo

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Sede
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 55092/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundacao Bom Conselho - Fbc - (07.131.366/0001-49)

Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13 - Centro

55330-000 / Bom Conselho - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.043064/2012-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 29465/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 21/12/2017, às 13:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2517624** e o código CRC **CBBC316D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 55092/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.043064/2012-11 - Nº SEI: 2517624

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Outorga da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

NOTA TÉCNICA Nº 29465/2017/SEI-MCTICReferência: **Processo nº 53000.043064/2012-11**Assunto: **Solicitação de documentação com vistas à assinatura de contrato. Exigência.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Tratam os autos de assinatura de contrato, relativo à outorga deferida à FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho/PE, por meio do canal 291E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 420, de 14 de setembro e o Aviso de Habilitação nº 04/2012, publicado no DOU em 13 de julho de 2012.

ANÁLISE

2. Veio à Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - CGEC, o processo em referência, com vistas à análise quanto à correta instrução do feito, em conformidade com a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1, de 3 de novembro de 2004, Cota nº 165/2016/CONJUR/CGAJ, de 04 de abril de 2016 e demais dispositivos legais aplicáveis à matéria.

3. Para tanto, ao procedermos à análise e conferência da documentação pertinente, após a recomendação da Consultoria Jurídica por meio do Parecer nº 00920/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2157104), verificamos a incompleta instrução do feito, devendo, a interessada, apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;
- b. Certidão de regularidade com a Seguridade Social - INSS;
- c. Declaração assinada pelos diretores que:

- Nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, nos termos do art. 38, alínea "j" da Lei 4.117/1962, alterada pela Lei nº 13.424/2017;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, para que apresente a documentação acima listada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, sob pena de cancelamento da outorga em apreço.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior**, **Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 21/12/2017, às 13:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo**, **Agente Administrativo**, em 21/12/2017, às 13:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2517583** e o código CRC **6E83CE41**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

SEI nº 2517583



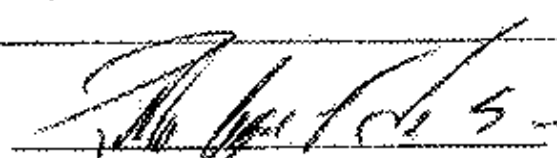
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO
SECRETARIA DE FINANÇAS

Rua Vidal de Negreiros, 43 - Centro
Bom Conselho - PE FONE: 37-3771-4705
C.N.P.J.: 11.266.968/0001-04

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Número da guia: 413

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº 100/2017 e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quitado com os tributos do cadastro mercantil até 22/12/2017.

Contribuinte: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC		Inscrição Imobiliária Sequencial Referência Loteamento
Localização: TRV PROFESSORA TEREZINHA LUNA, 26 PRÉDIO, CENTRO		01010010144001 19-3 00000 00000 00000
Natureza: Tributos Municipais		
Razão Social: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC		
CNPJ / C.P.F.	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil
07191366000149		4561011
Cód. Atividade Princ.: 500104 ATIVIDADES DE ACREDITAÇÃO DE DESPESA DE SERVIÇOS SOCIAIS	Cód. Atividade Sec.: 500107 ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIA - TIVAS LIGADAS A CULTURA E À LINGUA	
Início Atividade: 04/03/2006	Validade: 22/02/2018	
Observações: (Cao. Imobiliária e Mobiliária)		
 Responsável Pelo Departamento Paulo César F. de Sousa Agente de Execução		

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO se reserva o direito de cobrar futuramente quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente relativas ao período a que se refere a presente certidão.

22004561011120000000413173



Emissão: 00000000

Data: 22/12/2017 Hora: 08:10



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC
CNPJ: 07.131.366/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 19:27:09 do dia 26/12/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 24/06/2018.

Código de controle da certidão: 9222.ED45.AAA8.0CC9
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Pessoa Jurídica:	FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC		
CNPJ:	07.131.366/0001-49	CEP da sede:	55.330-000
Endereço da sede:	Travessa Professora Terezinha Luna, 26, BOM CONSELHO /PE		
E-mail de contato:	gilmacedo.bc@gmail.com;		

DECLARAÇÃO

Com vistas à aprovação e assinatura do contrato relativo à outorga deferida à Fundação, para execução do Serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativo, na localidade de Bom Conselho/PE, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

(c) nenhum dos dirigentes e sócios da Entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, nos termos do art. 38, alínea "j" da Lei 4.117/1962, alterada pela LEI nº 13.424/2017.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Bom Conselho/PE, 21 de dezembro de 2017.



FUNDAÇÃO BOM CONSELHO
CNPJ nº 07.131.366/0001-49
GILSON LUIS DE MACEDO



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste
70044-900 – Brasília – DF
2027-6890

Ofício nº 4699/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

Representante Legal da FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC (07.131.366/0001-49)

Praça Amâncio Antônio do Nascimento, nº 13 - Centro

55330-000 / Bom Conselho – PE

Assunto: **Esclarecimentos sobre o novo procedimento da outorga de serviço.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para esclarecimentos do novo procedimento de outorga de serviços de radiodifusão educativa.

2. Informamos que em 23/08/2017 foi publicado o Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de agora, haverá a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, e somente após a publicação do Decreto Legislativo se realizará a assinatura do contrato, senão vejamos:

“Art. 29. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos.

(...)

*“Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, **ato** do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:*

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica;

II - o serviço a ser prestado;

III - a área da prestação do serviço; e

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria.” (NR)

“Art. 31-A. A pessoa jurídica apta à contratação será convocada para, no prazo de até sessenta dias, **contado da data de publicação do Decreto Legislativo que aprovou a outorga**, celebrar o **contrato** de concessão ou permissão, cujo extrato será publicado no Diário Oficial da União.

3. Diante do exposto, o processo em questão será encaminhado ao Congresso Nacional para a elaboração do Decreto Legislativo e, após a sua publicação, os autos retornarão a esta Secretaria para que seja realizado a referida assinatura do Contrato de Permissão para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho/PE, por meio do canal 291E.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível

no link <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e**



Consignações da União, Substituto, em 09/02/2018, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2638549** e o código CRC **A8E46A5B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 4699/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.043064/2012-11 - Nº SEI: 2638549

NOTA TÉCNICA Nº 2962/2018/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.043064/2012-11**

Assunto: **Formalização de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - À SERAD.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de formalização da outorga deferida à FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho/PE, por meio do canal 291E, de acordo com o Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, não tendo sido localizado qualquer recurso relativo à outorga até a presente data, em trâmite neste Ministério.

ANÁLISE

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, por meio da Nota Técnica nº 16781/2015/SEI-MC ocorreu o deferimento de solicitação de Aprovação do Local de Instalação da Estação e de Utilização dos Equipamentos, estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.

3. Acontece, porém, que em 23/08/2017 foi publicado o Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de agora, haverá a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, e somente após a publicação do Decreto Legislativo se realizará a assinatura do contrato, senão vejamos:

"Art. 29. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos.

(...)

"Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, ato do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica;

II - o serviço a ser prestado;

III - a área da prestação do serviço; e

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria." (NR)

"Art. 31-A. A pessoa jurídica apta à contratação será convocada para, no prazo de até sessenta dias, contado da data de publicação do Decreto Legislativo que aprovou a outorga, celebrar o contrato de concessão ou permissão, cujo extrato será publicado no Diário Oficial da União.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, sugerimos oficial a entidade comunicando sobre os novos procedimentos e o encaminhamento dos presentes autos à SERAD, juntamente com as minutas de Portaria Ministerial e Exposição de Motivos que seguem ao final desta Nota Técnica, para que, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para despacho com o Senhor Ministro.

À consideração superior.

MINUTA DE PORTARIA DO MINISTRO

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043064/2012-11, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Bom Conselho - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº / /MC

Brasília, de de 201_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.043064/2012-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Bom Conselho - FBC, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Portaria de outorga de permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Bom Conselho, no estado de Pernambuco: viabilidade jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 09/02/2018, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 09/02/2018, às 15:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 14/02/2018, às 16:41, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1257670



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2638430** e o código CRC **506F2C1E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.043064/2012-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Bom Conselho - FBC, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2.Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3.Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO À EM Nº __/MC, DE __ DE ____ DE 2018.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Portaria de outorga de permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Bom Conselho, no estado de Pernambuco: viabilidade jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 11:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2688645** e o código CRC **58FF5EA5**.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

SEI nº 2688645

PORTARIA Nº 1098/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043064/2012-11, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Bom Conselho - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 11:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2688623** e o código CRC **77495B22**.

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 21/03/2018 16:16:58
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: Cristiane Babilônia de Melo
Ofício: 4721325
Data prevista de publicação: 22/03/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10621077	ATO PORTARIA Nº 1098.rtf	59bbdb7b596627d 3c6f96b861a3ef6c	8,00	
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32
TOTAL DO OFICIO			8,00	R\$ 264,32



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 553/SEI, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no artigo 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.019629/2014-50, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13/07/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Santiago, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 291E, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 123, de 31 de janeiro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 8 de fevereiro de 2002.

Art. 2º A execução do Serviço de Radiodifusão, cuja Permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 614/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CULTURAL PADRE LUIZ BARTHOLOMEU a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, por meio do canal 23 (vinte e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.068261/2017-02 e da Nota Técnica nº 1738/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 618/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CULTURAL PADRE LUIZ BARTHOLOMEU a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BAURU, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 51(cinquenta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.064705/2017-22 e da Nota Técnica nº 1862/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 713/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, incisos I e IV, da Constituição, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 3815, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 27 de dezembro de 2017, que extinguiu a outorga concedida à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA FOLHA DO BOQUEIRÃO, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Curitiba / PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.085/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.098/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043064/2012-11, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Bom Conselho - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.166/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043380/2012-85, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação João Matias de Oliveira, CNPJ nº 07.448.186/0001-95, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Barras, estado do Piauí, por meio do canal 290E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.111/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de TAQUARITINGA, estado de São Paulo, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.006263/2018-81 e da Nota Técnica nº 3428/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.114/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO MINAS GERAIS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ITUIUTABA, estado de Minas Gerais, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049573/2017-17 e da Nota Técnica nº 3237/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.235/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVCI TV - COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de POUSO ALEGRE, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 48 (quarenta e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.028636/2017-93 e da Nota Técnica nº 4151/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.239/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVCI TV - COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ARARAQUARA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.059033/2017-33 e da Nota Técnica nº 3073/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.376/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.018642/2013-54, resolve:



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO

CNPJ: 07.131.366/0001-49

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:40:43 do dia 03/04/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/05/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Outorga da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

DESPACHO INTERNO

Referência: Processo nº: 53000.043064/2012-11

Interessado: Fundacao Bom Conselho - Fbc

Assunto: Publicação da Portaria nº 1.098/SEI

Ao

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR.

Referência: **Processo nº 53000.043064/2012-11**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 1.098/SEI, de 14 de março de 2018 no D.O.U. de 22/03/2018 (Sei 2793910), que outorga permissão à FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bom Conselho/PE, encaminhe-se os autos para conhecimento e consequente registro no Sistema de Outorga de Radiodifusão do Mosaico.

Após adotadas as devidas providências, favor encaminhar os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SERED para posterior envio à Casa Civil.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 03/04/2018, às 10:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2817704** e o código CRC **1858D995**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11**SEI nº 2817704**

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO	
Nome Fantasia:	
Telefone: (87) 3771-1222	E-mail:
CNPJ: 07.131.366/0001-49	Número do Fistel: 50416321542
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato:	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: TV PROFESSORA TEREZINHA LUNA	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 26	
Município: Bom Conselho	UF: PE	CEP: 55330000

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Bom Conselho	UF: PE
Latitude: -9.18333	Longitude: -36.66667

Parâmetros Técnicos			
Canal: 291	Frequência: 106.1 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação:	Número Indicativo:
Data Último Licenciamento:	Número da Licença:

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 0	Longitude: 0	Cota da base: 0 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Principal

Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: ohms	

Antena Principal							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0 kW		

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar			
Modelo:		Fabricante:	
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	ERP Máximo: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000430642012	1098	Portaria	MCTIC	14/03/2018	22/03/2018	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Horário de funcionamento							
--------------------------	--	--	--	--	--	--	--

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.043064/2012-11

Certifico que, fiz o cadastramento prévio no Sistema de Outorga de Radiodifusão do Mosaico, de acordo com a Portaria nº 1.098, de 14 de março de 2018. Publicada no D.O.U. em 22/ 03/ 2018, que outorga permissão à FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco.

É oportuno lembrar que este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

De ordem, encaminho o presente processo ao Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União – SERED.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 03/04/2018, às 14:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2827624** e o código CRC **54D6AF97**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

SEI nº 2827624

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO DIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 03/04/2018, às 14:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2828101** e o código CRC **A78F8A2C**.

Brasília, 23 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.043064/2012-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Bom Conselho - FBC, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 20717/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017**, em 23/05/2018, às 20:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2999859** e o código CRC **856B4F12**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20717/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.043064/2012-11 - Nº SEI: 2999859

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

DESPACHO

Processo nº: 53000.043064/2012-11

Interessado: Fundação Bom Conselho - FBC

Assunto: Atualização de Exposição de Motivos.

À

Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro - CGGM.

Tendo em vista a necessidade de atualização da titularidade da Pasta Ministerial e o disposto no Despacho do Ministro de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015 (e Portaria nº 1098/2018/SEI-MCTIC, de 14 de março de 2018, publicada no D.O.U. de 22 de março de 2018), que declaram a FUNDACAO BOM CONSELHO - FBC, como vencedora da presente seleção pública para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, em Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, encaminhe-se a minuta da Exposição de Motivos, devidamente atualizada, para as providências consectárias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União substituta**, em 10/07/2019, às 13:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 10/07/2019, às 13:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 10/07/2019, às 19:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 11/07/2019, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4377706** e o código CRC **A8C23E1D**.

Minutas e Anexos

4377710

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

SEI nº 4377706

MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PARECER DE MÉRITO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº / /MCTIC

Brasília, de de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.043064/2012-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na NOTA TÉCNICA Nº 656/2017/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 00920/2017/CONJUR-MC/CGU/AGU.

3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 1098/2018/SEI-MCTIC, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente

após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DO PARECER DE MÉRITO

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Encaminhamento de processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento do processo para publicação do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

Fundação Bom Conselho - FBC.

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Viabilidade jurídica, atendidas as recomendações.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União substituta**, em 10/07/2019, às 13:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 10/07/2019, às 13:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 10/07/2019, às 19:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 11/07/2019, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4377710** e o código CRC **5C8B873C**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DO GABINETE DO MINISTRO - GM

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):				
AECI	CGRL	CONJUR	SERAD	OUVID
AGME	CORREG	DAD	SEMPI	
ASPAR	CGPC	DGI	SETEL	
CGCS	COCCT	DEAIC	SEPLA	
CGMO	CONCEA	SUV	SEFAE	
CGGP	CTNBio	SEXEC	SETAP	

DEMANDA:		
Acompanhar	Examinar e adotar providências de praxe	Tomar ciência e devolver ao GM
Emitir manifestação	Responder ao requerente/interessado e arquivar	
Emitir Nota Técnica	Responder ao requerente/interessado c/c para o CGGM	
Emitir Parecer	Tomar ciência e arquivar	

OBSERVAÇÃO:



Documento assinado eletronicamente por **Mahendra de Sena Formiga, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 12/07/2019, às 12:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4403926** e o código CRC **DF6F3589**.

Brasília, 6 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.043064/2012-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na NOTA TÉCNICA Nº 656/2017/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 00920/2017/CONJUR-MC/CGU/AGU.
3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 1098/2018/SEI-MCTIC, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 43112/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.043064/2012-11.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 07/11/2019, às 16:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4823359** e o código CRC **D00C376A**.

Recibo Eletrônico de Protocolo - 1570052

Usuário Externo (signatário): Pedro Paulo Verano de Souza
IP utilizado: 200.130.17.1
Data e Horário: 20/11/2019 09:14:08
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 00001.008168/2019-71
Interessados:

Pedro Paulo Verano de Souza

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:**
 - Requerimento Outorga de radiodifusão 1570048
- Documentos Complementares:**
 - Anexo Parte_2_do_processo 1570051

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53000.043064/2012-11

Referência: Publicação da Portaria nº 1.098, de 14/03/2018, em 22/03/2018 (SEI nº 2793910)

Interessado: FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC

Assunto: Encaminhamento de atos para assinatura do Ministro.

À Secretaria de Radiodifusão - SERAD.

Tendo em vista a Publicação da Portaria nº 1.098, de 14/03/2018, em 22/03/2018 (SEI nº 2793910), referente à seleção do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de **Bom Conselho/PE**, por meio do canal 291E, que adjudicou o objeto à FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49 (Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015 - SEI nº 0509916), encaminhe-se a minuta atualizada de Exposição de Motivos e o Parecer de Mérito, para as providências consecutórias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 22/07/2021, às 11:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 03/08/2021, às 21:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7909607** e o código CRC **EDBDF944**.

Minutas e Anexos

Minuta atualizada de Exposição de Motivos (SEI nº 7909609) e o Parecer de Mérito (SEI nº 7909610)

**MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 2021.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho ao Senhor o processo administrativo nº 53000.043064/2012-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na NOTA TÉCNICA Nº 656/2017/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 00920/2017/CONJUR-MC/CGU/AGU.

3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 1098/2018/SEI-MCTIC, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 22/07/2021, às 11:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7909609** e o código CRC **F67A0770**.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

SEI-MCOM nº 7909609

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

PARECER DE MÉRITO Nº 67/2021/SEI-MCOM

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Encaminhamento de processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento do processo para publicação do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Viabilidade jurídica, atendidas as recomendações.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 22/07/2021, às 11:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7909610** e o código CRC **05842B5A**.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

SEI nº 7909610

Brasília, 04 de agosto de 2021.

Senhor Presidente da República,

Encaminho ao Senhor o processo administrativo nº 53000.043064/2012-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na NOTA TÉCNICA Nº 656/2017/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 00920/2017/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 1098/2018/SEI-MCTIC, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

PARECER DE MÉRITO Nº 67/2021/SEI-MCOM

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Encaminhamento de processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento do processo para publicação do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Viabilidade jurídica, atendidas as recomendações.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 10/08/2021, às 20:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7956171** e o código CRC **E759D12A**.

Referência: Processo nº 53000.043064/2012-11

SEI nº 7956171

Ofício Interno nº 7851/2021/MCOM

Brasília, 05 de Agosto de 2021

À Senhora
Estella Dantas
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (7956171).

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC_MCOM (7909607), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (7956171), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 09/08/2021, às 17:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7961530** e o código CRC **1E2558F8**.

Ofício Interno nº 8372/2021/MCOM

Brasília, 13 de Agosto de 2021

Ao Senhor
Marcus Vinícius Queiroz Barbosa
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (7956171)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREC_MCOM (7909607), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (7956171), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 13/08/2021, às 16:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7989120** e o código CRC **13BE6DB7**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 8372/2021/MCOM - Processo nº 53000.043064/2012-11 - Nº SEI: 7989120

Brasília, 15 de Outubro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho ao Senhor o processo administrativo nº 53000.043064/2012-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO BOM CONSELHO - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na NOTA TÉCNICA Nº 656/2017/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 00920/2017/CONJUR-MC/CGU/AGU.
3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 1098/2018/SEI-MCTIC, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 22178/2021/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.043064/2012-11.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/10/2021, às 16:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8255631** e o código CRC **398C696D**.